

O CONGRESSO



- Reportagens
- Intervenções
- Composição

do Comité Central

• Discursos
de Carlos Carvalhas
e Álvaro Cunhal

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 12 de Dezembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1202 • Director: Carlos Brito

Págs. 3 a 39

UM GRANDE CONGRESSO



UM PARTIDO MAIS FORTE



Editorial **A importância da prática**



O centro histórico do Porto, o novo património da humanidade

RESUMO

4 Quarta-feira

A Função Pública sai à rua para exigir aumentos salariais superiores à inflação ■ A Fenprof reúne-se com Marçal Grilo e os professores desconvocam a greve agendada para dia 10 ■ O Governo e o PP selam um acordo para a viabilização do Orçamento de Estado ■ A segunda autópsia a Carlos Rosa revela que este foi morto a tiro no posto da GNR de Sacavém ■ Dezenas de milhar de estudantes do ensino secundário e universitário protestam em 50 cidades espanholas contra a política educativa do governo de Aznar ■ Duzentos mil manifestantes reúnem-se em Belgrado ■ Em Oslo, o governo da Guatemala e os guerrilheiros assinam um cessar-fogo ■ Na Conferência sobre a Bósnia-Herzegovina, inaugurada em Londres, a comunidade internacional emite um aviso aos líderes das três comunidades étnicas do país para que cumpram o acordo de Dayton ■ O secretário-geral da ONU suspende a sua recandidatura ao cargo ■ Morre o historiador francês Georges Duby.

5 Quinta-feira

A UNESCO confirma que o centro histórico do Porto é património da humanidade ■ Na região da Guarda cai um forte nevão, provocando cortes de estradas ■ A Conferência sobre a Bósnia aprova um plano com 17 pontos para o reforço da paz ■ Trinta civis são mortos na Colômbia em três novas chacinas alegadamente da autoria de um grupo de extrema-direita.

6 Sexta-feira

Inicia-se o XV Congresso do PCP, no Palácio de Cristal, no Porto ■ O Sindicato do Calçado divulga uma lista de 40 empresas do sector que se encontram a desrespeitar a lei das 40 horas de trabalho ■ O ministro da Informação jugoslavo demite-se ■ Na Rússia, a Duma adia a votação do Orçamento de Estado para 1997 ■ Um grupo armado islamita perpetrar dois massacres na Argélia.

7 Sábado

Os operários têxteis do Vale do Ave protestam ■ Jorge Sampaio diz que está disponível para se encontrar com o presidente Suharto ■ A Cimeira do Conselho de Cooperação do Golfo inicia-se no Qatar ■ As Montanhas da Lua, no leste do Zaire, são palco de vio-

lentos combates ■ O presidente sérvio compromete-se a não usar a força ou convocar contramaneifestações.

8 Domingo

Carlos Carvalhas encerra o Congresso do PCP ■ Cerca de 400 tractores agrícolas deslocam-se de Montemor-o-Velho para Coimbra protestando contra a redução do rendimento dos agricultores ■ Um incêndio de grandes proporções deflagra na zona histórica de Tomar ■ D. Ximenes Belo afirma, numa missa celebrada em Oslo, que a paz em Timor só é possível com o respeito pela liberdade ■ Centenas de estudantes birmaneses voltam à rua contestando a junta militar no poder desde 1988.

9 Segunda-feira

A CGTP suspende a participação na Concertação Estratégica e a Função Pública afasta-se do acordo salarial ■ O Governo satisfaz quase todas as reivindicações dos produtores de arroz de modo a salvar o rendimento perdido consequente da importação maciça de cereais ■ A Indonésia pressiona D. Ximenes Belo a não dar uma conferência de imprensa conjuntamente com Ramos-Horta, aquando da entrega do Nobel da Paz ■ As autoridades judiciais belgas ilibam o vice-primeiro-ministro, Elio di Rupo, da acusação de pedofilia ■ Na sua 68ª Cimeira, a França e a Alemanha apresentam propostas conjuntas para o reforço da União Europeia na perspectiva do seu alargamento ■ A junta militar birmanesa fecha a universidade de Rangun, com o objectivo de acabar com as contestações estudantis.

10 Terça-feira

D. Ximenes Belo e Ramos-Horta recebem em Oslo o Prémio Nobel da Paz ■ CTT homenageia os premiados com 50 mil postais a cores com as suas figuras ■ Lei-Quadro do pré-escolar é votada e aprovada por unanimidade na AR ■ Após seis anos de ausência, o petróleo iraquiano regressa aos mercados mundiais e termina o embargo total determinado pela ONU ■ Mais de cem mil pessoas voltam a manifestar-se nas ruas de Belgrado contra a anulação das eleições que davam a vitória à oposição sérvia, enquanto esta boicota a sessão do Parlamento federal ■ Mandela promulga nova Constituição na África do Sul ■ O Exército turco expulsa 69 oficiais e suboficiais muçulmanos fundamentalistas.

EDITORIAL

A importância da prática

O Congresso realizado no Porto, uma vibrante jornada partidária a culminar o intenso debate, estudo e reflexão que durante alguns meses mobilizou milhares de camaradas e organizações, que por todo o país realizaram assembleias e plenários onde as Teses foram discutidas e eleitos os delegados, não foi um retiro para meditar. Ao mesmo tempo que a preparação dos trabalhos do órgão máximo do PCP decorria, os militantes comunistas não abandonaram os seus postos, junto dos trabalhadores e do povo para, remansadamente, apreciarem o passado e especularem sobre o futuro. Nas empresas e nas escolas, nas instituições e nas ruas, os comunistas prosseguiram as suas batalhas, as suas actividades construtivas e, no Partido, as suas tarefas.

No momento da abertura do Congresso, na manhã de sexta-feira passada, o camarada António Abreu anunciava aos presentes que os delegados do Vale do Ave estavam atrasados porque o dia era de luta...

No Congresso, durante três dias, os cerca de 1 700 delegados, com o apoio entusiástico de milhares de convidados, aprofundaram o debate partidário e tomaram as suas resoluções. Produziram e escutaram cerca de uma centena de intervenções abrangendo os mais variados temas em que a sua actividade de comunistas se desenvolve; aprovaram quatro moções que dizem bem das preocupações e do que os anima, manifestando a sua solidariedade com Cuba, Timor e Palestina, a sua alegria pela atribuição ao Porto do estatuto de cidade património mundial. Escutaram e aplaudiram os discursos que 15 das 59 delegações estrangeiras presentes fizeram da tribuna. Votaram alterações aos Estatutos, com vista a melhor adequar o trabalho do Partido às realidades. Aprovaram a Resolução Política do Congresso. Elegeram um novo Comité Central.

Como salientou, no encerramento dos trabalhos do Congresso, o camarada Carlos Carvalhas - de novo eleito secretário geral do PCP na primeira reunião do novo Comité Central, que aprovou por unanimidade esta escolha - o que esteve no centro das preocupações dos delegados foi, no essencial, o procurar dar resposta a duas grandes questões:

A primeira, disse Carvalhas: com que medidas, com que propostas, com que projecto e com que intervenção política, se pode promover o desenvolvimento, o emprego, melhorar a vida dos portugueses e das portuguesas, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A segunda: como nos devemos organizar melhor e como vamos reforçar o Partido nos seus diversos campos e aspectos para que o país tenha uma nova política.

Durante três dias, as numerosas intervenções desenvolveram estes temas concretos sobre a vida do país e as questões e problemas concretos com que se depara o trabalho do PCP. Encerrado o Congresso, os comunistas portugueses, o Partido no seu conjunto, dispõem das

orientações fundamentais que a Resolução Política aprovada indica aos militantes e às organizações; o Partido dispõe de uma Direcção eleita para conduzir o trabalho.

Os comunistas não temem o esforço renovado que se lhes exige e solicita. Sabem que o caminho é o da luta que continua, como sublinhou Alvaro Cunhal no seu discurso que os delegados longamente aplaudiram. O PCP é um grande colectivo militante, com vontade própria e poder de decisão, afirmou o dirigente comunista. Tal como este grande colectivo combateu no passado e combate hoje todas as pressões, campanhas, para deixar de ser o que é e quer ser, assim combaterá com a firmeza comunista, com a convicção comunista, com a coragem comunista, quaisquer novas pressões, ameaças e campanhas que as forças do capital e seus partidos, propagandistas e agentes continuarão certamente a desenvolver.

Reafirmando a sua identidade de partido revolucionário, que por isso sabe procurar e encontrar novas respostas às novas situações, o PCP dispõe de renovados meios de prosseguir a luta.

As frentes dessa luta são variadas e diversas, como lembrou Carlos Carvalhas. Com os trabalhadores, o povo e a juventude, disse, o PCP prosseguirá a luta pela defesa do aparelho produtivo nacional, pelo emprego com direitos, pela segurança social, pelos salários e reformas condignas(...). Contra a acentuação das desigualdades e as exclusões sociais(...). Contra a desresponsabilização do Estado na saúde, no ensino e na habitação(...). Com a juventude (...), por um ensino de qualidade, pelas saídas profissionais, por um futuro de esperança e de progresso(...). Com as mulheres pela sua intervenção em igualdade(...).

Reforçar o Partido e construir a alternativa são, afinal, as tarefas centrais que trazemos do Congresso. O que implica, como também sublinhou o secretário geral do Partido, um persistente e audacioso trabalho na sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, na sua organização, iniciativa e acção políticas, na sua intervenção institucional, na dinamização de um amplo movimento de debate, reflexão, diálogo e acção comum com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita.

Tomámos, em Congresso, decisões importantes e necessárias. A prática - aquilo que formos capazes de realizar e o modo como o fizemos - dirá da justeza das resoluções e soluções que adoptámos. Um trabalho intenso nos espera. Para ele partimos confiantes.

Tomámos, em Congresso, decisões importantes e necessárias. A prática - aquilo que formos capazes de realizar e o modo como o fizemos - dirá da justeza das resoluções e soluções que adoptámos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 795 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
- 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rosa - Lisboa - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heika Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU - 50 números: 26 650\$00	

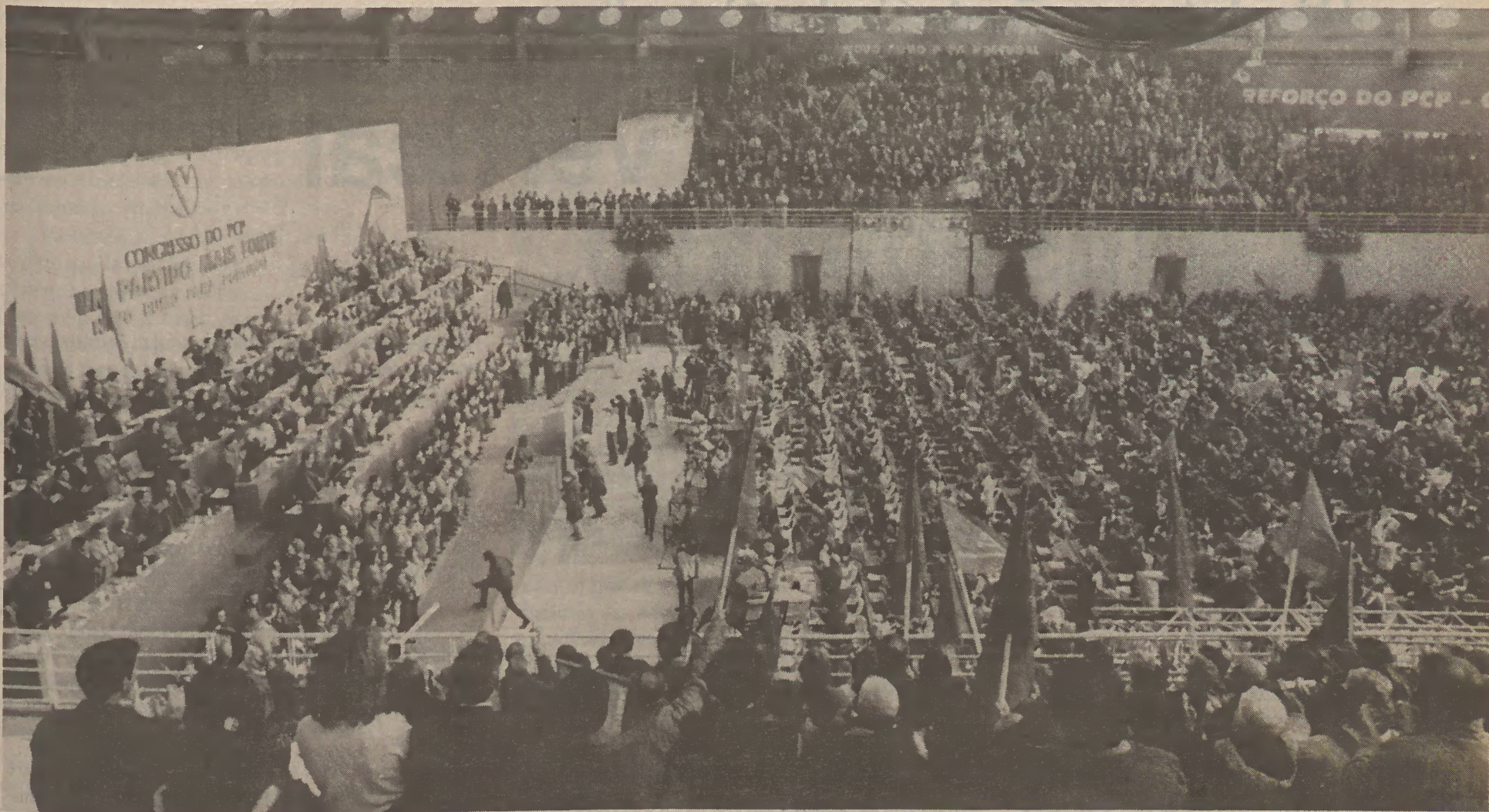
* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



Um grande Congresso

No passado fim-de-semana, o Porto recebeu milhares de comunistas e outros democratas que aí se deslocaram para participar no XV Congresso do PCP que se realizou no Palácio de Cristal. Acontecimento alto da vida do Partido, o Congresso, que decorreu nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro, aprovou na Resolução Política as linhas para a acção futura, procedeu a alterações nos Estatutos e elegeu um novo Comité Central.

Bem cedo, na manhã de sexta-feira, começaram a chegar ao Palácio de Cristal, no Porto, os numerosos delegados e convidados que participaram no XV Congresso do Partido Comunista Português. Alguns traziam bandeiras e vinham a pé, outros chegavam de carro. Outros ainda - se o número ou a lonjura o justificavam, como é o caso de Setúbal - chegavam de camioneta.

Às 11 horas, mais de 1500 delegados encontravam-se já no recinto do Congresso onde, de entre uma cuidada decoração em tons de creme e vermelho, ressaltavam palavras de ordem dos comunistas. O clima de fraternidade que reinava entre os presentes nivelava o mais velho dentre eles, com 85 anos, ao mais novo, com 16. A juventude dominava, no entanto. Mas a presença das mulheres - embora situando-se nos 21,8% - foi considerada insuficiente.

António Abreu abriu então o Congresso. Alguns delegados não tinham chegado, informou: os camaradas do Vale do Ave, naquele dia em luta. Mas era preciso começar e António Abreu pôs à discussão dos delegados o Regulamento, a Ordem

de Trabalhos, o horário e a composição da Mesa da Presidência e dos vários órgãos do Congresso - Secretariado, Comissão de Verificação de Mandatos, Comissão de Redacção.

Depois de apresentada uma saudação pela atribuição ao Porto do título de cidade património mundial, usou da palavra Emídio Ribeiro que saudou os delegados presentes e ainda as 59 delegações estrangeiras e às diversas personalidades da área política, cultural e social convidadas que acompanharam os trabalhos do Congresso.

O resto da manhã foi ocupada com a intervenção de abertura do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhada com o maior interesse por parte de delegados, convidados e órgãos de comunicação social presentes. Vivamente aplaudida, o Secretário-Geral do PCP fez nela o ponto da situação política e traçou as principais linhas de orientação para a actividade dos comunistas.

Na 2ª sessão - presidida por Luísa Araújo - apesar do interesse e qualidade das intervenções proferidas, o momento alto atingiu-se com a intervenção de Maria de los Angeles Garcia, representante do Partido Comunista de Cuba, demoradamente ovacionada, enquanto a assembleia gritava sentidas palavras de solidariedade.

Na manhã de sábado, coube a presidência da Mesa a Maria da Piedade Morgadinho. No intervalo de algumas intervenções específicas proferidas, designadamente sobre política de ambiente, movi-

mento cooperativo, agricultores e suas lutas, imprensa do Partido, imigrantes - racismo e xenofobia, verificaram-se algumas intervenções estrangeiras, como a do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista do Vietname.

Na sessão da tarde, presidida

por Octávio Pato, foi a intervenção de Mario Alkatiri, da Fretilin, e a moção de apoio à luta do povo de Timor, aprovada a seguir pelo Congresso, que mais tocaram os presentes.

O debate da sessão foi encerrado com a intervenção de Álvaro Cunhal. Constantemente interrompido com aplausos, Alvaro Cunhal proferiu a sua intervenção - uma intervenção de confiança nos jovens, no colectivo partidário e no futuro do Partido - com a assembleia visivelmente emocionada. Talvez não fosse por acaso que, a seguir ao seu discurso, a mesa pedia a presença de um médico na bancada dos convidados.

Tendo-se procedido a seguir à votação e aprovação (com uma abstenção) dos Estatutos, e após um curto intervalo, o Palácio de Cristal foi abandonado por todos os convidados e comunicação social. Nesta última sessão de sábado, reservada a delegados, discutiu-se a composição do Comité Central que, depois de eleito, reuniu e aprovou a composição dos respectivos organismos executivos.

No domingo de manhã, a 6ª e última sessão do Congresso foi presidida por Jerónimo de Sousa. Proferidas ainda algumas intervenções e aprovadas duas moções de solidariedade - uma ao povo da Palestina e outra ao povo de Cuba - e uma outra de regozijo pela atribuição pela UNESCO do título de Património Cultural da Humanidade à cidade do Porto, Jerónimo de Sousa considerou encerrada a discussão e passou à votação da proposta de Resolução Política, aprovada com três abstenções.

O Congresso estava quase a terminar. Procedeu-se, então, à apresentação do novo Comité Central e dos seus organismos executivos. À chamada de cada nome, que Luísa Araújo fazia, seguia-se uma demorada ovação e agitava-se um mar vermelho de bandeiras. Um momento a reter. Pela unidade e coesão que revelava. Pela determinação visível em cada rosto de manter vivos os ideais comunistas.

Finalmente Carlos Carvalhas, reeleito já Secretário-Geral do PCP, encerrou com uma breve intervenção os trabalhos do Congresso.

Vinte minutos depois, o Pavilhão Rosa Mota estava quase pronto a ser devolvido: delegados e convidados, numa cena digna também de registo, haviam desmontado em tempo recorde a plateia e estruturas de apoio propositadamente erguidas para o Congresso.

Órgãos do Congresso

Secretariado do Congresso: Adelino Silva, Jorge Pires, Manuela Bernardino, Vidal Pinto.

Comissão de Verificação de Mandatos: Armando Morais, Eulália Miranda, José Paleta, José Timóteo, Paula Henriques.

Comissão de Redacção (Resolução Política e Alterações de Estatutos): Albano Nunes, Agostinho Lopes, Carlos Carvalhas, Domingos Abrantes, Edgar Correia, Francisco Lopes, Jerónimo de Sousa, Luís Sá, Octávio Teixeira, Vítor Dias.

Comissão Eleitoral: Blanqui Teixeira, Emídio Ribeiro, José Casanova, José Soeiro, José Vitoriano, Luísa Araújo, Maria da Piedade Morgadinho, Sérgio Teixeira, Virgílio Azevedo.

Mesa da Presidência: Para além do Secretário-Geral, do Presidente do Conselho Nacional e dos membros dos organismos executivos do Comité Central cessante, integraram a mesa da presidência os seguintes camaradas:

Paulo António Freitas Valadão, Albino Almeida da Silva, Manuel Rodrigues, Manuel António Pereira, Leonor Barão Afonso Agulhas, Júlio Manuel Balreira Correia, Maria Isabel Soares da Conceição Freitas, Quintino Silva Pereira, Manuel Paulo Ramos Neto, Maria do Céu Marcos Inocêncio Fitas, António das Dores Banza, Maria Fernanda Pimenta Rocha Correia, Manuel Conceição Mendes, António Fernandes Costa, António Alberto Vaz Pereira Morais, Maria de Jesus Matos Bernardino, Manuel Carrola do Nascimento, Silvina da Silva Fonseca Anadio Queirós, Domingos Oliveira, Mário Manuel Vieira dos Santos, Joaquim Inácio Charneca Miguel, Victor Manuel Rosa Reis, Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio, Manuel Batista Leitão, Nuno Miguel Teixeira da Costa, Vasco Serra Cardoso, Osvaldo Gonçalves Marta, Célia Maria Gonçalves Soares, Leonilde Alves Mendes dos Santos, Pedro Manuel Tavares Varão, João Miranda Júnior, Daniel Reis Branco, José Álvaro Martins Pinto, Luísa Varela, Maria Martins Filipe Vieira, Maria Catarina Rodrigues Germano Paiva, José Ferreira, Hugo Gonçalves da Silva Santos, Maria Adelaide dos Santos Pereira Alves, Odete Veneranda Braz da Silva, José Honório Novo, Domingos Francisco Pardoal, Vitória Augusta da Silva Pinheiro, João Fernando Dias Serra, Emílio Peres, Maria Ilda Figueiredo, Anabela Pereira da Mota, Ana Maria Mesquita, Abílio Dias Martins, António Joaquim Soares, Manuel Pedro Rodrigues Castelhão, Maria Rosinda Mendes Oliveira Bernardino, Licínia Maria Chumbinho, Jorge Guerreiro Martins, Rogério Paulo Antunes Nogueira, Manuel Lopes Valente Rosa, Jacinta Maria Peniche Ricardo, Carolina Jesus Oliveira Neves Medeiros, Francisco José dos Santos Brás, Maria Luísa Ferreira Bota, João António Torrinhas Paulo, Ana Rocha de Oliveira, Frederico Miguel Fernandes Amaral Neves, Mário Eduardo Gandra do Amaral, José Afonso Teles de Figueiredo.

Intervenção de Carlos Carvalhas,
secretário-geral do PCP, na abertura do Congresso

Um Partido vertical e insubmisso

Culminando um amplo debate preparatório em que os militantes e organizações do Partido foram chamados não apenas a eleger os delegados que aqui os representam mas a intervirem directamente com a sua opinião, a sua experiência e a sua reflexão para a definição das análises, orientações e propostas a apresentar ao órgão supremo do nosso Partido, o XV Congresso constitui simultaneamente um grande acontecimento da vida e funcionamento democráticos do PCP e um importante acontecimento da vida política nacional.

É possível ou é provável que o nosso Congresso não venha a ter os ingredientes que fazem a felicidade e a excitação dos que, consciente ou inconscientemente, pretendem reduzir a vida política, o debate político e a luta política a um desgostante e cansativo carrossel de encenações, frases assassinas, ambições pessoais, truques, artifícios e cortinas de fumo.

Mas estamos certos que no XV Congresso do PCP, num clima de inquestionável liberdade de opinião, não faltarão a seriedade, a ligação aos reais problemas do povo e do país, o apelo à participação e intervenção dos cidadãos e a afirmação prioritária de valores e convicções que sustentam a nossa distinta visão da política, que sustentam a nossa forma diferenciada de estar na vida política, que sustentam a nossa sólida concepção da política como uma das mais nobres e elevadas expressões da actividade humana.

Pelas indicações colhidas no debate preparatório, julgamos poder afirmar que, no XV Congresso do seu partido, os comunistas portugueses não vêm nem revisitar a simples passagem do tempo nem celebrar uma mera sobrevivência.

Vêm examinar e debater, com inteira liberdade e na base de um indispensável espírito crítico, quatro anos de intensa actividade e luta do seu partido, de uma actividade e de uma luta que pesaram na marcha dos acontecimentos e na evolução da vida nacional e que confirmaram o PCP como uma grande força da democracia portuguesa.

Mas vêm sobretudo para dotar o seu partido das orientações que lhe permitam enfrentar com êxito os grandes desafios dos próximos anos e para **marcar a ambição e rasgar audaciosamente a perspectiva de um PCP mais forte como primeira e essencial condição para a conquista de um novo rumo para Portugal.**

Com a inabalável convicção de que Portugal precisa de um Partido Comunista Português corajoso, vertical e insubmisso diante das injustiças, de um Partido Comunista Português empenhado em projectar os grandes valores da esquerda na obra colectiva da construção de uma vida melhor para todos os portugueses, de um Partido Comunista Português aberto para a vida e voltado para o futuro.

Com um legítimo orgulho no património de 75 anos de vida e de luta do nosso Partido e com uma profunda confiança na actualidade e modernidade dos nossos ideais e do nosso projecto de democracia e socialismo para Portugal.

Com uma profunda confiança de que queremos e podemos crescer e avançar, não porque isso esteja escrito nas linhas do destino mas porque dispomos das ideias, das raízes populares e nacionais, das energias, da capacidade de trabalho e de inovação, da fraternidade e solidariedade comunistas que podem sustentar um assinalável reforço do papel e influência do PCP na sociedade portuguesa.

Para bem dos trabalhadores e do povo, para bem da democracia, para bem do progresso e futuro da nossa pátria.

Alguns aspectos da situação internacional e da luta ideológica

Vivemos num mundo em que se verificam fulgurantes conquistas da ciência e da técnica que permitiriam melhorar significativamente a vida das populações, superar grandes flagelos que atingem a maioria da humanidade e satisfazer as suas necessidades básicas.

Em vez disso, assistimos a uma fantástica concentração da riqueza a nível planetário e a nível de cada país, a par da pobreza mais descalça a que estão condenados milhões de seres humanos.

Aqueles que proclamaram o «capitalismo triunfante», o «fim da história», a «morte do comunismo», o «fim das ideologias» e das nações e uma «ordem mundial» de paz e prosperidade, aí têm o desmentido nos factos quotidianos, na multiplicação dos conflitos armados, nas intervenções militares ao estilo colonial, no reforço dos blocos militares e da Nato, na mistura explosiva de paixões nacionais e religiosas, nas manifestações obscurantistas e retrógradas, nos movimentos fascistas, nas desigualdades gritantes, no aumento do fosso entre o «Norte e o Sul». E também nas grandes lutas, intervenções e manifestações dos trabalhadores e dos povos.

Aqueles que proclamaram mais justiça social aí têm a acentuação das desigualdades sociais mesmo nos países mais desenvolvidos com a opulência a conviver lado a lado com o desemprego massivo, com os *ghettos* e os *apartheid* sociais.

O progresso científico que permite produzir cada vez mais bens e serviços em menos tempo, não se tem traduzido, como seria possível, na melhoria global da vida das populações, na redução do tempo de trabalho. Esta redução, se se verificasse de forma generalizada, criaria aquilo a que alguns designam por uma civilização de tempos livres em que o ser humano poderia dedicar mais tempo à formação, à educação, à cultura e ao turismo, criando inclusivamente, por esta via, mais empregos. Infelizmente o que se assiste é à intensificação da exploração, da acumulação, da concentração e centralização de capitais.

Por isso, o progresso científico e técnico tem vindo a ser acompanhado pelo aumento do desemprego que é também impulsionado pela corrida às privatizações, pela liberalização e desregulamentação dos movimentos de capitais e pelas políticas assentes nos dogmas do catecismo neoliberal.

Na nova correlação de forças a nível mundial, a ofensiva contra os salários, os direitos dos trabalhadores e a segurança social, ganhou um novo fôlego. A guerra ideológica contra o sector público, a apologia da resignação e da total submissão aos mercados – leia-se capital financeiro – como entidades míticas e «sagradas», procuram expandir e consolidar a retórica e a prática do sistema dominante: «Estado mínimo», produtividade à custa da redução dos salários, desregulamentação, flexibilidade, trabalho sem direitos, privatização de tudo o que é rentável.

E esta ofensiva apoiada por poderosos meios, e por poderosas instituições internacionais (FMI, BM, OMC, OCDE,...), repetida, copiada e reproduzida, em conferências, seminários, cursos universitários e difundida em grandes meios de comunicação social, pretende fazer crer que não há alternativa, apresentando-se como um verdadeiro «Pensamento Único».

É a pretensão ilusória de consolidar e tornar perene o capitalismo e a sua hegemonia.

No mesmo sentido, procura-se difundir duas ideias:

1ª Que com a **globalização** e com a crescente internacionalização dos processos produtivos, os Estados e os espaços nacionais deixaram de contar, que são impotentes face às transnacionais que passam por cima das suas fronteiras e que a única maneira de lhes fazer frente é através de instituições supranacionais.

Não se nega as limitações hoje impostas aos Estados, nem se menospreza a importância que poderão vir a ter certas instâncias internacionais, mas a verdade é que na actual correlação de forças elas são dominadas pelo capital transnacional, pelas grandes potências. São instituições distantes dos povos, sem controlo democrático efectivo, como acontece com a Comissão e o Conselho na União Europeia e que actuam e intervêm não no sentido da cooperação e da coesão económica e social, mas no sentido dos interesses do capital financeiro. Os processos de internacionalização e integração e a globalização são processos objectivos, mas tal realidade não torna obsoleta a importância

do espaço nacional como terreno essencial de resistência e de avanços e conquistas democráticas ao nível de cada país e ao nível de diversos países.

2ª Que com a **globalização** e com a concorrência mundial só ganha quem dismantelar, flexibilizar ou desregulamentar, ou seja, quem mais diminuir os custos do trabalho e os direitos dos trabalhadores, quem reduza e continue a reduzir os salários reais, quem mais introduza a «lei da selva», a nova escravatura do trabalho para que no Planeta reine o reino do capital.

O que se pretende é pôr em concorrência os trabalhadores com direitos com os trabalhadores do Terceiro Mundo, superexplorados, com o pretexto de se criarem empregos e de se defender o «consumidor» como entidade abstracta, como se a maioria dos consumidores não tivessem que trabalhar para o serem de facto.

Por detrás do «livre cambismo», do «tudo à liberalização e ao mercado», está a hegemonia da lei do mais forte, da submissão e aniquilação do mais fraco. E mesmo a chamada liberdade de comércio não é igualitária. Os países não são postos em pé de igualdade. Os EUA, por exemplo, campeões do «livre cambismo» em teoria, são na prática um dos países mais proteccionistas do mundo.

Por isso nós continuamos a exigir a defesa da produção nacional a combater as relações internacionais baseadas na dominação e na lei da selva, a lutar pela dissolução dos blocos militares, pela liquidação dos armamentos de extermínio massivo e pela reorientação dos enormes meios financeiros para o desenvolvimento e a cooperação internacional.

Por isso nós continuamos a defender os direitos dos trabalhadores e a taxação dos movimentos de capitais e a combater a desregulamentação que conjuntamente com a informatização permite aos fluxos de capitais especulativos deslocarem-se à velocidade da luz e a obter enormes ganhos à custa dos povos.

Por isso nós continuamos a combater as políticas monetaristas e neoliberais que no nosso país e na União Europeia conduzem ao desemprego crescente, à estagnação, à recessão e que em muitos países continua a criar o caldo de cultura dos integristas, dos fundamentalismos e dos nacionalismos seródios.

Por isso nós continuamos a combater a **degradação da democracia política, as alternâncias sem quaisquer alternativas reais de políticas, as bipolarizações para sossego do grande capital, a acentuação das desigualdades e das injustiças sociais e a angústia de uma existência precária que alimentam também todas as derivas irracionais, a que há que juntar nas grandes metrópoles um urbanismo selectivo, cinzento e sem rosto, criando verdadeiros ghettos de imigrantes e de outros excluídos. As explosões de violência e de insegurança ligadas a estes problemas alimentam depois as manifestações racistas e xenófobas e a demagogia da direita e da extrema-direita.**

Mas a falência das soluções capitalistas e neoliberais abre também espaço à afirmação dos valores da esquerda e à demonstração de que há outros caminhos.

Por isso os teóricos ao serviço do grande capital procuram também inculcar a ideia que a alternativa ao capitalismo não está na sua superação mas num capitalismo bom, na fantasia de um capitalismo adjectivado de «civilizado», de «social».

E há até quem o defina e baptize como um capitalismo «renano», isto é, como uma mistura de capitalismo alemão, japonês e sueco.

Uma espécie de salada abstracta, tirando partido de mitos, esquecendo-se das crises porque têm passado essas economias e passando por cima da exploração, da troca desigual, da dominação e das práticas neocolonialistas, que são a moeda de troca corrente nas relações internacionais.

No quadro da luta ideológica o que se pretende, evidentemente, é semear a resignação, o fatalismo e a ideia de que há um capitalismo bom e uma comunidade de interesses entre o trabalho e o capital. Que a exploração do homem pelo

homem, o desemprego e o trabalho sem direitos pertencem à ordem natural das coisas.

Não. A solução dos problemas não está no capitalismo, denomine-se ele de civilizado, social ou de «economia de mercado». O Imperialismo não mudou de natureza. Continua a impor a troca desigual e a assenorear-se de posições económicas e estratégicas, a procurar abater resistências e a travar ou derrotar processos nacionais libertadores, progressistas e revolucionários.

A intervenção dos EUA na Somália com fanfarras e holofotes a pretexto da ajuda humanitária e a sua retirada em silêncio, pé ante pé; a intervenção da França no Ruanda; o bombardeamento pelos EUA do Iraque, ao serviço de conveniências eleitorais, o drama do povo de Angola, o bloqueio a Cuba, a posição de «dois pesos e duas medidas» quanto às resoluções da ONU sobre Timor, são alguns exemplos de uma política agressiva, de opressão e de hipocrisia.

A solução não está no reino do capitalismo, mas na sua superação, no socialismo. Na nossa experiência pensamos que para trilhar este novo caminho é necessário aprofundar a democracia em todas as suas vertentes e é necessário que se verifique a apropriação colectiva dos principais, sublinhamos, principais meios de produção e de distribuição, isto é, das empresas e sectores básicos e estratégicos.

Essa apropriação, só por si, não altera a sociedade. Mas sem esse passo qualquer socialismo, por mais bonitas que sejam as suas vestes retóricas não deixará de ser uma ilusão na cabeça dos seus defensores sinceros e, no fundo, uma profunda mistificação. Sem essa condição necessária, mas não suficiente não haverá a materialização de uma sociedade de liberdade e de democracia política, económica, social e cultural em que o livre desenvolvimento de cada um é condição de livre desenvolvimento de todos. O exorcismo do fantasma das nacionalizações foi sempre acompanhado de estratégias de abandono de toda a perspectiva de mudança da sociedade.

E esse pseudo-aggiornamento, esse «modernismo», não é mais do que a submissão, a resignação e aceitação da perenidade do capitalismo.

Em 1959, os sociais democratas alemães no Congresso de Bad-Godesberg renunciaram a Marx, à luta de classes, às nacionalizações e adquiriram a respeitabilidade do grande capital e o estatuto de gestores aceitáveis do capitalismo.

Na prática foi a posição que foi adoptando o Partido Socialista português. E é esta posição oportunista do PS, do mesmo PS que há uns anos, tal como se pode ler nas actas da Assembleia da República, afirmava peremptoriamente que nunca permitiria a reconstituição do poder e das fortunas familiares que dominaram o nosso país, cada uma com o seu banco, a sua companhia de seguros, o seu órgão de comunicação social. Mais tarde viria a dizer que as actuais empresas básicas e estratégicas já não são as de ontem, que os tempos mudaram e que as telecomunicações tinham adquirido uma posição cimeira. Hoje Governo, não só já privatizou parte das Telecomunicações por metade do valor, como se cala perante o escândalo da venda da Siderurgia, da Petrogal, do acordo com o Champalimaud e até se vangloria de ter um programa tão ousado de privatizações que teve os aplausos do PSD e dos grandes senhores da finança.

E tudo isto teorizado com a necessidade de «menos Estado». Menos Estado nas funções sociais e mais Estado no apoio às oligarquias.

Na linha da luta ideológica e da difusão da resignação, teoriza-se também, que o trabalho estável e protegido terminou. Que com as mutações tecnológicas um jovem de hoje não pode pensar numa carreira profissional, mas que terá de se habituar a pensar que terá de mudar de emprego várias vezes na sua vida, a ter de trabalhar de forma precária e por vezes em part-time, isto é, habituar-se a ter trabalho, mas a não ter emprego! Grande avanço de civilização!

É a procura de transmitir a actual situação do mundo, como um estado natural, de retirar toda a esperança de transformação de desarmar ideologicamente e de fomentar a adaptação, a abdicação e a submissão. A «adaptação» é a palavra-chave para todos os reformismos e abdicções de transformação.

Os dogmas monetaristas, a ortodoxia neoliberal e a sua propaganda continuam a esconder os mecanismos que engendram a riqueza, a exploração, a pobreza e a miséria, os mecanismos que engendram as mafias, a criminalidade organizada e o narcotráfico que é um dos negócios mais florescentes do planeta. Mas os povos lutam e resistem. Em muitos países os povos conseguiram recuos à ofensiva contra os seus direitos e até a obtenção de novas conquistas, como aliás é ilustrado no Projecto de Resolução Política e como o mostram as recentes lutas dos metalúrgicos em Itália e na Alemanha, dos agricultores na Grécia, dos



camionistas em França e na Dinamarca, dos trabalhadores em Espanha, Bélgica e Inglaterra e em tantos outros países.

É necessário continuar a combater e a dar combate à ofensiva contra os direitos, os salários e a segurança social e também às mistificações ideológicas que a suportam. Afirmando e demonstramos que há outras alternativas e que a consigna que tem inspirado a JCP, «Lutar para transformar» é mais actual do que nunca.

Em esse sentido procuramos também tirar todas as lições da experiência mundial e as experiências da derrota de um «modelo» e de práticas que se afastaram dos ideais e dos objectivos sempre proclamados pelos comunistas e continuamos a aprofundar a nossa apreciação sobre todas essas experiências, abertas com a grande

Revolução de Outubro em que se deram passos gigantes na construção de uma nova sociedade e se facilitou com uma nova correlação de forças, conquistas sociais e avanços progressistas para toda a humanidade. Por isso mesmo e tendo em conta a situação mundial, reafirmamos que o que é moderno e actual não é entrar no século XXI com os flagelos e as chagas sociais do princípio do século XIX, com a sopa dos pobres, com os bancos para a pobreza, com a caridadezinha, mas antes lutar por um projecto renovado que terá de ter em conta o dever, que reorganize a sociedade sobre novas bases, que tenha as necessidades e aspirações do homem e o seu trabalho criador como centro e objectivo fundamental.

Nós, comunistas portugueses, estamos convictos, tal como a experiência histórica o demonstra que é nas massas populares, na sua organização e na força da sua luta emancipadora que assenta a real possibilidade de um mundo finalmente liberto da exploração, da alienação e dos flagelos sociais.

Nós, comunistas portugueses, estamos convictos que a generalizada ofensiva do grande capital e as tentativas de impor ao mundo uma «nova ordem» de cariz totalitário exigem dos comunistas e de todas as forças progressistas tudo fazer para confluír numa ampla frente anti-imperialista a luta dos trabalhadores e dos povos.

Nós, comunistas portugueses, estamos convictos que é da cooperação e das intervenções e lutas convergentes dos comunistas e outras forças de esquerda, patrióticas e progressistas e da sua capacidade para dar expressão política organizada ao enorme potencial de luta libertadora que dependerá decisivamente a perspectiva de evolução da situação mundial.

É com esta forte convicção e com confiança na força libertadora da luta dos trabalhadores e dos povos e da sua solidariedade internacionalista, que os comunistas portugueses prosseguem em Portugal a luta pelos valores do 25 de Abril, pelos valores e ideais do socialismo e do comunismo.

Dos 75 anos da sua existência e da história do movimento operário e comunista deste século que agora termina, o PCP extrai a confirmação de que é justo e realizável aquilo que tem constituído e constitui um objectivo essencial da sua luta: a construção em Portugal de uma sociedade mais livre, mais justa, mais fraterna e mais humana, uma sociedade socialista.

A continuidade em vez de mudança

Em 1 de Outubro do ano passado, a fragorosa derrota do PSD traduziu um profundo e avassalador movimento de opinião

na sociedade portuguesa exprimindo uma imensa vontade de mudança de política.

E é um facto incontornável que foi o PS que, menos tendo lutado contra a política de direita, quem acabou por capitalizar essa aspiração de mudança impressionando favoravelmente grande parte do eleitorado com as promessas que divulgou a partir das tribunas dos comícios e que, por sinal, em muitos casos, até eram o contrário da orientação à direita que já constava dos seus documentos programáticos.

Catorze meses após a entrada em funções do Governo do PS, há uma simples mas terrível pergunta que, só por si, constitui a mais devastadora acusação ao Governo.

Afinal, onde está mudança?

Esta é a pergunta que fazem não tanto os eleitores comunistas, que estavam prevenidos e não tinham ilusões, mas sobretudo grande parte dos eleitores que votaram no PS esperando uma política diferente e melhor.

É óbvio que mudaram as caras do primeiro-ministro, dos Ministros, dos Secretários de Estado e das legiões de boys que ocupam os jobs do Estado. É óbvio que mudou o nome e a sigla do partido governante. É óbvio que mudou alguma coisa no palavreado e no estilo (mas nem tanto como se diz, porque, bem vistas as coisas, com o passar do tempo lá regressam muitos dos piores tiques do estilo do cavaquismo). É óbvio que, até para prolongar o chamado «estado de graça» e não fazer um corte brusco com as expectativas populares, de início o Governo adoptou pontualmente algumas medidas positivas.

Mas catorze meses depois, o que justamente se pode afirmar é que estas «mudanças» de caras, de rótulo e de estilo estão a anos-luz da mudança de política desejada pelos portugueses e necessária ao país.

O que justamente se pode afirmar é que estas mudanças de caras, de rótulo e de estilo tem servido sobretudo não apenas para dar continuidade, no essencial, à política que foi condenada nas urnas mas também para proteger a clara tentativa de impor aos portugueses uma política que, em alguns domínios, pretende realizar aquilo que um PSD enfraquecido e desacreditado já não teve forças para realizar.

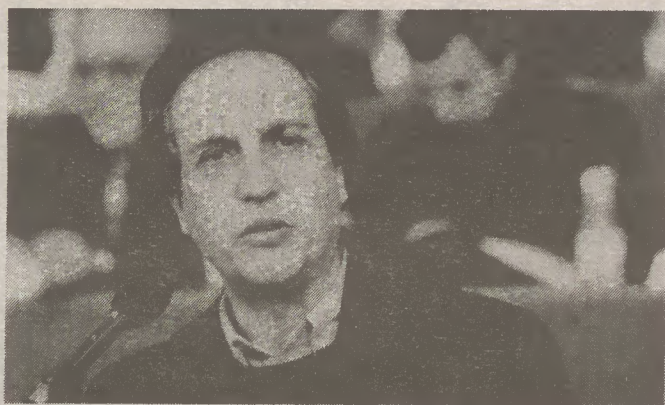
A verdade, hoje largamente partilhada e constatada por um leque de opiniões que abrange todas as áreas partidárias, é que em quase tudo o que é determinante, decisivo e estruturante para a vida dos portugueses e para a situação do país, o Governo do PS é, fundamentalmente, o fiel continuador da política de direita antes realizada pelo PSD.

Com efeito, não há mudança mas pura continuidade quando, com tem acontecido, o Governo do PS insiste numa política de concentração da riqueza em poucas mãos e de maiores sacrifícios e dificuldades para a população laboriosa, mantendo e agravando as injustiças e as desigualdades sociais.

Não há mudança mas pura continuidade quando como tem acontecido, o Governo do PS insiste numa política económica que define o aparelho produtivo nacional, tornando-o cada vez mais dependente, vulnerável e subcontratado.

Não há mudança mas continuidade agravada quando, como tem acontecido, o Governo do PS prossegue e intensifica de forma brutal um processo de privatizações de empresas do Estado que conduz ao controlo de centros vitais da economia portuguesa pelos estrangeiros e à perda de importantes instrumentos de soberania económica e de protecção do interesse público, que levará em linha recta a formas ainda mais clamorosas de subordinação do poder político ao poder económico.

Privatizações que se traduzem num verdadeiro assalto e roubo privado de património público e à instrumentalização das decisões do Estado ao serviço da transferência de centenas milhões de contos para o grande capital, através das propositadas



subavaliações que são feitas do valor dessas empresas e de todo um interminável corrúpio de situações de falta de transparência, amiguismo e corrupção. [É certo que, no quadro dos grandes partidos com representação na Assembleia da República, só nós assumimos a denúncia deste escândalo, deste crime e deste roubo. Mas não nos importamos com esta solidão. Mais vale estar só nesta honrosa atitude de denúncia do que fazer desonrosa companhia àqueles – como o PS, o PSD e o PP – que são cúmplices desta cruzada de rapina que volta a pôr em evidência essa velha tragédia da história portuguesa que é o egoísmo das classes dominantes e sua histórica propensão não para o trabalho produtivo e a criação de riqueza mas para os jogos de compra e venda, a especulação financeira e o parasitismo.]

Não há mudança mas pura continuidade quando, como tem acontecido, o Governo do PS insiste em querer basear a competitividade da economia portuguesa na degradação do poder de compra dos salários e das pensões e reformas, na restrição e ataque aos direitos dos trabalhadores de que a imposição da lei da flexibilidade e da polivalência constitui uma grave e inquietante expressão das reais prioridades e atitudes do governo em relação ao mundo do trabalho.

Não há mudança mas pura continuidade quando (como tem acontecido embora em algumas áreas recorrendo à técnica dos «pezinhos de lã» para dificultar a reacção popular), o Governo do PS insiste em ideias ditas de «reforma do Estado-Providência» (falar de Estado-Providência em Portugal só pode ser piada de mau gosto ou conversa de lunáticos), cujo verdadeiro conteúdo é o ataque aos insuficientes direitos sociais conquistados pelos portugueses, é o ataque aos sistemas públicos de segurança social, de educação e de saúde e o avanço no sentido da sua privatização, aumentando as áreas de chorudos negócios privados à custa das privações, carências e necessidades da população.

Não há mudança mas pura continuidade quando, como tem acontecido, o Governo do PS, do mesmo PS que fez do combate ao desemprego uma das suas mais esplendorosas bandeiras eleitorais, insiste numa política que assume deliberadamente a perspectiva do aumento do desemprego – esse grande flagelo que corrói o tecido social e atinge de forma tão dramática tantas e tantas famílias portuguesas – e que para o combate o desemprego, para além na insistência na política económica que o provoca, só consegue desencantar habilidades estatísticas ou recuperar «planos» e «pacotes» de medidas repetidamente apresentados pelo PSD e repetidamente fracassados.

Recordam-se como o PS na oposição levantou a bandeira da justiça fiscal e agora o que se vê e este é já o segundo Orçamento de Estado elaborado pelo Governo PS é que se mantém a mesma política de injustiça fiscal em que são os trabalhadores por conta de outrem os que continuam na realidade a pagar impostos enquanto por outro lado, 190 milhões de contos de benefícios fiscais são oferecidos no essencial ao capital financeiro e especulativo.

Mesmo em relação aos Serviço de Informações que o PS na oposição tanto clamou contra os seus abusos, agora no Governo deixa tudo exactamente na mesma, não só terminando as investigações sobre a espionagem de partidos políticos, mas também mandando arquivar o respectivo inquérito. O Governo do PS conserva em funções todos os responsáveis destas estruturas, mantém o SIS sem qualquer fiscalização da Assembleia da República e continua a pretender excluir o PCP do respectivo Conselho de Fiscalização, na fidelidade à teoria antidemocrática debitada nos bastidores de que era o que faltava que os vigiados pelo SIS passassem a fiscalizar o SIS.

É porque a continuidade é a regra e não a mudança é que aumentam o desencanto, os protestos e a conflitualidade social como se expressa na luta de amplas camadas da população, na luta dos agricultores, dos estudantes e professores, dos trabalhadores da Administração Pública, na marcha dos reformados, na greve dos ferroviários, na marcha dos mineiros de Aljustrel, na greve da Siemens e da Companhia Portuguesa do Cobre, na luta dos Rodoviários do Sul do Tejo, da Renault, da Portucel de

Intervenção de Carlos Carvalho

Viana do Castelo, da Siderurgia Nacional, na luta vitoriosa da Grundig e de tantas outras empresas e sectores.

Tal como o nosso Partido alertou, alastram também os conflitos resultantes da aplicação da Lei da Flexibilidade e da Polivalência

e verificam-se já greves e paralisações, e outras estão marcadas sobretudo no sector Têxtil, contra as tentativas de aplicação abusiva da Lei, como é o caso da eliminação das pausas. Isto é inaceitável e intolerável. O Governo não pode continuar a lavar as mãos como Pilatos!

A luta é o caminho contra uma política que visa a liquidação de direitos e o congelamento dos salários.

Daqui saudamos os trabalhadores em luta dizendo-lhes que podem contar com o PCP, nas instituições e fora delas, no apoio certo e seguro às suas justas reivindicações. Daqui saudamos os sindicalistas, os membros das comissões de trabalhadores e a CGTP-IN, a grande Central unitária e de classe dos trabalhadores portugueses.

Daqui saudamos também a juventude, pela sua luta pelo emprego, pelas saídas profissionais, pelo ensino de qualidade, palavra de ordem justamente levantada pela JCP, a juventude do PCP.

Primeiro não estão os portugueses mas sim os critérios de Maastricht

O PS que na oposição dizia que os portugueses estavam primeiro, coloca agora primeiro que tudo, antes de tudo e à frente de tudo a sua política o cumprimento dos critérios de convergência nominal de Maastricht e coloca como absoluta prioridade nacional a participação de Portugal na 3ª fase da UEM e na marcha forçada para a moeda única, com manifestos sacrifícios para os trabalhadores e o emprego e manifesta secundarização da aproximação de Portugal aos outros países da UE em termos de desenvolvimento real, salários, nível de vida e bem-estar social.

Tal como já acontecera com a própria adesão à CEE em 1985 e com o Acto Único em 1992, voltam agora com a moeda única os vendedores de ilusões às suas habituais promessas de prosperidade geral, de maior investimento, mais emprego, maior bem-estar.

É caso para dizer que a burocracia de Bruxelas, os diversos governos nacionais e o grande capital que todos servem se tornaram especialistas nessa suprema técnica de nunca confrontarem as suas anteriores promessas com os factos e as realidades e de sempre quererem convencer os povos que «na próxima é que é...»

No passado, venderam-nos a ideia do fácil acesso da produção nacional a um mercado de mais de 300 milhões de consumidores com alto poder de compra. Mas o que vimos e sofremos foi a crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira, com a liquidação e a ruína da nossa agricultura, das nossas pescas e de importantes sectores industriais.

No passado, venderam-nos a ideia de que rapidamente ascenderíamos aos níveis salariais, de protecção social e de bem estar dos países mais desenvolvidos, mas o que vimos e sofremos foi a aproximação em termos de preços e de impostos e a continuação da degradação dos salários e de um baixo nível de vida.

No passado, para nos venderem a aceitação do Mercado Único, até elaboraram o célebre Relatório Cecchini, então muito papagueado e por dirigentes do PSD, do PS e do CDS, em que vários «sábios» prometiam a formidável criação de milhões de empregos que, obviamente, nunca ninguém chegou a ver.

Mais tarde, em 1994, um dos membros do Comité Director do grupo Cecchini veio declarar, com toda a desfaçatez, que as elevadas estimativas em matéria de criação de emprego eram, em grande parte, propaganda ao serviço da União Europeia e que nenhum dos relatores tinha a ideia de que o mercado único era uma máquina de criar empregos! E foi mais longe afirmando mesmo que «a propaganda por uma boa causa» era necessária...

No caso de Portugal, o que se pode dizer é que a obsessão da moeda única está sendo propagandeada por um discurso e com argumentos caracterizados por uma absoluta vacuidade.

O primeiro-ministro, como o «pelotão da frente» de que Cavaco Silva tanto falava já estava um bocado gasto, passou a dizer a toda a hora que com a adesão à moeda única se trata de colocar Portugal «no centro da construção europeia». O Ministro das Finanças, esse, não faz a coisa por menos e declarou perante a Assembleia da República que com a adesão à moeda única o que se verificaria seria o nosso «regresso aos melhores momentos da história pátria».

E há pouco tempo, certamente achando que os exemplos práticos dão sempre jeito, o Primeiro-Ministro rapou do grande argumento de que, com a moeda única, até poderemos viajar no futuro por essa Europa fora sem precisarmos de trocar dinheiro.

Mas como o Primeiro-Ministro deveria saber, não é por causa da incomodidade dos câmbios, que hoje até se fazem em qualquer multibanco, que a grande maioria dos portugueses não viaja por essa Europa fora, mas sim por falta de dinheiro para trocar.

E quando parte para a Europa é para ir vender a sua força de trabalho e procurar o que não encontra no nosso país.

Estando em jogo coisas tão sérias como a situação e os interesses e o futuro do aparelho produtivo nacional, como os salários e o emprego dos portugueses, como a soberania do país, o Primeiro-Ministro faria melhor em deixar-se de argumentos de pacotilha que nem sequer convencem os portugueses que fazem turismo lá por fora, quanto mais os que vivem mal cá dentro.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem contestação possível, o cumprimento acelerado dos critérios de Maastricht, significará não apenas acrescidos sacrifícios e dificuldades no ano de 1997, mas também nos anos de 1998 e 1999, até à criação da moeda única, e também depois da sua criação.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem contestação convincente, é que o facto de Portugal vir a participar no núcleo inicial da moeda única, longe de lhe dar qualquer especial papel, peso ou influência na construção europeia, torna-o sim ainda mais prisioneiro da política neoliberal e mais amarrado e atado às inspirações, ditames e interesses dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

A verdade é que, como o PCP tem afirmado sem refutação, é uma profunda insensatez supor que passar a ter, de forma absolutamente artificial, uma moeda forte, é o grande remédio para um país com uma economia fraca e atrasada do ponto de vista relativo.

E é um acto de cegueira política não querer perceber que a sujeição às políticas únicas monetária e cambial já impede hoje, e impediria no futuro, que a economia portuguesa cresça a um ritmo substancialmente mais rápido que a da média comunitária, o que significa o abandono de qualquer perspectiva seria de convergência real.

Primeiro, o Tratado de Maastricht e agora a aproximação da criação da moeda única representaram e representam uma profunda mutilação da soberania nacional, representaram e representam saltos qualitativos no processo de integração europeia que modificam o próprio estatuto de Portugal na cena internacional, representaram e representam uma gravosa hipoteca sobre o nosso futuro colectivo.

Como se sabe, reclamámos que o Tratado de Maastricht, como aconteceu noutros países, fosse sujeito a referendo no nosso país.

Como se sabe, o PSD e PS opuseram-se vivamente a esse referendo.

Como se sabe, o PCP, com redobrada razão, reclama agora que, não sendo feito o referendo sobre o Tratado de Maastricht, a revisão deste Tratado que está em curso e a participação de Portugal na moeda única seja objecto de um referendo em que os portugueses possam manifestar a sua opinião e vontade sobre esses passos de tantas e tão profundas consequências para o nosso país.

Como quase todas as semanas há notícias que referem que quer o PS quer o PSD admitem ou contam com a realização de um referendo sobre a integração europeia, pode haver portugueses que pensem que isso vai mesmo acontecer.

Puro engano e pura ilusão.

A verdade é que, na comissão de revisão constitucional, o PS e PSD já se entenderam quanto a uma formulação constitu-

cional que não permitirá nem referendar a revisão do Tratado de Maastricht, nem a moeda única.

A formulação que acordaram o mais que eventualmente poderá permitir é que possam ser referendadas questões novas introduzidas pela revisão do Tratado.

Mas a verdade é que até hoje ninguém foi capaz de dar um só exemplo de uma matéria ou questão nova que possa sair da CIG/96 é que valha realmente um referendo.

E por aqui se pode perceber é que a grande tática do PS e do PSD, com a cumplicidade de muitos distraídos e mal informados, é agitar a promessa de um eventual referendo sobre os trocos e as minudências da integração europeia, para melhor esconderem que querem continuar a consumir esta perigosa aventura ao arpejo da consulta ao povo português e negando o direito que lhe assiste de tomar a palavra e decidir.

E, por isso, desta tribuna do nosso XV Congresso, queremos dar uma garantia e deixar um aviso.

Queremos dar a garantia de que o PCP continuará a lutar sem desfalecimento contra este perigoso projecto de aprisionar Portugal nas teias de Maastricht e que travará uma grande batalha política pela realização de um referendo nacional sobre a moeda única.

E queremos deixar o aviso de que, pela nossa parte, entendemos que nenhuns Tratados internacionais que venham a ser antidemocraticamente assumidos pelo PS e pelo PSD, poderão representar compromissos eternos para Portugal e que o povo português conserva intacto o seu inalienável direito de, em qualquer momento, decidir como lhe aprouver, sem outros limites do que a sua vontade e a sua noção de interesse nacional.

Numa análise, ainda que extensa mas não exaustiva, da governação do PS não podem ser esquecidas algumas referências ao triste ponto em que estão duas maiores bandeiras eleitorais do PS: a famosa paixão pela educação e o quase tão famoso empenho na regionalização.

A paixão não está na educação

A «paixão pela educação» tão apregoada pelo PS na hora de angariar votos e de aceder ao poder transformou-se, em pouco mais de um ano, para muitos, numa cruel desilusão.

O «diálogo» prometido desembocou numa conversa de surdos e o autoritarismo vai emergindo progressivamente no estilo de um Ministro da Educação cada vez mais isolado e desorientado.

O fundamental da herança da longa passagem do PSD pela pasta da educação mantém-se inalterada e é particularmente grave que o Ministério da Educação não tenha procedido à avaliação da desastrosa «reforma educativa» do cavaquismo e à pronta correcção das suas orientações mais nefastas.

Com a «paixão» do PS já tivemos toda a confusão e baralhada dos exames nacionais de finalização do ensino secundário e do acesso ao ensino superior, agora temos o não cumprimento da Constituição no que respeita à indispensável cobertura do país com uma rede pública e gratuita em relação à educação pré-escolar, temos uma proposta sobre financiamento do ensino superior elaborada sem qualquer consulta aos estudantes, aos professores e às escolas do ensino superior reincidindo na tentativa de aumentar substancialmente as propinas no ensino público e de sentar à mesa do Orçamento de Estado as empresas que exploram o ensino privado. Recentemente tivemos também a precipitação das alterações à Lei de Bases sem qualquer avaliação de conjunto e debate prévio, procurando dividir estudantes e professores.

O PS que durante a campanha eleitoral defendeu a eliminação progressiva dos *numerus clausus* no acesso ao ensino superior público, uma vez chegado ao Governo tem actuado em sentido contrário. E tudo isto dizendo que a educação é a sua «paixão». O que seria se não fosse...

A Regionalização na gaveta

Quanto à regionalização, por mais proclamações que os dirigentes do PS continuem a fazer, é hoje uma evidência incontornável que o real interesse e empenho do PS na concretização da regionalização é pouco mais que zero.

O PS ainda votou com o PCP o projecto de criação das Regiões Administrativas, mas poucos dias depois, logo nos primeiros embates com a demagogia referendária do PSD e do PP,

começou a ceder, a ceder, até ao ponto de já estar acordado com o PSD e o PP uma alteração à Constituição que tornará a regionalização dependente de um referendo prévio, o que desde logo, representa o precedente de referendar uma matéria que está há 20 consagrada na Constituição e cria um processo que é uma imensa complicação e uma enorme tralha que, a ser consumada e aprovada, tornará particularmente incerta e problemática a concretização da regionalização.

De vez em quando, aparecem dirigentes regionais do PS a clamarem contra o atraso e a paralisia deste processo.

Não queremos duvidar da sinceridade de muitos, mas não se pode deixar de notar que alguns parecem só ter percebido agora o que o PCP já explicou há seis meses, que alguns dizem que o erro do PS foi ter cedido ao PSD no referendo mas entretanto não os vemos a batalharem pela anulação do erro, que todos se dizem entusiastas da regionalização, mas a verdade é que, à beira do fim do prazo nem metade das Câmaras do PS se tinham pronunciado sobre os projectos de criação das Regiões Administrativas, enquanto das 49 Câmaras CDU, 41 já o tinham feito.

Que ninguém tenha dúvidas: a única esperança de uma próxima criação efectiva da regionalização está na sua concretização no quadro de que a Constituição actualmente dispõe. As alterações à Constituição, que o PS, o PSD e o PP querem proceder nesta matéria, não são para facilitar a regionalização, mas para a adiar ou enterrar de vez.

O PCP não aprovará uma qualquer regionalização, nem será ajudante ou salvador do PS nas curvas do caminho errado e desastroso em que entrou e de que, pelos vistos, não quer sair.

O PCP continuará a lutar firme e coerentemente por uma regionalização democrática do Continente, não para «dividir» ou «esquartejar» o País, mas para ajudar a atenuar as desigualdades de desenvolvimento do País que prejudicam a coesão nacional, não para criar mais burocracia, mas para criar participação e democracia no lugar da burocracia e da falta de legitimidade democrática das actuais CCR's.

Ao serviço das populações com confiança na batalha das autárquicas

As próximas eleições autárquicas constituem uma importante batalha política com repercussões directas na vida das populações e na evolução da vida política nacional.

São já indistiguíveis os meios e as manobras politiquieiras que alguns parecem estar dispostos a jogar mão nesta batalha eleitoral.

Muito do mérito que escasseia em acção autárquica aos nossos adversários eleitorais tentará ser compensado por campanhas suportadas em vultuosos meios financeiros e alimentadas por uma mediatização destinada a vender novos candidatos e a desvirtuar o carácter e objectivos locais de eleições autárquicas.

Inaceitável, mas também revelador de uma certa cultura de poder, é desde já a despropositada e abusiva intervenção dos governadores civis a quem parece ter sido atribuído o papel de agentes eleitorais do PS, distribuindo verbas, prometendo obras e realizações, promovendo e lançando localmente potenciais candidatos do partido do governo a vários dos municípios do país. Se a isso se juntar a acção que os presidentes da CCR, todos oportunamente nomeados pelo actual governo, continuam a manter no terreno melhor se perceberá as razões que podem estar na origem da súbito arrefecimento da paixão regionalista do PS e das vantagens de instrumentalização eleitoral que a sua ausência possibilita.

Também neste jogo politiquieiro o PS não fica atrás do PSD. Igualmente inaceitável é a utilização de dinheiros e recursos públicos, como sucede com as verbas destinadas para contratos programa e com a orientação de numerosos investimentos inscritos no PIDDAC, como instrumentos de uma acção direccionada para determinados municípios segundo uma lógica estritamente eleitoralista. São os sacos azuis ao serviço da campanha eleitoral do PS.

As próximas eleições constituem uma batalha política de todo o Partido a requerer a intervenção do conjunto dos militantes e organizações. À demagogia dos outros partidos nós devemos responder com o prosseguimento, ampliação e valorização do trabalho realizado, adoptando medidas com vista a dinamizar e envolver as organizações locais, ultimar a definição das candidaturas a apresentar e dos programas eleitorais a submeter às populações. A apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias,

que constitui um dos objectivos expressos nas nossas teses, exige uma atempada intervenção e iniciativa que permita afirmar a CDU como um amplo espaço de participação democrática aberto à contribuição e ao trabalho de milhares de cidadãos independentes.

O trabalho do Partido e da CDU nas autarquias e a acção dos nossos eleitos têm merecido o reconhecimento e apoio de largos sectores da população.

Um trabalho que se distingue não apenas pelo valor e a quantidade da obra realizada mas também pela sua identificação com as mais profundas aspirações populares, pelo conteúdo democrático e participado da gestão, pelos critérios de isenção, honestidade e competência que caracterizam e dão forma ao projecto autárquico do PCP.

A avaliação e o balanço positivo que se continua a fazer e que é mesmo reconhecido pelos nossos adversários, não deve fazer esquecer a necessidade de enfrentar traços e aspectos mais negativos que a não serem colectivamente assumidos e corrigidos poderiam tender para um esbatimento do conteúdo inovador da nossa acção autárquica. O exercício do papel de direcção dos organismos do Partido onde os eleitos naturalmente se inserem é uma condição para garantir uma adequada intervenção do conjunto do Partido na acção e na luta pela transformação e melhoria das condições de vida das populações e comunidades locais.

O reforço das posições da CDU nas próximas eleições autárquicas é uma condição necessária ao desenvolvimento de uma intervenção ao serviço das populações mas também para a defesa da autonomia do poder local.

Em maioria ou em minoria a presença e posições da CDU são uma garantia e uma voz em defesa dos interesses das populações, sempre disponível para dar uma contribuição séria à solução dos problemas locais e elevar a voz com inconformada energia na denuncia e no combate às injustiças, às arbitrariedades e às ilegalidades.

E porque isto é uma realidade inofismável encaramos as próximas batalhas das autárquicas com grande determinação, mas também, com uma grande serenidade e uma grande confiança.

Com justificada confiança na possibilidade de confirmar e fazer progredir a forte e diversificada presença e posições que o Partido e a CDU dispõem nas autarquias. Uma confiança alicerçada no trabalho e na obra realizada cuja dimensão e valor é largamente reconhecido pelas populações. Uma confiança que não pode nem deve entretanto abrandar a atenção e o empenhamento do conjunto do Partido.

A batalha eleitoral mais recente que travámos e em condições e Regiões particularmente difíceis foi a batalha das eleições regionais nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em que reforçamos as nossas posições e abrimos boas perspectivas para o futuro.

Daqui saudamos os camaradas pelo seu trabalho, pelo seu esforço, persistência e combatividade.

Os perigos da Revisão Constitucional

No âmbito da situação política nacional, impõe-se uma veemente chamada de atenção para os perigos que a revisão constitucional em curso comporta e anuncia.

Em primeiro lugar, é necessário salientar que, mesmo que muitas propostas do PSD e do PP não venham a fazer vencimento, a verdade é que os projectos de revisão destes partidos falam como um livro aberto sobre a sua visceral hostilidade a quase todas as conquistas, aquisições e princípios progressistas consagrados na Lei fundamental do País e traduzem a tentativa de um verdadeiro ajuste de contas com o património da Revolução de Abril.

Em segundo lugar, é preciso sublinhar que, como aconteceu em revisões anteriores, os maiores perigos advêm de novos entendimentos e acordos do PS com o PSD susceptíveis de introduzirem gravosas alterações, designadamente no plano da perversão da democracia política.

Já referimos os entendimentos que o PS e o PSD têm encaminhados para impedir o referendo sobre a moeda única e para baralhar e complicar a concretização da criação das regiões administrativas.

Mas, para além disso, consideramos particularmente inquietantes as possibilidades de um acordo entre o PS e PSD quanto à alteração do sistema de eleição das Câmaras municipais e do sistema de eleição da Assembleia da República, em ambos

os casos afectando gravemente o respeito pela proporcionalidade.

Quanto às Câmaras Municipais, a dificuldade está em saber qual das propostas – se a do PSD se a do PS – é mais antidemocrática.

O PSD quer que o partido mais votado, mesmo que não tenha a maioria absoluta, receba um bônus administrativo por forma a ter sempre direito a uma maioria absoluta de vereadores.

[E o PS tem o atrevimento de pretender acabar com o direito e a prática que os portugueses exercem há 20 anos de elegem directamente as Câmaras Municipais pelo sistema proporcional, e poderem assim determinar e escolher quem são os vereadores do Executivo municipal.

[Segundo a aberrante proposta do PS, deixaria de haver eleição para as Câmaras Municipais e o Presidente da Câmara seria o candidato mais votado da lista para a Assembleia Municipal que ficaria investido do poder absoluto de escolher a seu bel-prazer todos os vereadores.

Queremos deixar absolutamente claro que a nossa total oposição a esta proposta não tem nada que ver com cálculos de ganhos e de perdas e só tem que ver com a nossa firme convicção de que o sistema actual – permitindo uma representação pluralista nas Câmaras Municipais, ao permitir que a gestão municipal seja fiscalizada a partir da própria vereação ao permitir que vereadores da oposição possam exercer pelouros – tem um grande e insubstituível valor democrático.

Nós damos grande importância e não abdicamos de ter vereadores nos Municípios de maioria de outras forças políticas e não temos nenhum problema nem nos sentimos incomodados em que nas Câmaras de maioria CDU haja vereadores de outras forças políticas.]

No que respeita ao sistema eleitoral para a Assembleia da República, o maior perigo da sua perversão está nas propostas do PSD e do PS para criar círculos uninominais (em que só se elege o candidato vencedor) e que, de forma directa ou indirecta, representarão um golpe contra a proporcionalidade, isto é, contra uma representação parlamentar de cada força política correspondente aos reais votos que teve.

Quando afirmamos isto, é frequente o PS mostrar indignação e logo vir jurar a pés juntos que, não senhor, não querem pôr em causa a proporcionalidade.

O problema é que há dois anos que andamos a desafiar o PS para explicar, publicamente, tintim por tintim, como é que consegue instituir círculos uninominais sem afectar a proporcionalidade e para, de uma vez por todas, explicitar em termos concretos e compreensíveis que sistema eleitoral é que verdadeiramente propõe ou quer.

É isto que, ao longo de dois anos, o PS nunca fez e nunca explicou cabalmente, adiantando-nos em privado que, depois de alterada a Constituição, em sede de Lei ordinária então logo se verá como será concretamente o novo sistema eleitoral.

Esta política de ocultação, de falta de transparência e de «cheque em branco» é totalmente inaceitável.

Como é totalmente inaceitável que, conforme resulta de recentes declarações de dirigentes do PS e do PSD, se esteja à beira de um novo acordo de bastidores entre os dois partidos, consagrado ou não com cerimónia pública, transformando a Assembleia da República num mero notário do que PS e PSD já decidiram no exterior.

[O PCP intervém neste processo dando combate às propostas de outros partidos e apresentando as suas próprias propostas de fortalecimento dos direitos fundamentais, em particular dos trabalhadores e do sistema democrático, designadamente através do reforço do papel da Assembleia da República e das autarquias locais.]

A revisão constitucional deve decorrer na respectiva comissão parlamentar e respeitar as características básicas do regime democrático. A revisão só faz sentido, na óptica do PCP, para tornar a democracia e os direitos fundamentais mais fortes e não mais fracos. Continuaremos a intervir nesta batalha com firmeza, dentro e fora da Assembleia da República e consideramos que é urgente uma grande mobilização dos democratas contra a nova aliança entre o PS e o PSD na revisão da Constituição.



Intervenção de Carlos Carvalhas

PCP Oposição de esquerda partido da alternativa

Como estareis recordados, quando em Novembro do ano passado, o PS apresentou na Assembleia da República o seu Programa de Governo – um Programa de governo que não deixava a mais pequena dúvida quanto ao propósito do PS de continuar as grandes e mais decisivas linhas de orientação e opções de fundo da política de direita – logo o nosso Partido se definiu, com toda a clareza e frontalidade, como a **oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política.**

Estamos convictos que o conjunto do Partido apoia sem qualquer reserva ou hesitação esta nossa atitude de clara demarcação do PS e do seu Governo.

Esta nossa colocação como **oposição de esquerda** era e é indispensável por respeito com os compromissos que assumimos perante os portugueses que em nós confiaram, por coerência com a política que propomos e defendemos, por dever de intervenção na resistência e na luta contra os golpes e agressões que a política anunciada e seguida pelo PS inevitavelmente significaria para os direitos e interesses dos trabalhadores e de vastas camadas da população.

Mas era e é também indispensável como forma de combater e desarticular **duas manobras de mistificação** em que nos próximos anos, o PS e o PSD estarão vivamente empenhados.

A **primeira manobra** conduzida pelo PS, consiste em usar o seu nome e a sua etiqueta de Partido Socialista para procurar convencer a sua base eleitoral de que a política que está desenvolvendo é a única possível, procurando que os seus eleitores, por razões de simpatia ou afinidade partidária, se disponham a tolerar ao PS tudo quanto odiavam no PSD, caindo na resignação, no conformismo e na apatia.

A **segunda manobra**, conduzida pelo PSD e por toda a direita e que tem grande acolhimento nos meios de comunicação social, consiste em fazer crer que, como o Governo é do PS, seria a «esquerda» que estaria a governar, para mais à frente poderem dizer que o fracasso do PS foi o fracasso da «esquerda» (o que também atingiria o PCP) e, portanto a alternativa estaria no regresso da direita. Ou seja, o que o PSD e toda a direita gostariam era de ganhar em dois tabuleiros: terem o proveito da continuação da sua política pelo PS e terem o proveito eleitoral de atribuir as culpas e as responsabilidades à «esquerda».

Ao definirmo-nos com a oposição de esquerda ao Governo do PS, contribuímos decisivamente para deixar claro que não é a «esquerda» – mas tão-só o PS – que está no Governo e que não é uma política de esquerda – mas uma política de direita – que está a ser realizada.

Com isto, estamos a caracterizar uma política e não estamos de forma nenhuma a duvidar dos sentimentos e aspirações de esquerda de portugueses que confiaram e ainda confiam no PS ou que nele militam.

Apresentamo-nos e afirmamo-nos pois como a oposição de esquerda ao Governo do PS, como o grande Partido de esquerda que levanta bem alto e com firmeza os valores da esquerda.

Mas talvez falte dizer alguma coisa mais: é que não somos apenas a oposição de esquerda, somos também, no quadro dos principais partidos, a única oposição verdadeiramente digna desse nome.

Porque a oposição da direita é, no fundamental, uma encenação de uma falsa oposição por parte de partidos – o PSD e o PP – que na verdade estão de acordo com as linhas fundamentais da política do PS. Mas que precisam de o esconder e precisam que as divergências menores e em questões acessórias retirem visibilidade pública às suas convergências e entendimentos no que é essencial e mais importante.

Os jogos, os joguinhos e a competição entre o PSD e o PP para ver quem é que se tornava parceiro do PS na viabilização do Orçamento, as piruetas trimestrais de Manuel Monteiro, a multiplicação entre PS, PSD e PP de incidentes verbais, de ultimatums, de desafios, de cartas abertas e fechadas, de rábulas diárias e semanais, de ameaças públicas e de combinações privadas, de punhaladas políticas para Televisão ver e de amigáveis abraços de bastidor – tudo isto não passa afinal de produtos saí-

dos de uma gigantesca fábrica de nevoeiro político que é soprado para impedir os portugueses de descobrirem a verdade, a verdade que os ajudaria a aproximarem-se de outras opções políticas e eleitorais.

O recente acordo do PP com o PS acerca do Orçamento, que é um Orçamento da moeda única, do desemprego e da contenção salarial, fala por si. Mostra as cambalhotas e as politiquêirices do PP e mostra também, o conteúdo do Orçamento do PS para ser viabilizado por um partido da extrema direita.

Não faltam, aliás, dezenas e dezenas de assuntos em que facilmente se distingue a real oposição do PCP e a falsa oposição do PSD e do PP.

[Mas basta citar a questão do «diálogo». O PSD e o PP dão de barato que o PS de facto dialoga muito e a crítica que lhe fazem é a de que o PS passaria a vida a dialogar e decidiria pouco, não teria autoridade e recuaria perante qualquer contestação.

Nós, pela nossa parte, temos sobre isto ideias muito diferentes.

Temos a ideia de que, ao fim de 14 meses, o «diálogo» do Governo do PS é sobretudo «conversa fiada» para dourar a pílula amarga da sua política e anestesiar o descontentamento e o protesto popular.

Temos a ideia de que o Governo não dialoga de mais e decide de menos, antes decide muito mas mal e ouve pouco e respeita pouco as justas reivindicações dos portugueses afectados pela sua política.

E temos também a firme opinião que por detrás do palavreado do Governo PS sobre a «concertação estratégica» o que se esconde é a tentativa de corresponsabilizar e comprometer as organizações sociais para uma estratégia que o Governo há muito definiu e que não quer discutir com ninguém].

É tendo em conta a grande sintonia que em todas as questões de fundo existe entre o PSD e o PS que ainda se torna mais ridículo ver o Presidente do PSD a qualificar-se a si próprio de «líder da oposição», tal como fazia, com idêntica presunção e da mesma forma abusiva, o Eng. António Guterres quando Cavaco Silva era Primeiro-Ministro. Falemos francamente: nesta matéria, a prosápia de Marcelo Rebelo de Sousa, como ontem a prosápia do Eng. António Guterres, não é apenas uma questão de ridículo nem uma questão de lapsos: é uma manifestação de conflito intelectual e político com o pluralismo, é uma expressão de incomodidade e inadaptação às regras democráticas, é uma atitude de cariz totalitário que recusa a evidência de que no quadro partidário nacional, felizmente, não se esgota nos partidos alternantes na execução da política de direita.

Ao professor Marcelo Rebelo de Sousa dizemos hoje o mesmo que no passado dissemos ao Eng. Guterres: dê-se por muito feliz e contente por, quando muito, liderar o seu próprio partido: e ganhe juízo nessa sua tola pretensão de «liderar a oposição» e de liderar outros partidos que não aceitam nem toleram tutelas e se governam e lideram muito bem a si próprios.

Creemos serem inteiramente compreensíveis as razões porque fazemos questão em nos afirmarmos tão fortemente como a oposição de esquerda ao Governo do PS.

Mas essa importantíssima definição só serve para abranger a **nossa atitude no plano institucional, político e social face ao Governo e à sua política.**

É, porém, insuficiente para exprimir com verdade a atitude global do PCP perante a sociedade portuguesa e perante o regime democrático consagrado na Constituição que ajudámos a fundar e a construir e de que somos firmes defensores.

Desmentindo as deturpações e caricaturas lançadas pelos que tudo fazem para nos apresentar como um partido «do contra», que «só sabe dizer mal» e que está interessado numa política de «terra queimada», a verdade é que uma das mais essenciais características do PCP é, aos mais variados níveis de intervenção, o seu profundo empenho construtivo na solução dos problemas do povo e do país, a generosidade sem limites e os esforços abnegados que aplica na defesa dos interesses populares, o seu rico património de reflexão sobre as grandes questões da sociedade portuguesa, a constante contribuição dos seus militantes para o fortalecimento das organizações sociais, a importante obra que desde há 20 anos realiza no Poder Local democrático, a sua qualificada e construtiva intervenção no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, bastando a este respeito lembrar que, em sucessivas legislaturas, é quase sempre o PCP, com um diminuto número de deputados, quem apresenta maior número de iniciativas legislativas procurando dar

resposta a legítimos anseios e sentidas reclamações dos portugueses.

E, entre tantas outras iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP que testemunham um viva sensibilidade e atenção do nosso partido a agudos problemas da nossa sociedade, pensamos ser de inteira justiça destacar nesta intervenção de abertura do nosso Congresso o nosso projecto de lei sobre a interrupção da gravidez visando por um lado ampliar os prazos de aborto eugénico em função de recomendações da ciência médica e, por outro, permitir legalmente o aborto por razões económicas e sociais nas primeiras 12 semanas de gravidez, designadamente em estabelecimentos de saúde públicos.

A alternativa que é necessário enfrentar não é entre o «ser pelo aborto» ou «ser contra o aborto». Nas condições actuais, a alternativa é entre o aborto clandestino e o aborto legal (possível em condições precisas e significando assistência gratuita, ajuda à mulher, solidariedade, segurança, higiene, protecção da saúde, informação e prevenção).

A nova lei proposta pelo PCP não é para promover o aborto mas para promover esse indiscutível progresso que seria transferir o recurso ao aborto da esfera clandestina para a defesa da legalidade e da segurança médica.

Finalmente, é indispensável acentuar que a legalização proposta pelo PCP não cria nenhuma obrigação aos que não pretendem usufruir dessa possibilidade legal. Cada um pode decidir de acordo com a sua consciência e vontade.

Mas daí se conclui também uma abissal diferença entre a legalização proposta pelo PCP e a proibição actualmente existente. É que, com a legislação proposta pelo PCP, quem não é pelo aborto legal não é para ele empurrado. Mas, ao contrário, com a proibição em vigor, as mulheres que desejariam interromper a gravidez em condições de legalidade, assistência e segurança são empurradas para a clandestinidade. A legislação em vigor cria coacção e clandestinidade. A legislação proposta pelo PCP valoriza a liberdade, a dignidade e a responsabilidade.

A orientação construtiva do PCP está bem patente no seu Programa para uma democracia avançada e nas suas propostas para uma política de esquerda que represente um novo rumo para Portugal.

E por isso reafirmamos, neste nosso Congresso, — que é necessária e é possível uma nova política que sirva o povo e o país. Como se sublinha no Projecto de Resolução: a sociedade portuguesa dispõe de condições e potencialidades para a solução dos grandes problemas nacionais. O país tem recursos naturais e humanos que lhe permitem acreditar num futuro diferente e melhor. Uma experiência humana e histórica de séculos, o que lhe dá uma coesão nacional ímpar na Europa. Uma cultura própria e uma reconhecida adaptabilidade do povo português às alterações de condições. Uma juventude disponível e numerosa. Tendo por base estas condições e potencialidades é possível desenvolver a economia, travar os processos destrutivos, combater o desemprego e melhorar as condições de vida, nomeadamente através dos salários e das reformas e promover a educação, a ciência e a cultura.

E é com base no Programa de uma nova política que se contrapõe claramente a política que une o PS, PSD e PP, que nós queremos assumir, não apenas no discurso mas na vida, como um partido portador de uma alternativa democrática e como um grande pólo aglutinador das vontades e aspirações de esquerda existentes na sociedade portuguesa.

Com efeito, o premeditado e voluntário enfeudamento do PS ao neoliberalismo e à política do grande capital conduz directamente à evidência de que o reforço político e eleitoral do PCP é o factor determinante e decisivo para a construção de uma alternativa democrática.

É com este objectivo, que ao nosso XV Congresso através da proposta da Resolução Política, é proposto todo um vasto conjunto de orientações e de linhas de trabalho visando aproveitar as favoráveis condições sociais e políticas que consideramos existirem para a afirmação e o crescimento da influência e do prestígio do PCP.

Nesse sentido, propomo-nos trabalhar audaciosamente para uma ligação cada vez mais profunda do PCP com as massas populares e com os seus problemas e para o reforço geral da sua organização, iniciativa e acção política, bem como da sua intervenção nas instituições.

Propomo-nos trabalhar decididamente para ampliar ainda mais a contribuição dos comunistas para o desenvolvimento dos movimentos e lutas sociais e para a afirmação na sociedade portuguesa de um vasto e actuante movimento de opinião unido em torno dos grandes valores e propostas de uma política de esquerda.

Propomo-nos trabalhar para impulsionar um amplo movimento de debate, reflexão e acção comum com outras correntes e sectores democráticos, para a dinamização da CDU e para um mais intenso diálogo e relacionamento com milhares e milhares de cidadãos independentes que desejam intervir nas grandes causas da esquerda.

Propomo-nos trabalhar, com a ajuda preciosa e o papel indispensável da JCP, para uma relação mais dinâmica e uma comunicação mais viva do Partido com as jovens gerações.

Propomo-nos trabalhar para uma mais forte afirmação do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP e da sua aptidão para o exercício de responsabilidades governativas.

Não ignoramos nem as ásperas dificuldades nem os obstáculos poderosos que o complexo processo de construção de uma alternativa democrática tem pela frente.

Mas sabemos também que os trabalhadores e o povo português precisam de uma alternativa democrática que, finalmente, acabe com o jogo de uma mera alternância sempre em torno da mesma política.

E sabemos sobretudo que aos comunistas portugueses não faltarão nem o ânimo, nem a energia, nem a confiança, nem a audácia de pensamento e de acção para tudo fazerem para que Portugal conquiste uma nova política e uma alternativa democrática.

Um Partido Comunista na passagem para o século XXI. Um Partido mais forte.

Num breve balanço do trabalho de direcção, da evolução orgânica e da actividade do Partido, cabe dizer que concretizando as mudanças na estrutura de direcção decididas pelo XIV Congresso, foi assegurado num quadro de grande exigência e complexidade políticas e de uma profunda renovação dos quadros dirigentes, uma intervenção pronta e dinâmica, e a unidade de orientação e acção do Partido.

Apesar da manutenção dum conjunto de condições objectivas desfavoráveis, a organização do Partido, respondeu como um grande colectivo de forma empenhada às tarefas e desafios de uma exigente situação política e social, e teve forças e energias para progredir em numerosos objectivos orgânicos, verificando-se uma visível estabilização num importante conjunto de indicadores orgânicos.

O colectivo partidário manteve uma intensa actividade, marcada por uma significativa militância e capacidade realizadora. Com uma intervenção multiforme, na dinamização das lutas dos trabalhadores, dos agricultores, das populações, em todas as batalhas eleitorais, numa qualificada actuação nas instituições, conseguiu-se ainda tempo e energia militante, para realizar com êxito entre muitos milhares de iniciativas, a valiosa Campanha Nacional de 150 000 contos, uma Conferência Nacional sobre a organização e a intervenção do Partido junto dos trabalhadores, e o importante ciclo de «Debates com o País», um conjunto de 250 sessões de trabalho com a participação de cerca de 20 000 pessoas.

Este balanço inegavelmente positivo, não pretende esconder ou levar-nos a subestimar as muitas insuficiências e dificuldades, atrasos e rotinas, debilidades e fragilidades, aspectos críticos que assinalamos na Proposta de Resolução Política e que foram explicitados no debate que se realizou no Partido.

Em matérias de direcção, revelaram-se dificuldades na articulação dos diversos organismos e numa melhor preparação e assunção pelo Comité Central de todas as suas competências, acentuaram-se debilidades e funcionamento irregular de algumas estruturas de apoio à Direcção Central, não se progrediu como seria de desejar no trabalho de coordenação de empresas e sectores de âmbito nacional ou pluridistrital.

Na política de quadros, continuaram e verificar-se problemas no seu equilibrado conhecimento e avaliação, insuficiências na preparação político-ideológica e atrasos numa maior responsabilização de mais militantes, e em particular de quadros operários, quadros jovens, quadros femininos e não se pode pensar nestes apenas em ano de Congresso. Permaneceu por fazer também uma ampla reflexão sobre as condições e a situação dos quadros funcionários que nos permitam determinar as medidas necessárias para o reforço, rejuvenescimento e renovação do valioso núcleo de funcionários que o PCP possui.

Relativamente às questões de organização, manteve-se, apesar de muitos sinais positivos, um insuficiente rejuvenescimento e renovação dos efectivos partidários e de muitos orga-

nismos, um número reduzido e/ou funcionamento deficiente dos organismos de base, a persistência de incompreensões e dificuldades na regular realização das Assembleias das Organizações, e mantiveram-se outros aspectos defeituosos do estilo de trabalho em alguns quadros e organismos.

Queremos que o Congresso dê um forte impulso para vencermos os problemas e dificuldades assinaladas. É dum Partido Comunista mais forte que os trabalhadores, os democratas e o povo português precisam. É por um Partido mais forte que vamos trabalhar, concretizando as orientações que os delegados ao Congresso vão aprovar. O Partido Comunista que fará a passagem para o século XXI.

Um Partido que neste Congresso, assumindo um inestimável património de luta, audácia, criatividade, coragem e fraternidade revolucionária, reafirma a natureza e identidade.

Nos seus objectivos de um projecto de Democracia Avançada para o Portugal dos dias de hoje e amanhã, que se funde com um projecto de transformação social tendo por horizonte o socialismo.

Na sua natureza de partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

Na base teórica e num funcionamento orgânico com uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central, numa visão articulada e complementar das suas tarefas nacionais e dos seus deveres internacionalistas.

Somos um partido que considera o marxismo-leninismo não como um código fechado, como um receituário, um pronto a vestir, mas como um instrumento de análise e guia para a acção, como um sistema aberto ao que de melhor a Humanidade tem produzido, sujeito portanto à evolução de teorias e conceitos que o constituem, fruto da experiência, da prática, dos novos conhecimentos e do diálogo crítico com outras teorias.

Um Partido que não entende o «bom quadro», com grande «espírito de Partido», «com grande firmeza ideológica», como o homem de confiança, o incondicional, o que cumpre o que vem de cima sem criar problemas, o que transmite a decisão superior sem lhe pôr nada da sua «alma», o que intervém sem acrescentar nada da suas capacidade de criação, mas pelo contrário, o que sabendo com clareza os objectivos porque lutamos, interroga, questiona, defende a opinião própria embora sempre aberto à opinião contrária, procurando inserir o seu contributo no trabalho colectivo.

Um Partido cuja actividade está essencialmente ligada ao belo e generoso conceito que se chama militância — entrega de horas de lazer, de trabalho gratuito, de realização de pequenas e grandes tarefas que não têm mediatização mas que representam o empenho abnegado de quem luta pelas grandes causas, do progresso social, da democracia e do socialismo.

Somos e queremos continuar a ser um Partido aberto à vida e às novas realidades que não se fixa em fórmulas e muito menos em fórmulas caducas. Um Partido que não aprisiona a realidade em esquemas pré-concebidos e que rejeita a absolutização e a unilateralização de observações e de análises.

Nada é mais alheio ao que defendemos e aos objectivos porque lutamos do que o autoritarismo, o manobristismo, os argumentos «tipo elástico», sempre adaptáveis aos fins que se querem atingir, ou o culto dos mais responsáveis ou ainda o «aparrelhismo» e o subjectivismo na apreciação dos quadros.

Numa situação tão complexa e tão exigente mas também em que cresce a influência e a autoridade do Partido devemos um grande esforço para chegar a cada vez mais trabalhadores, a cada vez mais portugueses, a estender as duas mãos aos que sinceramente nos estendem as suas, a procurar colher os contributos daqueles que sinceramente nos querem ajudar, a favorecer a aproximação dos que no passado por esta ou por aquela razão se afastaram mas que continuam a reconhecer neste Partido uma grande verticalidade e uma referência singular de ética e de luta.

É portanto destas características e princípios e com estes objectivos que nos propomos aprofundar a intervenção política e o desenvolvimento da organização junto daqueles que são a nossa primeira prioridade: os trabalhadores portugueses.

Que nos propomos trabalhar pela renovação e desenvolvimento da base teórica, património dos comunistas e da humanidade, que permita responder às profundas mutações da sociedade, aos progressos da ciência, à necessária procura de caminhos para a transformação social por que lutamos.

Que nos propomos trabalhar para o desenvolvimento das alianças sociais e políticas que confirmem o PCP como pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda, portador de uma alternativa democrática. Alianças que ajudem a vencer concepções sectárias, fechadas e virem ainda mais os comunistas para todos os cidadãos e camadas sociais atingidas pela

ofensiva da oligarquia financeira e do capital monopolista.

Que nos propomos, fundados na nossa identidade, no nosso património de luta, de cidadania, de ética, reafirmar o modo específico como assumimos o exercício

democrático do poder nas instituições, nas organizações de massas, no próprio Partido. Um exercício do poder que queremos límpido, transparente, ao serviço dos trabalhadores e das populações do país. Um exercício do poder como exigência da organização e funcionamento democrático das instituições e da sociedade portuguesa, onde a defesa das orientações do Partido se articula com o respeito pela iniciativa, âmbito, autonomia e vida democrática das instituições, onde se conjuga a responsabilidade perante os eleitores com a disponibilidade e responsabilidade política perante o Partido.

É para um Partido assim, comunista, militante, orgulhoso dos seus 75 anos de vida, mais forte e capaz de responder às exigentes tarefas orgânicas, ideológicas e políticas da proposta de Resolução Política, que avançamos **7 grandes orientações de trabalho.**

1ª Uma direcção central renovada e simplificada na sua estrutura e composição, em que o Comité Central, principal órgão entre Congressos, assumia a plenitude das suas responsabilidades [de orientação superiores do trabalho do Partido, com uma composição conforme as suas características essenciais, de classe, de diversidade de conhecimentos e experiências, com uma criteriosa distribuição geográfica, com mais mulheres e jovens].

A renovação de quadros e responsabilidades que o Comité Central propõe ao Congresso não é certamente nenhuma orientação nova antes se funda no nosso património teórico. É o prosseguimento firme e corajoso da substituição de dirigentes mais antigos, que representam uma património insubstituível de luta, que constituem uma grande riqueza que o Partido precisa de defender e valorizar e que vai continuar a trabalhar conosco mas que por razões de idade, saúde, diminuição de capacidades e energias devem dar o lugar a outros quadros mais jovens, que estejam em melhores condições. **Não é renovar por renovar. É um renovar para melhor servir e continuar o Partido que esses valiosos quadros trouxeram até nós.**

2ª Reforçar a organização partidária. Salientando a importância para a superação das dificuldades orgânicas de um Partido virado corajosamente para as massas [de um Partido que sabe valorizar, organizar e aproveitar integralmente a intervenção dos seus quadros mais activos – o que denominamos núcleo activo – de um Partido capaz de adequar a resposta orgânica às especificidades próprias das regiões e sectores, de um Partido que precisa de cuidar da sua estrutura intermédia de direcção, e em particular desse eló orgânico decisivo que são as comissões concelhias, avançamos na proposta de Resolução Política com as 3 direcções principais]:

— a renovação e rejuvenescimento das estruturas partidárias, e onde a adesão de novos membros assume um papel crucial;

— a valorização do papel do militante e o trabalho para elevar a militância dos membros do Partido;

— o desenvolvimento, reforço e constituição de organizações e organismos de base, as células.

3ª Desenvolver a democracia interna no nosso funcionamento orgânico. Possuímos, camaradas, um Partido com um funcionamento democrático ímpar no quadro partidário português. Mas não estamos satisfeitos. Consideramos que é necessário progredir e na base dos nossos Estatutos dar mais e novos passos criando condições para uma efectiva participação de cada membro do Partido em toda a vida partidária. [É condição decisiva para elevar a militância. É condição essencial para que o Partido se enriqueça com uma participação mais ampla, juntando novas experiência e maior diversidade humana e social. Não precisamos nestas matérias de grandes invenções. Mas sim, com audácia, criatividade, persistência, cumprir os princípios fundamentais estabelecidos para a organização e funcionamento do Partido.



Intervenção de Carlos Carvalhas

Uma particular atenção à abertura de espaços para a intervenção dos membros do Partido, ao desenvolvimento de iniciativa e vida própria dos organismos, à realização regular das assembleias eleitorais.]

4ª Uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade. Como todos sabemos, camaradas, não basta ter razão, ter argumentos, ter propostas e iniciativas justas e sérias para os problemas dos portugueses. É necessário que os portugueses conheçam com verdade, as nossas teses, as nossas ideias, as nossas posições. É necessário que a mensagem do Partido chegue aos trabalhadores e ao povo.

Também sabemos das dificuldades e obstáculos que enfrentamos nesse trabalho de informação, propaganda e esclarecimento. [Do quadro de profundas desproporções de recursos e meios comparativamente a outras forças políticas beneficiárias do apoio do grande capital; da redução da comunicação e mercadoria e dos cidadãos a consumidores; do predomínio mediático da política espectáculo, empobrecedora da democracia e secundarizadora do debate de ideias.]

É assim camaradas que entre as muitas direcções e medidas apontadas na proposta de Resolução Política para travar com êxito esta batalha sublinho a que me parece decisiva: **os comunistas, sem ignorar dificuldades, devem assumir uma mais ampla consciência que o próprio Partido constitui uma grande e ímpar rede de comunicação militante.**

5ª Fortalecer a capacidade financeira do Partido. [É uma evidência, camaradas, que os nossos recursos são insuficientes para um melhor e maior desenvolvimento da estrutura orgânica e da actividade partidária. Mantendo nós uma firme posição sobre a necessidade de rigor transparência e independência face a interesses económicos, em matéria de financiamento partidário, lógico é defender a necessidade de uma mais séria batalha pelo aumento das receitas como se propõe na proposta de Resolução Política: na elevação do valor da quota e por mais camaradas a pagar quotas, no desenvolvimento das receitas extraordinárias de contribuições de militantes, amigos e simpatizantes, no avançar com audácia em iniciativas na base de experiências bem sucedidas e novas e criativas formas, na mais rigorosa exigência de cumprimento do que está estabelecido sobre as contribuições dos representantes e eleitos do PCP.]

O êxito da campanha dos 150 000 contos deve dar-nos uma grande confiança no desenvolvimento desta imprescindível tarefa. [Outras direcções importantes se sublinham: o criterioso estabelecimento do programa de investimentos; um mais aprofundado trabalho de acompanhamento e defesa do património, a continuação dos esforços de contenção de gastos, e sobretudo de uma boa gestão dos recursos disponíveis: duas questões essenciais: um melhor controlo financeiro, uma maior mobilização de mais camaradas para estas tarefas. Que é e deve ser cada vez mais, uma tarefa de todo o Partido.]

6ª Assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto e do Partido. [Existem desigualdades regionais e sectoriais de influência e trabalho do Partido que necessitam de ser consideradas atentamente pela nossa Direcção. Há que desencadear medidas que impeçam que se ultrapassem limiares críticos, relativamente ao trabalho orgânico e político em certas regiões e sectores de actividade.] O PCP é um Partido nacional, que precisa de assegurar e desenvolver essa dimensão em todo o espaço do território do país.

7ª Reforçar a cooperação e solidariedade internacionalista. A luta dos trabalhadores e do povo português está objectivamente inserida no processo mundial de libertação dos trabalhadores e dos povos. Defendendo firmemente a independência e soberania nacional, considerando que a sua primeira e principal responsabilidade é perante os portugueses e a sua luta, o PCP é activamente solidário com a luta dos outros povos e considera que a solidariedade dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos é de capital importância para o avanço da luta libertadora à escala dos diferentes países e no plano mundial.

[Nos últimos quatro anos desenvolvemos uma larga e diversificada actividade internacional. Foi linha de direcção fundamental intervir com as suas posições próprias na grande batalha política e ideológica que tem percorrido o campo das forças progressistas, defendendo com firmeza a necessidade de uma mais ampla e eficaz cooperação de todas as forças de esquerda, democráticas e progressistas.

Dando uma grande atenção ao desenvolvimento das relações no plano bilateral, o PCP empenhou-se e empenha-se profundamente no plano da cooperação multilateral dos partidos comunistas e outras forças de esquerda na Europa. No quadro da iniciativa do conjunto dos partidos que integram o Grupo de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica no Parlamento Europeu, sublinhamos e destacamos o nosso empenho e participação no Comício de Paris de 11 de Maio, que aqui vivamente saudamos pelo seu relevante significado político.]

Conscientes das inúmeras e grandes transformações e problemas que atravessam o mundo dos nossos dias, da situação difícil em que se encontram muitos partidos comunistas e forças de esquerda, que daqui saúdo nas delegações aqui presentes, desejo sublinhar, a enorme confiança que anima os comunistas portugueses, a enorme vontade que nos impulsiona, o empenho com que travamos a batalha por uma mais fraterna, solidária e pronta resposta aos nossos deveres internacionalistas. Desejo garantir-vos que junto dos jovens, das mulheres, de todo o povo português, os comunistas portugueses continuarão a defender intransigentemente o direito de cada povo e de todos os povos à liberdade, à democracia, à paz, ao desenvolvimento e progresso social, ao direito inalienável de cada povo e de todos os povos a decidirem dos seus destinos.

Como sabeis, a proposta de Resolução Política que o Comité Central submete à apreciação e votação do Congresso, integrando as grandes orientações para o desenvolvimento futuro do nosso trabalho e da nossa intervenção, tem também a natureza de um Relatório de Actividade, através do qual a direcção do Partido procede à desenvolvida prestação de contas que deve ao colectivo partidário.

No balanço a que aí procedemos da nossa luta nos últimos quatro anos, quisemos continuar fiéis a princípios de verdade, de lucidez e de grande exigência conosco próprios e por isso, de uma forma que nenhum outro partido pratica, e como há pouco acabei de expressar, assumimos clara e detalhadamente as nossas dificuldades, insuficiências, limitações, atrasos, insucessos ou resultados insatisfatórios em relação a objectivos por que lutámos.

Mas, sem qualquer jactância ou arrogância, pensamos sinceramente que o que ressalta fortemente destes últimos quatro anos é que, pela corajosa luta e dinâmica intervenção do PCP e pela acção empenhada dos seus militantes, continuámos a dar uma grande lição a todos aqueles que já sentenciaram mil vezes a morte iminente do nosso Partido, a ruína dos seus ideais e a falência do seu projecto libertador.

Pensamos sinceramente que, defrontando anátemas, preconceitos, calúnias, discriminações e alterações no plano nacional e internacional muito adversas, o PCP foi o grande protagonista da luta contra direita e contra a política de direita, que o PCP foi a grande força que se bateu pela abertura de novos horizontes de esperança e de mudança, e que o PCP cumpriu com honra os seus deveres e responsabilidades para com os trabalhadores e para como povo português.

E os trabalhadores e todos os portugueses e portuguesas que partilham de aspirações de liberdade e democracia, de igualdade e justiça social, de dignificação humana e de respeito e valorização de quem trabalha, de uma sociedade mais justa e solidária, de um país mais desenvolvido, soberano e independente, podem ter uma sólida certeza: este Partido Comunista Português, que quer continuar a ser digno do seu nome, da sua história, dos seus ideais e do seu projecto humanista de transformação social, não desertará de nenhuma batalha contra a injustiça, a exploração e a opressão, não abdicará nem renegará os grandes valores e as convicções que há 75 anos impulsionam e iluminam a sua luta, e atento aos novos desafios do tempo que vivemos, ocupará hoje e amanhã, com renovada determinação e confiança, o seu destacado lugar na primeira linha do combate pela grande causa da democracia e do socialismo.

**Viva o 15º Congresso!
Viva o Partido Comunista Português!**



PCP

Intervenção de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional

O caminho é o da luta

O nosso XV Congresso constitui uma sólida afirmação do que o PCP é no presente e do que se propõe ser no futuro.

Temos consciência de que a luta dos trabalhadores e do povo de Portugal, e a luta dos povos de todo o mundo defrontam neste findar do século XX gravíssimos problemas, uma situação complexa e um difícil e acidentado caminho.

O nosso Congresso não traça nem aponta porém uma visão pessimista do futuro. Aponta confiante uma perspectiva e um caminho para ultrapassar a situação actual.

O caminho é o da luta que continua. E o nosso Partido, para corresponder às exigências que a situação imediata e futura comporta, contrariando pressões e desejos para deixar de ser o que é, confirma e afirma, corajoso e confiante, a sua identidade comunista.

Objectivo central: uma viragem democrática

Em Portugal a situação que se atravessa não só é particularmente grave como poderá ter desenvolvimentos ainda mais graves, se o povo português não puser fim à política de direita prosseguida pelo Governo do PS e não impedir os novos atentados que PS e PSD em conjunto preparam contra o povo, contra o país, contra a democracia, contra os interesses nacionais.

Já ninguém contesta que o voto no PS traduziu a esperança numa mudança. **O PS enganou o eleitorado e o eleitorado, que tinha tal esperança, enganou-se ao votar PS.**

Têm razão aqueles que dizem que a política de direita com o Governo PS é ainda mais perigosa do que a do Governo PSD com Cavaco. Primeiro pelo facto de o PS se afirmar um partido de esquerda. Depois pelo «novo estilo» do Primeiro-Ministro que sorridente e mediático convida ao diálogo... embora tapando previamente os ouvidos.

PS e PSD oferecem o carnavalesco espectáculo de exaltadas batalhas verbais, de desacordos, de ultimatos de fim-de-semana com o dedo no gatilho de pistolas de alarme. Com o estrondo mediático da farsa, procuram esconder a real identidade das suas políticas e os entendimentos já estabelecidos ou em vias de se estabelecerem.

Um e outro estão ao serviço dos grandes grupos económicos. Um e outro defendem a liquidação de direitos vitais dos trabalhadores. Um e outro fomentam a acumulação de riqueza para uns e o alastramento do desemprego e da miséria. Um e outro são responsáveis pela destruição da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas. Um e outro defendem a irresponsável corrida para a Moeda Única que, longe de evitar a marginalização de Portugal, agravará ainda mais a posição de Portugal como país periférico, marginalizado, submetido e submisso às imposições da União Europeia e dos Estados Unidos.

E, porque são cúmplices na política, são também cúmplices na protecção recíproca dos abusos, das ilegalidades, da corrupção nas mais altas esferas do poder procurando como se viu há pouco paralisar e desautorizar o Ministério Público, os Tribunais, e a sua independência.

E um novo perigo aí está: a «reforma do regime político» com a qual PS e PSD visam institucionalizar, através da revisão da Constituição e de leis eleitorais antidemocráticas, a partilha do poder entre os dois partidos, num sistema de alternância – ora um, ora outro, disputando o poder mas qualquer deles ao serviço do grande capital.

Esta política não serve nem o povo nem o país. A prosseguir conduzirá a um verdadeiro desastre. É imperioso lutar para pôr-lhe fim e assegurar um Novo Rumo para Portugal.

Os trabalhadores, o povo, a democracia, Portugal precisam de um governo democrático com uma política democrática, precisam de um governo patriótico que – ao contrário do actual, que se põe de joelhos ou de cócoras na União Europeia e nas relações com os Estados Unidos – esteja de pé na cena internacional defendendo com brio, dignidade e coragem os interesses portugueses.

Mentem os que propagandeam que não existe qualquer outra política capaz de resolver os problemas do povo e do país.

Por muito que queiram impedir que o povo a conheça, tal política existe. É a política que o PCP propõe ao povo português e da qual os documentos do nosso XV Congresso indicam as linhas fundamentais.

A vida tem mostrado e sectores cada vez mais amplos da população reconhecem que, mesmo na oposição, o PCP é um partido insubstituível, necessário, indispensável ao povo, à democracia, a Portugal. E a vida tem mostrado mais. Tem mostrado ano após ano com a crescente compreensão dos mais variados sectores democráticos que, sem o PCP, e muito menos contra o PCP não é possível pôr fim à política de direita e alcançar uma viragem democrática na política nacional.

E cabe acrescentar ainda algumas palavras sobre esta matéria.

Tal como nas autarquias, os comunistas têm demonstrado a sua superior capacidade de dirigir o poder local, tal como na Assembleia



da República e no Parlamento Europeu, os comunistas têm mostrado a sua competência para apresentar soluções para os problemas, também no que respeita ao governo, **no dia em que o povo o quiser, repito, no dia em que o povo o quiser, e esse dia chegará, os comunistas estarão preparados e inteiramente capazes de assumir as mais altas responsabilidades.**

A luta – o caminho

Pergunta-se então: dado que os dois partidos até hoje mais votados – PS e PSD – se identificam e entendem na realização da política de direita, **não será ilusório pensar que é possível a viragem democrática que o PCP defende?**

A nossa resposta é clara: **A derrota da política de direita e uma viragem democrática é não só necessária mas possível.**

Recorde-se que também era opinião muito generalizada não ser possível correr do Governo o PSD e Cavaco Silva.

O nosso Partido confiou na luta, teve papel determinante na grande movimentação de massas, no isolamento social e político do governo, e finalmente na sua derrota eleitoral.

Assim como foi possível com a luta conduzir à derrota o governo do PSD, assim é possível com a luta conduzir à derrota o governo do PS.

Dadas as consequências desastrosas da sua política, **o governo do PS defrontará inevitavelmente uma crescente vaga de luta popular, sofrerá a redução da sua base de apoio social e político, ficará, tal como o governo de Cavaco, cada vez mais isolado e acabará finalmente por ser derrotado nas urnas... se o não for antes.**

Impulsionar, desenvolver, dinamizar a luta com esse objectivo é (como o nosso XV Congresso está a definir) a nossa tarefa política central na actual situação.

Intensificar as iniciativas dos nossos eleitos na Assembleia da República, nas Autarquias, no Parlamento Europeu.

E (como direcção determinante) promover a luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios empresários, dos reformados, dos deficientes, da juventude, das mulheres, dos mais variados sectores sociais atingidos pela política de direita. Contribuir para reforçar e dinamizar os movimentos e organizações unitárias de massas com relevo para o movimento sindical unitário. Reforçar e ampliar os laços de cooperação e acção com todos os sectores democráticos, nomeadamente com os nossos companheiros da CDU, empenhados numa viragem democrática.

Nenhum outro partido respeita mais rigorosamente a legalidade democrática seja nas instituições seja nas mais diversas formas da luta popular.

E bem podem acusar de «subversivo» ou de «agitação» o exercício de liberdades e direitos de manifestação, de reunião, de organização, de opinião. Bem pode esta ou aquela autoridade pretender, como recentemente se viu em Lisboa, impor a proibição de manifestações de rua que, como se sabe, devem ser comunicadas, mas não carecem de qualquer autorização.

Ninguém espere que o nosso Partido peça autorização para exercer os direitos e liberdades que a legalidade democrática lhe confere. **O nosso XV Congresso confirma que o nosso Partido não aceita nem aceitará renunciar a tais direitos e liberdades, a separar-se das massas, lembrando que, numa democracia e no futuro, «é o povo quem mais ordena».**

Temos constantemente lutado no terreno em que a direita nos quer fixar como terreno exclusivo do confronto político. Terreno da mentira, da calúnia, de campanhas obrigando constantemente a desmentidos e desviando as atenções das realidades e consequências da política de direita.

Cada vez mais temos de **obrigar a direita a travar o confronto no nosso próprio terreno.** O terreno da verdade dos factos. Da explicação dos fenómenos e atitudes. Do conhecimento e difusão das reais situações. Dos interesses concretos dos trabalhadores, do povo, do país. Das soluções que propomos. Da ligação estreita e actuante com as massas populares, com os seus interesses, problemas e aspirações.

No terreno escolhido pela direita somos muitas vezes obrigados a uma posição defensiva. No nosso terreno, passando à ofensiva e colocando a direita em posições desfavoráveis, temos alcançado e podemos continuar a alcançar êxitos consideráveis.

É um caminho que exige respostas prontas. Com objectivos imediatos, a curto e a médio prazo. Com direcções e dinâmicas variadas que comportam, além dos seus objectivos específicos, a difícil tarefa de **transformar o apoio social e o apoio político em apoio eleitoral.**

Já no próximo ano teremos **as eleições autárquicas.** Será uma grande batalha. Os seus resultados terão profundas repercussões na evolução ulterior da situação. Travaremos essa batalha com a CDU, com os nossos companheiros de sempre e certamente com muitos outros democratas que virão connosco. Travaremos essa batalha com a nossa forma própria de estar na sociedade: o falar sempre verdade ao povo, o prometer para cumprir e cumprir o que promete.

Com esse objectivo concentramos forças, energias, capacidades e recursos. Não apenas para manter posições, mas para reforçá-las. Temos força, influência e determinação bastantes para conseguí-lo.

O futuro: o socialismo

A tarefa política central na situação presente é a luta por uma viragem democrática. Mas o nosso horizonte e a nossa perspectiva são mais largos. A luta por soluções a curto e a médio prazo não contradiz antes é um elemento constitutivo da luta por uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem, das grandes desigualdades e injustiças sociais, dos terríveis flagelos do capitalismo.

Combatemos as concepções, campanhas, tendências e teorizações que visam criar a ideia de que o capitalismo é um sistema superior e final, de que a desagregação da URSS mostra o fim de uma utopia e o fracasso e a inviabilidade do socialismo.

A realidade é outra.

A realidade mundial e a realidade nos países capitalistas está mostrando que o capitalismo, pela sua própria natureza exploradora, opressora e agressiva, não só se mostra incapaz de resolver os mais graves problemas da humanidade como os está a agravar, no quadro das insustentáveis contradições que se aprofundam na crise geral do sistema.

É inevitável um **recrudescimento da luta dos trabalhadores, um novo ascenso de lutas revolucionárias, novos movimentos de libertação social, política, cultural e nacional, revigoramento do movimento comunista e revolucionário mundial, novas revoluções socialistas, tendo como objectivo fundamental a construção de uma sociedade melhor, uma sociedade socialista.**



(Continuação da página anterior)

Em todo o mundo, a luta por um tal objectivo recebeu inspiração, força e confiança na Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, cujas realizações, conquistas e experiências e cuja influência no desenvolvimento e vitórias da luta libertadora é incontestável. Continuamos a considerar a Revolução de Outubro e a construção do socialismo na União Soviética como fazendo parte do património e experiência histórica de valor universal.

Ao longo do século XX multiplicaram-se revoluções socialistas e nacional-libertadoras. As experiências diversificaram-se. Alcançaram-se grandes vitórias e grandes conquistas para os trabalhadores e para os povos. Ruiu o sistema colonial.

Mas o processo universal, que parecia progressivo e imparável, sofreu também grandes derrotas e foi obrigado a consideráveis recuos. Por um lado porque o capitalismo mostrou potencialidades que haviam sido menosprezadas. Por outro lado, porque se verificaram fenómenos e evoluções em países socialistas, contrariando objectivos fundamentais sempre proclamados pelos comunistas.

Aprendendo com a experiência o nosso Partido definiu o seu próprio projecto de uma sociedade socialista para Portugal cujas linhas gerais o nosso Congresso confirma.

A nossa própria experiência das conquistas de Abril mostra porém que, num processo revolucionário, a intervenção determinante e criativa das massas populares introduz elementos novos e correctores do projecto inicial.

Seria absurdo pensar que para a superação do sistema socio-económico do capitalismo existe um «modelo» de processo revolucionário e um «modelo» de sociedade socialista de aplicação e validade universal.

O capitalismo demorou séculos a tornar-se um sistema mundial e teve pelo mundo as mais variadas formas de economia mista e as mais variadas formas de regimes políticos. É previsível (e as experiências do século XX reforçam a previsão) que o socialismo e o comunismo venham a ter um percurso histórico igualmente irregular e desigual nos caminhos e nas soluções.

Esta visão da história é a nossa ver necessária para a melhor compreensão das experiências passadas e para o melhor ajuizar das experiências presentes e das revoluções socialistas do futuro.

Um dos traços da situação mundial presente é a violenta e brutal ofensiva do imperialismo (intervensões militares, guerras declaradas e não declaradas, bloqueios económicos, pressões diplomáticas, estrangulamentos financeiros, acções de terrorismo de Estado) para restabelecer e conseguir estabilizar a sua hegemonia mundial e impedir o novo surto que consideramos inevitável da luta revolucionária dos trabalhadores e do povos.

O imperialismo apoia ferozes ditaduras e regimes autocráticos, tudo faz para sufocar e dividir o movimento operário, liquidar os movimentos sindicais de classe, dividir e abafar as forças progressistas, liquidar, perverter ou reduzir a uma insignificante influência os partidos comunistas, pondo fim, se pudessem, ao movimento comunista internacional e a perspectiva do seu novo desenvolvimento com outras forças revolucionárias.

E, também, com carácter estratégico tentar cercar, abafar, criar condições para restaurar o capitalismo e impor o seu domínio em países que (com soluções diversas) insistem em definir como sua orientação e seu projecto a construção de uma sociedade socialista.

Atinge um cinismo sem limites das forças do imperialismo que, ao mesmo tempo que apoiam os mais sanguinários governos fascistas e autocráticos e que nos seus países abafam as liberdades e a democracia e desrespeitam elementares direitos humanos, invoquem a democracia e os direitos humanos para desencadear colossais campanhas e agressões contra outros países.

O projecto e proposta do nosso Partido de uma sociedade socialista para Portugal diferencia-se em muitos aspectos da construção do socialismo proposto ou em curso noutros países.

O nosso XV Congresso confirma, porém, a nossa frontal recusa em participar nas campanhas do imperialismo e a nossa determinação de aprofundar e reforçar os laços de cooperação, solidariedade recíproca e amizade, com os partidos comunistas e revolucionários, com os trabalhadores e o movimento operário, com as forças progressistas, com os partidos no poder que insistem no seu objectivo de construir o socialismo nos seus países.

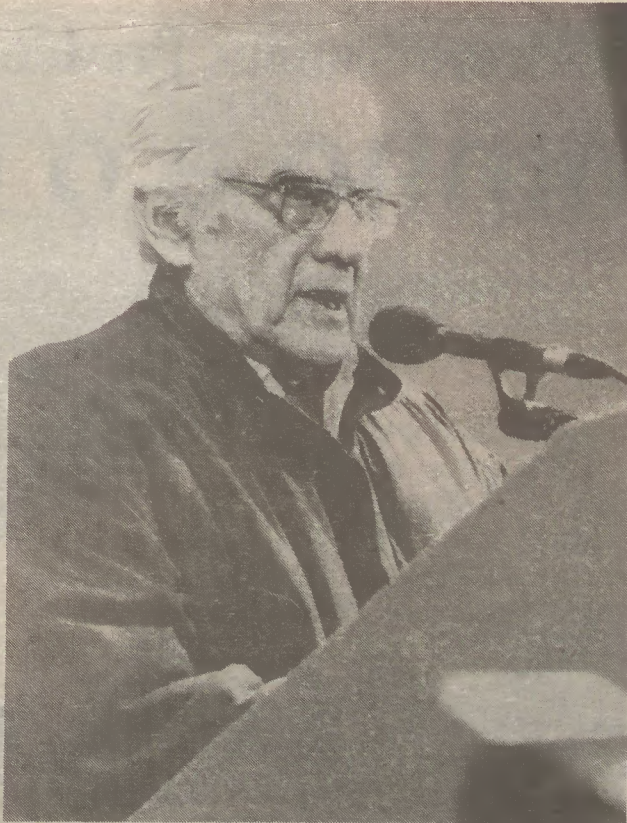
Eles aqui estão representados no nosso Congresso, e aqui os saudamos fraternalmente, assim como saudamos as 59 delegações de partidos comunistas, de outros partidos revolucionários e progressistas, e de organizações e movimentos sociais.

A situação mundial impõe cada vez mais a compreensão, a solidariedade recíproca, acções comuns ou convergentes na luta contra o imperialismo.

O nosso XV Congresso confirma que o PCP continuará a dar a sua contribuição com estes tão imperiosos objectivos.

Renovação comunista

A renovação é um processo contínuo da história de um Partido que, como o nosso, tem 75 anos de existência e de luta. Deu passos mais rápidos nos últimos três Congressos. Dá novos passos neste nosso XV.



Renovação é um conceito muito vasto que envolve diversos aspectos. Para o nosso Partido na hora presente é antes de mais o **rejuvenescimento**. Das fileiras e dos quadros.

É enriquecer os efectivos com milhares de jovens que vêm ao Partido e à JCP – «juventude do PC». É enriquecer o Partido com quadros jovens que assumem novas responsabilidades em todos os níveis da organização.

É indispensável que o reconhecimento dessas responsabilidades não seja apenas formal mas seja o seu exercício efectivo, pois os quadros jovens estão em plenas condições de assumi-las e desempenhá-las.

É também ultrapassar discriminações e preconceitos, e conseguir que cada vez mais mulheres venham ao Partido e atribuir às mulheres maiores responsabilidades, porque é preciso que se ganhe firme consciência de que as mulheres são tão capazes como os homens de assumir quaisquer responsabilidades e funções na sociedade e no Partido.

Renovar não é substituir por substituir. Não pode significar a adopção de critérios rígidos que levem a soluções não vantajosas para o Partido e injustas para quadros valiosos. Exige que se precedam as decisões de consultas fraternas dos próprios e dos camaradas que com eles trabalham. Que o respeito político seja também respeito humano. E que se seja mais pronto no reconhecimento de deficiências e erros colectivos e individuais.

Renovação é também por parte de quadros dirigentes mais idosos (e os seus nomes são conhecidos e têm sido citados), após dezenas de anos de provas exemplares de capacidade, coragem e heroísmo, a compreensão da necessidade de dar lugar a quadros mais jovens, com novas experiências e mais largo futuro, ao mesmo tempo que eles próprios continuam e continuarão, comunistas que são, a militar activamente. Sempre com o Partido, sempre com os trabalhadores. Sempre com o povo a que pertencem, com o qual sempre viveram e sempre lutaram e com o qual viverão e lutarão até ao fim dos seus dias.

Renovar não é apenas rejuvenescer as fileiras e os quadros. É também dar respostas novas às novas situações, aos novos acontecimentos, é ter em conta as mudanças, é proceder constantemente à análise das realidades, é encontrar os métodos e formas de organização, de comunicação, de propaganda, de intervenção e de luta adequadas às exigências de situações concretas.

Mas que se desiludam os que gostariam que a renovação do PCP significasse uma mutação da sua identidade.

A renovação no PCP é uma renovação comunista. Dá-se não para que o PCP deixe de ser o partido comunista que é, mas para que o possa continuar a ser. Não apenas nos tempos próximos, mas num mais largo futuro.

O grande colectivo partidário, a elevada consciência de classe das organizações e militantes, é a melhor garantia de que as conclusões, as orientações, os princípios ideológicos, as linhas de acção, os traços fundamentais da identidade do Partido definidos neste XV Congresso serão assegurados tanto na acção imediata como no futuro.

A identidade do PCP

Todos nos lembramos da peremptória proclamação (de Mário Soares, repetindo uma consigna mundial dos ideólogos do capitalismo), segundo a qual o comunismo tinha morrido e o PCP estava também condenado à morte próxima. Todos nos lembramos das pressões, das tentativas e ameaças de exclusão institucional para que o PCP desistisse de ser comunista.

Afinal vê-se que ser comunista, em vez de morte, dá vida. Que afinal o PCP está vivo, forte e cheio de saúde. E que está unido em contraste com outros partidos agitados por conflitos, rivalidades e bagunças internas. Que está dinâmico e ligado às massas. E que, desmentindo os bruxos da nossa praça, em vez de diminuir está a aumentar a sua força, a sua influência, o seu prestígio.

A que se deve essa realidade para a qual não encontram explicação os que anunciavam a morte próxima do PCP?

Deve-se, em medida decisiva, ao facto de o PCP reafirmar e afirmar criativamente a sua identidade comunista.

A definição da identidade comunista que consta na proposta de Resolução Política não é apenas um ponto entre dezenas de outros pontos da Resolução. Não é uma definição conjuntural. É uma definição essencial, fundamental, determinante de todas as orientações e decisões políticas, ideológicas, orgânicas, de quadros, de distribuição de forças, de dinâmica de acção, de ligação com o povo, de alianças sociais e de unidade com outras forças políticas.

Somos o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, porque no chamado «capitalismo civilizado» a luta de classes continua e, apesar das alterações da composição da classe operária e da própria composição social da sociedade, a classe operária e os trabalhadores continuam a ter necessidade de um partido independente dos interesses, pressões e ideologia do grande capital. Necessidade tanto maior quanto é certo que, partidos e organizações corporativas, ideólogos e propagandistas do grande capital pressionam para que os trabalhadores desistam de ter o seu partido e os seus sindicatos de classe e aceitem transformar as suas organizações políticas e profissionais (são os ideólogos do grande capital que o dizem) em organizações de «cidadãos».

Nós, comunistas, defendemos os direitos dos cidadãos. Mas, tendo em conta que vivemos numa sociedade na qual há classes sociais que exploram e classes sociais exploradas, que a luta de classes é uma realidade objectiva e a política de classe do Governo outra realidade objectiva, o PCP não é, por exemplo, o defensor dos interesses dos cidadãos Espírito Santo, Champalimaud e Mellos contra os cidadãos operários e outros trabalhadores, mas o defensor dos cidadãos operários e outros trabalhadores contra os seus exploradores – os cidadãos Espírito Santo, Champalimaud, Mellos e outros que tais.

Somos um partido que, aprendendo com a vida, com a experiência, com as vitórias e derrotas, insiste no objectivo, que o caracteriza e distingue, de construção em Portugal de uma sociedade socialista, o que exige combatermos a ofensiva ideológica do capitalismo que pretende demonstrar que o capitalismo se tornou um sistema civilizado superior e final.

Somos um partido portador de uma teoria revolucionária que inspirou os comunistas e outras forças revolucionárias ao longo do século XX, o marxismo-leninismo, teoria que compreendemos como aquilo que é – dialéctica e antidogmática – teoria que não só explica o mundo como indica como transformá-lo, ao contrário do chamado «pensamento único» e o chamado «fim das ideologias» com que as forças do capital pretendem impor a sua visão de classe e a sua ideologia.

Somos um partido com ímpar democracia na vida interna, com os grandes valores do trabalho colectivo, da direcção colectiva, da participação efectiva dos militantes nas decisões e não a falsa democracia de outros partidos em que, depois de uma luta de galos pelo poder, o chefe é quem pensa, o chefe é quem decide, o chefe é quem manda, e aos militantes resta o papel passivo de apoiar ou não apoiar, de votar por ou contra.

Democracia interna que significa serem características da vida partidária os direitos dos militantes de defender livremente as suas opiniões, de criticarem, de serem consultados quando a consulta é obrigatória, de serem respeitados, de não sofrerem injustiças e imposições autoritárias.

Somos um partido simultaneamente patriótico, defensor desde sempre dos interesses nacionais e da soberania e independência nacionais, e um partido internacionalista, que tem, como princípio e prática, a activa solidariedade para com os trabalhadores, os povos em luta pelos seus justos direitos, para com as forças políticas e sociais em luta contra o imperialismo.

O PCP é um grande colectivo militante, com vontade própria e poder de decisão. Tal como este grande colectivo combateu no passado e combate hoje todas as pressões, campanhas, para deixar de ser o que é e quer ser, assim combaterá com a firmeza comunista, com a convicção comunista, com a coragem comunista, quaisquer novas pressões, ameaças e campanhas que as forças do capital e seus partidos, propagandistas e agentes continuarão certamente a desenvolver.

Aqui, no nosso XV Congresso, brilha a bandeira vermelha que, segundo a canção, já na Idade Média era símbolo dos explorados em luta contra os opressores. Brilham a foice e o martelo símbolo histórico da aliança do proletariado com o campesinato. Ouvimos a Internacional, símbolo da solidariedade internacionalista dos comunistas e dos trabalhadores em geral.

Aqui no nosso XV Congresso está presente, nos conceitos, nas orientações, nas decisões, o património de luta e dos objectivos pelos quais os comunistas lutaram ao longo dos 75 anos do seu Partido.

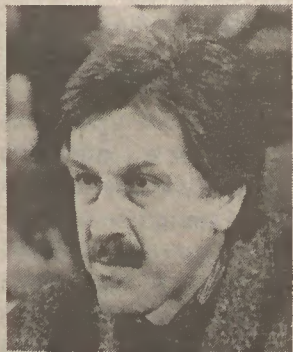
Dando respostas novas, com espírito criativo antidogmático, às novas situações, fenómenos, mudanças, exigências da vida, o XV Congresso está confirmando e afirmando o PCP como o partido revolucionário que sempre foi, como um grande, fraterno e unido colectivo de homens, mulheres e jovens, livres e participantes, empenhados na luta com os objectivos e ideais comunistas pelos quais, como a vida confirma, vale a pena lutar.

Viva o XV Congresso!

Viva a JCP!

Viva o Partido Comunista Português!

Saudação ao Congresso



Emídio Ribeiro
Membro da Comissão Política
do Comité Central

Em nome do Comité Central, quero transmitir-vos as nossas calorosas e fraternas saudações. Bem-vindos ao Porto, bem-vindos ao XV Congresso do Partido Comunista Português.

Os 3 dias em que decorrerão os trabalhos do XV Congresso são o culminar de um vasto trabalho preparatório, de reflexão, análise e debate que envolveu muitos milhares de militantes comunistas. Através dos delegados aqui presentes uma saudação especial a todos os militantes do nosso grande Partido.

Permiti que saudemos a presença de representantes de instituições, delegações de partidos e forças políticas que aceitaram o nosso convite e nos honram com a sua presença:

Representante da Presidência da República

Representante do Corpo Diplomático

Representantes dos partidos políticos convidados, em particular dos nossos aliados na CDU

Igualmente saudamos e agradecemos a presença de destacadas personalidades da vida política, cultural e social do nosso país.

Nos representantes da CGTP-IN, Federações, Uniões, Sindicatos e Comissões de Trabalhadores, uma calorosa saudação aos trabalhadores portugueses e à sua luta.

Saudamos também e agradecemos a presença das delegações da:

Confederação Nacional de Agricultura - CNA

Movimento Democrático das Mulheres - MDM

Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI)

de numerosas organizações culturais, colectividades e organizações profissionais. A todos as saudações fraternais dos comunistas e o apreço pelo trabalho que desenvolvem.

Finalmente é com alegria que temos no nosso Congresso 61 delegações de Partidos Comunistas e Operários, de Movimentos de Libertação e representantes de organizações e forças progressistas de diferentes países. As nossas mais fraternas saudações para as delegações presentes no Congresso:

Partido Comunista Sul-Africano

Partido Comunista Alemão

Partido do Socialismo Democrático da Alemanha

MPLA - Angola

Partido Comunista da Argentina

Partido Comunista da Áustria

Partido Comunista - Bélgica

Partido Comunista Brasileiro

Partido dos Trabalhadores - Brasil

Partido Comunista da Bolívia

PAICV - Cabo Verde

Partido Comunista do Canadá
Partido Comunista da Bohemia e Morávia

Partido Comunista do Chile
Partido Progressista do Povo

Trabalhador / AKEL - Chipre
Partido Comunista da China

Partido Comunista Colombiano
Partido do Trabalho da Coreia

Partido Comunista de Cuba
Partido Comunista da Dinamarca

Partido Comunista na Dinamarca
Partido Comunista de Espanha

Partido dos Comunistas da Catalunha

Bloco Nacionalista Galego
Esquerda Unida - Espanha

Aliança de Esquerda da Finlândia
Partido Comunista Francês

Movimento dos Cidadãos - França
Partido Comunista Britânico

Partido Comunista da Grécia
Partido Comunista Guadalupense

Partido Socialista da Holanda
Partido dos Trabalhadores

Húngaro
Partido Comunista da Índia

Partido Comunista da Índia (Marxista)

Partido do Povo do Irão
Partido Comunista do Iraque

Partido dos Trabalhadores - Irlanda

Partido Comunista de Israel
Partido da Refundação Comunista

- Itália
Frente de Libertação Nacional do

Kurdistão
Partido Popular Revolucionário do

Laos
Partido Comunista Libanês

Partido do Progresso e do Socialismo - Marrocos

União Socialista das Forças Populares - Marrocos

Partido FRELIMO - Moçambique

Partido Comunista do Nepal (Unificado Marxista-Leninista)

Frente Sandinista de Libertação Nacional - Nicarágua

Organização de Libertação da Palestina

Frente Democrática de Libertação da Palestina

Partido do Povo Palestino

Partido Comunista da Federação Russa

Partido Socialista da Sérvia
Frente Polisário

Partido Comunista do Sri-Lanka
Partido Comunista do Sudão

Partido da Esquerda da Suécia
FRETILIN

Partido dos Trabalhadores - Turquia

Partido Comunista do Vietname

Recebemos ainda, até agora, saudações dos seguintes Partidos:

Partido da Frente de Libertação Nacional - Argélia

Partido Comunista da Austrália
Partido Comunista da Belarus

Partido Socialista Búlgaro
União das Populações dos

Camarões - MANIDEM
Partido do Povo do Camboja

Partido Popular Socialista da Dinamarca

Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional - El Salvador

Frente de Libertação Nacional das Filipinas

Partido Comunista da Finlândia
Partido Progressista do Povo da

Guiana
Partido da Vanguarda

Democrática Socialista - Marrocos
Partido Comunista Martiniques

Partido da Revolução Democrática - México

Partido Popular Socialista - México



A Tribuna do Congresso

A luta dos trabalhadores e dos povos e o capitalismo hoje

Partido Comunista da Noruega
Frente Popular de Libertação da Palestina

Partido Comunista Paraguai
Partido Socialista do Trabalho -

Roménia
Partido Comunista da Síria

Partido Comunista Sírio
Partido Suíço do Trabalho

Partido Socialista da Ucrânia
Partido Comunista do Uruguai

Para terminar, permiti-me algumas palavras sobre a realização do nosso Congresso nesta cidade do Porto.

E as primeiras são de agradecimento a todos aqueles que não sendo comunistas, e foram muitos, nos ajudaram das mais diversas formas a criar as melhores condições para a realização do nosso Congresso. A todos muito obrigado.

Igualmente o nosso sincero reconhecimento a todas as entidades e instituições que nos prestaram a sua preciosa colaboração. De entre todas permiti-me uma referência especial à Câmara Municipal do Porto, à Reitoria da Universidade do Porto, aos Serviços do Pavilhão dos Desportos e Jardins do Palácio de Cristal, aos Serviços do Aeroporto de Pedras Rubras, ao Comando da PSP do Porto e aos STCP pelas facilidades que nos concederam. A todos, o nosso agradecimento

A realização do nosso Congresso é um imenso trabalho, só possível porque é obra de todo o nosso Partido. Mas um imenso trabalho que se realiza com alegria, porque é realizado por aqueles que fazem e dão vida a este Partido - os seus militantes - a todos que deram o seu contributo militante nas tarefas de concepção e implantação, nos serviços técnicos, nos transportes, nas dormidas, no acompanhamento e apoios diversos, a nossa calorosa saudação.

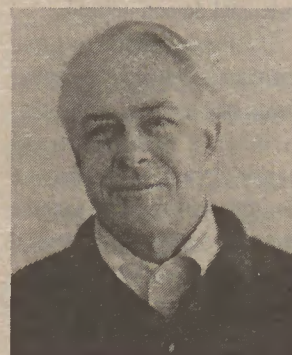
Foi com alegria e orgulho que os comunistas do Porto acolheram pela terceira vez a realização do Congresso do Partido nesta cidade e neste belo Palácio de Cristal.

Pelo seu significado permiti que termine a minha saudação lendo-vos o último parágrafo da saudação de abertura do X Congresso, o primeiro Congresso aqui realizado há 13 anos:

«Para eles é hoje um momento de comovida alegria. Permitti, camaradas, que sejam para eles, para os militantes comunistas do Porto, as nossas últimas palavras de saudação muito calorosas.»

Foram as palavras bonitas, então aqui proferidas por um grande amigo e camarada - o Ângelo Veloso.

Viva o Partido Comunista Português!



Aurélio Santos
Membro da Comissão Central
de Controlo

As teses para este Congresso afirmam que o desenvolvimento do capitalismo neste findar de século confronta a humanidade com o perigo de graves retrocessos civilizacionais.

Será demasiado pessimista, tal afirmação?

A realidade, os factos, os dados e números (largamente documentados nas Teses) dão-lhe infelizmente sérios fundamentos.

Com brutal arrogância, o capitalismo, aproveitando a conjuntura criada pelo desaparecimento do socialismo como sistema mundial, lançou-se numa impiedosa recuperação do terreno que foi obrigado a ceder durante o nosso século, perante a luta dos trabalhadores e dos povos e as realizações do socialismo.

Entrincheirados nas riquezas acumuladas com a exploração, os donos do capital fazem delas o seu castelo para uma nova cruzada em que centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo nos países capitalistas mais desenvolvidos, são desapossadas do fruto do seu trabalho, socialmente marginalizadas, e espoliadas de direitos laborais, sociais e cívicos.

Arvorando-se em promotores dos direitos humanos, reservam-nos para uma ínfima minoria da sua classe e condenam à fome, à miséria e à morte grande parte da humanidade. Para reforçar os seus privilégios de classe dominante, aproveitam-se do que há de pior nos seres humanos para os dividir, instigar conflitos e guerras.

Apropriam-se do progresso e da cultura, esmagam a diversidade dos povos, desumanizam a humanidade, sufocam e destroem o seu futuro e as suas esperanças.

Ao apresentarmos este quadro do capitalismo contemporâneo, não o fazemos para nos comprazer com a justeza das razões da nossa luta. Mais que isso, importa sim, a partir dele, procurarmos os factores que podem ser base de um projecto actual da superação revolucionária do capitalismo, num mundo em que as contradições de classe (económicas e sociais) ganharam novas formas e dimensões.

Sob o aparente triunfo definitivo do capitalismo cavam-se fissuras profundíssimas que é necessário explorar. O capitalismo continua sendo um produtor implacável de injustiças, a sua eficácia é cada vez mais destrutiva, tanto da natureza como da sociedade e os seus limites manifestam-se na carência estrutural de resposta para as aspirações do ser humano.

É neste quadro que a luta dos trabalhadores e dos povos revela o seu valor revolucionário e dá fundamento às esperanças da humanidade.

Os factos desmentem os vaticínios dos que prediziam o fim da luta de classes e até o fim da classe operária.

A classe operária e o trabalho assalariado continuam a aumentar no mundo, em número absoluto e em peso relativo, constituindo hoje a principal força social, mesmo em países subdesenvolvidos.

É certo que as grandes mutações sociais e demográficas dos últimos decénios criaram muitos factores de instabilidade, com forte impacto na estrutura, composição e posicionamento das forças de classe.

É uma situação que dificulta o progresso da consciência política e da luta organizada, favorecendo mesmo em certos casos o fortalecimento de forças reaccionárias.

Mas o traço que está a marcar mais significativamente o

quadro social no mundo é uma retomada significativa da luta dos trabalhadores e dos povos, como se regista nos exemplos e no balanço geral apresentado nas Teses e, regularmente, nas páginas do nosso "Avante!"

Em todos os continentes se acendem sopros de revolta contra os crimes e injustiças do capitalismo e do imperialismo. Nos próprios países capitalistas mais desenvolvidos o desemprego em massa, a precarização do trabalho, o bloqueamento dos salários, as drásticas reduções dos orçamentos sociais, suscitam lutas de grande amplitude, como se verificou recentemente em França, na Alemanha, no Japão, nos próprios EUA. A luta sindical recupera forças.

Não é ainda a resposta à altura e necessária para a amplitude dos desastres sociais resultantes da ofensiva do capital. Mas são sinais de que a luta dos trabalhadores estará a recuperar do desalento suscitado no último decénio pelas derrotas do socialismo e a despertar das ilusões semeadas pelo capitalismo de que isso corresponderia à implantação da «sociedade do consumo» numa «economia de mercado» (entenda-se: capitalista) apresentada como «o fim da História».

Nessas lutas, as contradições entre o capital e o trabalho vêm ao de cima à volta de problemas concretos e objectivos imediatos. A luta de classes revela-se como uma realidade objectiva, ganhando a dimensão de acção de massas. É aí que se forja, revigora e renova a consciência de classe, necessária para a recuperação da iniciativa e o aprofundamento da acção política. Daí a sua importância para levar essas torrentes de luta a confluir num oceano capaz de romper as barreiras que estão a tolher o desenvolvimento da sociedade humana.

Com a sua palavra de ordem: «Proletários de todos os países, uni-vos!», o Manifesto Comunista apontou caminho para transformar em acção concreta



A Tribuna do Congresso

(Continuação da página anterior)

seculares aspirações dos trabalhadores a uma sociedade mais justa. Depois da revolução de Outubro esse apelo alargou-se: «Proletários de todo o mundo e povos oprimidos, uni-vos.» São apelos que mantêm a sua validade. Sem que isso retire a importância do espaço nacional como terreno prioritário da luta de classes e da participação de cada povo na luta comum.

É o que o nosso Partido faz em Portugal.

São muito diversificadas hoje as forças democráticas, de esquerda, progressistas, revolucionárias e de libertação nacional que intervêm em todos os continentes. São também diferente as formas de acção e mesmo os objectivos, o que se deve também à grande diversidade de situações, história e composição das forças envolvidas. A participação dos comunistas nesse amplo leque de forças continua a revelar-se uma contribuição insubstituível para

o seu sucesso. Nenhum grande movimento social pode levar à transformação do mundo se não tem um projecto que transcende e ultrapassa os objectivos imediatos.

O nosso Partido continua a pensar que os grandes problemas do nosso tempo exigem a contribuição das propostas e concepções do socialismo, renovado e enriquecido pelos ensinamentos de uma diversificada e vasta experiência hoje disponível.

É com essa perspectiva que damos o nosso contributo para a vasta frente de forças sociais e políticas que lutam no mundo por uma alternativa de progresso.

São as lutas por essa alternativa o que dá fundamento à nossa confiança de que é possível levar avante no mundo profundas transformações de natureza antimonopolista, anticapitalista e anti-imperialista

Viva a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo!

As Teses abordam aprofundadamente a evolução da situação internacional e do capitalismo na actualidade, marcada pela mudança da correlação de forças resultantes do desaparecimento do socialismo como sistema mundial, por uma ofensiva brutal do capital e do imperialismo contra os trabalhadores e os povos.

Algumas das teses que avançamos carecem, naturalmente, de maior reflexão e aprofundamento, mas parecem ser de valorizar a contribuição do Partido para a análise de um mundo profundamente instável e em permanente mudança, em que, no emaranhado dos novos fenómenos e transformações, é imprescindível distinguir o essencial do conjuntural.

Os novos fenómenos que marcam a evolução do capitalismo não anulam, antes confirmam, a velha natureza exploradora do capitalismo e do imperialismo, um sistema que pelo cortejo de misérias e sofrimentos que causa aos trabalhadores e aos povos está sentado no banco dos réus da História.

Aquando do XIV Congresso, estávamos confrontados com uma intensa ofensiva político-ideológica para fazer penetrar nas mentes as teses que apresentavam como definitivos a morte do comunismo e o triunfo do capitalismo. As derrotas do campo socialista e a expansão do sistema de relações capitalistas a novas áreas eram argumentos de peso para a credibilização dessas teses. Mas que vemos hoje?

O mundo não se tornou mais pacífico. A crise do capitalismo avoluma-se. Aprofunda-se a polarização entre a riqueza e a pobreza. Torna-se manifesta a incapacidade do capitalismo para superar as contradições e solucionar os problemas candentes para os trabalhadores e a humanidade, apesar das enormes potencialidades reveladas pelas conquistas da ciência e da técnica, evidenciando assim os limites históricos do capitalismo. O seu fim não é um processo automático. O caminho da luta pela emancipação dos trabalhadores e dos povos não é coisa fácil.

Mas vemos que, apesar das enormes dificuldades e do sério enfraquecimento do movimento comunista e revolucionário, por toda a parte se desenvolve a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos, desmentindo todos os que, apressadamente, tinham colocado no baú das velharias a luta de classes, o papel dos trabalhadores e do movimento comunista e revolucionário na luta pelo progresso social. O capitalismo não é, nem pode ser, o fim da história. A alternativa é o socialismo.

A situação nacional desenvolve-se num quadro internacional em que a submissão aos ditames do grande capital e do imperialismo só pode prejudicar os interesses de Portugal. Ao afirmar-se nas Teses que o PCP assume a soberania como valor fundamental da nação, não se está a defender uma política isolacionista para Portugal, mas a rejeitar a crescente dependência do país em nome das inevitáveis interdependências, a exigir um novo rumo para a política de integração europeia, a rejeitar a política de direita e a exigir uma política que tenha por base o desenvolvimento de Portugal e a satisfação das necessidades essenciais do povo português.

A evolução económica e social, o próprio funcionamento do regime democrático atestam o fracasso para a resolução dos problemas nacionais da política de direita, uma política cujo objectivo se determina pela restauração em Portugal do capitalismo monopolista de Estado, uma política económica e social determinada pelos interesses da grande burguesia, com graves consequências no aparelho produtivo, na regressão democrática, nas condições de vida das massas populares, tornando urgente uma nova política, uma política de esquerda.

O papel determinante da luta de massas para defender direitos e assegurar novas conquistas, a ideia de que é pela luta que as massas podem adquirir consciência da necessidade de rotura com a política de direita e com os partidos que a realizam, são teses fundamentais que impregnam a orientação e a actividade partidária. A intervenção directa do Partido e a sua acção nas instituições assumem um carácter interdependente com a luta de massas, cujo desenvolvimento se torna imperativo para derrotar a política de direita agora prosseguida pelo PS.

As Teses salientam que a amplitude da frente social de luta assenta num largo conjunto de organizações de massas, com particular realce para as dos trabalhadores que lhe dão solidez e continuidade, organizações às quais o Partido deverá dedicar grande atenção, base para a sua ligação às massas e condição para o reforço social, político e eleitoral do Partido, sem o que não haverá alternativa política.

Reforçar o PCP quase se poderia concluir ser a tese das Teses. As dificuldades do Partido não radicam apenas nas nossas deficiências. A fase concreta da vida nacional e internacional em que actuamos, marcando decidimen-

te a vida do Partido, exige de cada militante e de todos nós, colectivamente considerados, mais determinação para tornar o Partido mais forte, para se alcançar novo rumo para Portugal.

Um PCP mais forte requer a resposta a múltiplas questões, todas elas indissociáveis, no plano das orientações, da organização, de quadros, no estilo de trabalho, na ligação às massas, na batalha ideológica, no reforço da militância, no recrutamento de mais e

mais homens e mulheres e sobretudo jovens.

Requer que nos concentremos nas questões nucleares, como seja a recomposição e valorização das organizações de base, que se considere em termos práticos a acção junto dos trabalhadores como expressão coerente com a identidade e a natureza do Partido, um Partido que se afirma e quer continuar a ser o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, um Partido Comunista.

A juventude comunista



Florêncio Cacete
Membro da Comissão Política e do Secretariado da JCP

Em nome da Juventude Comunista Portuguesa, saúdo todos os delegados e convidados ao XV Congresso do nosso Partido.

Partido da verdade, do Progresso e Justiça Social, Partido do Povo e dos Trabalhadores, Partido da Juventude, Partido Comunista Português.

Na educação, a política marcadamente elitista, que elege como objectivo central o afastamento de muitos milhares de jovens dos mais elevados graus de ensino, que tem no Governo do PS e em Marçal Grilo aplicados executores.

Pois à necessidade de discutir o financiamento para a educação, contrapõe as taxas, à necessidade de acabar com o *numerus clausus*, responde com novos exames, novas fórmulas de selecção; à necessidade de repensar a educação, de recuperar de 16 de desgoverno Cavaquista, o Governo oferece o diálogo, só o diálogo, nada mais que o diálogo.

Com o desemprego a crescer a olhos vistos, mesmo com o pretenso plano de ataque do governo, a insegurança é hoje palavra comum a jovens de diferentes origens e camadas.

A perspectiva de desemprego aparece aos jovens do Ensino Secundário que se vêem excluídos do Ensino Superior, aos do Ensino Superior que acabam os seus cursos, aos jovens trabalhadores em situação precária.

Problema central para os jovens de hoje, o desemprego, ou a ameaça dele, empurra-nos para situações de trabalho pre-

cário, com baixos salários, sem direitos e regalias, sem nenhuma possibilidade de participação política ou sindical.

Empurram tantos outros para a exclusão social, aprofundando-se os problemas do alcoolismo, da toxicod dependência e da marginalidade.

Se a isto juntarmos as dificuldades de obtenção de uma habitação, a ausência de apoios na saúde ou no desemprego podemos sem dúvida afirmar que a situação actual, não obstante a mudança de governo, se caracteriza ainda pela instabilidade e a insegurança.

Contra esta situação impuseram-se as movimentações, os pequenos e grandes protestos da juventude como processos de notável envergadura e unidade juvenil, confirmando a juventude como importante força social.

Força social que tem opinião, que tendo como adquiridos direitos arduamente conquistados, faz questão de não abrir mão deles, partilhando valores de solidariedade e fraternidade, sabe o que quer e luta por isso.

No quadro do prosseguimento da política marcadamente antijuvenil pelo PS, para potenciar a grande capacidade de intervenção da juventude, procuraremos sempre, identificando os principais problemas e as reivindicações capazes de mobilizar os diversos sectores, encontrar as formas de, em cada momento, esclarecer, mobilizar e organizar.

Ao conjunto de problemas da juventude, a JCP tem respondido com o conjunto de propostas espelhadas na Base Programática, aprovada no V Congresso da JCP.

Desde o último Congresso do Partido, a JCP realizou com assinalável êxito os seus IV e V Congressos, que contaram com a participação entusiástica e revolucionária de milhares de militantes e amigos, fazendo o balanço da sua intervenção e perspectivando a intervenção futura.

No V Congresso confirmamos que a JCP, organização

Sobre as Teses



Domingos Abrantes
Membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central

foram discutidas em milhares de pequenas e grandes reuniões e em 665 assembleias plenárias.

Segundo as nossas práticas democráticas, o Congresso culmina o debate efectuado no Partido, um debate que se traduz no apoio generalizado às Teses e no seu enriquecimento.

O apoio generalizado às Teses não é contraditório com o apontar de insuficiências, com a manifestação de insatisfações por não ter sido possível aprofundar o estudo da estrutura das classes, como nos tínhamos comprometido, com o apontar da necessidade de se aprofundar questões como o conceito de capitalismo de Estado e sua adequação no quadro dos processos de integração, a experiência dos países socialistas, com a manifestação de diferenças de opinião sobre este ou aquele ponto, ou valorizações diferentes sobre a situação e actividade do Partido, não é contraditório porque o Partido se fortalece com a intervenção dos seus membros.

O Partido fortalece-se com a intervenção dos seus membros, os quais não foram apenas chamados a dizer sim ou não às propostas da Direcção, mas a dar uma contribuição na base da experiência e reflexão próprias para a elaboração da orientação comum a todo o colectivo partidário, um colectivo que vê nas Teses um importante material de reflexão sobre a realidade nacional e internacional, de confronto de ideias e projectos, um documento que traça linhas de orientação para o reforço do Partido.

A proposta de Resolução Política integra as propostas e reflexões resultantes do debate no Partido e acolhidas pelo Comité Central.

Está igualmente em discussão uma proposta de alterações aos Estatutos relativa à estrutura de Direcção Central e aos membros do Comité Central.

A actual estrutura de Direcção Central assegurou a pronta intervenção do Partido, mas a avaliação da sua experiência leva-nos a concluir que para uma melhor articulação entre os diferentes organismos executivos se torna necessário proceder à sua simplificação, pelo que se propõe a extinção do Conselho Nacional e, consequentemente, a alteração aos Estatutos.

A prática do funcionamento do Comité Central entre membros suplentes e efectivos levou ao esbatimento progressivo das diferenças, pelo que se propõe que acabe a distinção estatutária entre uns e outros.

As Teses agora apresentadas ao Congresso como proposta de Resolução Política,



PCP

A Tribuna do Congresso

revolucionária da juventude, alargou a sua implantação regional e se afirmou como uma organização de âmbito nacional e massas, organização sem paralelo na cena política e juvenil portuguesa.

Tendo-se registado um movimento constante de adesões, desenvolveram-se as organizações distritais e surgiram novos colectivos com funcionamento regular e com capacidade de iniciativa o que conduziu ao aumento do número de activistas. Não obstante, continuam a verificar-se debilidades no conteúdo da intervenção dos jovens comunistas o que se procura alterar com as seguintes linhas de trabalho:

Uma profunda ligação ao movimento juvenil, que se traduza no estímulo à intervenção dos jovens comunistas nas associações locais, nas associações de estudantes, no movimento sindical e noutros espaços de intervenção, tendo como objectivos o reforço da sua capacidade e da sua autonomia e independência, conjugado com uma importante acção institucional que reflecta as principais reivindicações do movimento juvenil e dos jovens.

O reforço, incremento e intensificação da acção política da JCP, em torno do nosso projecto de sociedade, da afirmação dos nossos valores e ideais, que procurem levar aos outros jovens as razões por que lutam e trabalham os comunistas.

A diversificação da activi-

dade da JCP, abrindo a organização a novas áreas e interesses, permitindo a criação de novos espaços de participação e responsabilização de jovens. Intervenção que permita também o reforço das organizações do Ensino Secundário e do Ensino Superior, nomeadamente pelo crescimento de colectivos de escola e a dinamização da intervenção dos jovens trabalhadores comunistas junto de outros jovens trabalhadores.

A afirmação do ideal comunista e a formação política e ideológica dos militantes da JCP, assumindo a participação no combate ideológico dos nossos dias, como fundamental.

De 92 para cá muitos passos se têm dado no desenvolvimento da JCP. Contando com um núcleo activo muito dinâmico e empreendedor, o trabalho de muitas organizações da JCP foi em grande parte alicerçado na ajuda inestimável do Partido, nomeadamente os seus quadros mais responsáveis.

É importante que este esforço de discussão prossiga no Partido no sentido de alterar barreiras, preconceitos e incompreensões, que ainda subsistem para, amparados pelo muito que temos para aprender uns com os outros, dar passos ainda mais significativos para o reforço de influência do Partido e da JCP no seio da Juventude.

Conscientes, todos, de que a intervenção junto da juventude constitui e deve de facto constituir uma prioridade do Partido,

à qual é necessário dar, a todos os níveis, mais e melhor atenção, para agarrarmos o potencial que ainda existe e que objectivamente constitui situação singular nas últimas décadas, são elementos de significativa importância: o entendimento da JCP como instrumento fundamental e privilegiado para a intervenção do partido junto dos e com as massas juvenis; o estímulo à sua iniciativa, autonomia e capacidade de direcção própria; a responsabilização efectiva dos jovens e a confiança na sua intervenção; a consideração de uma linha de trabalho, propostas, mensagem do partido para a juventude e o recrutamento, enquadramento e responsabilização de mais jovens de diferentes áreas.

Linhas de trabalho fundamentais para ganhar mais jovens, para os valores progressistas e para o ideal comunista. Ganhá-los para a luta por uma sociedade de homens e mulheres livres, onde cada indivíduo tenha o direito de pensar, de agir, de criar, sem medo repressão. Por uma sociedade democrática, solidária, sem exploradores nem explorados, sem opressores nem oprimidos.

Muitos chamam, a este sonho, utopia, nós chamamos futuro.

Conscientes das inúmeras dificuldades e obstáculos que se impõem à concretização do nosso projecto, mas também conscientes dos inúmeros gigantescos passos que o homem tem dado no sentido da sua libertação.

pela economia dos mais fortes, traduzidas por uma evolução positiva dos padrões económicos e sociais direccionados para o nível de emprego, distribuição de rendimentos, desenvolvimento regional, condições de vida e de trabalho.

Impõe-se afinal uma nova política que assuma o emprego, a justiça e o progresso social como o grande objectivo e condições do desenvolvimento económico.

Propomos que se pare a destruição do aparelho produtivo e as privatizações de empresas e sectores públicos estratégicos da nossa economia, que a sua competitividade recuse a desvalorização da força do trabalho potenciando como vectores fundamentais a formação e a qualificação, a qualidade dos produtos, a criação de infra-estruturas materiais e sociais básicas, a inovação e a investigação.

Batemo-nos por uma política de baixa das taxas de juro reais direccionada particularmente para as pequenas e médias empresas como factor que anime o investimento e consequentemente o crescimento económico e do emprego, dando combate à deslocalização das empresas, promovendo a redução dos horários de trabalho sem perda ou desvalorização dos salários, acompanhando assim o aumento da produtividade que resulta da evolução científico-técnica.

Aos que consideram utópico e contraditório o aumento do emprego com a melhoria dos salários e dos horários de trabalho e a garantia do trabalho com direitos, nós contrapomos com factos.

Afirmava o Governo do PSD que a rigidez da legislação laboral e a melhoria dos salários reais eram factores impeditivos de criação de empregos.

Afirma agora o Governo PS que a Lei da Flexibilidade e da Polivalência a par do crescimento zero dos salários criam melhores condições para garantir o emprego.

A legislação do trabalho foi gravemente alterada, os salários contidos, durante o consulado cavaquista.

O desemprego aumentou, atingindo mais cem mil trabalhadores.

Agora, com a entrada em vigor da Lei da Flexibilidade e da Polivalência, bastou uma semana para que em centenas de empresas fosse criado um autêntico estado de sítio, com os patrões a tentar aplicar de forma arbitrária e discricionária a desregulamentação dos horários visando aumentar a exploração, embaratecer a mão-de-obra e inutilizar muitos postos de trabalho em articulação com a polivalência.

Da tribuna deste Congresso apelamos a todos os trabalhadores para que, independentemente do recurso à Inspeção do Trabalho e aos Contenciosos

dos Sindicatos, mesmo contando com a acção dos deputados comunistas na Assembleia da República, se mobilizem, resistam e lutem pelos direitos garantidos na Contratação em cada empresa concreta, como primeira e decisiva batalha por horários dignos, pelas 40 horas semanais sem perda das pausas conquistadas.

Esta linha de resistência é inseparável de medidas sociais complementares que visem políticas activas de emprego no sentido de lhes conferir maior eficácia, ajuda e ocupação adequada aos desempregados, informação atempada, que visem o combate à saída precoce do mercado do emprego, o alargamento da prestação dos serviços sociais, o reforço dos direitos de intervenção dos Sindicatos e das Comissões de Trabalhadores na aprovação e acompanhamento dos processos de reestruturação das empresas e da aplicação dos capitais públicos.

Nós, comunistas, defendemos a aposta no sistema educativo e numa formação de raiz, como determinante para uma

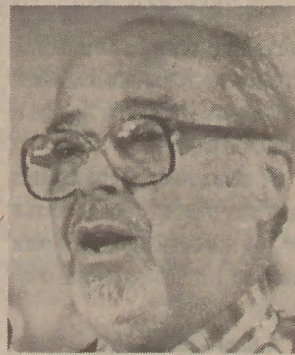
melhor competência do exercício profissional, investindo na formação profissional dos jovens sem secundarizar a formação de reconversão em empresas a reestruturar, na formação contínua.

Defendemos como medidas urgentes a suspensão dos despedimentos colectivos, o alargamento da protecção dos desempregados e seus familiares, a eficácia e autonomia da Inspeção do Trabalho, o combate ao trabalho precário e à desertificação do interior pela via do investimento regional, o apoio às autarquias locais para que criem empregos, com envolvimento dos eleitos e das organizações sociais.

Propomos afinal, camaradas, que se incorpore na nossa sociedade o princípio de que as pessoas fiquem à frente do mercado e do lucro capitalista, que o desenvolvimento económico tenha como destinatário o Homem na sua dimensão social e cultural.

Por isso lutamos por outro rumo, por outra política, por uma política de esquerda, por Portugal.

Política financeira do Partido



Carlos Costa
Membro da Comissão Central do Controlo

têm de fundamentar a política financeira a seguir nos próximos quatro anos:

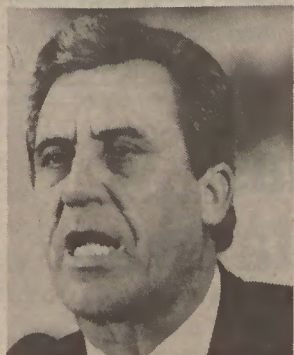
— a primeira conclusão é a de que, no plano financeiro, o PCP depende quase exclusivamente de si, dado que as receitas próprias do Partido correspondem a 93% do total das receitas é o subsídio estatal apenas a 7%. Isto significa que é em nós próprios que temos de encontrar as forças para um decisivo e necessário acréscimo das receitas;

— a segunda conclusão é a de que temos conseguido o equilíbrio positivo das nossas contas (saldo médio anual de 75 mil contos) o que, por um lado, se deve ao esforço abnegado de muitos militantes e amigos do Partido, mas, por outro, a uma severa política de contenção e restrição de gastos, que tendo sido necessária, atingiu os seus limites e dificultou ou mesmo impede o decisivo aumento de influência do Partido.

Como o Projecto de Resolução Política, nestas condições, textualmente salienta, «o crescimento das receitas se tornou um objectivo central de todo o Partido».

E se o Congresso aprovar que este é «um objectivo central de todo o Partido», então todos os militantes e em todos os organismos teremos de actuar em conformidade.

Problemas dos trabalhadores



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política do Comité Central

Neste limiar dum novo milénio, quando o Homem alcança fascinantes conhecimentos e avanços nos domínios da ciência e da técnica, milhões de homens e mulheres são flagelados pelo desemprego com todas as consequências económico-sociais, familiares e psíquicas que daí resultam.

No nosso país são já cerca de meio milhão, sem considerar na frieza e manipulação das estatísticas, mais as centenas de milhares de trabalhadores que vivem o drama da insegurança e do risco do desemprego no dia, ou no mês seguinte, quando acabar o curso de formação, o contrato a

prazo, o recibo verde, a empreitada, o trabalho ao metro, à peça, à hora ou à tarefa. Não é contabilizável a inquietação de centenas de milhares de jovens estudantes que mais do que a passagem de cada ano se preocupam já com o futuro incerto depois do curso terminado. A estrutura do desemprego, o seu volume, o seu carácter crónico e de longa duração, a amplitude dos sectores atingidos, a sua manutenção e crescimento constante, revelam alterações novas e profundas.

O grande capital e os seus ideólogos, ante esta realidade, proclamam a inevitabilidade do desemprego, questionando já os fundamentos da legitimidade social e humana do emprego ao considerá-lo um privilégio.

Mais ainda! Usam o desemprego como arma de arremesso contra o direito ao salário, aos horários de trabalho e à segurança social, contra a existência e o exercício doutros direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Tudo isto para acrescentar mais lucro ao lucro sempre adjectivado das leis do mercado e da competitividade.

Para nós, comunistas, o desemprego não é inevitável, nem uma fatalidade. Não se resolve com panaceias, boas vontades ou concertações tituladas de estratégicas e muito menos sacrificando outros direitos dos trabalhadores.

Importa ir às causas, caracterizar responsabilidades e responsáveis e considerar como questão central do combate ao desemprego uma nova política económica a exigir uma ruptura radical com as políticas económicas desastrosas que têm sido levadas por diante tanto pelos Governos do PSD como actualmente pelo Governo do PS.

Enquanto se mantiver o seguidismo cego aos critérios de convergência nominal, aceitar os ditames de Maastricht como dogma intocável e caminho único, não haverá progresso social e o desemprego não parará de crescer.

A alternativa que o PCP propõe é tomar uma opção de fundo para substituir o objectivo de convergência nominal pelo objectivo da convergência real, admitir normas diferenciadas e não cegamente alinhadas



PCP

A Tribuna do Congresso

(Continuação da página anterior)

Precisamos de mais dinheiro para fortalecer o núcleo de funcionários do Partido, condição necessária ao indispensável aumento e maior responsabilização do número de camaradas não funcionários em todos os escalões e organismos do Partido, mas também importante garantia de que o Partido mantenha as suas características de Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, Partido marxista-leninista, Partido revolucionário.

Precisamos de mais dinheiro para reforçar o carácter nacional do Partido tendo em conta potencialidades objectivas de desenvolvimento e a necessidade de que o Partido reforce a sua influência onde ainda é fraca.

Precisamos de mais dinheiro para aumentar a nossa informação, propaganda e agitação, quer para de algum modo atenuar os nefastos efeitos, quer do silenciamento e distorção da voz do Partido na Comunicação Social burguesa, quer, muito especialmente, para multiplicar os pequenos e simples documentos virados para os problemas concretos surgidos nos locais de trabalho, de residência ou nos sectores. Tais documentos não só ajudam a resolver esses problemas como confirmam aos olhos das massas o papel dirigente do Partido.

Precisamos de mais recursos financeiros para reforçar as nossas campanhas eleitorais, mesmo sendo certo que o que mais tem contado e continuará a contar nas nossas campanhas são os recursos humanos. Já no próximo ano, realizar-se-ão eleições autárquicas. Teremos certamente de lançar uma campanha do tipo da dos 150 mil contos que com pleno êxito levámos a cabo com vista ao financiamento das eleições legislativas de 1995.

Precisamos de mais recursos financeiros para melhorar o apetrechamento técnico do Partido.

Enfim, precisamos de mais recursos financeiros para desenvolver todos os aspectos prioritários e importantes da nossa acção.

O Projecto de Resolução Política coloca-nos alguns objectivos genéricos no plano da elevação das receitas, particularmente no que se refere às quotizações, às contribuições de membros, amigos e simpatizantes do Partido, às iniciativas e actividades de angariação de fundos e às contribuições de eleitos do Partido para cargos públicos. E acrescenta: «Neste quadro de princípio, torna-se indispensável o estabelecimento de metas quantificadas no tempo», isto é, objectivos concretos a definir pelo CC a eleger no Congresso, baseados em especificações a estabelecer pelas Direcções Regionais, Comissões Concelhias, Células de Empresa, etc.

Seria completamente inad-

quado que o Congresso estabelecesse qualquer meta. Mas já agora proponho apenas uma reflexão relativamente a alguns dados hipotéticos sobre os quais temos vindo a trabalhar.

Assim, se por hipótese fosse fixada uma meta de crescimento anual médio de 12%, entre o XV e o próximo Congresso ordinário, das receitas de quotização e das de contribuições de filiados, amigos e simpatizantes do Partido, tendo como ponto de partida os valores alcançados em 1995 (cerca de 124 e 125 respectivamente), isto significaria que atingiríamos no ano 2000, perto de 200 mil contos em cada uma destas rubricas. Lembramos que estas rubricas têm amplas potencialidades de crescimento pois há numerosos membros do Partido que não cumprem o dever estatutário do pagamento da sua quota e, por outro lado, estão longe os limites possíveis das contribuições de membros, amigos e simpatizantes do Partido.

Se, por hipótese, a rubrica referente às iniciativas e actividades de angariação de fundos (que constitui já a mais importante rubrica das receitas do Partido, e exprime bem a capacidade de iniciativa criadora das nossas organizações) subisse em cada um dos quatro anos 10% relativamente à média alcançada nos anos de 1993, 1994 e 1995 (450 mil contos), isso significaria que no próximo Congresso chegaríamos aos 660 mil contos; mais 46% do que o ponto de partida.

Se assim fosse, só nestas três rubricas passaríamos de cerca de 700 mil contos em 1995 para mais de 1 milhão e 50 mil contos no ano 2000.

A uma outra rubrica de receitas, as contribuições dos eleitos do Partido para cargos públicos, me queria ainda referir. Ela representa por si só a segunda rubrica em importância financeira do total das receitas (mais de 350 mil contos). Mas não menos importante do que o seu valor material, é a sua importância moral e política. Ela expressa o honroso cumprimento do princípio estatutário, segundo o qual os comunistas eleitos para os cargos públicos «não devem ser beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto». Este princípio estabelece uma diferença radical entre o PCP e os outros grandes partidos.

Mas é possível fazer crescer tal rubrica, que se em grande parte depende das nossas posições nos órgãos institucionais, depende também do cumprimento estatutário de uma norma relativamente à qual precisamos de nos empenhar na sua efectivação tão generalizada quanto possível.

Se hipóteses deste género se vierem a concretizar, como cremos que é possível, o Partido fará uma viragem indispensável

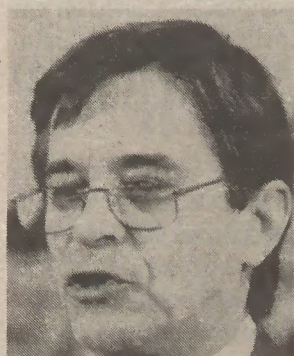
na sua situação financeira.

Vários outros aspectos deveriam ser abordados nesta intervenção e não o serão por absoluta falta de tempo.

Mas, o que de essencial queria dizer-vos é que, para que o Partido possa dar um importante passo em frente na sua influência na sociedade, para que possa dar uma contribuição decisiva para a derrota da política de direita, da política ao serviço do grande capital deste governo do PS, e contribuir para levar à prática uma política de esquerda, é indispensável e possível aumentar substancialmente os fundos do Partido.



Actividade do Grupo Parlamentar



Octávio Teixeira
Membro da Comissão Política do Comité Central

Cumprir-me apresentar ao Congresso a actividade do grupo parlamentar do nosso Partido e relevar o significado e a importância da intervenção dos deputados comunistas na Assembleia da República. Frente indispensável de intervenção e trabalho políticos, em que os deputados comunistas, em estreita ligação com a actividade e a orientação gerais do Partido, dão voz institucional aos anseios, às justas reivindicações e às lutas de todos aqueles que exigem mais desenvolvimento, mais justiça social, mais e melhor emprego, melhores condições e níveis de vida, garantia das liberdades democráticas e dos direitos dos trabalhadores e defesa da independência e soberania nacionais.

No projecto de Resolução Política apresentado ao Congresso faz-se um breve balanço político da actividade do nosso Grupo Parlamentar, caracterizador da correspondência desse trabalho com os objectivos e as tarefas que lhe são exigidas e que decorrem da estratégia política do nosso Partido e dos compromissos assumidos pelo PCP perante os portugueses.

As inúmeras intervenções no período de antes da ordem do dia, as muitas centenas de requerimentos ao Governo, os permanentes encontros com organizações de trabalhadores e outras organizações sociais, as incontáveis visitas a empresas, a escolas e a múltiplos locais em que surgem situações de injustiça e problemas por resolver, ilustram a permanente ligação do grupo parlamentar comunista aos trabalhadores e ao povo que o elegeu e nele depositou um mandato de confiança, mas também de grande exigência política e ética.

É para corresponder a essa confiança e exigência políticas que o Grupo Parlamentar comunista,

apesar da sua relativamente pequena dimensão, tem sido o que maior número de iniciativas legislativas apresenta na Assembleia da República.

Mas mais importante que o número, o fundamental, é que a generalidade dos projectos de lei apresentados pelos deputados comunistas, recolhendo as iniciativas e opiniões dos organismos do Partido e de organizações sociais, particularmente de organizações de trabalhadores, estão sempre ligados e visam dar adequada resposta às preocupações dos movimentos sociais, às aspirações dos trabalhadores e das massas populares.

Por isso os deputados comunistas se orgulham dos projectos de lei que subscrevem e apresentam, como os relativos à redução efectiva e sem contrapartidas do horário de trabalho, à reposição da idade de reforma das mulheres aos 62 anos, à revogação das propinas, à implementação de uma rede pública de ensino pré-escolar e outra de tratamento e recuperação de toxicodépendentes, à efectiva e democrática fiscalização dos Serviços de Informações, ao reforço dos direitos das mulheres, à alteração da lei da interrupção voluntária da gravidez, e tantas dezenas de outros projectos de lei.

É ainda na prossecução dos objectivos de um País mais justo, mais democrático e mais desenvolvido que o Grupo Parlamentar Comunista está neste momento empenhado nos trabalhos do processo de revisão constitucional, na luta pela concretização da regionalização e na discussão do Orçamento do Estado para 1997.

Este não é o Orçamento do Estado que o País necessitava e os trabalhadores e os reformados exigiam e mereciam.

Porque o Orçamento do Governo do PS sobrepõe, dogmática e irresponsavelmente, os interesses da moeda única, os interesses do capital financeiro transnacional, aos interesses objectivos da economia e da sociedade portuguesas.

Mantém as pensões de miséria com que sobrevivem um milhão e oitocentos mil reformados e pensionistas. Assenta no congelamento dos salários reais. Ameaça com o contínuo aumento do desemprego. Aposta na aceleração do nefasto processo de privatizações. Agrava as injustiças fiscais.

Mas é inequívoco que dentro de

poucos dias o Governo do Partido Socialista verá o seu Orçamento aprovado, com a cumplicidade e apoio activos da direita, do PSD e do CDS/PP.

Aliás, Camaradas, os acontecimentos dos últimos dias não deixam margem para dúvidas. Ao Governo do PS não bastava ter já assegurada a viabilização do OE com a abstenção, amiga e conveniente do PSD.

O primeiro-ministro quis, mais uma vez e publicamente, fazer a colagem política do seu Governo ao CDS/PP, à extrema direita parlamentar.

O acordo orçamental entre o Governo e o CDS/PP é politicamente indecoroso, mas muito significativo. Por parte do Governo, porque não necessitando dele para a viabilização do Orçamento quis significar que o primeiro-ministro, o Governo e o PS elegem o Dr. Manuel Monteiro, o CDS/PP e, por eles, também a CIP, como os seus aliados políticos preferenciais.

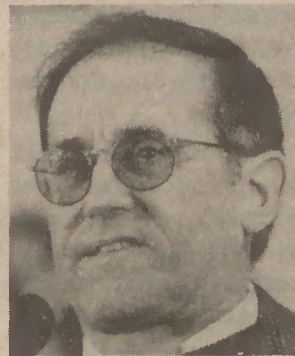
Politicamente vergonhoso por parte do CDS/PP porque, depois de acusar o Orçamento de «orçamento da moeda única» vai viabi-

lizá-lo. E significativo porque comprova, se ainda necessário fosse, que a alegada oposição do PP à moeda única é mera oposição de fachada, é uma fraude política.

A verdade é esta, Camaradas: a experiência vivida na Assembleia da República nos últimos doze meses mostra que o Governo do PS não cumpre, nem quer cumprir, as suas próprias promessas eleitorais. Mas mostra, fundamentalmente, que o Governo do PS governa com a direita e para a direita.

Também por isso, Camaradas, vos posso garantir, em nome de todos os deputados comunistas, que o nosso Grupo Parlamentar irá continuar na Assembleia da República a ser a oposição responsável e firme ao Governo do PS, à política de direita. E continuaremos a lutar, com todo o Partido, por uma política de esquerda que dê resposta aos grandes problemas nacionais, que corresponda aos interesses e aspirações dos trabalhadores e das massas populares, que abra as perspectivas de um futuro melhor para a juventude, num Portugal de progresso, independente e soberano, mais justo e solidário.

Os problemas da terra e da água no Alentejo



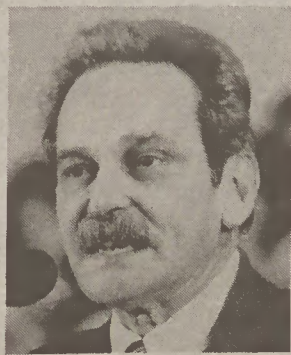
José Soeiro
Membro da Comissão Política do Comité Central

Que o Alentejo vive hoje uma das suas mais profundas crises económicas e sociais é coisa que ninguém ousa contestar. A crise é reconhecida por todos. O Alentejo envelhece e desertifica-se; o desempre-

go estrutural atinge mais de 40 mil trabalhadores, 18%, a mais elevada taxa do País; mais de um terço da população vive na pobreza; aprofunda-se o fosso que separa o Alentejo das outras regiões da Europa sendo hoje o Alentejo a mais atrasada de todas elas. Em 10 anos tivemos uma quebra de 6% no rendimento «per capita» em termos de paridade com a média europeia descendo de 48% para 42%. Uma leitura atenta do Orçamento do Estado para 1987 confirma mais uma vez a penalização e marginalização do Alentejo. A CCRA, num recente estudo, afirma que, a manter-se a política actual, o Alentejo perderá, nos próximos 15 anos, mais 87 500 habi-

A Tribuna do Congresso

A situação internacional e a política de relações internacionais do Partido



Albano Nunes
Membro do Secretariado
do Comité Central

Os tempos contraditórios que vivemos são particularmente exigentes para os comunistas e as forças progressistas e revolucionárias de todo o mundo.

São tempos de dramáticas regressões, de gravíssimos atentados à soberania dos povos, de sérias ameaças para a paz e a segurança internacional e mesmo de perigos de retrocesso civilizacional.

As injustiças e desigualdades sociais aprofundam-se. Generaliza-se o desemprego, a precariedade, a exclusão social, enquanto escassas centenas de grandes potentes económicos e financeiros, que dominam as relações económicas internacionais, continuam a encaixar fabulosos lucros. Um punhado de grandes potências (onde pontificam os EUA como potência dominante), comportam-se como donos do mundo, conduzem uma cruzada universal contra as conquistas e direitos alcançados pelo trabalho e a luta de gerações.

Seria porém errado concluir que a ofensiva do grande capital e do imperialismo é irreversível e imparável. Os tempos que vivemos encerram sem dúvida grandes dificuldades e perigos. Mas encerram também grandes potencialidades libertadoras. A questão central é não abandonar valores e convicções, é não perder a confiança nas massas e na força da sua luta, é não claudicar perante a avassaladora campanha dos arautos do «pensamento único» que pregam a impotência, o conformismo e a inviabilidade de qualquer alternativa ao rumo predador e desumano do capitalismo.

Aliás, camaradas, o que a vida está a mostrar não é o «fim da luta de classes», mas a intensificação da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos. Não é a «morte do comunismo», mas de sinais de recuperação dos comunistas e outras forças revolucionárias. Não é o «fim da história» com o triunfo definitivo do capitalismo, mas a agudização de velhas e novas contradições, que evidenciam os limites históricos do sistema e tornam mais actual e urgente do que nunca a sua superação revolu-

cionária como condição indispensável à solução dos graves problemas da Humanidade.

Na situação internacional actual avultam factores que reforçam a nossa confiança na possibilidade de contrariar, conter e finalmente derrotar a ofensiva do imperialismo e alcançar uma alternativa de progresso social.

1) É patente que o capitalismo não só se revela incapaz de dar resposta aos problemas dos trabalhadores e dos povos como tende a agravá-los. É cada vez mais flagrante a contradição entre as potencialidades abertas pelos gigantescos progressos da ciência e da técnica para a promoção do bem estar material e cultural do ser humano e as regressões impostas pela sua utilização capitalista na busca desenfreada do lucro máximo.

2) A resistência e lutas de massas desenvolve-se por todo o mundo. Os povos não se resignam nem se submetem. As classes e a luta de classes são realidades objectivas que nem a repressão aberta, nem o reformismo social-democrata (cada vez mais rendido às teses do neoliberalismo) jamais poderão anular. As grandes lutas operárias e populares que estão em curso por essa Europa fora contra as gravíssimas consequências sociais das políticas de Maastricht e da marcha forçada para a moeda única – e que da tribuna do nosso Congresso fraternalmente saudamos – confirmam que o grande capital não tem as mãos livres, que a Europa supranacional dos grandes monopólios e das grandes potências não é uma fatalidade, que a última e a decisiva palavra caberá sempre aos trabalhadores e aos povos.

3) A tese do «declínio irreversível dos partidos comunistas» está profundamente desacreditada. Apesar das dificuldades que persistem, em todos os

continentes se verifica a existência de partidos comunistas e forças revolucionárias que resistem, lutam e em numerosos casos fortalecem a sua influência.

A política de relações internacionais do PCP, decorre da natureza de classe do nosso Partido e da forma como vemos o mundo e os caminhos da sua transformação progressista e revolucionária.

O projecto de Teses dá conta das linhas fundamentais da actividade internacional desenvolvida.

Num quadro de grandes mudanças e em que numerosos partidos comunistas e outras forças de esquerda e revolucionárias vivem processos de recomposição e de definição da própria identidade, o PCP manteve, reforçou e alargou as suas relações em todos os continentes.

Em primeiro lugar, relações com outros partidos comunistas e revolucionários, tendo sempre presente que o movimento comunista e revolucionário – sem pretender fechar-se em fronteiras rígidas e renovando-se com as lições da experiência – é uma realidade e uma necessidade para o sucesso da luta emancipadora. Simultaneamente, relações com todas as forças democráticas, progressistas e nacional-libertadoras que, independentemente do modo como se designem, se identificam com os interesses dos trabalhadores e dos povos respectivos e se opõem e combatem a política do grande capital e do imperialismo.

Contribuir para o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos comunistas, das forças progressistas, dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo é orientação invariável do nosso Partido.

Por experiência própria e alheia bem sabemos que nada pode substituir a luta em cada país. O marco nacional conti-

nua a ser o terreno incontornável e decisivo da luta de classes. Simultaneamente, os processos de divisão internacional do trabalho, de integração e de internacionalização, reforçam a exigência da cooperação, da acção comum ou convergente, da solidariedade internacionalista dos comunistas e de todas as forças do progresso social. Na hora actual isso é especialmente importante na Europa e em particular nos países da União Europeia, para fazer frente à violenta ofensiva do grande capital. Por isso participamos com empenho e entusiasmo no Comício de 11 de Maio em Paris que consideramos um marco muito positivo na necessária cooperação dos comunistas e outras forças progressistas. Por isso continuamos empenhados em acções comuns ou convergentes que dêem expressão política ao vasto movimento de luta social que está em curso.

Tomando os seus desejos por realidades, os nossos adversários preconizaram, a par do seu declínio, o isolamento internacional do nosso Partido. Enganaram-se uma vez mais.

A presença solidária no nosso Congresso de 59 partidos comunistas, progressistas e revolucionários, sem esquecer aqueles que por motivos diversos não se puderam fazer representar, não só confirma que o PCP conta com amigos em todo o mundo como testemunha a vitalidade, a amplitude e a força do campo progressista e revolucionário.

Agradecemos-lhes a sua presença solidária que constitui um valioso estímulo para a nossa própria luta. E confirmamos-lhes que na luta que travamos nos respectivos países pela liberdade, a democracia, o progresso social e o socialismo, podem também contar com a activa e fraternal solidariedade dos comunistas de Portugal.



tantes da sua já tão reduzida população.

Quais as causas desta dramática situação que atinge tão profundamente a região? A ausência de recursos? O clima? A pobreza dos solos? A ausência de alternativas? A influência dos comunistas na região como afirmam desavergonhadamente o PS, o PSD e o PP?

Com quase metade – cerca de 47% – da superfície agrícola útil do País; dispo de importantes recursos mineiros – cobre, zinco, estanho, mármore, granito, xisto, etc., – e de condições excepcionais para o desenvolvimento do turismo – património natural, histórico, cultural e ambiental diversificado e riquíssimo –, entre outras potencialidades, o Alentejo foi e é antes de mais uma região predominantemente agrícola.

Com condições excepcionais para a plantação da vinha, da oliveira, do sobreiro e frutos secos culturas ricas e geradoras de emprego; podendo intensificar particularmente a criação de ovinos, caprinos e bovinos de qualidade; situado entre dois dos mais importantes rios que atravessam o País, o Tejo e o Guadiana e dispondo de outros importantes cursos de água como o Mira ou o Sado que poderiam irrigar no seu conjunto mais de 200 mil hectares de terras com boa aptidão para o regadio, condição essencial à diversificação e intensificação cultural – beterraba, arroz, milho, tomate, tabaco, horto-frutícolas, etc. – e consequente industrialização; dispo de em suma o Alentejo de três elementos fundamentais a uma agricultura moderna, próspera e desenvolvida – Sol, terra e água – dois deles escassos, estratégicos e vitais para qualquer política de desenvolvimento: a terra e a água, porque razão é a agricultura alentejana pobre, extensiva e fundamentalmente cerealífera e de sequeiro? Por que razão continuam centenas de milhares de hectares de terra subaproveitados ou simplesmente incultos? Por que razão o Plano de Rega do Alentejo acabado de elaborar nos anos de 1955/58, há mais de 40 anos, e que tinha como fundamental o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, ainda hoje não está implementado? Por que razão os poucos perímetros de rega existentes nunca foram convenientemente aproveitados?

Marcelo Caetano, que em 1959 reconhecia ser a irrigação do Alentejo mencionada desde um passado muito remoto em todos os estudos económicos e até nos programas políticos como a condição essencial de transformação das condições de vida nacionais, confessa nas suas memórias que tal não foi possível pois «a resistência dos interesses era superior ao

impulso do poder». Que interesses podem justificar ainda hoje o não aproveitamento das enormes potencialidades agrícolas do Alentejo num País cada vez mais dependente das importações estrangeiras no campo agro-alimentar? Que podem justificar a condenação ao envelhecimento, à desertificação, à estagnação e ao abandono de uma região que representa um terço do território nacional e que tanto pode e deve dar aos portugueses?

Para não citar Álvaro Cunhal, Carlos Carvalhas ou um dos inúmeros documentos do nosso Partido que têm respondido a estas perguntas, cito Castro Caldas que afirma «... a hidráulica agrícola determina fortes reacções de oposição por parte dos proprietários de terras a submeter ao regadio, especialmente os que usufruíam das vantagens do latifúndio dominante nos sequeiros a regar no Sul».

Latifúndio que PS, PSD e PP reconstituíram com a destruição de uma das mais belas conquistas de Abril, a Reforma Agrária, liquidando mais de 50 mil postos de trabalho e concentrando na mão de 1% das explorações 80% do total da superfície agrícola útil do Alentejo. Latifúndio premiado escandalosamente com mais 60 milhões de contos pelo PS enquanto barragens há muito inventariadas e necessárias ao desenvolvimento ficam por construir. Latifúndio que, para ser reconstituído, levou à suspensão do E.F.M. de Alqueva no final dos anos 70 como confirmaram o mês passado, o ex-Secretário de Estado do PSD, António Taveira, e o Presidente do Instituto Nacional da Água ao afirmarem que «o investimento foi suspenso por razões políticas» pois com a construção de Alqueva «temia-se contribuir para a consolidação da Reforma Agrária, impedindo a retoma dos grandes agrários alentejanos».

Os resultados de uma tal política estão à vista no Alentejo.

É pois justa a afirmação contida no projecto de resolução política de que «hoje como ontem, a estrutura latifundista surge como o mais pesado factor de bloqueamento do desenvolvimento da região e do progresso social das populações do Alentejo». Como é justo afirmar que, com características e com critérios inseridos na realidade actual do País e da região, a resposta necessária à degradação económica e social do Alentejo, gerada pela contra-reforma agrária e agudizada pela PAC, o melhor caminho para uma nova agricultura, assente no racional aproveitamento da terra e da água, será a realização de uma nova reforma agrária nos campos do Alentejo.



CONGRESSO
PCP
1996-2000

PCP

A Tribuna do Congresso

A regionalização



Carlos Luís Figueira
Membro da Comissão Política
do Comité Central

A criação das Regiões Administrativas está inscrita na Constituição desde 1976. Apesar disso a sua instituição em concreto tem sido sucessivamente adiada pela acção dos Governos de maioria PSD ou PS.

Entretanto, vinte anos após a sua consagração na Constituição da República, seis anos após a aprovação por unanimidade na Assembleia da República de uma Lei Quadro que, embora insuficiente, permitia avançar, a criação das Regiões Administrativas está, ainda, não só por concretizar, como está hoje perante novos obstáculos erguidos em resultado das cedências que o PS concedeu à direita, designadamente ao PSD e CDS/PP, em sede de revisão constitucional.

Regionalização que foi e é ainda objecto da mais insidiosa e sistemática campanha pelos anti-regionalistas de sempre.

Descentrando e inquinando a natureza do debate, escamoteando os fundamentos, poderes e limites das futuras Regiões Administrativas, propositadamente confundindo Regiões Administrativas com Regiões Autónomas, o País foi bombardeado durante dias consecutivos com os principais órgãos de comunicação ao serviço de tal campanha. Não houve fantasma que não fosse perigosamente agitado. Custos falsificados, poderes propositadamente confundidos, falsas divisões do País, novos caciquismos, conflitos religiosos e étnicos, perda da independência nacional, novas burocracias e até, pasme-se, o iminente perigo de voltarmos à época dos Filipos através da nossa perda de identidade e independência em benefício da Espanha. A falta de rigor, a mentira organizada mil vezes repetida, a mais profunda, perversa e hipócrita demagogia ao serviço dos poderes instalados.

Para trás ficava, no esquecimento da memória de gente responsável, a aprovação por unanimidade da Lei Quadro, as sucessivas promessas sobre as virtudes das Regiões Administrativas, a realidade histórica do País a demonstrar que desde a revolução liberal o País sempre teve um poder intermédio entre o municipal e o central, processo só interrompido pela ditadura fascista durante a qual como se sabe, para evitar equívocos, era tudo nomeado por cima numa escolha criteriosa, não fosse o diabo tecê-las.

Sem relevo ficava a realidade do País, com as assimetrias regionais a avolumarem-se, extensas faixas do interior a desertificarem-se no plano económico e humano, situação criada não só pelas sucessivas políticas de direita implantadas no País, mas também fruto de Planos de Desenvolvimento Regional elaborados pelos diversos poderes periféricos da Administração Central com particular significado para a acção das poderosas CCR's, Planos impostos, sem consulta nem correspondência com as necessidades de cada região.

Porque a questão é simples. Independentemente da configuração final que as futuras Regiões Administrativas venham a ter, num processo que tem como base a consulta às Assembleias Municipais de cada área de partida, o objectivo central a atingir é substituir um poder instalado nas regiões a mando do Poder Central, por outro poder eleito directamente pelas populações respectivas e a estas prestando regularmente contas.

Passadas que foram as eleições e no início da nova legislatura, o PCP na Assembleia da República, honrando como sempre os seus compromissos, apresentou uma série de projectos de lei, acompanhada de uma proposta de calendário que permitiria, se tivesse sido aprovado, a realização em simultâneo das eleições autárquicas do próximo ano com as eleições para as Regiões Administrativas.

A realidade foi entretanto outra. A nova liderança do PSD descobre no referendo um mecanismo para resolver não só divisões internas como um instrumento para retardar e em última instância anular a execução desta reforma. Chantageia o PS que, de cambalhota em cambalhota, foi contra, depois foi assim-assim, para finalmente, em sede de revisão constitucional, ceder a tudo que a direita pretendia. Consagrou o referendo nacional sobre esta matéria, aceitou que a validade do referendo estivesse dependente de nele votarem mais de 50% dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, o que, em consequência do facto de todos sabermos que por desactualiza-

ção dos mesmos existirem hoje mais de meio milhão de eleitores fantasmas, obriga a que o mesmo tenha, para ser válido, uma percentagem altíssima de votação. Significa que os abstencionistas, independentemente da opinião que tenham em relação ao processo, a sua posição contará objectivamente como oposição à regionalização. Significa que em regiões como a do Algarve, mesmo que a votação seja das mais expressivas em apoio à criação das Regiões Administrativas, tal vontade fica dependente dos resultados do País. Significa que na embrulhada em que o Governo se meteu, o compromisso que assumiu, de realizar eleições para os órgãos regionais em simultâneo com as eleições autárquicas em 1997, não se vai cumprir. Significa que os prazos anunciados agora por algumas estruturas do PS a Norte do País são, para além de contradições internas que revelam, objectivamente mais um disfarce para cobrir a falta de palavra e empenhamento do Governo PS em relação a esta importante reforma.

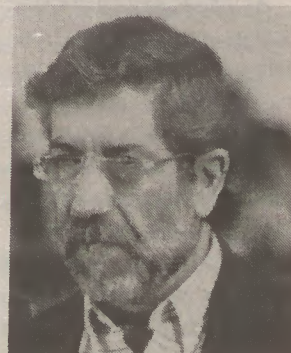
É este o PS que temos. Não o merecem os muitos socialistas, como não o merecem muitos homens e mulheres de esquerda para quem, iludidos, a ascensão do PS ao Poder representou incumpridas esperanças de uma nova política. A esquerda, de facto, não está neste Governo, nem nesta Direcção do PS.

Continuaremos sem desfalecimento o nosso combate pela implementação das Regiões Administrativas visando com a sua criação a instalação de um poder intermédio eleito directamente pelas populações, complementando e apoiando o poder autárquico existente, favorecendo a democracia participativa, ao serviço de melhores soluções para o desenvolvimento regional, desburocratizando e aumentando a eficácia da administração pública.

A mais recente consulta que sobre a regionalização está a ser feita às Assembleias Municipais, prazo cujo termo se aproxima, volta a dar um expressivo e largo apoio à sua instituição, num claro sinal que há forças, empenho, para travarmos vitoriosamente esta batalha.



A actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu



Sérgio Ribeiro
Deputado do PCP
no Parlamento Europeu

Há quatro anos, a frente de luta do PE deu conta de dificuldades e de esperança e confiança. Sobrevivia a certidões de óbito, resistia à lenta erosão dum Grupo político.

Quatro anos passaram. Nas eleições de 1994, a coragem da autocrítica leva a dizer que, por pouca mobilização, perdemos uma oportunidade de reforçar significativamente uma frente de luta. Face ao novo Parlamento saído das eleições, o Partido teve lucidez e força para contribuir decisivamente para um Grupo que triplicou membros e componentes nacionais e deixou de ser o mais pequeno dos pequenos grupos para se tornar interlocutor que não se pode menosprezar.

Há quatro anos, Maastricht atropelava tudo e todos rumo à moeda única para as transnacionais, com um banco central e uma política monetária sob o jugo do marco alemão. Resolvidos com truques jurídicos acidentados de percurso por povos terem descoberto poder ser mais que meros homologadores de decisões de executivos, o caminho para a UEM parecia técnico e fácil.

Quatro anos passados, a realidade mostrou-se bem diferente. Os critérios de convergência nominal, arbitrários pretextos para impor objectivos transna-

cionais, arautos da sadia contenção dos défices financeiros para justificar a demissão dos Estados da regulação das economias nacionais e de deveres de solidariedade, esses célebres critérios de convergência desconvergiaram. Porque a realidade não se meteu no fato talhado em Maastricht e as manipulações estatísticas e contabilistas não escondem que nada correu como posto no papel.

Nem por isso são menores as consequências sociais. O desemprego subiu aos 20 milhões, a pobreza e a exclusão sociais são o retrato a preto e branco que contrasta as fotos coloridas e sorridentes de Conselhos Europeus que se dizem preocupados mas reforçam as políticas que motivam as hipócritas preocupações.

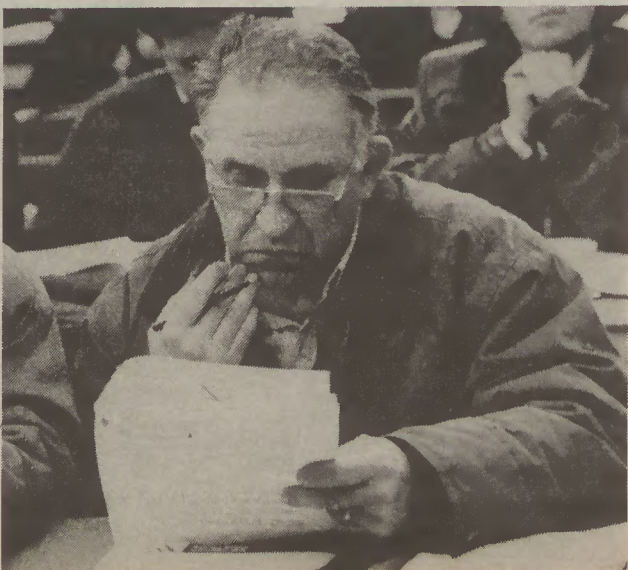
É certo que o capital circula libertinamente, especulando dos câmbios para a Bolsa, deslocando-se para onde mais possa explorar a força de trabalho, de Setúbal para arredores de Varsóvia ou para extremos orientes, por cá flexibilizando, precarizando, desprotegendo. Evidente é que nada se reduziu à técnica, que há batalhas políticas e, sobretudo, que crescem lutas sociais.

Decorre, agora, a CIG para rever Maastricht. Decretada a UEM, procura-se avançar para a União Política, escolhendo palavras, fugindo a chamar federalismo ao que federalismo é, pondo em causa fundos e coesão, intentando alargar segundo conveniências e não interesse dos povos. Mas os povos estão atentos e capazes de recusar propaganda e de buscar informação. É nosso dever ajudarmo-nos na tarefa de puxar o rabo ao gato escondido e impedir que vá para longe e para outros o direito nosso a decidir o nosso destino. Como portugueses e comu-

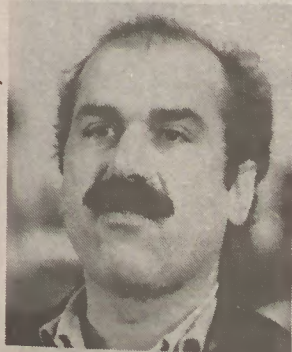
nistas, somos frente de luta do Partido, do nosso povo, no PE. Nas sedes deste temos sido, e continuaremos, a voz que defende a agricultura e a pesca, lembra a indústria, recusa a destruição dos serviços públicos. Em permanente contacto e coordenação com quem, no Ribatejo e pelas Beiras, cria o tomate, a vinha, o azeite e tudo o mais, de Viana a Vila Real luta contra o abandono para outros de tanto mar nosso e peixe, no Ave e na Covilhã sobrevive com a têxtil, no Alentejo resiste e não desiste do Alqueva, em Trás-os-Montes conclama as potencialidades da região, nos Açores e Madeira denuncia e ataca a pobreza, nas áreas metropolitanas e em todo o lado, combate o que estraga o ambiente natural e social.

As características da frente aproxima-nos dos emigrantes, põe-nos na primeira linha da solidariedade com Timor, com os povos a que nos ligam tantos laços culturais e afectivos, com os povos agredidos por não desistirem da sua opção socialista, merecendo referência especial o povo de Cuba. E não esquecemos a solidariedade sem endereço, de classe, urgente num mundo em que o capitalismo junta a OMC ao FMI e ao Banco Mundial para mais o ocupar e pisar.

Frente de trabalho e de luta cada vez mais influindo o quotidiano, e podendo reflecti-lo, somos Partido pela vinculação à luta de massas, o que exige mais informação, maior empenho e melhor coordenação de todo o Partido. Como há quatro anos, as dificuldades são muitas, mas não falta esperança e confiança e multiplicar-se-ão se, assumindo a Resolução Política esses maior empenho, melhor coordenação e mais informação mútua, for essa a nossa prática colectiva.



A agricultura portuguesa e os pequenos e médios agricultores



João Abreu
Membro do Comité Central

Doze anos de governo do PSD conduziram a agricultura portuguesa à crise que se conhece. Um ano após a chegada ao poder do PS, que abriu expectativas de mudança, as medidas do actual Governo suscitam ao PCP as mais sérias objecções.

A política agrícola do Governo do PS insere-se no mesmo quadro de opções, lógica e racionalidade. É a mesma posição face à Europa do grande capital multinacional. São as mesmas negociações do mal menor em Bruxelas. É a mesma aceitação do mercado e da competitividade como critério único de regulação económica. É a mesma passividade face à reforma da PAC e aos acordos do GATT. É a mesma demissão do Estado da defesa da produção nacional — no caso das «vacas loucas», ao mesmo tempo que se abatiam milhares de animais, continuou a assistir-se às importações de carne e rações, de duvidosa qualidade. É a mesma passividade face ao domínio das multinacionais, pondo em dificuldade as cooperativas. É a mesma incapacidade de afirmar uma estratégia centrada na pequena e média agricultura e nos trabalhadores agrícolas. É a entrega de 60 milhões de contos aos senhores do latifúndio, enquanto se reduz no Orçamento do Estado o esforço financeiro público para a agricultura. É a mesma divisão dos agricultores em produtivos e improdutivos. É a mesma concepção de uma chamada política de desenvolvimento rural dissociada da produção agrícola. É a política de total subordinação aos interesses das multinacionais e de países mais ricos.

Esta é a política responsável por uma das mais graves crises do sector: queda brutal dos rendimentos dos agricultores; aumento do desemprego; crescimento do défice alimentar e agro-florestal; desertificação do interior e do Alentejo; declínio do mundo rural.

A questão, hoje, não é de ajustamentos pontuais, mas sim a de uma **nova política**. Com melhores rendimentos dos agricultores, emprego e salários dignos dos trabalhadores agrícolas, desenvolvimento da produção e de níveis adequados de segurança alimentar, a revitalização do mundo rural e a preservação de equilíbrios ecológicos.

Estes objectivos exigem uma política com outra lógica e racionalidade: a articulação do mercado com a intervenção do Estado; o direito de todos os países ao desenvolvimento agrícola e dos agricultores a produzirem e a serem remunerados pela sua actividade produtiva; a inserção das políticas de apoio ao rendimento num quadro de apoio integrado à actividade produtiva; a sustentação e renovação do tecido agrícola, a ajuda preferencial aos pequenos e médios agricultores e ao sector cooperativo; a socialização dos riscos da actividade agrícola, tendo em conta os condicionamentos bio-climáticos e as outras valências da actividade agrícola não reguláveis pelo mercado — ambiente e conservação da natureza, equilíbrios demográficos, mundo rural; a correcção da estrutura fundiária com a reforma agrária nos campos do Sul, e o respeito pela propriedade da terra dos pequenos e médios agricultores; a definição de uma estratégia de desenvolvimento que compatibilize os condicionamentos edafoclimáticos do País, o interesse dos agricultores e as exigências do mercado; a preservação do mundo rural e o desenvolvimento da agricultura.

Assim, é fundamental que o Governo assumira a defesa da reformulação da PAC, a aplicação dos princípios da coesão económica e social, da solidariedade financeira e o reconhecimento das heterogeneidades das agriculturas comunitárias e da especificidade da agricultura portuguesa. Que defenda a renegociação dos acordos do GATT na base do princípio da cooperação internacional e da reciprocidade de interesses.

O período que nos separa do XIV Congresso foi marcado pelo ascenso da luta dos pequenos e médios agricultores, em defesa dos seus interesses e do desenvolvimento da agricultura portuguesa.

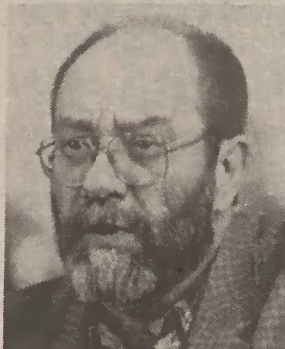
A CNA, sem esquecer insuficiências, confirmou-se como a grande Confederação da agricultura familiar. Vencendo dificuldades, a discriminação financeira, técnica e institucional, a CNA alicerçou no terreno da luta por objectivos concretos o apoio dos agricultores, retirou espaço à CAP e impôs ao Governo o seu reconhecimento de facto.

Alargou o âmbito da sua intervenção, com debates e colóquios, em que participaram técnicos, especialistas e académicos. Participou em iniciativas sobre o mundo rural e a conservação da natureza. Reforçou o seu trabalho na prestação de serviços aos agricultores. Protagonizou convergências e estabeleceu e prosseguiu contactos com as principais associações dos agriculto-

res portugueses — CONFAGRI, AJAP, JARC, Casa do Douro. Desenvolveu o seu relacionamento com organizações de outros países. Levou a voz da agricultura portuguesa a grandes iniciativas internacionais, como ainda recentemente à Conferência Mundial sobre Alimentação promovida pela FAO/ONU.

A luta dos agricultores, um forte movimento de classe, foram e são factores essenciais da sua coesão e unidade. Constituem um poderoso obstáculo para travar as piores consequências da política da direita e deram um importante contributo para a derrota do PSD/Cava-

Imprensa partidária



Leandro Martins
Membro do Comité Central

O Projecto de Resolução Política em debate dedica, em relação a anteriores congressos, muito menos palavras à imprensa partidária. Não porque tenham desaparecido os problemas fundamentais com que a imprensa comunista se depara, nem que a situação geral da comunicação que enquadra o nosso esforço se tenha alterado. Com efeito, a comunicação social, no nosso País, encontra-se de novo, no essencial, nas mãos de um punhado de grupos económicos, ou pela mão do Estado, a caminho de mãos privadas e ricas.

A imprensa partidária age num quadro de acentuada desproporção de meios face à esmagadora pressão de uma comunicação social manipuladora, e que contribui para a alienação das consciências. A notícia já não é o facto que interessa e a verdade que se comunica, mas o produto que se vende e faz vender, a promoção espectacular de ideias que conduza à desmobilização e à descrença nas potencialidades de intervenção na transformação do mundo.

Aumenta assim a importância do papel da imprensa dos comunistas. Porém, ao mesmo tempo que crescem os meios à disposição da comunicação social ao serviço do capital e da ideologia que defende e quando tanto dinheiro é gasto na imagem promocional em que tal produto é fornecido, mantêm-se, do nosso lado, os sérios problemas assi-

co Silva. São um factor determinante para abrir caminho a uma nova política agrícola e à criação de condições para uma alternativa democrática.

Neste processo esteve sempre presente o PCP. Com a sua voz própria, a sua análise das situações e propostas. Com as suas iniciativas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, sem paralelo com qualquer outro partido. Com o trabalho incansável dos agricultores comunistas.

A presença do Partido foi e continuará a ser imprescindível na luta dos agricultores.

Camaradas, este é o caminho a prosseguir e intensificar.

nalados no anterior Congresso — dificuldades financeiras decorrentes dos altos custos de produção e de distribuição; deficiências, dificuldades e subestimações das organizações em relação à distribuição e promoção da nossa imprensa.

É certo que conseguimos, neste quadro de dificuldades, corresponder a algumas das linhas de actuação então apontadas — melhorar o trabalho de informação para o «Avante!», por parte de algumas organizações do Partido, o que se reflectiu positivamente na diversidade e qualidade do noticiário; diversificar as colaborações para o «Avante!» e «O Militante». Deu-se mais atenção às questões da juventude, resultado de uma maior colaboração entre o órgão central do Partido e a JCP, apesar de considerarmos que ficámos aquém das possibilidades abertas neste domínio.

O número de palavras dedicadas à imprensa partidária não significa menor importância dada a esta vertente do nosso trabalho militante. Mais vale sermos modestos nos nossos objectivos que prometer o que se afigura difícil de concretizar, parecem dizer-nos as Teses. A pobre não prometas, como diz o nosso povo. Não se deixa, entretanto, de pedir a todos um maior esforço, e nesse esforço é necessário muito empenhamento e alguma audácia.

Esforço para tornar mais atraente o conteúdo e a apresentação gráfica do «Avante!» e de «O Militante» — como referem as Teses —, embora, neste âmbito, sejam de registar as melhorias introduzidas e de assinalar que não será no fundamental por questões de aspecto que se poderá conseguir um maior interesse por publicações tão diferentemente colocadas no quadro geral da comunicação social. A diversificação temática e um melhor trabalho a levar a cabo nomeadamente pela Redacção, e o reforço das ligações da nossa imprensa com as organizações



do Partido e com a actividade dos comunistas nos mais diversos aspectos da vida política, social e cultural, são elementos fundamentais a considerar para o alargamento da sua difusão. Necessário se torna também que a colaboração de camaradas, ligados às várias frentes e sectores de actividade do Partido, reflectam nas páginas da nossa imprensa a riqueza dos conhecimentos e experiências de trabalho dos comunistas, o seu saber e opinião.

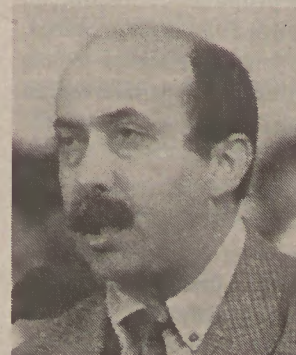
Neste momento de dificuldades, é, contudo, necessário sublinhar a escassez dos meios humanos, técnicos e financeiros, muito reduzidos face às necessidades.

O segredo para a resolução do que aparentemente se apresenta como um círculo vicioso — *melhorar para divulgar mais para conseguir mais meios para melhorar* — reside no assumir, como responsabilidade de todo o Partido, a tarefa de apoiar uma mais ampla difusão da nossa imprensa.

Neste ano de aniversários e neste Congresso, seria bom recordar o papel que a nossa imprensa tem tido ao longo dos tempos.

Aqui há meses, numa sessão comemorativa do «Avante!», em Montemor, um velho camarada, que ainda se dedica à difusão do órgão central do PCP, lembrou os tempos da ditadura fascista, quando ainda era jovem e caminhava alguns quilómetros para ir ouvir ler o «Avante!», nos campos, à luz de uma vela, e tornava pelo mesmo caminho

As questões da organização



Jorge Pires
Membro do Secretariado do Comité Central

Na proposta de resolução política em debate no XV Congresso, muitas são as referências ao papel do nosso Partido na sociedade portuguesa e à intervenção dos comunistas, mas há uma que percorre todo o documento e que expressa bem a importância do nosso Partido para os trabalhadores, para a democracia, para o povo português e para Portugal.

É a afirmação de que o nosso Partido não só é um Partido necessário como insubstituível.

No momento em que se desenvolvem teorias que proclamam o fim das ideologias,

com alguns exemplares que depois distribuía.

O que é que fazia este camarada palmilhar quilómetros? Decerto o empenhamento em participar no trabalho partidário, em militar na organização do Partido, em difundir a voz do Partido junto dos outros trabalhadores. Mas também o vivo interesse em ouvir, já que não sabia ler, as notícias verdadeiras, em conhecer a orientação e as propostas do Partido. Nessa época, o «Avante!» era o único jornal livre da censura fascista. E por essa voz se fizeram sacrifícios e se deu a vida.

Hoje, nem sequer é necessário fazer de autocarro tantos quilómetros a buscar a imprensa. Enterrado há muito o fascismo, não deixa de haver entretanto novas, graves e numerosas ameaças aos direitos e às próprias liberdades. De novo, e infelizmente, o «Avante!» é o único jornal de esquerda de expansão nacional. As nossas responsabilidades são acrescidas no domínio da informação e na divulgação dela. À Redacção, sob a orientação da Direcção do Partido, cabe trabalhar melhor. As organizações cumprem assumir a responsabilidade de elevar a compreensão dos militantes sobre o papel da imprensa partidária como «precioso instrumento de formação e informação na luta das ideias», fomentando a sua leitura, responsabilizando novos camaradas pela sua distribuição, dinamizando por diversos modos a sua divulgação.

que anunciam a morte do comunismo e que, no contexto actual, não se justifica a existência de partidos comunistas e que não faz sentido lutar pelo ideal de construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. No momento em que alguns afirmam não haver alternativa ao capitalismo, nós comunistas portugueses apresentamo-nos aqui, no XV Congresso, reafirmando a nossa identidade de comunistas, determinados em lutar pelo objectivo do socialismo, confirmando a nossa natureza de classe, como Partido da classe operária e de todos os trabalhadores e com uma ideologia que desenvolvemos sem dogmas e de forma criativa, o marxismo-leninismo.

Somos um Partido que não capitulou perante as dificuldades, que não se tornou inofensivo e dócil aos interesses do grande capital como alguns desejariam e, mais do que nunca, estamos determinados a lutar pelos nossos objectivos.

Mas camaradas, não basta afirmarmos o papel insubsti-

A Tribuna do Congresso

(Continuação da página anterior)

tuível do nosso Partido. O quadro actual em que se trava a luta política exige um PCP mais forte e mais interveniente.

O estudo do último balanço da situação orgânica do Partido, realizado em Maio de 1996, apesar de se manterem condições objectivas desfavoráveis, diz-nos que o Partido soube responder com determinação aos desafios colocados. É verdade que com diferenças de região para região e de sector para sector mas, globalmente, o balanço diz-nos que se fez um grande esforço para concretizar as orientações do XIV Congresso e que a partir de 1994 se verificou uma travagem na evolução negativa do quadro orgânico, havendo mesmo algumas organizações regionais que mostraram tendências de subida em alguns indicadores.

Relativamente ao número de membros do Partido que desceu entre o XII Congresso e finais de 1994, está agora em fase de estabilização, para o que tem contribuído muito o recrutamento que se tem realizado nos últimos anos, continuando a colocar-se como um objectivo central o necessário recrutamento de novos membros para o PCP e JCP. Os resultados obtidos no recrutamento em 1995, a campanha nacional de adesões ao PCP e o número significativo de adesões à JCP demonstram as potencialidades existentes e que esta tarefa deve continuar a ser uma das nossas principais preocupações a partir deste Congresso.

A nossa resposta à intensa luta ideológica que hoje travamos e à diferença de meios dos que nela intervêm, está no aprofundamento da estruturação da organização, na melhor ligação aos militantes do Partido e destes à sociedade, no alargar e rejuvenescer as fileiras do Partido, numa melhor preparação política e ideológica dos quadros, no aumento e diversificação da intervenção do Partido.

No XIV Congresso a primeira prioridade estabelecida para o reforço orgânico do Partido foi a do trabalho junto da classe operária e dos trabalhadores em geral. Esta prioridade foi confirmada em Novembro de 1994 na Conferência Nacional. Para nós esta prioridade não é um chavão. Resulta da natureza de classe do nosso Partido e tem em conta que é nos locais de trabalho, no interior das empresas que se confrontam em primeiro lugar o trabalho e o salário e que o resultado desse confronto entre estas duas forças antagónicas determina a evolução da transformação da sociedade.

Assim colocamos ao XV Congresso a proposta de travar em todo o Partido a batalha pelo reforço e valorização dos organismos de base,

destacando as células de empresa e outros locais de trabalho.

Hoje, nas empresas, os trabalhadores são alvo de uma violenta ofensiva contra direitos sociais, políticos e sindicais, generaliza-se a precariedade do emprego, promove-se o individualismo e o egoísmo, intensifica-se a pressão e a chantagem.

São problemas e dificuldades que aumentam com a saída de milhares de trabalhadores das empresas mas que não saem do mercado de trabalho, com a chegada tardia às empresas de jovens trabalhadores, que nos obrigam a avançar com um conjunto de medidas diversificadas de acordo com as condições concretas de cada empresa ou local de trabalho. São medidas de direcção, de renovação da organização, de inserção orgânica dos militantes, na política de quadros e no trabalho de informação e propaganda dirigida aos trabalhadores.

Uma outra direcção central para o reforço orgânico do Partido é elevar a militância e valorizar o papel do militante, integrando e valorizando os seus conhecimentos e capacidades individuais no trabalho colectivo no Partido.

Muitos são hoje os factores que influenciam a vida dos portugueses e naturalmente a dos membros do Partido, os quais condicionam a actividade política e partidária de muitos camaradas. É por isso necessário dialogar com cada um deles, homens e mulheres com disponibilidades, capacidades e motivações diferentes, procurando a tarefa e o espaço próprio de intervenção. É nesta diversidade que encontraremos o denominador comum e a força para a intervenção colectiva. Como se diz no proposta de Resolução Política, o Partido começa, prolonga-se e realiza-se pelo militante na sua intervenção social e política, institucional e de massas.

Ao criarmos condições para uma efectiva participação dos membros do Partido, estamos não só a elevar a militância, como estamos a reforçar e a desenvolver a democracia interna, importante vector do reforço orgânico do Partido.

Aos membros do Partido devem ser dadas condições para que a sua intervenção seja um contributo não só para a definição das orientações através da sua contribuição individual, mas também para participar na escolha e eleição dos organismos de direcção a todos os níveis. É com preocupação que se continua a constatar que um número significativo de organizações não realizam com regularidade as suas assembleias de organização, impedindo desta forma o exercício da crítica e da autocritica bem como da eleição do respectivo organismo dirigente. De acordo com a proposta de Resolução Política caberá ao

novo Comité Central decidir sobre um conjunto de medidas no quadro das normas estatutárias que regularizem esta situação.

São ainda vectores para o desenvolvimento da organização do Partido: desenvolver uma mais eficaz comunicação do Partido com a sociedade, fortalecer a capacidade financeira do Partido, assegurar e desenvolver a dimensão nacional do projecto do Partido.

Hoje são evidentes desenvolvimentos negativos na actividade política decorrente de fenómenos conhecidos de corrupção, tráfico de influências, política-espectáculo, que levam à perda de prestígio desta actividade e de quem nela intervém, generalizando-se a tendência para se considerar que todos são iguais.

Neste contexto, a forma do exercício democrático do poder pelos comunistas não pode nem deve estar desligado da identidade e natureza de classe do nosso Partido. Seja no Partido, nas organizações sociais, nas instituições ou nos órgãos de soberania, a intervenção dos membros do Partido não pode estar desligada de critérios fundamentais como



são: estar sempre e em primeiro lugar ao serviço do povo e do país; não ser beneficiado nem prejudicado financeiramente; articular a defesa das orientações do Partido com o respeito pela autonomia das instituições; desenvolver a sua actividade com humildade e seriedade.

Em qualquer lugar, o membro do Partido deve ser um exemplo de prestígio e seriedade, marcando desta forma a diferença que o separa dos outros.

e da segurança social, que foi conduzida pelos sucessivos governos de direita e que agora o Governo do PS aparece a prosseguir, em aspectos fundamentais.

Outro aspecto que importa destacar diz respeito à enorme distância social que nos separa da quase totalidade dos países da União Europeia, como pode observar-se através dos indicadores relativos às despesas com a saúde, a segurança social e a educação, em que Portugal ocupa um lugar no fundo da escala. A evolução das despesas sociais entre 1980 e 1991 foi também muito modesta no nosso país, passando de apenas 19,7% para 21,6% do PIB, bem distante do crescimento das despesas sociais em relação aos respectivos PIBs registado no mesmo período em países como, por exemplo, a Espanha (de 15,6% para 26,2%), o Reino Unido (de 20% para 30%) e os Países Baixos (de 31,8% para 38,1%).

A correlação que se verifica em cada país entre a percentagem do produto atribuída às despesas sociais e o nível médio do produto por habitante evidencia que os países que têm gastos sociais mais elevados *per capita* são simultaneamente os que apresentam maior produto por habitante e vice-versa.

Apesar deste facto mostrar que para além de evidentes razões de justiça social o caminho para o desenvolvimento do nosso país passa necessária e obrigatoriamente, também, pelo crescimento das despesas sociais – que constituem a base do papel redistributivo inerente aos direitos sociais –, a verdade é que não tem sido esse o rumo seguido. E que os governos (anteriormente o do PSD, como agora e no mesmo sentido o do PS) têm vindo a apostar numa política neoliberal e progressiva desresponsabilização do Estado nas áreas sociais e de crescente mercantilização das necessidades da população na esfera da saúde, da segurança social e da educação.

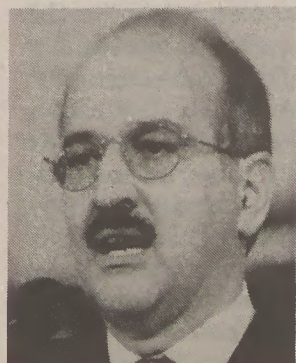
Quando, por exemplo, dois terços do total de pensionistas de velhice e de invalidez do regime geral, contributivo, da

Segurança Social recebem menos de 30 contos por mês; ou quando o actual Governo, na recente actualização das pensões, não aumentou o valor real das pensões acima dos valores mínimos – como não ver nestes factos as consequências de uma política que levou o Estado, durante uma década, a acumular uma dívida à Segurança Social superior à astronómica quantia de mil e duzentos milhões de contos? E que permitiu às entidades patronais, a par de uma vastíssima evasão contributiva, constituírem dívidas ao sistema que se aproximam dos 500 milhões de contos?

É compreensível e inteiramente justa, por tudo isto, a linha geral que o PCP vem assumindo nas áreas sociais, para travar e inverter o deteriorado panorama social da sociedade portuguesa. Dando combate à política neoliberal de desresponsabilização do Estado. Defendendo os direitos sociais e os grandes sistemas que os suportam, tal como estão constitucionalmente consagrados, designadamente o Serviço Nacional de Saúde, o sistema público de Segurança Social, a Escola Pública. E combatendo pela sua concretização num nível mais elevado e pelo seu constante aperfeiçoamento, causas inseparáveis da luta pelo desenvolvimento integrado do nosso país, simultaneamente político, económico, social e cultural.

Não se trata de uma perspectiva utópica aquela que assumimos. Mas de uma política objecto de aprofundado exame e de detalhada elaboração a nível de orientações e medidas – constantes de diversos documentos que o PCP apresentou oportunamente para debate público – Novo Rumo para a Educação, Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, Por uma Reforma Democrática do Serviço Nacional de Saúde e Por uma Reforma Democrática da Segurança Social – e cujas linhas fundamentais o projecto de Resolução Política acolhe e que cabe agora ao XV Congresso decidir.

A questão social e o PCP



Edgar Correia
Membro da Comissão Política do Comité Central

Como comunistas, portadores de um ideal e de um projecto político democrático, emancipador e revolucionário, assumimos a questão social como um problema maior na vida dos trabalhadores e do nosso povo. Nela concentramos permanentemente atenções e energias. E encontramos múltiplas razões de intervenção e de luta, seja numa perspectiva defensiva dos direitos sociais e dos sistemas públicos que os suportam, seja no da sua concretização num nível mais elevado e do seu constante aperfeiçoamento.

É conhecida a profunda degradação do quadro social nos últimos anos. O agravamento da exploração dos trabalhadores, das desigualdades e das assimetrias e o aprofundamento dos dualismos que fracturam a sociedade portuguesa. O crescimento em flecha do desemprego, do sub-emprego e da precarização do trabalho,

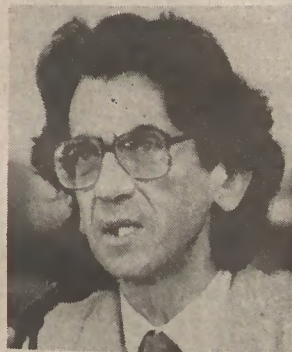
expressões da desvalorização do trabalho enquanto direito social fundamental e condição da integração social e da realização humana. As discriminações de natureza classista que afectam o acesso universal aos benefícios das funções sociais do Estado. O alastramento dos fenómenos multidimensionais da exclusão social e da pobreza que atingem um terço da população e colocam Portugal na cauda da União Europeia.

Outras importantes alterações na esfera social são igualmente de registar.

Elas resultam, nomeadamente, de alterações no tecido produtivo, em que é saliente a rápida queda da população agrícola e o desaparecimento ou redução de pólos industriais, e o desenvolvimento da área dos serviços. Da quebra demográfica e da crescente concentração urbana que concorrem para a desertificação de muitas zonas do interior. E do abaixamento muito acelerado da taxa de natalidade, com a redução do peso do grupo etário com menos de 15 anos, a par do aumento significativo da população mais idosa. E, por último, mas com consequências não menos graves na deterioração da situação social, refere-se a continuada ofensiva neoliberal contra os direitos sociais, associada à progressiva mercantilização e submissão a critérios lucrativistas de áreas como as da saúde, da educação

A Tribuna do Congresso

A luta pela alternativa



Vítor Dias

Membro da Comissão Política do Comité Central

Pensamos não errar se dissermos que a questão da construção de uma alternativa democrática à política de direita e aos sucessivos governos que desde há 20 anos a impõem ao país se encontra seguramente entre as que mais mobilizaram o interesse, as interrogações e atenção do colectivo partidário em toda a fase inicial da preparação deste nosso Congresso, e mesmo já antes dela se ter iniciado.

É inteiramente natural que assim tenha sido. Desde logo, porque, com esta ou com outra formulação, a alternativa democrática é desde há muito um objectivo político crucial do nosso Partido e um ponto de unificação política dos múltiplos e diversificados combates que travamos, não de uma forma separada ou desconexa, mas de uma forma articulada e coerente com os nossos outros objectivos de maior dimensão histórica como são a conquista de uma democracia avançada para Portugal e a construção de uma sociedade socialista. Mas também e sobretudo porque os dados políticos emergentes das últimas eleições legislativas – traduzidos pelo elemento fundamental de à derrota do PSD se ter seguido a continuação da política de direita por um governo do PS – apelarem imperativamente a uma nova abordagem do problema da alternativa democrática e sobretudo do caminho para a alcançar.

É óbvio que, quando falamos de alternativa democrática, falamos de duas coisas inseparáveis mas, apesar de tudo, de diferente natureza. Falamos de uma nova política, de uma política de esquerda, de uma política alternativa. E falamos de uma alternativa política, isto é de uma alternativa no plano das soluções de governo. Sem uma nova política, pode haver variantes nos arranjos parlamentares e governativos, mas não há a alternativa política por que lutamos. Em contrapartida, sem uma alternativa no plano das soluções governativas, a nova política que defendemos é uma bandeira justa e essencial que pesa na evolução da situação nacional mas não ganha nem a dimensão nem a eficácia de política de Estado.

No quadro do regime constitucional em que intervimos, a concretização da alternativa democrática – entendida como a de uma solução governativa

empenhada em realizar uma nova política – tem decisivamente que ver com as instituições, com a orientação, o peso e influência relativa das diversos partidos e com a correlação de forças existente entre eles.

É aqui que, em grande medida, fica desde logo definida a exigência, a dimensão, a complexidade, e porque não dizê-lo as dificuldades, da luta por uma alternativa democrática.

A abordagem constante da Proposta de Resolução Política parte de três pressupostos essenciais e incontornáveis: o primeiro é que o claríssimo enfeudamento do PS à política de direita não é um episódio conjuntural mas o culminar de toda uma trajectória e uma opção consolidada e estruturante da sua orientação e programa político; o segundo é que, em consequência, seria pura perda de tempo e pura ilusão ter qualquer esperança de um próximo ou voluntário abandono pelo PS da política de direita; o terceiro, em consequência dos dois anteriores, é que a construção de uma alternativa democrática só será possível com uma sensível alteração da correlação de forças concretizada através de uma grande e marcante ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP.

A Proposta de Resolução Política redesenha e enriquece assim a ideia fundamental – que nunca esteve esquecida nas nossas análises anteriores – de que a luta pela alternativa não pode repousar nas expectativas sobre um eventual diálogo e entendimento entre forças políticas, mas tem antes de se concentrar na tarefa central e prioritária do reforço do PCP como elemento decisivo e determinante de uma futura viragem política.

E estas tarefas e objectivos claramente indissociáveis – reforço do PCP e construção da alternativa – exigem a firme compreensão de que a sua realização depende não de receitas mágicas ou de «golpes de asa» de efeitos instantâneos e milagrosos, mas de uma visão rasgada de um processo de avanço do PCP que seja sustentado por progressos e êxitos em múltiplas direcções de trabalho.

E nessas direcções de trabalho adquirem uma importância primordial o reforço da presença e intervenção do PCP na sociedade portuguesa, da sua organização, iniciativa e acção política, forjando laços mais profundos com os trabalhadores e com todos os cidadãos que aspiram a outro rumo para Portugal; o reforço da contribuição dos comunistas para o fortalecimento dos movimentos e lutas de massas e das organizações sociais e também a sua contribuição para que a movimentação social expresse e dê força a um movimento social de reclamação por uma nova política; a dinamização pelo PCP de um vasto movi-

mento de debate e acção comum com correntes e sectores democráticos e organizações sociais, com todos os cidadãos que rejeitam o pântano das sombrias alternâncias e que querem dar corpo a um esperança sobressalto de indignação, de novas ideias, de construção de um futuro diferente; a dinamização da CDU – valioso espaço de entendimento e trabalho solidário dos comunistas com o PEV, a ID e milhares de independentes; uma renovada capacidade de comunicação do PCP com a sociedade portuguesa; e como grande eixo unificador da nossa intervenção uma constante e audaciosa afirmação

do valor das propostas e do projecto do PCP e da sua aptidão para o exercício de responsabilidades governativas.

A luta por alternativa democrática exige ao mesmo tempo uma batalha sem tréguas contra tudo o que é fomentado e está organizado para manter duradouramente a política de direita e os interesses do grande capital – desde a separação, na leitura da realidade, entre os problemas sociais e as suas causas e responsáveis políticos até ao descrédito da «política» para supremo benefício e impunidade das ideias dominantes; desde as pressões para o isolamento dos cidadãos pela via da descrença

na acção colectiva até aos atentados ao pluralismo em favor da propaganda de uma pretensa «bipolarização» entre o PS e o PSD.

E, neste quadro da vasta batalha de esclarecimento que nos cumpre travar, longe de qualquer atitude de recriminação, encontramos as formas adequadas de confrontar os eleitores com as responsabilidades das suas opções.

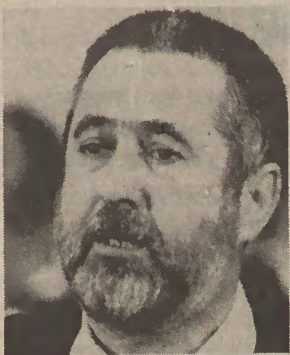
E isto porque devem a si próprios uma interrogação todos aqueles portugueses que na hora dos votos pensam no PS, no PSD ou no PP, mas depois, na hora das aflições, no intervalo entre eleições, é no PCP que

pensam, é para o PCP que se voltam e é com o PCP que contam para a solidariedade e a luta em defesa dos seus interesses.

E essa serena interrogação só pode ser sobre qual é a lógica de continuarem a votar nos responsáveis pela política de que depois amargamente se queixam, e de, não votando no PCP lhe estarem a retirar a força que melhor lhe permitiria ajudar os seus interesses e aspirações.

A alternativa democrática é certamente uma urgência nacional. Mas o que a pode fazer passar de esperança a realidade será a nossa firme determinação de por ela lutarmos o tempo que for preciso.

A evolução da economia e o capitalismo monopolista de Estado



Agostinho Lopes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

Quando, depois de receberem milhões de contos de fundos públicos, a Grundig pretende despedir 700 trabalhadores, a Riopele 94, a Renault 110 e o Grupo de Jardim Gonçalves 2 mil!

Quando, para o desendividamento de milhares de explorações agrícolas, há 500 mil contos e para meia dúzia de latifundiários 60 milhões de contos!

Quando empresas públicas rentáveis, contribuintes líquidas dos cofres do Estado, são privatizadas e cada privatização é uma operação sob suspeita!

Quando o aclamado espírito empresarial e a livre iniciativa privada são graúdos e chorudos subsídios do tal Estado que não devia intervir na economia: 332 milhões de contos do primeiro PEDIP, mais 300 milhões de contos de isenções fiscais, só em dois orçamentos PS, mais uns milhões para a internacionalização das empresas!

Quando, mesmo os capitalistas estrangeiros, os tais que moldados pelo espírito da Reforma protestante, gostam do risco, não arriscam, a não ser quando o Estado disponibiliza gordas maquias: Auto Europa, 100 milhões; Siemens, 44 milhões; General Motors,

16,3 milhões; Texas Samsung, 8 milhões; etc., etc!

Quando se fazem orçamentos de «rigor com consciência social» e o primeiro-ministro clama pela «moderação salarial» e dá mais uns tostões aos reformados, enquanto em 1995 os lucros da banca cresceram 15% e os lucros das empresas não bancárias cotadas na Bolsa de Lisboa progrediram 64%!

Quando negócios e política estabelecem ligações escusas e promíscuas, como a divulgada relação entre 100, actuais ou antigos, ministros, secretários de Estado, deputados e outros ocupantes das cadeiras do poder, do PS, PSD e CDS, e cargos nos conselhos de administração e funções de consultoria dos principais grupos e empresas.

Quando, como diz alguém da insuspeita Universidade Católica, os capitais portugueses «votam pelo menos de três maneiras. Votam nas urnas (...). Votam quando financiam os partidos políticos. E votam quando, usando mecanismos de porta giratória, admitem como quadros ou contratam como consultores ex-governantes, nas empresas que compraram» nas privatizações!

Quando tudo isto aconteceu e acontece, então camaradas, podemos afirmar que estamos no reino do rei capital, onde manda a taxa de lucro e a rentabilidade financeira. Para maior glória e proventos da grande burguesia e da oligarquia financeira.

A este reino do grande capital chamamos nas Teses Capitalismo Monopolista de Estado.

Uma rede socioeconómica complexa, onde todas as instâncias convergem nos objectivos da maximização da taxa de lucro. Rede que anima uma

dinâmica implacável de centralização e concentração do capital. Dinâmica apenas perturbada pela resistência das classes exploradas. Rede em que o Estado financia, legisla, reprime, governa, ao serviço dessa centralização e concentração de capitais.

Houve camaradas que questionaram a utilização do conceito Capitalismo Monopolista de Estado. Com a consideração do conceito não se adequar, a Estados, espaços e grupos económicos que se «transnacionalizaram». Argumento para se avançar no estudo sobre o que é o capitalismo hoje em Portugal.

É para pôr o telhado e fazer os acabamentos no edifício do Capitalismo Monopolista de Estado construído pelo cavaquismo (mas para o qual já o PS tinha aberto os alicerces em 1976 e oferecido cimento com as revisões da Constituição) que o Governo PS fala de reformas estruturais.

É com um espírito de bom discípulo do neoliberalismo que António Guterres avança com as suas reformas.

As privatizações em que a dimensão do crime económico só tem paralelo no tamanho da mentira dos prejuízos causados pelas nacionalizações. Balanço oficial dos custos das nacionalizações: 900 milhões de contos. Inferior ao valor da EDP avaliada em 1400 milhões contos!

O desenvolvimento de grupos económicos monopolistas na voz do sr. primeiro-ministro «os elementos racionalizadores das transformações económicas do País. (Mas que grande racionalizador eu sou, grita Champalimad: 17 milhões ontem na privatização da Mundial Confiança, menos 17 milhões hoje, oferta da Cimpor e do BPSM, igual a ZERO!

Uma economia aberta e todo o gás às exportações, o que significa prosseguir a destruição do tecido produtivo e a interdição da autocentragem do crescimento económico no País.

A privatização das funções sociais do Estado abrindo espaço para que o grande capital transforme esses serviços essenciais em novas fontes de lucro.

A reforma da legislação laboral, destinada a eliminar a rigidez excessiva (dizem eles) do mercado da força de trabalho.

A União Económica e Monetária e a Moeda Única, que vai significar a continuação do encerramento de empresas e perda de postos de trabalho, a contenção salarial, a redução das verbas para o social.

A reforma do sistema político e a concertação estratégica. A reforma do sistema eleitoral que institucionalize uma bipolarização partidária que permita um sono sossegado ao grande capital. «Concertação estratégica» para garantir lutas de classe «domesticadas».

Esta política desindustrializou e desindustrializa o País, faz e fez falir milhares de pequenas e médias empresas, precipitou a agricultura numa das suas maiores crises de sempre, liquidou praticamente o sector das pescas.

Esta política agravou vulnerabilidades e défices, agroalimentar, tecnológico, energético. Agudizou a dependência e periferização da economia portuguesa. 38% das 500 maiores empresas industriais portuguesas são controladas por capitais estrangeiros. A finança estrangeira domina 36% do capital da banca portuguesa.



A Tribuna do Congresso

(Continuação da página anterior)

O grande capital procura vencer-nos que a situação económica do País é assim, e que não pode ser de outro modo.

Duas teses centrais são desenvolvidas:

A «expulsão» do social da economia, com a concomitante «naturalização» desta.

A tese da «unicidade estratégica» ou da imperativa ditadura dos mercados financeiros internacionais!

E as duas expulsam logicamente a política e dispensam a democracia.

Na primeira tese procura inculcar-se a ideia de que não há nada a fazer com o «sistema económico». Ele existe para produzir lucros e acumular capital. Essas questões do desemprego, da segurança e saúde, são problemas sociais que têm resposta ao nível da «medicina» social: salários mínimos, sopa dos pobres, bancos alimentares, mercado social de emprego... O social é a ambulância que se

envia aos mortos e feridos da competitividade.

Sobre a outra tese temos a versão do Presidente do Grupo Parlamentar CDU no Bundestag: «A política deve ser orientada em função da realidade supranacional. As expectativas dos mercados financeiros internacionais são uma expressão dessa realidade.» **Logo: a política deve ser orientada em função das expectativas dos mercados financeiros internacionais e não das expectativas dos cidadãos!**

Ou, como diz o ex-ministro das Finanças do Bloco Central: «Não está em causa o princípio democrático da escolha dos governantes: cada eleitorado continua a ser livre para escolher quem ocupa o poder». Mas «O exercício da soberania deixou de ser um produto da vontade política (...)». **Isto é, o eleitorado escolhe quem ocupa o poder, os mercados financeiros ditam o que faz o poder!**

Se conjarmos estas duas

teses com as consequências da UEM, em que Portugal transfere a sua soberania orçamental, fiscal, e a própria política salarial, para o Banco Central Europeu, resta perguntar: o que fica para o Governo?

Não há soluções que respondam aos inalienáveis direitos das velhas, novas e futuras gerações de portugueses compatíveis com o actual sistema socioeconómico. Sistema que fará crescer a ideia de que ele é, o único sistema possível. Que sempre armadilhará ideologicamente as forças sociais e políticas de esquerda, colocando-as entre o presente que ele representa e o caos.

Nós, comunistas, começamos por repudiar tal dilema.

No quadro da Democracia Avançada é possível um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País.

E dizemos que não só é possível como necessário, inadiável, caminhar nessa direcção.

Com um Estado que não renuncia ao seu poder de intervenção na direcção e regulação do sistema económico.

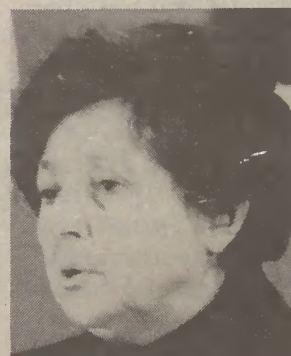
Com um «mercado», lugar de circulação de mercadorias e capitais, mas não dispondo do papel de regulador exclusivo da actividade económica.

Com um forte crescimento económico, o que exige uma ruptura com as orientações de Maastricht e dos mercados financeiros.

Propomos uma nova política económica:

- onde o emprego e o progresso social sejam os objectivos do desenvolvimento;
- onde seja primeira prioridade a defesa do sistema produtivo;
- onde o sector empresarial e os grandes serviços públicos sejam colocados ao serviço dos portugueses;
- onde se busque o crescimento harmonioso com a correcção dos desequilíbrios regionais e a defesa do ambiente.

Comissão Central de Controlo



Maria da Piedade Morgadinho

Membro da Comissão Central de Controlo

Nos Estatutos aprovados no XII Congresso, em 1988, passou a figurar um organismo executivo do Comité Central - a Comissão Central de Controlo e Quadros, responsável, até Dezembro de 1992, pelo tratamento das questões de quadros, a intervenção como instância de recurso em questões disciplinares, a administração do património do Partido e o controlo financeiro.

A experiência conduziu à conclusão da vantagem da separação entre questões de quadros e questões financeiras. Assim, no XIV Congresso, em 1992, foi extinta a CCCQ e criado outro organismo - a Comissão Central de Controlo - com novas funções definidas no Art.º 34. ponto 4 dos Estatutos:

«... fiscalização da legalidade estatutária da actividade do Partido, a intervenção na solução de problemas de quadros de particular complexidade e como instância de recurso de qualquer organismo ou militante, a fiscalização quando necessário das contas do Partido».

Ao entrar em funções, a CCC propôs-se, entre outras questões, dedicar uma atenção especial ao cumprimento das normas estatutárias relativas às assembleias das organizações, reconhecido como é o seu papel no funcionamento normal e democrático do Partido e no desenvolvimento da sua actividade. Propôs-se examinar situações político/disciplinares de membros do Partido, designadamente as relacionadas com comportamentos verificados nas eleições autárquicas de 1993. Decidiu, também, debruçar-se sobre a situação dos comunistas eleitos para cargos públicos quanto à observância da norma contida no Artigo 55.º, ponto 4, dos Estatutos, de forma a não serem beneficiados nem prejudicados financeiramente por tal facto.

As relações da CCC com as organizações do Partido efectivaram-se através da participação de membros da CCC em reuniões de Executivos ou Secretariados das DOR. A participação nessas reuniões revelou-se extremamente útil para o trabalho da CCC e permitiu-lhe ter um quadro geral e particular das situações existentes, não apenas quanto às questões referidas, mas igualmente sobre as condições actuais da actividade do Partido.

Sobre as assembleias das organizações a CCC verificou existirem situações muito diversificadas, mas considera muito positivo o esforço generalizado das organizações orientado para a realização de assembleias, cujo número

aumentou significativamente desde o XIV Congresso, sendo de destacar a realização de assembleias em organizações onde havia muito se não realizavam.

A CCC assinala como um facto positivo que na fase preparatória deste nosso Congresso algumas organizações articularam a realização das suas assembleias com a preparação do próprio Congresso.

A CCC considera que não se deve continuar a deixar arrastar situações em algumas organizações onde há longos anos não se realizam assembleias ou em que, por via da cooptação, já nenhum ou quase nenhum dos membros dos organismos de direcção foi eleito. O cumprimento destas e outras normas estatutárias corresponde a necessidades reais do desenvolvimento, renovação e bom funcionamento do nosso Partido, faz parte do seu estilo de trabalho, da sua democracia interna, prende-se com a sua própria identidade.

A CCC entende apelar para que, a todos os níveis, se dê mais atenção e se empenhem mais esforços para a realização das assembleias dentro do prazo e no espírito dos Estatutos e do Projecto de Resolução Política, para que tal prática se generalize como norma corrente da vida do Partido. Pensamos que seria vantajoso para o trabalho da CCC a sua presença nas assembleias das principais organizações.

Relativamente à norma estatutária sobre os eleitos para cargos públicos a CCC destaca como facto muito positivo o amplo cumprimento dessa norma, mas não pode deixar de chamar a atenção para situações de inobservância existentes e que importa corrigir.

Esta questão, não respeita apenas ao cumprimento da legalidade estatutária. Prende-se com factores de natureza política, ideológica e moral do exercício do poder pelos comunistas. Por isso entendemos que, no quadro da preparação das próximas eleições autárquicas em 1997, ela deve ser considerada cuidadosamente.

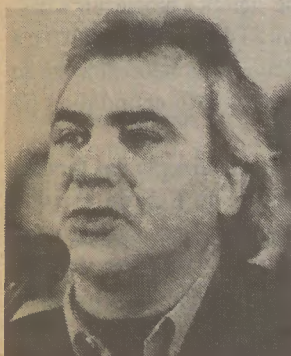
De acordo com a delegação pelo Comité Central da competência relativa à ratificação de expulsões do Partido, entre os XIV e XV Congressos a CCC examinou e ratificou 40 expulsões tendo devidamente informado o Comité Central. Grande parte dessas expulsões ficou-se a dever à participação ou apoio público de membros do Partido em listas de outros partidos nas eleições autárquicas de 93.

Foram apresentados à CCC alguns recursos de camaradas sobre sanções disciplinares que lhes foram aplicadas tendo sido algumas anuladas pela CCC.

Sobre a função de fiscalização das contas do Partido, a CCC examinou e deu o seu parecer às contas do Partido referentes a 1994 e 1995.

A criação da CCC e a sua actividade traduz uma orientação do nosso Partido no sentido do reforço da aplicação das normas estatutárias e da democracia interna na vida e na actividade do Partido, como garantia da sua unidade, capacidade de intervenção política e ligação às massas, condições essenciais para o Partido mais forte de que os trabalhadores e o povo português precisam.

A soberania e a integração europeia



Sérgio Teixeira

Membro da Comissão Política do Comité Central

A integração comunitária de Portugal tem servido de pretexto para o PSD e para o PS, para justificar as políticas profundamente gravosas para o tecido produtivo português, e hipotecar a Soberania Nacional.

As linhas estratégicas e prática políticas, mais ou menos explícitas dos partidos de direita, socialistas, social-democratas que dominam o funcionamento dos órgãos comunitários são evidentes:

Implementar a União Económica e Monetária (UEM), desenvolver a lógica federal com novas amputações da Soberania e Independência dos estados, fazer aceitar a construção de uma «comunidade» comandada por um «núcleo duro» de países mais poderosos. Na lógica federal igualmente se insere o projecto de aprofundamento da Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a chamada cooperação no domínio da Justiça e Assuntos Internos/Schengen, transformando a União Europeia num bloco político-militar e em «fortaleza» inacessível a cidadãos de outros países.

Das consequências de tal política resulta objectivamente uma crescente dependência

externa, um distanciamento cada vez maior dos países mais desenvolvidos, e, nas condições concretas da integração na C.E., a redução progressiva da autonomia de decisão de Portugal relativa ao seu próprio desenvolvimento.

A falência da actividade comunitária no domínio social conjugado com as desigualdades de desenvolvimento entre regiões e países conduz à omissão de protecção social, de segurança e direitos sociais a que não ficam alheios fenómenos de racismo e xenofobia.

Diferentes nos nomes, mas iguais nas questões essenciais, o PSD anteriormente, e agora o PS ao definirem como prioridade a moeda única e a passagem à terceira fase da UEM, estão claramente a penalizar Portugal. Liquidando importantes sectores do aparelho produtivo nacional, aumentando o desemprego, cortando despesas públicas em particular as sociais, impedindo crescimento económico que o país precisa.

O CDS/PP por trás de um discurso populista de aparente oposição ao tratado da União Europeia, sempre apoiou, as privatizações, a liberalização económica e a política de desregulamentação social.

Uma União Monetária, uma moeda única exige e implica que não apenas as políticas monetária e cambial como as políticas orçamentais e fiscais, as políticas de rendimentos e preços, as políticas económicas sectoriais e os sistemas de segurança social, sejam definidas e reguladas a nível supranacional, eliminando progressivamente mas rapidamente os poderes e Soberania Nacional.

A verdade é que os Povos continuam a ser conduzidos para este objectivo, sem que eles

seja pública e honestamente colocado, sem que lhes sejam apresentadas todas as suas consequências económicas, sociais e políticas.

Pelo contrário o que está em curso é uma monstruosa campanha de propaganda paga por todos os contribuintes europeus (incluindo nós), para nos convencer de que todas as benesses vão chover sobre nós com a vinda da moeda única.

Em Portugal, o PCP foi a única grande força política que alertou para as consequências e perigos da integração europeia. **O PCP não se deixou seduzir por modas nem se submeteu aos interesses dominantes e assumiu com coerência a defesa da independência nacional e soberania como valor fundamental da Nação Portuguesa.**

Esta postura política não presuppõe qualquer concepção de isolacionismo, ou autárquica. Mas significa, no contexto da tendência objectiva da internacionalização dos processos produtivos, contrariar, limitar, impedir que os avanços dos sistemas de integração económica e da divisão internacional do trabalho sejam condicionados segundo os interesses e as estratégias do grande capital multinacional e das grandes potências imperialistas.

Significa que se tenha como ponto de partida absolutamente condicionante na avaliação e participação nesses processos, a independência e a soberania nacionais de cada país. Os direitos de cada povo e de todos os povos à paz, ao progresso, à liberdade. O soberano, democrático e inalienável direito a dispor e a dirigir os seus destinos.

Integração Europeia, não pode também significar perder o direito de analisar criticamente

os caminhos dessa integração e enveredar por outros caminhos assentes na identidade de cada povo e na cooperação entre nações livres e iguais.

O futuro de Portugal como nação defende-se e preserva-se actuando nas instâncias da Comunidade Europeia com plenitude de direitos que lhe dá a qualidade de Estado membro, lutando e defendendo um projecto nacional de desenvolvimento.

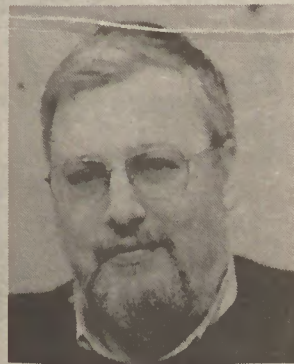
O Projecto de Resolução Política expressa um conjunto de princípios defendidos pelo PCP no âmbito da integração europeia e que visam, fundamentalmente, a ruptura com as orientações monetaristas, neoliberais e federalistas, a recusa de uma Europa assente num directório de grandes potências, a defesa dos princípios de igualdade de direitos dos Estados e da coesão económica e social e a garantia da independência e soberania nacionais.

Um povo assegura a sua independência e soberania através da sua própria afirmação, da sua própria política, da sua própria luta. É nesta perspectiva que vamos intervir na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, junto dos trabalhadores e sectores afectados pelas políticas comunitárias e dinamizar o movimento de opinião e popular em torno do **referendo nacional sobre a revisão do tratado, abrangendo igualmente objectivos que constam do tratado da União Europeia, como a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária.**

Defender a independência e a Soberania Nacional, é defender os interesses do Povo, é defender os interesses do nosso país, é defender Portugal.

A Tribuna do Congresso

Comunicação com a sociedade



Henrique Sousa
Membro do Secretariado
do Comité Central

Nas reuniões preparatórias do nosso Congresso, uma das questões mais debatidas foi reconhecidamente esta:

Como comunicar aos portugueses o que fazemos, o que pensamos e o que somos de verdade, em vez das caricaturas e das cassetes que inventam a nosso respeito? Como vencer os bloqueios e as desvantagens resultantes da enorme desproporção de forças e de recursos entre nós e os nossos adversários? Como comunicar melhor e com mais eficácia? Como assegurar um diálogo directo e interactivo com os cidadãos, para impulsionar decisivamente o movimento de transformação da sociedade, de mobilização de mais trabalhadores para o combate por uma política de esquerda, de compreensão por mais portugueses de que é com o PCP que é possível uma verdadeira alternativa?

Enfrentamos sem dúvida obstáculos poderosos nesta desigual, mas indispensável e cada vez mais decisiva, batalha da comunicação em que todos nos temos de empenhar.

Obstáculos em especial decorrentes do crescente domínio e condicionamento dos meios de comunicação social e das modernas tecnologias da informação, com os cada vez mais vultosos investimentos a que obrigam, por grandes grupos económicos em aliança com os detentores do poder político.

Eles querem usar os *media* e as novas tecnologias da informação para impor a hegemonia do chamado «pensamento único» de afirmação do capitalismo como presente e futuro inevitáveis da Humanidade, para apagar identidades sociais, culturais e de classe, para transformar cidadãos em espectadores conformados, egoístas e isolados. Eles produzem uma informação dispersa, fragmentada, efémera e volátil, em que a causa das coisas é escondida, os mecanismos de exploração e dominação capitalista e imperialista são escamoteados e o que fica do que passa é um sedimento de valores negativos e alienantes.

Eles, o PS e o PSD que, com a bengala do CDS-PP, são responsáveis pela política de direita em Portugal, querem distanciar as pessoas da políti-

ca, transformá-la num mero espectáculo mediático e dissolver a consciência de classe dos trabalhadores e de todos os explorados na chamada «classe média», que pretendem ser a base sociológica de um «bloco central» inorgânico em que, em vez do confronto de reais alternativas políticas, apenas se ofereceria ao voto periódico dos portugueses a empobrecedora alternância no poder de actores políticos com ideias cada vez mais semelhantes.

Não reduzimos a política à comunicação, porém não ignoramos a importância cada vez maior da comunicação na política.

Mas também aqui afirmamos a nossa diferença. Queremos ser mais e melhor entendidos pelos portugueses nas circunstâncias concretas deste final de século, mas assumindo com inteireza e orgulho o nosso projecto revolucionário e transformador, o nosso património, o nosso percurso e a nossa identidade comunista.

Lutamos e tudo faremos para que os *media* e as tecnologias da informação sejam colocados ao serviço do debate de ideias e da formação de opções esclarecidas e responsáveis dos cidadãos. Não aceitamos reduzir os cidadãos a consumidores passivos. Não aceitamos reduzir as ideias e os protagonistas do debate político a mercadorias em que o que conta sobretudo é a embalagem. Recusamos substituir o real pelo virtual, a verdade pelo faz de conta, o gato por lebre. Assumimos a necessidade de coerência entre forma e conteúdo, entre a imagem e as ideias por que lutamos.

Não temos uma visão publicitária da comunicação política. A informação e a propaganda, a comunicação política, não são para nós a arte de enganar o próximo, de obrigar alguém a consumir o que não precisa, mas um meio nobre para transmitir, de modo acessível e directo, o nosso projecto e as nossas ideias, apelando à inteligência, à responsabilidade e à participação de quem nos escuta, lê e vê.

Compreender o carácter estruturante e decisivo que a comunicação detém hoje na acção política, significa também compreender o seu decisivo valor como elemento para aprofundar as raízes e o papel transformador do Partido na sociedade, o seu decisivo contributo para dinamizar os organismos de base do Partido, para uma mais ampla e generalizada militância e responsabilização dos comunistas, assumindo-se como comunicadores esclarecidos e informados no trabalho, na escola ou no bairro.

Não abdicamos de continuar

a dar absoluta prioridade na nossa actividade de comunicação ao diálogo directo e pessoal com os trabalhadores, com os jovens, com todos os cidadãos. Porque é a falar pessoalmente que a gente se entende, se conhece, mais e melhor participa. O uso de novos e mais sofisticados meios de informação e propaganda não substitui, antes complementa, o indispensável desenvolvimento da iniciativa local. É na empresa, no bairro, na freguesia, no concelho, através do comunicado, do jornal de parede, da sessão, do diálogo, dum declaração oportuna à comunicação social, que o Partido age, toma a iniciativa, com oportunidade, conhecimento do meio, capacidade de usar a linguagem e a forma de expressão mais adequadas para transmitir as nossas posições e ideias.

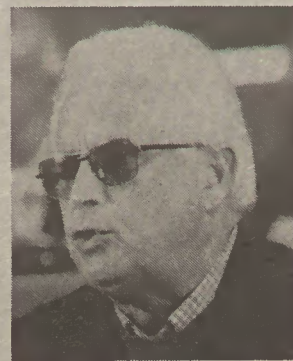
Precisamos, sem dúvida, de trabalhar para o desenvolvimento e a formação, a todos os níveis, das estruturas, dos meios e dos quadros de informação e propaganda. De progredir no uso de linguagens e processos de comunicação que tornem mais eficaz e acessível a nossa mensagem. De organizar um persistente e mais qualificado trabalho e relacionamento com a comunicação social nacional e local e de cuidar da imagem das nossas iniciativas na sua dupla e complementar dimensão - a sua dimensão mediática e a sua dimensão local. De desenvolver campanhas de esclarecimento e informação em torno de grandes causas e temas sociais e políticos. Precisamos de aprofundar o domínio das novas tecnologias de informação (e nessa matéria, como partido, até fomos pioneiros em Portugal quanto à Internet), mas sem menosprezar ao mesmo tempo meios clássicos de comunicação, simples e directos. Precisamos de desen-

volver uma melhor e mais pronta informação dos militantes que os capacite como comunicadores. De dinamizar a nossa actividade editorial. De trabalhar mais e ainda melhor para valorizar a imprensa do Partido como veículo insubstituível no plano da formação e da informação. De mais dinamismo e iniciativa dos quadros comunistas, como é o caso dos intelectuais, no agudo debate de ideias que se trava na sociedade.

Mas precisamos sobretudo de assumir com mais profundidade que a principal mais-valia que possuímos para comunicar as nossas ideias é, como refere a proposta de Resolução Política, esta ímpar e enorme rede nacional de comunicação militante que é o nosso próprio Partido. É este grande colectivo partidário, é esta enorme corrente de convicções e de vontades que, organizada e em movimento, não fechada em si mesma mas virada para intervir na sociedade e transformar a vida, é capaz de enfrentar a desigualdade de meios e partir decididamente à conquista da inteligência e da sensibilidade de mais trabalhadores, de mais jovens, de mais cidadãos. Seremos então capazes de enfrentar e resolver o complexo cadernó de encargos e de orientações que, quanto ao nosso trabalho de comunicação, nos propomos levar à prática para conquistar a adesão de mais trabalhadores, de mais jovens, de mais portugueses, para as nossas ideias e as nossas propostas, condição necessária para combater e desmascarar com sucesso a política de direita do Governo PS, condição necessária para dar mais força ao PCP e à CDU nas próximas eleições autárquicas, condição necessária para que uma alternativa e uma política de esquerda sejam possíveis em Portugal!



Trabalho e organização dos intelectuais



Carlos Brito
Membro da Comissão Política
do Comité Central

No período que se seguiu ao XIV Congresso, e na concretização das suas orientações, foi feito um grande esforço para melhorar o trabalho do Partido junto dos intelectuais e a intervenção dos intelectuais no trabalho do Partido.

Apesar deste esforço no balanço que vos trazemos é necessário continuar a registar insuficiências, lacunas e descontinuidades, especialmente no que se refere à coordenação entre sectores e ao trabalho nacional, quase sempre motivadas pela sobrecarga dos quadros responsáveis com outras tarefas.

De qualquer maneira, houve sensíveis melhorias a nível dos sectores regionais, com destaque para as Assembleias dos sectores intelectuais de Lisboa e Porto, os assinaláveis progressos na organização de jovens intelectuais e quadros, especialmente em Lisboa, a publicação das revistas «CADERNOS VERMELHOS», em Lisboa, e «DIAGONAL», no Porto.

No plano da coordenação nacional, deram-se os primeiros passos, embora irregulares e descontínuos, para o funcionamento de uma área da cultura literária e artística. Noutras áreas - educação, ciência e tecnologia, saúde - consolidaram-se as estruturas e o importante nível de intervenção que vinha de trás e verificaram-se notáveis iniciativas e múltiplos encontros que têm contribuído para a definição das orientações do Partido.

Merece um especial relevo a concretização do Encontro Nacional do PCP sobre os intelectuais correspondendo a uma perspectiva de trabalho apontada desde o XII Congresso.

Incluindo na sua preparação uma Comissão para as questões dos Intelectuais, várias reuniões nacionais, um encontro de sectores e diversas circulares dinamizadoras do debate, o Encontro Nacional realizado sob o lema «Os intelectuais e a sociedade/o Partido e os intelectuais», marca um significativo avanço do nosso trabalho, no essencial condensado na Declaração aprovada.

Após o Encontro, o Partido ficou a conhecer melhor a condição social dos intelectuais, uma camada em rápido crescimento numérico, que aumentou, em números absolutos, 4,5 vezes desde 1974, passando de 4,2 por cento para 16,3 por cento da população activa, com um peso relativamente grande de jovens, altas taxas de assalariamento (mais de 70 por cento) e grandes pólos de concentração, na saúde, no ensino, noutros serviços públicos e nas maiores empresas e que, pela sua posição na sociedade e repercussões do seu trabalho, tem uma influência económica, social, cultural e política bastante superior ao seu peso relativo.

É também, como se salienta nas Teses, uma camada social heterogénea do ponto de vista de classe e com estatutos hierárquicos e remuneratórios diferenciados e até contraditórios, mas onde se fazem sentir crescentemente, para uma grande parte dela, o endurecimento das condições de trabalho e de exploração, as dificuldades de emprego e o desemprego, o que a aproxima da situação dos demais trabalhadores e torna possível, cada vez com maior frequência, grandes movimentações e lutas de trabalhadores intelectuais e a sua convergência com a luta da classe operária e outros trabalhadores.

É esta real convergência de interesses que dá fundamento objectivo à aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias, que o PCP define no seu Programa como uma das alianças básicas da classe operária para a transformação democrática da sociedade portuguesa.

Não reside apenas nesta circunstância a atenção que o nosso Partido dedica ao trabalho com os intelectuais, pois, ela decorre também do papel dos intelectuais revolucionários no movimento operário, que sempre soube integrá-los, e da continuada e destacada militância de intelectuais comunistas, incluindo dos maiores vultos da cultura nacional, nas fileiras do nosso Partido.

A influência do PCP nos intelectuais tem, aliás, uma relação dialéctica com a sua influência nos demais trabalhadores.

Além disso, como se salienta na Declaração do Encontro Nacional, «os trabalhadores intelectuais têm um papel, não exclusivo, mas imprescindível na elaboração de respostas, de caminhos, de um projecto

(Continua na pág. 26)



A cobertura informativa foi assegurada por 230 jornalistas e técnicos credenciados, em representação de 30 órgãos nacionais e estrangeiros. De resto todos os números referentes ao Congresso impressionam. Por exemplo, na decoração do interior e exterior, executada num prazo recorde de menos de quatro dias, foram utilizados três mil metros de pano e mais de 500 placas de madeira

O Congresso

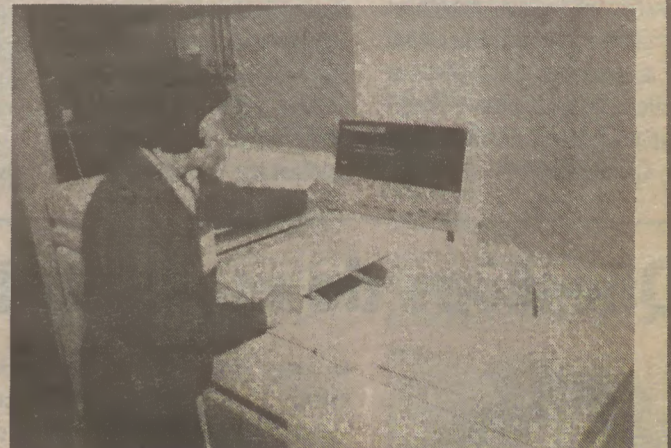
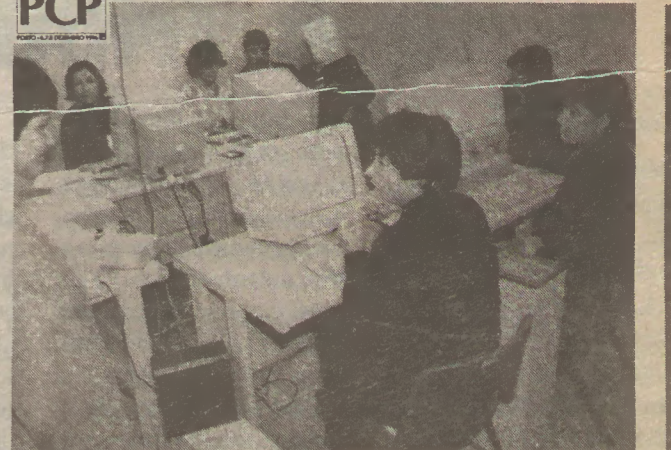
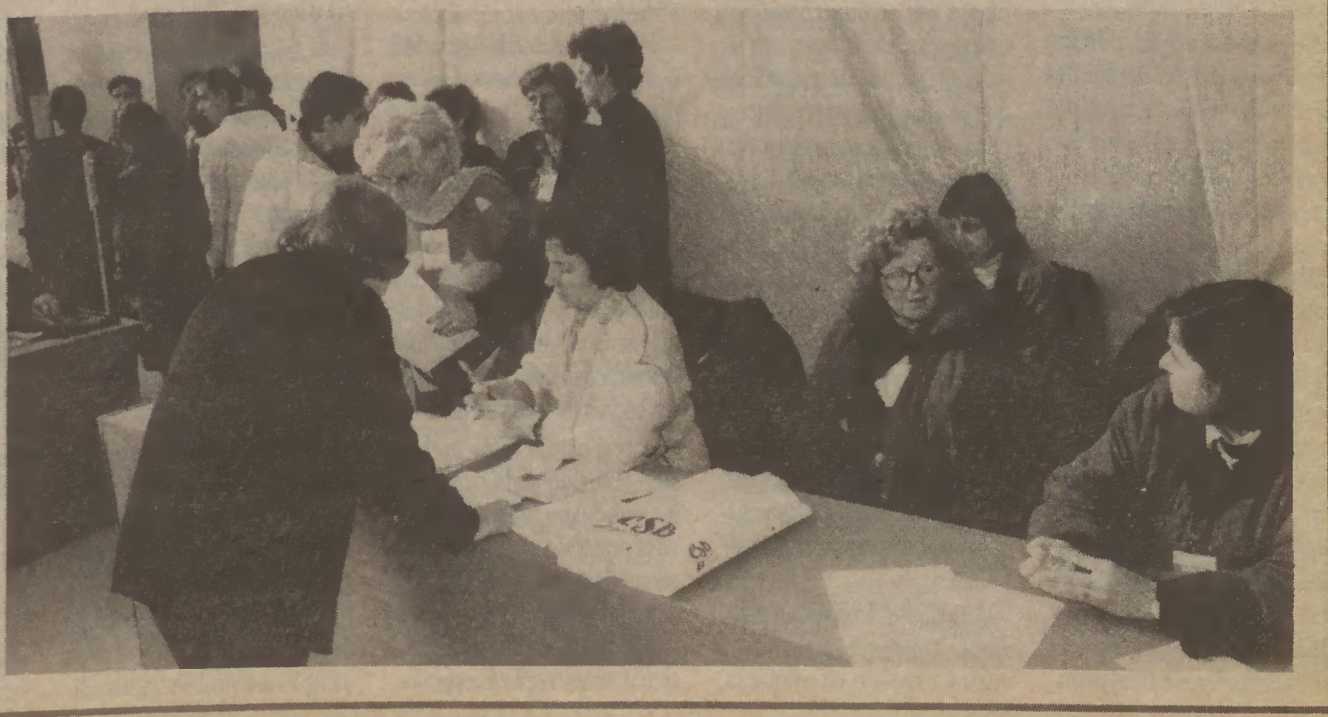
O interior e exterior do Palácio de Cristal foram também o cenário para o reencontro entre camaradas que há muito não se viam. Nos intervalos, era possível seguir uma interessante exposição fotográfica sobre vários aspectos da história e actividade do PCP, bem como apreciar o conjunto de presentes oferecidos ao Partido por ocasião do 15.º Congresso



Entre os mais de 200 convidados especiais que assistiram aos trabalhos do Congresso, contavam-se representantes de vários sindicatos, uniões, federações e da CGTP-IN, nomeadamente através do seu coordenador, Carvalho da Silva. Estiveram ainda, pelo PS, Narciso Miranda e António Costa; pela ID, Blasco Hugo Fernandes, Raul do Castro e João Corregedor da Fonseca; pelo Partido Ecologista «Os Verdes», Isabel de Castro e José Miguel Gonçalves, entre outros; pela UDP, Alberto Matos, entre outros. Fizeram-se ainda representar numerosas associações nacionais, embaladas, as Assembleias das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, a Assembleia da República e a Presidência da República, através do assessor político Fernando Marques da Costa, do assessor Lopes Cardoso e do Chefe da Casa Civil, António Ferro



A livraria, onde também se podiam comprar discos a bom preço, foi apenas uma das muitas estruturas criadas. A organização assegurou 1400 dormidas, criou um depósito de bagagens, serviu três mil refeições e manteve em funcionamento permanente um serviço de apoio aos delegados, cuja presença foi registada através de leitura óptica de um código de barras impresso no verso do cartão respectivo. Mais de 500 camaradas trabalharam voluntariamente para que este Congresso fosse possível



Enquanto na sala os trabalhos evoluíam, dezenas de camaradas asseguravam nos bastidores os vários serviços de apoio necessários, nomeadamente o processamento de texto, a base de dados, a reprodução e alceamento de documentos. Foram utilizados cerca de 50 computadores, três impressoras digitais, várias fotocopiadoras e gastas mais de 400 resmas de papel



PCP

A Tribuna do Congresso

(Continuação da pág. 23)

alternativo para o desenvolvimento do país, no sentido de uma democracia política, económica, social e cultural.»

A sua actividade criadora nos diferentes domínios tem sido e é, também, uma contribuição indispensável para a salvaguarda da identidade cultural do nosso país, quando no comando da política nacional se acentuam as abdições em matéria de soberania e a obediência às modas cosmopolitas do «pensamento único».

As lutas dos intelectuais neste período, especialmente as grandes movimentações de professores, médicos e enfermeiros contribuíram para o afastamento da direita do poder e para o desmascaramento da política de direita do Governo PS. Estas lutas que realçam o papel da organização sindical nos sectores profissionais referidos chamam a atenção para a grande fragilidade da sindicalização nas demais profissões intelectuais onde o nível de organização sindical tem regredido.

À par do reforço da organização partidária entre os intelectuais, compreendendo mais adesões, melhor estruturação e maior disponibilidade dos quadros de direcção afectados as suas organizações, o reforço da sindicalização (com o estudo de formas mais adequadas) é indispensável para o desenvolvimento da acção reivindicativa por objectivos concretos relacionados com a sua situação profissional e condições de trabalho e por políticas democráticas para os respectivos sectores de actividade.

O Projecto de Resolução Política aponta outras direcções de trabalho que me dispenso de repetir.

Insisto, sim, na necessidade de se valorizar o papel da cultura na solução dos problemas do país e em apelar à contribuição dos intelectuais para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento nacional que, atenuando as consequências dos constrangimentos da integração, dê mais força à nova política que defendemos para Portugal.



Questões do movimento operário e sindical



Rosa Rabiais
Membro do Comité Central

Afirmamos e demonstramos nas Teses que o capitalismo, apesar de ter sofrido profundas mudanças, não modificou a sua essência exploradora e agressiva.

A regressão social em que a maioria da humanidade vive, é a prova da incapacidade do capitalismo de dar resposta aos graves problemas do Mundo. A sua natureza desumana constitui uma ameaça à civilização e um obstáculo ao progresso e à justiça social.

Também no nosso país se comprovam estas características do sistema capitalista. A política do governo de direita do PSD e, agora, do governo do PS, fiel às orientações neoliberais e monetaristas da UE, é responsável pela destruição do nosso aparelho produtivo, pela desregulamentação do mercado de trabalho, pela desenfreada exploração dos trabalhadores e por maiores injustiças e desigualdades sociais.

Hoje, como ontem, é indispensável a existência de um forte movimento operário e sindical, ligado às massas, capaz de organizar os trabalhadores para a luta em defesa dos direitos sociais, por uma nova política, uma política de esquerda.

O movimento sindical português, a maior organização social de massas, continua a ser uma força insubstituível na luta contra a ofensiva patronal.

A sua acção concreta, a sua natureza de classe, de massas, democrática e unitária, faz da CGTP-IN uma força social influente e prestigiada, no seio dos trabalhadores e fundamen-

tal para o nosso regime democrático.

Integram ainda o MSU, importantes e influentes organizações sindicais como a dos Professores, dos Médicos, dos Magistrados, entre outras, que têm sabido aliar as políticas sectoriais com as reivindicações socioprofissionais e a defesa dos direitos mais gerais dos trabalhadores.

As características essenciais do MSU são inseparáveis da influência e da acção coerente e corajosa dos comunistas ao longo de décadas.

A alteração da correlação de forças a favor do patronato e a duração e profundidade da ofensiva capitalista, enfraqueceram o movimento sindical e aumentaram as dificuldades da sua intervenção. É urgente prosseguir na busca, no estudo e na aplicação de soluções políticas, orgânicas e de trabalho que melhor respondam aos desafios que se colocam.

Intensifica-se, entretanto, uma ofensiva ideológica que, ao defender a comunidade de interesses entre trabalhadores e patrões e negar a luta de classes, pretende gerar nos trabalhadores a resignação, levá-los a aceitar passivamente a intensificação da sua própria exploração.

E vão mais longe ao defenderem que a natureza de classe do MSU é uma ideia ultrapassada, que o «sindicalismo de classe tem os dias contados», que os sindicatos deveriam ser «organizações de cidadãos» que se integrassem no sistema com «o grandioso» objectivo de «civilizar» o capitalismo.

Por isso, os trabalhadores precisam desta CGTP, deste movimento sindical. Mas também o movimento sindical e a CGTP, só poderão enfrentar com êxito o actual momento e ter futuro, defendendo a sua identidade e características próprias, continuando a ligar-se cada vez mais aos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho.

A tentativa de institucionalizar a «concertação social», a vários níveis e na empresa,

visa co-responsabilizar o MS na execução da política antilaboral de direita e, por este meio, enfraquecer a organização e a capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

A proposta de Acordo de Concertação Estratégica, depois do governo ter definido no OE as linhas mestras da sua política macro-económica, submetida aos critérios de Maastricht, é bem o exemplo de que o que se pretende é travar a luta dos trabalhadores com promessas de longo prazo enquanto negam respostas claras e concretas às reivindicações de carácter imediato apresentadas pela CGTP-IN.

A participação da CGTP nos órgãos da concertação social deve ser sempre encarada como mais uma frente de luta, determinada pelos interesses de classe dos trabalhadores.

A sua intervenção na concertação social, apresentando as suas próprias reivindicações e propostas, denunciando as medidas, orientações e conluios contra os trabalhadores, deve ser acompanhada por um constante esclarecimento, pela intensificação da luta de massas por reivindicações concretas e imediatas. Só assim se podem derrotar as pretensões do patronato, do governo e da UGT de enfraquecer o MS como expressão dos interesses colectivos dos trabalhadores e de minar confiança no MSU e na CGTP.

Há quem defenda que o MS deve criar estruturas e níveis de «concertação social» e «negociação colectiva» supranacionais ao nível da Europa. Enveredar por tal caminho, seria pôr o movimento sindical a reboque da estratégia dos grandes grupos monopolistas, distanciando-o dos problemas e aspirações dos trabalhadores em cada país e da sua luta.

A resposta a estas pretensões tem sido dada pela combatividade das lutas que se travam por toda a Europa, cujo conteúdo é claramente de condenação das políticas neoliberais e de crescente oposição à actual «construção Europeia».

A solidariedade de classe, a cooperação e coordenação de acções comuns, que há que intensificar, entre o movimento sindical de diversos países, no respeito pela sua autonomia, são fundamentais para fazer frente à ofensiva global do capitalismo contra a classe operária e todos os trabalhadores.

A ligação aos trabalhadores, o reforço da organização e da democracia sindical, uma intervenção que responda às várias realidades, tendo sempre presente a diversidade de interesses, de vínculos laborais e de reivindicações específicas de diversas camadas sociais, nomeadamente intelectuais e quadros técnicos, são orientações seguras para fortalecer o movimento sindical e a CGTP.

Mas a defesa e o alargamento da unidade da classe operária e dos trabalhadores é a questão estratégica da luta contra a exploração capitalista. É inseparável do combate ao divisionismo e à UGT, e do desmascaramento do seu papel de submissão ao patronato e ao governo PS (tal como com o governo do PSD) na execução da política anti-social e antilaboral.

O reforço do Partido e a afirmação da sua natureza de classe estão intimamente ligados ao desenvolvimento da organização e da luta da classe operária e dos trabalhadores.

É, pois, necessário que as organizações do Partido dêem mais atenção ao trabalho sindical, encontrem quadros para a acção sindical nas empresas, insiram correctamente os comunistas nas estruturas sindicais na actividade e na orientação geral do Partido e melhorem o trabalho político-sindical ao nível das células e dos sectores de empresas.

Os comunistas devem ainda assumir como orientações e propostas: o desenvolvimento da luta; o reforço da organização sindical, particularmente nas empresas; o aumento da sindicalização; a renovada atenção aos problemas especí-

ficos dos jovens, mulheres e quadros técnicos; um maior empenhamento na renovação, rejuvenescimento e reestruturação sindical; a defesa do carácter unitário, da identidade e das características de classe da CGTP e do movimento sindical, no reforço da sua unidade, coesão e democracia interna e na divulgação e valorização do seu projecto.

No início desta intervenção afirmámos que o capitalismo

não alterou a sua natureza exploradora. É perante essa realidade que nós comunistas, com o nosso ideal, o nosso projecto, não alteramos a nossa confiança no movimento operário e sindical e na sua luta, que continuamos e continuaremos a pugnar pelos interesses, aspirações e direitos dos trabalhadores como uma grande causa social, uma grande causa da esquerda, uma grande causa do PCP.

Combate à toxicoddependência



Francisco Lopes
Membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central

pação para um número cada vez maior de portugueses.

A toxicoddependência tem causas complexas influenciadas, pelas fragilidades do indivíduo, mas, acima de tudo pela relação deste com a sociedade, constituindo assim um sintoma de profundos problemas sociais e uma acusação indistigável a uma sociedade cada vez mais desumanizada e que tudo sacrifica à cega lógica do lucro.

Mas, as proporções que atingiu a toxicoddependência são também uma acusação à organização social que tolera o colossal negócio da droga (seja este ilegal ou legal), que é no mundo do fim do século XX uma fonte inesgotável de lucro que faz deste sórdido comércio, baseado numa dependência brutal que se desenvolve à custa da degradação da saúde e da vida de milhões de seres humanos, o maior ou um dos maiores negócios do planeta, envolvendo quantias calculadas em mais de cento e dez mil milhões de contos anuais. E não se trata de um negócio dos chamados *cartéis* marginais, pois os seus principais beneficiários são os grandes bancos multinacionais, para quem passam gigantescas somas, esbatendo a fronteira entre o legal e o ilegal e fazendo do dinheiro da droga uma base de poder económico e de domínio

A toxicoddependência, os problemas da droga invadiram o nosso quotidiano e constituem um autêntico flagelo em Portugal e no mundo.

No nosso país, segundo várias estimativas e como refere a proposta de Resolução Política, o número de toxicoddependentes atinge já os cento e vinte mil.

Proliferam os hipermercados da droga, cresce o tráfico e a criminalidade que lhe está associada, as prisões enchem-se de toxicoddependentes, desenvolvem-se as doenças e sucedem-se as mortes por causas ligadas à droga. É um problema dramático que toca todo o país, das pequenas aldeias às grandes cidades, factor de degradação física, psíquica e moral de tantas pessoas, particularmente jovens, causa de sofrimento de milhares de famílias e motivo de preocu-

A Tribuna do Congresso

político. Esta é uma realidade comprovada por muitos exemplos de que ressalta a notícia sobre a distribuição e venda de droga pelo FBI e a CIA em bairros pobres de cidades americanas com o objectivo de neutralizar movimentos sociais e a utilização desse dinheiro para o financiamento dos «contras» da Nicarágua. Está assim à vista que o tráfico de droga e o branqueamento de capitais que lhe está associado, é cada vez mais uma componente de grande peso na economia capitalista global e por isso, independentemente do discurso moralista que fazem, uma prática tolerada e estimulada pelos poderes económicos e políticos dominantes à escala mundial.

Os gravíssimos problemas e dramas humanos gerados impõem uma acção decidida para a prevenção da toxicod dependência e o combate ao tráfico de droga.

As orientações políticas gerais assumidas por sucessivos governos, acentuaram as vulnerabilidades sociais que conduzem à toxicod dependência e não foram tomadas medidas capazes de fazer face à situação. Falhou a prevenção, continua a faltar uma efectiva rede pública de atendimento, não foram dadas oportunidades de tratamento a muitos toxicod dependentes empurrados para estruturas privadas, a custos proibitivos e na maior parte dos casos sem condições, criando uma nova área de negócio. Da actuação do governo PS, esboroadas as expectativas que muitos alimentaram com a proclamação da droga como inimigo público número um, à parte uma ou outra medida tímida, o que ressalta é o prosseguimento das políticas e da desresponsabilização do Estado nesta área que vem da década negra dos governos do PSD.

Temos consciência das dificuldades de um combate eficaz à toxicod dependência no quadro da sociedade capitalista, mas pensamos que é possível fazer muito para diminuir a dimensão do problema da toxicod dependência.

É por isso que o PCP se bate pela adopção de uma nova política, por uma estratégia coerente na prevenção da toxicod dependência, pela criação de uma rede pública nacional gratuita, de atendimento, tratamento e reinserção social que permita a cada toxicod dependente uma vaga disponível no momento em que se quer tratar, pela consideração do toxicod dependente como um doente, não o sujeitando por simples consumo a penas de prisão que nada resolvem, por medidas que confirmam nova eficácia ao combate ao tráfico e ao branqueamento de dinheiro.

A complexidade dos fenómenos da toxicod dependência, implica a disponibilidade para discutir e considerar sem preconceitos as formas e os caminhos mais eficazes desde que contribuam para evitar que as pessoas caiam na dependência da droga que liquida a sua personalidade, condiciona tragicamente a sua vida e não raras vezes as conduz à morte.

O caminho não é a resignação ou o baixar de braços.

Aqueles que falam de luta perdida contra a droga, dizem que não se pode classificar como perdida uma luta que não foi travada de forma coe-

rente, integrada e determinada.

Por isso é necessário prosseguir e vamos prosseguir a acção do nosso Partido e de cada uma das suas organizações. Por isso é necessário intervir e vamos intervir para intensificar a iniciativa e a acção esclarecida das populações para ir mais longe na prevenção da toxicod dependência.

Somos um partido que sente a exploração, os traumas e as injustiças da sociedade em que vivemos, que não se conforma com eles, que não tem como horizonte a perspectiva do Homem como ser alienado,

diminuído, vencido, subjugado ou destruído pela droga.

Somos um partido que protagoniza e afirma com convicção uma perspectiva de confiança no futuro: a solução dos problemas do dia-a-dia, a superação das contradições e injustiças da sociedade em que vivemos não está no mundo de ilusões e dependência que as drogas representam, mas sim nos grandes valores da vida, na luta persistente contra as injustiças sociais, no empenhamento revolucionário pela transformação do mundo, por uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão.

fundada. A criação e dinamização desta frente social não sendo só por si suficiente, ela é indispensável à elevação da consciência social sobre as causas e os responsáveis dessa política e à compreensão de que há uma alternativa à política de direita.

Neste processo, tem um papel decisivo a contribuição dos comunistas para o reforço em profundidade e amplitude do desenvolvimento do movimento de massas dos movimentos e lutas sociais, como é amplamente tratado na Resolução apresentada ao nosso XV Congresso.

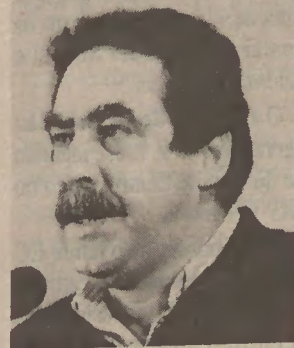
Camaradas, não são conjunturais ou simples afirmações de intenção, a valorização e importância que o nosso Partido atribui de forma persistente e destacada nas Teses dos seus Congressos, como agora o fazemos, ao balanço e análise aos movimentos e organizações de massas e à definição de orientações dos comunistas para o seu reforço. Elas exprimem uma realidade e prática na vida do Partido que podia ser encontrada com a resposta a uma simples pergunta aos delegados no nosso Congresso. Quantos deles participam e intervêm activamente nos movimentos e organizações

unitárias e nas suas lutas. A resposta corresponderia seguramente à grande compreensão da importância que temos da participação dos comunistas nos movimentos e organizações sociais e na luta de massas.

Contrariamente às tentativas da ofensiva de direita para dificultar, enfraquecer e dividir os movimentos organizações de massas, para os voltar contra os interesses e aspirações populares e o regime democrático, escondendo e mistificando as raízes dos problemas e sacrificando impostos ao povo, defendendo a sua neutralidade, isolamento e despolitização, procurando-os encabrestar assim aos interesses do grande capital, o nosso Partido, consciente da sua importância para a resistência à política de direita e criação das condições para uma verdadeira alternativa democrática, intervém para o seu reforço defendendo a sua autonomia e o sentido aberto e unitário na base dos seus interesses comuns. Contrariando e combatendo uma visão neutra, tonizada e despolitizada dos movimentos sociais.

Certo de que o nosso Congresso contribuirá de forma decisiva para uma reforçada intervenção social e política.

Lutas e organizações de massas



António Lopes
Membro da Comissão Política do Comité Central

Foi num quadro de uma poderosa ofensiva política económica social e ideológica, contra os direitos e conquistas democráticas dos trabalhadores e do povo que a luta de massas e o conjunto de organizações e movimentos sociais, que a integram e concretizam, se afirmaram inequivocamente nestes 4 anos que nos separaram do XIV Congresso como uma das mais sólidas e aguerridas trincheiras na defesa dos interesses e aspirações populares e na resistência à política de direita.

Afirmação inequívoca que nos foi dada na combatividade e persistência da luta dos trabalhadores contra o encerramento de empresas, a violação de direitos, os despedimentos e as privatizações, pelo desbloqueamento da contratação colectiva, pelo pagamento dos salários em atraso, por aumento de salários, pela redução do horário de trabalho, pela segurança no trabalho e a defesa da Segurança Social.

Na luta dos trabalhadores da Administração Central e Local, dos professores, dos médicos e enfermeiros, pela melhoria e valorização das suas condições de trabalho e salvaguarda das funções do Estado na área social.

Na luta contra a Lei da Polivalência e Flexibilidade em milhares de acções nos locais de trabalho, manifestações e concentrações junto dos órgãos do poder e no envio de 1.600 pareceres de estruturas dos trabalha-

dores à Assembleia da República.

Nas numerosas e combativas lutas dos agricultores, dos pequenos e médios empresários, dos pescadores contra as consequências da política de direita e a degradação destes sectores de actividade e pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Nas muitas e radicalizadas lutas da juventude, contra o aumento das propinas e as provas globais. Na luta das mulheres, dos reformados e deficientes, pelas suas reivindicações e aspirações específicas.

Nas lutas das populações que, desenvolvendo-se em volta de problemas muito concretos, não deixaram de dar um enorme e valioso contributo para o descrédito e derrota do Governo do PSD onde, se destacou, pela sua força e radicalização, a luta dos utentes da Ponte 25 de Abril contra as portagens.

Nem sempre alcançando a totalidade dos seus objectivos, a luta popular travou, diminuiu e obrigou a recuar ou a adiar a concretização de objectivos e medidas lesivas dos interesses populares.

Embora não se tenha traduzido numa alteração da correlação de forças capaz de forçar uma verdadeira alternativa política, a luta de massas foi no entanto determinante para a redução da base eleitoral do PSD e a criação das condições para a sua derrota eleitoral nas legislativas, e de Cavaco nas Presidenciais.

Tendo como eixo central a luta e acção dos trabalhadores, o alargamento que se tem verificado da frente social de luta, envolvendo classes e camadas sociais muito diversas, reflecte o aprofundamento das divisões, contradições e conflictualidade entre os interesses de um lado, do grande capital monopolista, das transnacionais, dos latifundiários e das clientelas que beneficiam da política de direita (ontem com o PSD, agora com o PS) e do outro lado, os interesses de praticamente todas

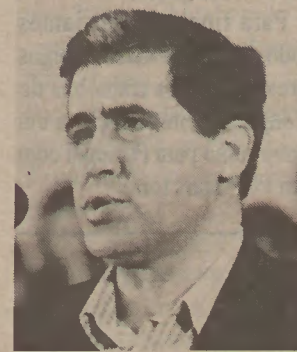
as classes e camadas não monopolistas, gravosamente atingidos pela política de direita.

Com o afastamento do PSD do poder, houve quem se apressasse a ver no abrandamento da conflitualidade social, não as expectativas e ilusões criadas com a mudança de governo mas antes o resultado da nova forma de fazer política do PS. Quem assim pensou bem se enganou. Não foi preciso passar pouco mais de 1 ano de Governo PS para que as lutas dos trabalhadores e do povo se tivessem reacendido e ardiam com novo vigor e combatividade, como é o caso da poderosa e exemplar luta dos trabalhadores da Grundig. Da situação explosiva, como há muito não se via, de descontentamento e protesto dos trabalhadores da indústria têxtil, do vestuário e calçado, pela aplicação efectiva do horário das 40 horas. Das grandiosas lutas dos estudantes do Ensino Superior. Das lutas dos trabalhadores da Administração central e local. Dos enfermeiros. Dos profissionais da PSP. Dos agricultores. Das populações exigindo o cumprimento das promessas eleitorais do PS.

O renascer da luta mostra que as raízes onde mergulham o descontentamento popular e a conflitualidade social, não estão tanto nas formas de condução e execução da política de direita (com maior ou menor diálogo, maior ou menor concertação), mas sim e sobretudo como reafirmam as Teses do nosso XV Congresso na sua natureza de classe e profunda identificação com o capital monopolista, que fere duramente os interesses e os direitos da grande maioria dos portugueses.

Com o prosseguimento da política de direita pelo PS não só não se alteraram as condições objectivas para que com renovada força se ponha em movimento uma nova frente social antimonopolista de resistência e combate à política de direita, como em muitos aspectos ela pode ser alargada e apro-

Verificação de mandatos



José Timóteo
Membro da Direcção da Organização Regional do Porto e do Comité Central

De acordo com a análise das 590 Actas de Assembleias Electivas, foram correctamente eleitos 1471 delegados efectivos e 1017 delegados suplentes.

A proporcionalidade a que se refere a norma 14ª do Regulamento para o Debate do Partido e a Eleição de Delegados ao XV Congresso, assim como a faculdade prevista na norma nº 16 do mesmo Regulamento, ou seja, a capacidade do recurso à eleição de mais delegados até ao limite de 10% da proporção global de cada Organização Regional foi integralmente cumprida.

Também o agrupamento de organizações com menos de 100 membros do Partido, tal como prevê a norma 17ª do referido Regulamento, não merece qualquer reparo.

Nas referidas Assembleias participaram 10.999 membros

do Partido, tendo os delegados sido eleitos em 581 (98,47%) Assembleias, pelo método de braço no ar e 3 Assembleias pelo método do voto secreto. Em 6 Assembleias não foi indicado o método de eleição.

Dos delegados efectivos 1111 (75,5%) foram propostos pelos respectivos organismos dirigentes, 69 (4,7%) resultam da fusão de propostas dos organismos dirigentes com propostas das respectivas Assembleias e 291 (19,8%) correspondem a propostas construídas nas próprias Assembleias.

Relativamente às inerências constata-se ter sido cumprido a norma correspondente do nº 23 do Regulamento, pelo que foram indicados globalmente 292 delegados inerentes dos quais 185 são membros do Comité Central, 83 da Direcção Nacional da JCP e 24 (apenas 1,37% dos 2% previstos) outros inerentes.

Foi verificada até ao momento já no recinto do Congresso a presença de 1665 delegados, ou seja 94,8%, do total dos previamente eleitos em Assembleias.

Observou-se que dos presentes, 65 (3,9%) correspondem a delegados que passaram de suplentes a efectivos



A Tribuna do Congresso

PCP

(Continuação da pág. 27)

em substituição dos titulares eleitos em Assembleias, parecendo satisfeita a condição a que se refere a norma 18 do Regulamento.

A **composição social** do XV Congresso é a seguinte: 528 operários industriais, agrícolas e pescadores; 526 empregados; 353 intelectuais e quadros técnicos; 24 agricultores; 82 empresários; 109 estudantes e 43 diversos.

De referir ainda que 254 (15,86%) são funcionários do Partido.

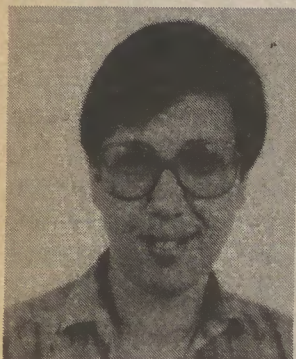
Informamos os camaradas delegados que, a **composição etária** é a seguinte: com menos de 20 anos - 81 delegados, número 20 vezes superior ao verificado no último Congresso; de 21 a 30 anos - 156; de 31 a 40 anos - 296; de 41 a 50 anos - 614; de 51 a 64 anos - 437; mais de 64 anos - 81.

A idade média é de 45 anos e o delegado mais idoso tem 85 anos e 16 anos o mais jovem.

Dos delegados presentes 361 (21,68%) são mulheres, o que é pouco, e não corresponde à sua alta participação no Partido e na luta dos trabalhadores, e 166 (10%) são militantes da JCP.

Interessante e estimulante é a conclusão de que no que se refere à data de adesão ao PCP dos 1665 delegados presentes ao XV Congresso, 266 (16%) inscreveram-se após o XIV Congresso. Destes, 94 (6%) aderiram ao PCP durante o corrente ano.

O PCP na luta das mulheres



Odete Brás
Comissão junto do CC para os problemas e a luta das mulheres

As mulheres, desempenham um papel muito importante na vida económica, social, política e cultural do país.

É esta a consideração do PCP, à qual se acrescenta que as mulheres são as principais vítimas da crise social, do aumento da exploração e do desfiguramento do regime democrático, tornando-se mais gritante o fosso entre as discriminações e as aspira-

A Comissão de Verificação de Mandatos sublinha que, entre os delegados presentes, participam em **organismos do Partido** 1392 (83,6%) delegados sendo que: 179 no Comité Central; 255 nas Direcções Regionais e Conselho Regional; 551 em Comissões Concelhias; 258 em Comissões de Freguesia; 35 em Comissões Locais; 114 em Células de Empresa.

São **dirigentes de organizações ou movimentos de massas** 900 delegados dos quais, 404 são membros de comissões de trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais, o que confirma uma profunda ligação do Partido com os trabalhadores. 496 são dirigentes de outras estruturas e associações do movimento popular de massas.

É de registar que 551 delegados desempenham **cargos públicos em diversos órgãos do Poder Local e Central e Parlamento Europeu**.

A Comissão de Verificação de Mandatos, em conclusão, afirma que a **eleição dos delegados e a composição do Congresso estão em conformidade com as regras de funcionamento democrático do Partido, pelo que consideramos estarem preenchidas as condições necessárias à legitimidade das decisões do XV Congresso**.

Para finalizar, saudamos todos os camaradas e amigos presentes, e os trabalhos do Congresso em direcção a um novo rumo para Portugal com um PCP mais forte.

lutas, valorizamos a decisão do último Congresso do MDM, de realizar uma acção nacional em Lisboa, no dia 8 de Março de 1997, pela defesa dos direitos das mulheres. Nesta acção, seguramente, participarão muitas mulheres comunistas, por se identificarem com os seus objectivos, e pela vontade de trazer para a rua a luta emancipadora da mulher.

Dando expressão organizada à luta pelas reivindicações específicas, alguns movimentos femininos despertam consciências, levam à compreensão da natureza e das causas das discriminações e opressões de que são vítimas as mulheres.

As organizações de mulheres cresceram de forma extraordinária. Nas cerca de 40 organizações, é possível haver pontos de convergência em relação a alguns problemas concretos, mas existem divergências profundas quanto à análise política e ideológica das causas e das soluções que ponham fim à discriminação.

A luta das mulheres pela igualdade e pela dignidade é uma luta actual. A luta protagonizada pelos movimentos femininos, e onde merece especial destaque o Movimento Democrático de Mulheres, apela à consciência cívica das mulheres e dos homens, complementa e enriquece a luta social pela aspiração de uma vida melhor e mais feliz, dá uma nova dimensão à vida.

O Partido Comunista Português tem tido um papel importante e único na defesa dos direitos das mulheres. Como partido de vanguarda cumpre-nos alargar e elevar o nível de discussão política e ideológica, denunciar as discriminações, assumir como nossas reivindicações específicas das mulheres, mobilizar o Partido em torno da defesa da igualdade.

Na proposta de Resolução Política reconhecemos que, apesar dos aspectos positivos do balanço do trabalho partidário nesta frente, há a assinalar retrocessos, nomeadamente quanto à atenção que algumas organizações partidárias dedicam a esta frente e aos problemas das mulheres, ao número de quadros para ela destacados, bem como quanto à atenção que o partido dedica aos movimentos específicos. Reconhecemos que houve razões objectivas, mas houve também falta de empenhamento para a concretização dos objectivos traçados no anterior Congresso.

Os problemas específicos das mulheres atravessam praticamente todas as áreas de intervenção do partido, dado que a todos os níveis da vida económica social e política há questões que dizem especificamente respeito às mulheres e sobre as quais existem análises e reivindicações específicas.

Para a elaboração do conteúdo da Proposta de Teses a **Comissão junto do CC para os Problemas e a Luta das Mulheres**, propôs que esta ideia fosse considerada, ela não foi aceite, mas nós insistimos nela porque pensamos que é uma questão essencial para que as organizações do partido tenham presente o papel, a intervenção, os problemas e as reivindicações das mulheres nas várias áreas da vida e da realidade nacional.

Caberá às organizações do Partido e em especial aos organismos de direcção aos vários níveis promover a discussão e definir o nível de importância desta frente de trabalho, tomando-se as medidas correspondentes para reforçar o Partido e melhorar a sua ligação às mulheres e suas organizações específicas.

Caberá igualmente às organizações do Partido e em especial aos organismos de direcção aos vários níveis intervir para o reforço do papel e da intervenção das mulheres comunistas no Partido e na vida social e política.

As mulheres, por sua vez, têm que assumir a consciência do seu peso na sociedade, do significado que tem a sua participação e intervenção para o desenvolvimento do país, tendo em conta o valor que a incorporação dos seus saberes, da sua sensibilidade e criatividade, da sua diferença assume no colectivo quaisquer que sejam as suas características.

Queremos da tribuna deste congresso saudar todas as mulheres comunistas. Permitam-me uma saudação especial às mulheres que aderiram ao partido este ano durante a campanha de recrutamento que são cerca de 38% do conjunto dos novos membros do Partido. As mulheres comunistas optaram pelo partido da verdade, da justiça, pelo partido que luta contra as discriminações.

Melhorando o trabalho do PCP em torno da luta emancipadora da mulher contribuiremos para a afirmação e o reforço do partido junto das mulheres portuguesas.

Sobre a eleição do CC



Luísa Araújo
Membro do Secretariado do Comité Central

(...)

O Comité Central eleito no XIV Congresso era composto por 188 camaradas. Actualmente estão em funções 185 camaradas. Ao longo destes quatro anos, foi cooptado um camarada, verificou-se uma expulsão e uma demissão. Faleceram os camaradas Manuel Sobral e Zilda de Carvalho.

O número de camaradas agora propostos, 188, é idêntico ao do Comité Central eleito no XIV Congresso.

Na proposta para o futuro CC não estão incluídos 34 camaradas do actual. Esta consideração foi difícil porque se trata de camaradas que têm muito para dar ao Partido, que continuam com condições para ser membros do Comité Central e com os quais o Partido conta e continuará a contar.

Não podemos deixar de sublinhar particularmente os camaradas António Dias Lourenço, Jaime Serra, Joaquim Gomes e Sérgio Vilarigues, camaradas que dedicaram ao Partido e à luta a maior parte das suas vidas e que participaram, durante dezenas de anos, nos mais elevados níveis da Direcção do Partido. Estes camaradas que constituem muito do Partido que somos e do Partido que temos, são e continuam ser referência de grandes comunistas e revolucionários, camaradas construtores inapagáveis deste Partido. Estes camaradas fazem parte do património da luta que muitos homens e mulheres travámos no passado e no presente pelos ideais comunistas.

Esta proposta não pode ser interpretada no sentido de que a renovação do Comité Central se faz automaticamente por saída dos camaradas que têm mais idade e entrada dos mais novos.

Pretendeu-se sobretudo, e tanto quanto nos pareceu possível, incluir no Comité Central alguns dos camaradas que hoje têm um papel mais activo no Partido e que ao mesmo tempo se apresentam com a perspectiva de continuidade da intervenção, da organização e da luta do Partido de acordo com a natureza e a identidade do PCP. Além destes, realçamos, também, que a proposta não inclui camaradas que têm feito parte do Comité Central e que ao longo de mui-

tos anos tiveram uma participação destacada na intervenção e na direcção em várias áreas da vida e da luta do Partido antes e depois do 25 de Abril e que vão continuar, no essencial, a realizar importantes tarefas.

A todos os camaradas do Comité Central cessante que não são propostos para o futuro Comité Central manifestamos o nosso reconhecimento e amizade.

Tendo sido antecipadamente definido que o CC não deveria aumentar o seu número, a renovação na composição não poderia ser assegurada através, também, do aumento do número dos novos membros como em Congressos anteriores, mas só contando com a não inclusão de actuais membros do CC.

Avaliar o valor relativo entre quadros não é fácil. Assim, camaradas do actual CC que não são considerados estariam muito bem na proposta e outros que não sendo actualmente membros do CC também poderiam ser incluídos entre os que são agora propostos pela primeira vez.

São propostos 37 camaradas que não fazem parte do actual C.C., o que corresponde a uma renovação de 20%.

A composição social do conjunto dos membros do Comité Central está intimamente ligada à natureza de classe e às características revolucionárias do nosso Partido. O PCP não é apenas o Partido da classe operária, mas é um Partido que tem grande peso da classe operária na sua composição e na sua Direcção.

Como já foi informado há uma correcção a uma das biografias, o que altera o número de operários de 83 para 82 e o de empregados de 44 para 45, mantendo-se a soma de operários e empregados. As percentagens que vos apresentámos são ligeiramente diferentes, da ordem de décimas percentuais. No conjunto da proposta em consideração, os camaradas operários continuam a representar 44% e os empregados 24%. A soma de operários e empregados representa 68%, percentagem ligeiramente inferior ao CC eleito no XIV Congresso, mantendo-se uma larga maioria de operários e empregados com uma forte componente operária.

Quanto à participação de mulheres, foi fundamental que o Comité Central tivesse definido como objectivo o reforço do número. Os organismos executivos do CC desenvolveram esforços para que isto fosse alcançado. Mantêm-se as dificuldades na promoção de quadros femininos, partindo logo de início com uma enorme diferença entre o número de homens e o número de mulheres propostos para consideração por parte

A Tribuna do Congresso

As eleições autárquicas de 1997

das DORs e Sectores de Trabalho, o que em certas situações não corresponde à relativa participação de mulheres a vários níveis da actividade do Partido. O número agora apresentado, embora constitua um reforço, é insatisfatório. Relativamente ao Comité Central eleito no XIV Congresso a percentagem de mulheres passará de 16% para 18%.

A média etária do conjunto dos camaradas é de 46 anos. Sublinhamos que entre os camaradas propostos pela primeira vez para o Comité Central, 8 têm menos de 30 anos e 12 estão entre os 30 e os 40 anos.

Reforçaremos, assim o número de jovens no Comité Central. Entre estes, estão sete membros da Direcção Nacional da JCP e no conjunto dos jovens quatro são estudantes e quatro são operários.

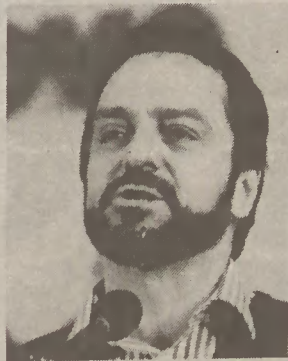
O número de Funcionários do Partido diminuirá, passando a percentagem para 68%, quando no CC cessante era de 71%. Pelo papel que os Funcionários do Partido desempenham na dinâmica da actividade partidária e no contributo para o reforço da natureza de classe e do papel revolucionário do Partido, devem ter um peso significativo no Comité Central.

Pelas biografias que os camaradas delegados tiveram a oportunidade de conhecer, pode ver-se que a proposta para o futuro Comité Central inclui camaradas que intervêm nas várias Organizações Regionais do Partido e com diversidade de conhecimentos e de experiências. Pela dimensão, não se especifica nesta intervenção a diversidade das tarefas a nível da organização e da direcção do trabalho do Partido, mas sublinha-se o significado de, no essencial, o Comité Central continuar a ser constituído por camaradas que além de terem um papel fundamental na definição da orientação do Partido, estão, pela sua ligação e integração nas organizações do Partido e nas diferentes áreas de intervenção, em condições de levar à prática e de desenvolver as orientações definidas pelo Comité Central.

Ao nível da intervenção em estruturas unitárias ou institucionais a proposta inclui 32 dirigentes sindicais; sete deputados da Assembleia da República, um da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e um do Parlamento Europeu; quatro Presidentes de Câmaras Municipais e Cinco Vereadores; 29 membros de Assembleias Municipais e cinco membros de Juntas de Freguesia; cinco dirigentes de Colectividades e do movimento associativo.

(...)

Estamos confiantes de que o futuro Comité Central a ser eleito no XV Congresso, tal como os anteriores, dá garantias de manter no rumo certo um Partido como o nosso, um Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, um Partido revolucionário, um Partido que todos queremos mais forte, condição essencial para um novo rumo para Portugal.



Luís Sá
Membro da Comissão Política do Comité Central

Dentro de poucos dias vai ser comemorado o 20º Aniversário das primeiras eleições para o poder local realizadas em liberdade depois do 25 de Abril. São 20 anos de obra gigantesca, para a qual contribuiu poderosamente a luta e do PCP, da CDU e das outras coligações a que pertenceu. Já antes as comissões administrativas realizaram uma obra muito importante, claramente ligada a uma larga intervenção popular. A própria actividade de eleitos de outros partidos foi influenciada pelas experiências e realizações dos eleitos comunistas e dos seus aliados.

Ao longo dos anos, o Poder Local viu melhorado o seu estatuto legal e financeiro através de grandes lutas. Mas também foram constantes os ataques com vista a sobrecarregá-lo com encargos, asfixiá-lo financeiramente e estrangular a sua autonomia. Houve batalhas ganhas, houve batalhas perdidas, mas o fundamental resistiu. Mas há grandes lutas em perspectiva, em matérias como a regionalização democrática, o estatuto das autarquias e a forma de eleição das câmaras e o regime de finanças locais.

Nas novas condições criadas, as eleições autárquicas a realizar no segundo semestre de 1997 constituem uma batalha de grande importância, quer para prosseguir a obra no poder local, quer pela influência política geral dos resultados eleitorais. É uma batalha que vai empenhar totalmente os outros partidos e os poderosos meios de que dispõem.

É óbvio que o PCP e a CDU vão disputar as próximas eleições autárquicas num quadro difícil. É o caso da constante discriminação do PCP e da diferença de recursos financeiros dos partidos nas campanhas (por exemplo, enquanto a CDU gastou 180 mil contos nas últimas legislativas, as despesas declaradas oficialmente pelo PSD e pelo PS foram respectivamente de 832 e 540 mil contos).

Por outro lado, já começou a manipulação do aparelho de Estado pelo PS, desde os mem-

brós do governo até figuras que deveriam estar em vias de extinção como é o caso dos governadores civis, tudo num quadro de arrogância e agressividade. A declaração do Governador Civil de Setúbal, no edifício do próprio Governo Civil, segundo a qual o seu objectivo seria ganhar todas as câmaras do distrito é um exemplo desta situação (actualmente dos 13 municípios do distrito 12 têm maioria da CDU). Os sacos azuis da proposta de Lei do Orçamento de Estado são outro bom exemplo. Por sua vez, o PSD prepara um grande investimento político e financeiro, que pretende transformar em vingança da derrota sofrida em 1 de Outubro e num passo para o Governo do país e numerosas autarquias que perdeu em 1993.

Nestas condições, o PCP não poderia deixar de prestar uma grande atenção a esta batalha política. Além do mais, está em causa a possibilidade de prosseguir uma importante obra em numerosas autarquias e intervir em minoria com uma actividade que se tem revelado importante para as populações e para o combate a irregularidades.

Os objectivos eleitorais, definidos na proposta de resolução apresentada ao Congresso do PCP, serão: apresentar candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias; confirmar e reforçar as posições do PCP e da CDU nos municípios e freguesias onde são maioritários; conquistar a presidência em novos municípios e freguesias; ampliar as posições que detêm em minoria e obter mandatos em autarquias onde hoje não dispõem deles.

A concepção destas eleições como batalha de todo o Partido envolve medidas especificamente eleitorais, como medidas de direcção, quadros, planificação, envolvimento de organização partidária, bem como o prosseguimento do trabalho ao nível das autarquias e a sua correspondente valorização.

A afirmação da CDU como espaço democrático de intervenção e participação, aberto à contribuição de milhares de cidadãos independentes, disponíveis para trabalhar no interesse das populações e das respectivas freguesias, vilas e cidades, constitui um objectivo da maior actualidade. Assim, importa que, para além da ID e do PEV, continuem a encontrar lugar nela independentes dispostos a contribuir para o progresso e para a gestão democrática e participada das autar-

quias. A do actual governo do PS abrirá certamente um campo de aproximação de numerosos democratas. Por isso, importa assegurar o trabalho de dinamização e alargamento de apoios à CDU e o lançamento a prazo de um amplo movimento de juventude CDU.

Esta é uma via que deve ser claramente preferida a outra que a revisão da Constituição e a legislação já aprovada na generalidade poderá abrir, como a possibilidade de os Grupos de Cidadãos Eleitores concorrerem às eleições municipais. A experiência existente com listas deste tipo para freguesias mostrou, regra geral, que este não foi um caminho eficaz, em muitos casos, para desenvolver a influência e o trabalho do PCP nas autarquias.

O PCP prepara-se, como regra, para concorrer em todo o país no quadro da CDU. A única excepção deverá ser o concelho de Lisboa, onde será certamente assegurada a continuidade da positiva experiência das coligações «Por Lisboa» e «Com Lisboa», na qual o PCP intervém com a sua identidade própria, com um largo trabalho e uma importante ligação às populações. Os importantes pelouros dos cinco vereadores da CDU, o trabalho da Assembleia Municipal e das 52 das 53 freguesias em que a coligação é maioritária, bem como o conjunto da obra da coligação, deverão ser prosseguidas, em vez de entregar a cidade a uma gestão ruinosa e ao serviço do capital financeiro e imobiliário, que deixaria traços que seriam difíceis de apagar.

No âmbito da actividade de preparação das próximas eleições, merece particular atenção a elaboração das listas procurando garantir uma renovação com quadros prestigiados. Haverá também que aproveitar o prestígio e experiência de eleitos que continuam a ter uma importante contribuição a dar, preparando ao mesmo tempo o futuro. Há ainda que iniciar o debate com vista à elaboração dos programas para o próximo mandato, tendo em conta os novos problemas que estão colocados às autarquias e procurando a mais larga participação possível. Nestes programas teremos que conjugar a intervenção nos campos tradicionais com novas questões e problemas que se colocam ao Poder Local.

Importa conjugar a valorização do trabalho dos eleitos e das autarquias de maioria CDU com a abertura à crítica com vista à permanente

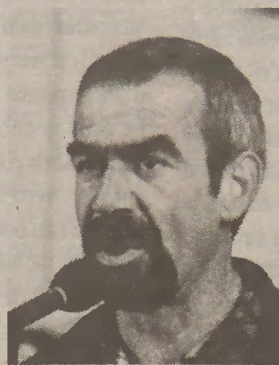
melhoria. É da maior importância também valorizar a intervenção em minoria. Só a atenção à opinião de cada um com vista à melhoria do trabalho de todos pode permitir corrigir os defeitos e prosseguir e melhorar a obra realizada, na base da honestidade, do trabalho e da competência.

A luta geral do Partido, a obra realizada e a afirmação do projecto CDU constituem argumentos que permitem enfrentar as eleições, com

consciência das dificuldades, mas também das possibilidades de as ultrapassar com êxito.

A obra realizada, o projecto autárquico do PCP, o prestígio conquistado, a identificação com as aspirações populares, tornam possível a realização destes objectivos. Muito irá depender de circunstâncias objectivas. Mas irá depender também do empenhamento dos militantes do Partido e activistas da CDU.

A Festa do «Avante!»



Licínio Carvalho
Membro do Comité Central

Em nome do Colectivo Permanente da Festa do «Avante!», saudamos calorosamente o XV Congresso e através dele todo o nosso Partido.

A Festa do «Avante!», a Festa do Partido, a nossa Festa, tem 20 anos. Lembrando as suas 20 edições, é de realçar um traço comum a todas elas: um traço de juventude, de alegria, de criatividade, de dedicação e de militância do nosso colectivo Partidário.

Não sendo possível, no pouco tempo de que dispomos, dizer tudo sobre os mais diversos e importantes aspectos da nossa Festa, parece-nos justo destacar a sua contribuição em alguns aspectos essenciais da actividade do nosso Partido.

A realização da Festa é uma oportunidade para divulgarmos junto dos visitantes - comunistas e não comunistas - as propostas do Partido para a resolução dos mais variados problemas nacionais; é uma oportunidade para mostrar o empenho e a capacidade de realização dos comunistas portugueses; é uma oportunidade para através do trabalho e militância fortalecer a Organização e o carácter nacional do Partido; é também uma oportunidade, a nosso ver nem sempre bem aproveitada, de estabelecer novos contactos, alargar a nossa influência e reforçar a Organização do Partido; segundo os dados disponíveis dezenas de milhares de visitantes, sobretudo jovens, não são militantes do Partido ou da JCP e muitos deles estarão disponíveis para, se abordados, ingressarem nas nossas fileiras como se comprova pelas iniciativas de recrutamento este ano levadas a cabo. Se formos capa-

zes de melhorar a nossa acção, melhoraremos, certamente, os seus resultados.

A Festa do Avante é ainda uma oportunidade para manifestarmos a nossa solidariedade fraterna para com outros povos que lutam pelos seus direitos.

A Festa deverá continuar a contribuir para fortalecer alguns aspectos fundamentais da vida do nosso Partido:

- irá permitir que muitos visitantes das mais diversas camadas sociais conheçam melhor as propostas dos comunistas;

- irá garantir e reforçar a ligação de muitos militantes e simpatizantes à vida do Partido, quer no trabalho nas suas organizações quer na construção e funcionamento na Quinta da Atalaia;

- continuará a ser um local de convívio, de amizade e de camaradagem entre democratas de todo o país;

- continuará a permitir a muitas centenas de jovens o seu primeiro contacto com o trabalho fazendo sair das suas mãos e da sua criatividade quer a construção, quer o projecto, quer o funcionamento desta cidade de 3 dias;

- vai continuar a permitir sentir o verdadeiro valor da palavra generosidade, em contraponto aos valores egoístas que é o ideário dos valores da direita;

- vai continuar a permitir um espaço de liberdade;

- vai continuar a permitir a revelação de novos quadros do nosso Partido, que noutras condições continuarão a assegurar as lutas nas mais diversas e complexas condições.

Nas novas condições que hoje a Quinta da Atalaia no permite, e que foram construídas pelo esforço e abnegação dos amigos da Festa - comunistas e outros democratas -, a Festa será sempre uma grande realização nacional do calendário de actividade do Partido.

Camaradas, ouvi um dia: um de vós dizer que a militância deve ser gratificante, permitam-me que termine dizendo que me é muito grato trabalhar convosco na construção da nossa Festa.



CONGRESSO
PCP

Intervenções de delegações estrangeiras

Maria de Los Angeles Garcia

Membero do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista de Cuba

Cabe-me ser portadora da saudação fraternal que o Partido Comunista de Cuba, em nome do nosso povo, envia a este congresso ao qual desejamos os maiores êxitos. Agrada-nos compartilhar uma trincheira comum com este partido amigo e sempre solidário com Cuba, que consagrou os seus 75 anos de frutífera existência à luta pelos legítimos interesses do povo português.



O cenário mundial a que assistimos aponta para um destino cada vez mais triste para a imensa maioria da humanidade. Com o desaparecimento da URSS e do campo socialista europeu, rompe-se o equilíbrio estratégico de forças alcançado após a segunda guerra mundial e a hegemonia imperialista, encabeçada pelos Estados Unidos, actua como proprietário do planeta. A globalização e o neoliberalismo asseguram a distribuição cada vez mais desigual da riqueza a favor dos centros do poder mundial. A dívida externa arruína o Terceiro Mundo e continua crescendo. A produção de alimentos estagna, cresce a fome, a insalubridade e a morte.

No actual contexto internacional, Cuba continua defendendo o seu direito à diferença, a dizer NÃO, a defender o nosso direito à vida, não à vida de poucos mas de todos, a forjar o homem íntegro e igual que postulou José Martí naquela frase magnífica que encabeça a nossa Constituição: «Eu quero que a primeira lei da nossa República seja o culto dos cubanos pela plena dignidade do Homem.»

Um pacto económico e comercial sofrido por Cuba nestes anos não tem precedentes neste século. A nossa estratégia para o enfrentar baseia-se na unidade maioritária do povo, apoiando-se nas suas próprias forças, na inteligência e é o que a Revolução mais semeou, nas indústrias que construímos, nas herdades e cooperativas emergidas nos nossos campos. As mudanças económicas introduzidas nestes anos são só um complemento indispensável para nos conciliar com um mundo que não escolhemos.

A nossa estratégia fundamenta-se em não renunciar ao Socialismo. Permanece intacto o enorme sector social desenvolvido em Cuba em matéria de educação, saúde, cultura, desporto, assistência e segurança social. Em Cuba não se aplicaram terapias de choque do fundo monetário.

Padecemos de carências, mas compartilhamos por igual os recursos de que dispomos embora afluam diferenças devidas aos meca-

nismos de mercado introduzidos. Com esta política a nossa economia começa a recuperar do abaixamento sofrido. E contra todos os prognósticos, a Revolução continua de pé e prosseguirá porque defendemos a verdade e a justiça.

Contra Cuba dirige-se o mais brutal e prolongado bloqueio agravado com a chamada lei Helms-Burton, que pretende fazer-nos desaparecer como nação. O colossal aparato subversivo e de diversão dos Estados Unidos, empregue antes contra a comunidade socialista, concentra-se agora contra a nossa pequena ilha. Em Guantánamo continua ocupada uma parcela de terra cubana por uma base naval contra a vontade do nosso povo.

Se o próprio Pentágono reconheceu que Cuba não constitui uma ameaça para os Estados Unidos? O que temem? Evidentemente, o exemplo. Não podem conceber que um pequeno país, à sua própria porta seja livre, independente e socialista. Não se resignam à admiração que desperta a heróica resistência do povo cubano. Na sua paranóia o governo norte-americano ficou refém da sua política sobre Cuba, de uma pandilha terrorista que representa a extrema-direita de origem cubana assente em Miami. Agora deram novo corpo a um velho expediente: procuram governos aliados para o trabalho sujo.

Cuba não pode permanecer impassível perante certos factos. A soberania conquistada com heróica luta de cinco gerações que passaram de mão em mão a catana e a espingarda não pode ser entregue nem negociada. Ao retirar-lhe a aprovação ao embaixador do governo de Espanha recentemente designado (Sr. José Coderch), perante um total desconhecimento das mais elementares normas éticas e do Direito Internacional, o nosso Governo reiterou ao espanhol a sua vontade de trabalhar para manter e desenvolver as relações com base do mais elementar respeito mútuo.

Os revolucionários cubanos estão conscientes dos perigos e desafios. Sabemos que o valor da Revolução e do Socialismo em Cuba reside na capacidade de preservar as suas conquistas. A vitória será o maior tributo ao povo, que bem o merece, e à Humanidade progressista. Hoje devemos praticar o internacionalismo, sobretudo dentro das nossas fronteiras.

A gigantesca obra da Revolução realizada num pequeno país de escassos recursos, hostilizado, agredido, caluniado e perseguido durante mais de 35 anos, é algo difícil de compreender para quem a não conhece. Cada vez são mais as vozes que se levantam em defesa dessa realidade e esperança. Entre as mais firmes e claras, destaca-se a dos comunistas portugueses. Esse apoio jamais o esqueceremos.

Muito obrigada.

gada à bela e invicta cidade do Porto. Ao olhar para esta massa humana que enche esta sala, no seu fervor e na sua disciplina, nesta fraternal comunhão, permitam-nos recordar os fraternos laços de amizade, de camaradagem e de ajuda que se estabeleceram entre os militantes do MPLA e do PCP, desde o período da luta clandestina, de ambas partes, onde as dificuldades e sofrimentos de toda a ordem e a permanente vigilância constituíam o dia-a-dia de cada um dos seus militantes.

Seja-nos permitido render a mais profunda homenagem ao grande timoneiro camarada Álvaro Cunhal e aos companheiros de então, pela excepcional herança de valores morais que souberam legar aos actuais e dignos continuadores e que hoje aqui se encontram reunidos.

É nossa convicção que os diversos e importantes temas a serem debatidos no decurso do Congresso, ajudarão a direcção do Partido e os seus órgãos a posicionar o Partido no contexto das novas realidades da sociedade portuguesa.



Através desta nossa participação neste Congresso, entendemos igualmente testemunhar-vos o propósito da direcção do MPLA de contribuir para um progressivo e amistoso estreitamento das relações bilaterais e uma consequente cooperação nos domínios de interesses mútuos.

Neste preciso momento, o nosso Partido está seriamente engajado nas comemorações do 40º aniversário da sua fundação e na preparação da

sua II Conferência Nacional na qual serão debatidos diversos temas relativos à redinamização da vida do Partido, à readequação das suas estruturas e à consolidação do processo da paz e da democracia pluralista.

Finalmente, exprimimos os nossos melhores votos de grande sucesso às deliberações e conclusões deste XV Congresso.

A luta continua!

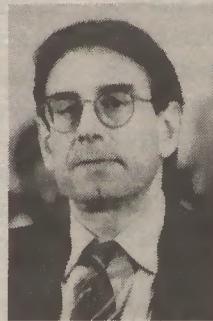
A vitória é certa!

Oliviero Diliberto,

Membero do Secretariado Nacional do Partido da Refundação Comunista de Itália e Presidente dos deputados comunistas no Parlamento Italiano

É uma grande honra para mim trazer ao vosso Congresso as saudações fraternais e os melhores votos de bom trabalho, da parte do Partido da Refundação Comunista italiano.

O nosso Partido encontra-se hoje, após um grande êxito eleitoral, numa situação política nova e muito exigente. Em 21 de Abril deste ano, uma coligação democrática englobando o nosso Partido e todas as forças de centro-esquerda derrotou, por escassa margem, a coligação das direitas, na qual desempenha um papel decisivo a Aliança Nacional, ou seja, a formação política surgida a partir do velho partido fascista. Esta vitória da coligação democrática levou à formação do Governo presidido por Romano Prodi. O Partido da Refundação Comunista faz parte da maioria que apoia este Governo, embora não esteja no Governo, por opção própria. Mas os nossos votos são decisivos, no Parlamento, para a existência deste Governo. Trata-se, portanto, duma situação inédita e para nós muito exigente. Hoje, o nosso esforço visa condicionar, na medida do possível e de forma coerente e rigorosa, a política do Governo. É bom que sejamos claros. O Governo Prodi não é, nem pode ser, o nosso Governo, o Governo dos comunistas: o seu programa é muito, é demasiado distante do nosso. Mas é o primeiro Governo em Itália, desde há pelo menos quinze anos, que encetou uma política económica de saneamento das contas públicas sem golpear o Estado Social e as camadas mais débeis da população. Isto é mérito da nossa acção política, do facto de que fazemos pesar os nossos votos determinantes para a sobrevivência do próprio Governo. E continuaremos a apoiar esta experiência inédita apenas enquanto formos capazes de continuar a condicioná-lo, a defender no concreto os interesses dos trabalhadores.



No plano internacional, o nosso Partido está, como sabem, empenhado numa acção positiva e concertada para desenvolver as relações entre todos os Partidos da esquerda antagonista europeia. Penso, aliás, que o processo de intensificação das relações, da colaboração recíproca, do intercâmbio de informações e de discussão, de acção política internacional comum entre todos os Partidos antagonistas, a nível europeu, é hoje uma necessidade objectiva. A nossa opinião é, de facto, que cada Partido a nível nacional não pode, hoje, senão assumir também uma dimensão europeia da própria acção política: e esta dimensão pode e deve ser cimentada por uma intensificação das relações entre nós, entre os nossos Partidos. Uma esquerda antagonista a nível continental é a única – em nossa opinião – capaz de contrariar os processos em curso conduzidos pelo grande capital europeu, a única capaz de lutar pelos objectivos comuns de salvaguardar as conquistas democráticas e sociais, a única capaz de defender com eficácia e de relançar os interesses de classe que hoje são postos em causa de forma tão severa. Apenas uma tal unidade entre os Partidos comunistas e antagonistas europeus pode, finalmente, dialogar de forma eficaz com os Partidos e movimentos de libertação da África, da Ásia e da América Latina, a começar pelo Fórum de São Paulo. Não se pode deixar esta dimensão planetária nas mãos da Internacional Socialista: é indispensável, portanto, que precisamente a partir da esquerda antagonista europeia se relance uma ideia de unidade, de diálogo e de acção política comum entre todas as forças anticapitalistas e anti-imperialistas do mundo.

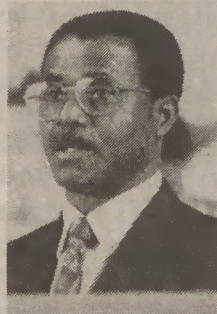
Os nossos dois Partidos, italiano e português, que mantêm desde há muitos anos relações fecundas de colaboração recíproca, podem desempenhar, em conjunto, um papel decisivo nestes processos. A nossa presença aqui, pretende testemunhar estas relações e os laços de fraternidade existentes entre nós, e representa um compromisso para o presente e para o futuro.

Agradeço-vos e desejo-vos bom trabalho: cada êxito vosso é também um êxito dos comunistas italianos.

Julião Mateus Paulo («Dino Matrosse»)

Membero do Bureau Político e Secretário para a Organização e Quadros do MPLA

É com a maior satisfação que participamos, em representação do MPLA, neste XV Congresso do Partido Comunista Português. Nesta ocasião, permitam-nos, em nome dos dirigentes e militantes do MPLA, saudar calorosamente os dirigentes e militantes do Partido Comunista Português, bem como os participantes a este importante evento.



Apaz-nos, igualmente, exprimir os nossos sinceros agradecimentos pelo convite endereçado à direcção do MPLA para estarmos presentes neste congresso e pela fraternal hospitalidade que nos foi reservada desde a nossa che-

Hou Zongbin

Subsecretário da Comissão Central de Inspeção de Disciplina e membro do CC do Partido Comunista da China

Para mim, é motivo de grande alegria ter a oportunidade de assistir ao XV Congresso do PCP. Antes de mais nada, permitam-me transmitir aos delegados do Congresso, e por vosso intermédio a todos os militantes do PCP e ao povo português, as cordiais e calorosas saudações de todos os membros do Partido Comunista da China e do povo chinês.



Entre o PCP e o PC da China existe uma amizade tradicional. Estamos intimamente ligados pelo mesmo ideal e causa comum. Os comunistas chineses alimentam sempre sentimentos de amizade para com o PCP e têm acompanhado atentamente a sua causa, considerando como nosso cada êxito alcançado pelo vosso partido. Agradecemos do fundo do nosso coração o apoio e a solidariedade para com a China no sentido da construção e desenvolvimento do socialismo.

Gostaríamos de aproveitar esta ocasião para apresentar, de forma resumida, a situação actual da China.

Nos últimos 18 anos, desde a reforma e a abertura, a causa das construções e modernizações socialistas da China tem conseguido em todas as frentes grandes êxitos, tendo-se elevado notavelmente o nível de vida do povo chinês. Durante o oitavo plano quinquenal terminado no ano passado, a taxa de crescimento médio anual do PNB foi de 12%. A receita dos habitantes das cidades e das vilas para o consumo per capita aumentou anualmente 7.7% e o rendimento líquido dos habitantes rurais per capita aumentou anualmente 4.5%. Nos primeiros trimestres deste ano a economia nacional do nosso país manteve uma tendência de crescimento rápido. O PIB e a produção industrial aumentaram, respectivamente, 9.8 e 12.9% em relação ao mesmo período do ano passado. Na agricultura, apesar das graves calamidades, conseguimos boa colheita e a produção cerealífera pode ultrapassar o nível mais alto na história.

Em Outubro passado, realizámos a 6ª Sessão Plenária do Comité Central do XIV Congresso do

PC da China, na qual foi especialmente aprovada a Decisão sobre os Problemas da Promoção do Progresso Ético e Cultural Socialista. A civilização espiritual é uma das características importantes da sociedade socialista, é também importante meta e garantia da Construção das Modernizações.

Para construir o socialismo com Característica Chinesa, não só devemos ter o alto grau da civilização material, mas também um alto grau da civilização espiritual. Só desta maneira é que podemos concretizar plenamente e em todos os domínios a superioridade do socialismo.

Embora existam numerosas dificuldades e obstáculos no nosso caminho de avanço, o PC da China e o povo chinês têm toda a confiança no seu futuro.

Estamos decididos a seguir o caminho da Construção do Socialismo com Característica Chinesa, dando ao mesmo tempo as nossas devidas contribuições para a paz e o desenvolvimento do mundo.

Camaradas, seja-me permitido ler a Mensagem de Saudação do Comité Central do PC da China para o XV Congresso do PCP:

«Por ocasião da realização do XV Congresso do PCP, o Comité Central do Partido Comunista da China envia-vos, e por vosso intermédio a todos os militantes do PCP, as calorosas saudações.

O PCP é um Partido dotado de uma gloriosa tradição revolucionária.

Durante longo período, o PCP tem dado grandes contribuições positivas no sentido de proteger os interesses e direitos dos trabalhadores, promover o progresso da sociedade e o desenvolvimento do país, salvaguardar a paz e a estabilidade do mundo e apoiar as lutas de libertação nacional dos diversos países do mundo. O PCP persiste em combinar os princípios fundamentais do Marxismo com a realidade do próprio país, fazendo esforço por buscar em Portugal, o caminho de desenvolvimento rumo ao socialismo.

Os nossos dois partidos mantêm boas relações. Estamos convencidos de que as nossas relações de cooperação amistosa, baseadas nos princípios da independência, autodescissão, igualdade completa, respeito mútuo, não intervenção nos assuntos internos um do outro, serão cada vez mais desenvolvidas, e a amizade entre os nossos dois países e dois povos será reforçada constantemente.

Fazemos os sinceros votos para que os trabalhos do XV Congresso do PCP sejam coroados de pleno êxito.»



mos mudar resolutamente a natureza desta Europa; mas estamos ao mesmo tempo ligados à realização da construção europeia, uma Europa onde os povos cooperem verdadeiramente e possam unir os seus esforços para afrontar o flagelo devastador do desemprego e elaborar grandes projectos industriais para o amanhã; uma Europa do diálogo criativo entre culturas, uma Europa dotada de instituições democráticas, uma Europa de paz, uma Europa de nações livres associadas e soberanas.

Grandes lutas estão actualmente em curso em numerosas nações da União Europeia. A inquietação aumenta também entre os governos e o patronato. Eles receiam ver os povos irem para além do simples protesto contra as consequências sociais da sua política, e empenharem-se na recusa da lógica desta construção europeia.

Nguyen Van An

Membro do Bureau Político do Partido Comunista do Vietnam

É um enorme prazer e uma honra para a delegação do Partido Comunista do Vietnam participar no XV Congresso do PCP.

Permitam-nos que transmitamos, em nome do PC do Vietnam as nossas calorosas saudações ao Congresso, aos comunistas portugueses e a todos os convidados estrangeiros aqui presentes.

Seguimos com grande atenção o relatório político feito pelo camarada secretário-geral Carlos Carvalhas, bem como os discursos de todos os delegados. Satisfaz-nos saber que, durante os últimos 75 anos, apesar de todas as consideráveis dificuldades, desafios e sacrifícios, o vosso partido tenha persistido firmemente na posição, ponto de vista e identidade comunistas, marchando na vanguarda da luta pelos interesses da classe trabalhadora portuguesa, tendo em vista a democracia, paz, independência nacional e progresso social. O vosso partido deu uma forte contribuição para a vitória da Revolução de Abril de 1974, queda do regime ditatorial em Portugal, a liquidação do sistema colonial em África e a defesa dos frutos da Revolução e tornou-se um importante factor na vida política de Portugal. Estamos convencidos que, à luz das resoluções do Congresso, o PCP, a classe trabalhadora e todos aqueles que trabalham em Portugal certamente obterão novos e maiores sucessos na sua luta revolucionária.

O Partido Comunista do Vietnam efectuou o seu VIII Congresso no passado mês de Junho. Revendo a efectivação das resoluções do VIII Congresso e os 10 anos de processo de renovação, obtendo assim experiência das variadas realidades do Vietnam, o Congresso concluiu: o Vietnam saiu da crise socioeconómica; cumpriu basicamente as tarefas da fase inicial do período de transição, preparando as premissas para a industrialização e modernização, permitindo a mudança em direcção a um novo período, que se traduz em pressionar para a efectiva industrialização e modernização do país. A via para o socialismo no Vietnam ficou cada vez mais claramente definida. O Congresso estabeleceu as tarefas para 5 anos, de 1996 até

Esta investida dos trabalhadores e dos povos no terreno da contestação à actual construção europeia pode, segundo nós, contribuir para dar a esta toda a sua dimensão política; ela pode também enriquecer a reflexão comum que prosseguem as forças comunistas e progressistas no que se refere à construção de uma alternativa de progresso.

O comício sobre o emprego de 11 de Maio que reuniu 15 partidos de esquerda e

progressistas da Europa, foi prolongado pelos recentes encontros de Madrid e de Berlim. Tudo isto criou as condições de uma nova dinâmica de diálogo, de esforços comuns e de convergência na acção.

Todo o progresso nesta direcção pode contribuir no fim de contas para pôr em causa a Europa de Maastricht e abrir a via a uma construção europeia mais conforme aos interesses dos povos.

Comunistas franceses e portugueses podem ter um papel decisivo neste sentido e contribuir para dar forma a uma tal perspectiva, portadora de futuro para os nossos dois povos e, para o conjunto dos povos europeus.

Reafirmando mais uma vez os laços de solidariedade e de amizade que unem os nossos dois partidos, desejo, queridos camaradas, frutuosa trabalhos ao vosso 15º Congresso.

2000, e os objectivos de tornar o Vietnam basicamente num país industrializado.

No momento presente, o nosso Partido e o nosso povo lutam esforçadamente para implementar as resoluções do Congresso, apressando a industrialização e modernização, esforçando-se para cumprir, até mesmo melhorar, os objectivos fixados para a Estratégia de Estabilização Socioeconómica e Desenvolvimento até ao ano 2000.

Persistimos na nossa política estrangeira de independência e soberania, diversificação e multilateralização das relações externas, tendo em vista a consolidação de um ambiente pacífico e criando condições adicionais internacionais, favoráveis ao processo de renovação, cumprindo com sucesso as tarefas estratégicas: construção do socialismo e salvaguarda da Pátria Mãe.

Enquanto alargamos as nossas relações externas, temos sempre combinado o patriotismo com o internacionalismo da classe trabalhadora, interesses nacionais genuínos com a solidariedade internacional dando grande importância à consolidação e fortalecimento da solidariedade, amizade e assistência mútua com partidos comunistas e de trabalhadores e forças progressistas e revolucionárias de todo o mundo contribuindo assim activamente para a luta comum dos povos do mundo para a paz, independência nacional para a democracia e progresso social.

Estamos convictos que, com os nossos próprios esforços, com a simpatia, suporte e assistência de camaradas, irmãos, amigos e outras pessoas através do mundo, o nosso Partido e o nosso povo chegarão ao sucesso da nossa causa revolucionária.

Aproveitando esta oportunidade gostaríamos de expressar, em nome do Partido Comunista, classe trabalhadora e povo do Vietnam os nossos sinceros agradecimentos aos partido comunista, classe trabalhadora e povo português, aos partidos comunistas e trabalhadores, bem como aos progressistas de todo o mundo pelo sincero suporte dado ao nosso povo na nossa luta passada para a libertação nacional, bem como à nossa causa presente de construção e defesa da nossa Pátria Socialista Vietnamita.

Com os nossos mais calorosos e fraternais sentimentos, desejamos ao XV Congresso do PCP o maior sucesso.

Que a solidariedade e amizade entre ambos os nossos partidos e entre os povos Vietnamita e Português seja continuamente consolidada e desenvolvida.

Obrigado, camaradas e amigos, pela vossa atenção.

Antoine Casanova

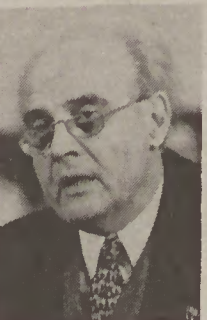
do Bureau Nacional e Responsável do Sector Cultural do Partido Comunista Francês

Em primeiro lugar, permitam-me que vos enderece a saudação fraternal do Partido Comunista Francês.

Com alguns meses de intervalo, os nossos dois partidos celebraram o 75º aniversário da sua fundação. Esta já longa história é feita de numerosos combates comuns. Ela testemunha a ligação dos nossos dois partidos com outros, na Europa e através do mundo, nos valores de libertação humana. Estes valores constituem o conteúdo moderno do que nós chamamos comunismo. Eles são portadores da aspiração a uma sociedade mais justa, uma sociedade de homens e de mulheres livres associados e iguais.

É forçoso constatar que estas exigências se chocam em todo o mundo neste fim de milénio com a brutalidade da lógica capitalista, uma lógica que quer orientar todos os recursos das nações para engordar os lucros financeiros.

E hoje, é em nome destas escolhas e desta lógica que os poderes instalados na Europa se entregam a uma verdadeira agressão contra os povos. É assim com as privatizações, com o desmantelamento dos serviços públicos, dos direitos sociais, do emprego digno e estável, da igualdade perante a cultura, a saúde, a velhice, a morte.



Aqui em Portugal, como em França e em todos os países da União Europeia, este outono está marcado pela vontade de passar, em marcha forçada, à "moeda única", quer dizer a um sistema político não internacional mas supranacional, um sistema tendo por eixo, por alma, por espírito, as exigências dos mercados financeiros.

Nós queremos que a palavra "Europa" deixe de ser sinónimo, para os trabalhadores, de "livre circulação de capitais", de austeridade e de "golpadas". Nós queremos, ao contrário, que a Europa venha a ser para os povos de cada um dos nossos países um motivo de esperança. Para isso é necessário, segundo nós, atacar de maneira determinada a lógica ultraliberal do "mercado único" e do Tratado de Maastricht. À medida que se concretizam os prazos desta União Monetária, ela aparece mais claramente como um sistema visando explicitamente o enquadramento de maneira irreversível das economias e das políticas sociais dos Estados-membros, segundo os critérios impostos pelas instâncias financeiras internacionais, e na ocorrência pelo Bundesbank. Isto tudo desapossando as representações nacionais da sua soberania em matéria monetária, orçamental e social.

As consequências da escolha da moeda única serão muito graves para a França. É por esta razão que nós pensamos ser legítimo que os cidadãos e as cidadãs sejam consultados por referendo sobre uma questão tão importante.

Os comunistas franceses não são todavia partidários do fechar-se sobre si. Nós quere-

Intervenções de delegações estrangeiras

Cadmiel Muthemba

Secretário do C.C. para a Formação e Quadros do Partido FRELIMO

Quero, em nome do Partido FRELIMO, de todos os seus militantes e simpatizantes, e em meu nome pessoal, saudar os delegados ao XV Congresso do Partido Comunista Português, e formular votos de bom trabalho.



Os laços de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois Partidos datam dos tempos da luta comum que travámos contra o fascismo em Portugal e o colonialismo em Moçambique pela instauração de liberdade, independência, democracia, justiça social e paz.

O Partido Comunista Português, pela sua trajectória histórica, pelas suas lutas pelas causas nobres dos trabalhadores e do povo, continua a ser um Partido que merece o nosso respeito e admiração.

O Partido FRELIMO tem acompanhado com interesse e admiração os esforços que o Partido Comunista Português tem desenvolvido a favor da paz e cooperação entre os povos.

Muitos comunistas portugueses bateram-se com valentia pela liberdade e independência de Moçambique, pelo fim da guerra que nos era movida pelos regimes racista da Rodésia e do *apartheid*. Somos um povo livre e independente há 21 anos.

Hoje, estamos em paz e o *apartheid* foi eliminado pelo povo sul-africano e por todos os que com ele se solidarizaram. A esses camaradas vai o nosso abraço de gratidão.

Encorajamos o prosseguimento destes esforços que são a base para o desenvolvimento harmonioso dos nossos países.

O povo moçambicano acaba de celebrar o IV aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) e o II aniversário da realização das eleições gerais multipartidárias em que o Partido FRELIMO e o seu candidato, camarada Joaquim Alberto Chissano, sagraram-se vencedores.

No quadro político actual, o Partido FRELIMO entre outros aspectos, considera vital a prossecução de esforços com vista à consolidação na unidade e reconciliação nacional, como pressuposto fundamental à consolidação da independência nacional e para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Após as eleições multipartidárias, o Partido FRELIMO e o seu governo têm-se empenhado na concretização do seu programa quinquenal de governação.

O nosso Partido está encorajado pelo desempenho do nosso governo saído das eleições multipartidárias. O PIB cresce ao ritmo de 6% ao ano e este ano conseguiu baixar os níveis de inflação e de

depreciação da moeda nacional.

O peso da dívida externa e a desigualdade dos termos de troca comercial com o mundo industrializado, tal como acontece na maioria dos países do Terceiro Mundo constituem o calcanhar de Aquiles nos esforços para relançamento da nossa economia.

A nossa participação neste XV Congresso do Partido Comunista Português é uma oportunidade ímpar para o nosso Partido de troca de experiências sobre os diversos temas de actualidade política e dos desafios que se colocam aos partidos de esquerda terminado que foi o período de guerra-fria.

Ainda muito mais importante para nós porque estamos a preparar o nosso VII Congresso, convocado para Maio de 1997.

Esperamos também colher dos camaradas, experiências sobre eleições autárquicas que terão início igualmente em 1997 em alguns municípios do nosso país.

A nível internacional preocupa-nos a situação prevalente na região dos Grandes Lagos, bem como no Afeganistão.

Apelamos para que seja implementado o processo de paz no Médio Oriente e que sejam respeitados os direitos do povo palestino.

Preocupa-nos a lentidão com que decorre o processo de paz angolano. Apelamos à UNITA para que oiça a voz da razão e cumpra o protocolo de Lusaka.

Assistimos hoje ao agravamento do fosso entre o Norte e o Sul, ao crescimento da distância entre a riqueza e a miséria; assistimos hoje ao agravamento do desemprego, quer nos países desenvolvidos, quer nos países do Terceiro Mundo.

A mundialização da economia, se por um lado traz avanços técnico-científicos, em especial nos países industrializados, por outro coloca os países subdesenvolvidos numa situação de marginalização económica e científica.

A actual situação internacional hoje, impõe um desafio muito grande às forças de esquerda em todo o mundo. Esse desafio só poderá ser vencido se encontrarmos uma estratégia conjunta, pois, a nossa luta tem de ser uma dimensão global e não isolada.

Mais uma vez, reitero votos de muitos sucessos nos trabalhos deste XV Congresso do Partido Comunista Português.

Por um futuro melhor
A luta continua
Muito obrigado.

A questão de Timor Leste conhece hoje um dos momentos mais altos da sua consagração internacional.

O Comité Nobel da Paz ao atribuir o Prémio Nobel em 1996 a duas personalidades timorenses, representando uma a componente religiosa e outra a política da resistência acaba de reconhecer a legitimidade da nossa luta e de endereçar uma mensagem à Comunidade Internacional, frisando claramente que em questões de paz internacional não existem grandes ou pequenos problemas, não podendo assim, manter-se a política de dois pesos e duas medidas.

A FRETILIN, nos seus mais de 22 anos de existência e de 21 na direcção da luta do povo maubere, em nenhum momento descurou a vertente diplomática e de relações internacionais no conjunto de acções desenvolvidas em prol da libertação da sua Pátria.

Neste seu esforço, a FRETILIN deu sempre particular espaço às relações com forças democráticas e partidos progressistas e comunistas de todo o Mundo, certa de que o processo de libertação nacional de Timor Leste não pode estar dissociado dos processos de democratização e de



emancipação social dos povos e dos seus trabalhadores.

Talvez por isso, nem sempre fomos compreendidos, e fomos alvos de uma persistente hipocrisia internacional só quebrada em muitas das suas alíneas graças a um movimento internacional de solidariedade popular sem precedentes em torno da justa causa do nosso povo.

Para este XV Congresso do PCP trazemos uma mensagem de esperança feita certeza de que com o vosso apoio e com o apoio de todo o povo português e de todos os povos do Mundo, libertaremos Timor Leste.

Façamos do Século XXI o Século da paz, da

democracia e de uma genuína solidariedade entre os povos.

Todos juntos contribuiremos:

- Para pôr fim ao bloqueio injusto e criminoso a Cuba
- Eliminar a ameaça de regresso à guerra em Angola
- Encontrar soluções para os conflitos étnicos na Europa, Ásia, África e América Latina
- Libertar RASD da ocupação marroquina
- Retomar o curso do processo de paz Palestino
- Libertar Xanana Gusmão e todos os timorenses presos.

Dimitre Gondicas

Membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da Grécia

Estamos muito felizes por transmitir a mensagem combativa e calorosa do PC da Grécia ao XV Congresso

Estamos convictos que o vosso Congresso, tal como as manifestações comemorativas do 75º Aniversário do PCP darão um novo impulso à acção patriótica, democrática e internacionalista do vosso Partido.

É com uma muito particular estima que os comunistas da Grécia seguem de perto as numerosas acções do vosso Partido na defesa dos interesses dos trabalhadores perante os ataques da U.E. e das multinacionais, pelo reforço da frente contra a U.E. e a OTAN bem como ainda pela democracia e solidariedade anti-imperialista.

Apreciamos o contributo do PCP na luta contra o anticomunismo, contra as tendências derrotistas, contra a desorganização e submissão do movimento operário aos planos de colaboração entre as classes.

Desta Tribuna queremos saudar muito especialmente, as grandes lutas no vosso país e nos outros países da U.E. Estas mobilizações realçam aquilo que é novo e portador de esperança e que neste momento está a nascer na Europa.

Testemunham a profundidade das políticas e das concepções radicalmente diferentes entre os trabalhadores e a política da U.E., como tivemos ocasião de constatar pelo grande sucesso da greve nacional operária na Grécia, nas mobilizações, sem precedentes, por uma participação massiva; a intensidade e a combatividade das mobilizações das camadas médias e dos estudantes à oposição a Maastricht e à política da U.E. tornam-se cada vez mais fortes. A luta comum da classe operária, dos agricultores, das camadas médias e dos jovens também se intensifica.

Estimamos que a resistência à União Europeia e à UEM, aos planos assassinos da OTAN e às

suas armas nucleares, à erradicação da Segurança Social, da Saúde Pública e da Educação, é cada vez maior.

Estas lutas constituem o referendo dos trabalhadores e dos povos. São o NÃO às disposições ainda mais reaccionárias que as multinacionais e os governos neoconservadores e social-democratas tentam desenvolver.

São o resultado da oposição constante e resoluta dos comunistas às decisões de Maastricht, da sua perseverança na coordenação das acções e iniciativas, como foi o caso do Encontro de Paris.

Estamos convencidos que o Encontro de Lisboa, em Maio, contra a política reaccionária da flexibilidade das relações de trabalho e o Livro Branco, constituirá uma nova etapa decisiva.

A extensão das resistências populares, mas ao mesmo tempo a intensidade da agressão do capital e das forças reaccionárias e racistas em toda a Europa, criam novas possibilidades mas também responsabilidades para os comunistas e as forças progressistas.

Torna-se pois urgente a existência de um movimento forte capaz de exprimir politicamente também, numa via progressista, esta nova situação, capaz de dar um novo impulso, uma perspectiva de futuro.

Consideramos que a colaboração e a acção comum dos Partidos Comunistas são mais do que nunca necessárias para o desenvolvimento de uma mais ampla e eficaz luta das forças anti-imperialistas, antimonopolistas e progressistas.

O diálogo e a acção comum para uma identidade ideológica do movimento comunista, para uma estratégia da luta anti-imperialista e revolucionária, bem como os esforços para a sua reconstrução na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário influenciarão positivamente esta via. O PCG está pronto a contribuir neste campo com todas as suas forças.

Com a certeza que os trabalhos do vosso Congresso contribuirão para estreitar ainda mais as relações fraternas de solidariedade entre os nossos dois Partidos, desejamo-vos todo o êxito na realização das vossas resoluções.

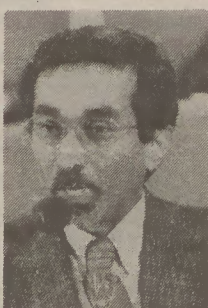
Mario Alkatiri

Secretário para as Relações Exteriores da FRETILIN

Hoje, 7 de Dezembro de 1996, completam-se 21 anos sobre a fatídica data da invasão de Timor pela Indonésia.

A 7 de Dezembro de 1975, dificilmente alguém podia imaginar que era possível à FRETILIN e ao povo maubere resistir a toda a avalanche da agressividade indonésia numa conjuntura patente de hipocrisia internacional.

O facto de podermos hoje estar aqui neste grandioso Congresso de um não menos grande partido não significa simplesmente que a FRETILIN e o povo maubere continuam a resistir na luta pela libertação de Timor Leste mas, particularmente, que na sua luta pôde sempre contar com aliados seguros em todo o mundo de que o PCP é um exemplo e a JCP uma frente criativa de luta.



Carlos Carvalho intervenção de encerramento

Um PCP mais combativo e confiante

O nosso Congresso está a chegar ao fim. Creio que em síntese poderemos dizer que o que reuniu estes homens, mulheres e jovens, o que os convocou de todas as regiões do país, o que os levou depois de meses de preparação a intervir aqui no Porto, é a sua generosa entrega às grandes causas do povo, da justiça e do progresso da Pátria portuguesa.

Nestes três dias o que esteve no centro das preocupações dos delegados foi, no essencial, o procurar dar resposta a duas grandes questões:

A primeira, com que medidas, com que propostas, com que projecto e com que intervenção política se pode promover o desenvolvimento, o emprego, melhorar a vida dos portugueses e das portuguesas, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A segunda, como nos devemos organizar melhor e como vamos reforçar o Partido nos seus diversos campos e aspectos para que o país tenha uma nova política.

Estas foram duas das grandes preocupações que foram objecto das intervenções e das propostas dos delegados.

De facto neste Congresso estiveram presentes com seriedade os problemas da vida real e não as politiquices, as aspirações de justiça e não as lutas de galos, a sinceridade das propostas e não as rábulas e os factos teatrais para projecção mediática.

Aqui estiveram presentes as questões do desemprego, dos salários, das reformas, da saúde, do ensino, da habitação, da toxicod dependência e da segurança das populações e não a política-espectáculo e os jogos de espelho e de sombras. Os problemas da agricultura, das pescas, da indústria, do ambiente, da ciência e da cultura, da integração europeia e não a intriga, o individualismo egoísta, a superficialidade mundana ou a oposição formal.

Aqui esteve a voz do povo, a vida dos trabalhadores, a voz da juventude e a solidariedade com os trabalhadores em luta, com os trabalhadores têxteis, que saudamos pelo êxito da sua greve.

Aqui tiveram lugar os apelos à participação e intervenção dos cidadãos. Aqui esteve a preocupação pelo aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, pelo futuro do nosso país, pela defesa da soberania e da independência nacional.

Aqui esteve presente a amizade entre os povos, o respeito pelas diferenças, as preocupações pela paz e a solidariedade internacionalista.

Aqui esteve o grande Partido da esquerda que levanta bem alto os valores da esquerda, os valores de Abril e que tem por horizonte o socialismo e o comunismo. Um Partido que critica e constrói, um Partido que tem um grande projecto para Portugal.

Um Partido que sai mais unido no pensamento e portanto, também na acção. Unido na audácia, na determinação e na combatividade para obter os avanços que a defesa dos interesses populares inegavelmente reclamam.

Um Partido que está seguro do papel que desempenha na sociedade portuguesa mas por isso mesmo, tudo fazendo para unir esforços, vontades, capacidades e valores democráticos que fazem a riqueza de

sua intervenção institucional, na dinamização de um amplo movimento de debate, reflexão, diálogo e acção comum com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita. Implica a dinamização da CDU, importante espaço de diálogo e de intervenção; uma persistente, ampla e qualificada comunicação do PCP com a sociedade e a constante e confiante afirmação, em todos os planos da intervenção do Partido, das suas organizações e militantes, do valor próprio das medidas propostas e do valioso projecto do Partido Comunista Português.

O nosso Partido tem uma longa, heróica e incomparável história, tem uma acção, uma presença e um papel singulares na sociedade portuguesa ao longo de 75 anos deste nosso século, tem um património de ideais, de luta, de sacrifício, de abnegação, de reflexão e de intervenção, que estruturam de forma indelével a sua identidade, a sua fisionomia e o seu projecto democrático e revolucionário.

Toda a riqueza da história, da vida e da luta do nosso Partido nunca caberá nas análises e evocações – passadas, presentes e futuras – que lhe sejam dedicadas, por mais inspiradas que sejam.

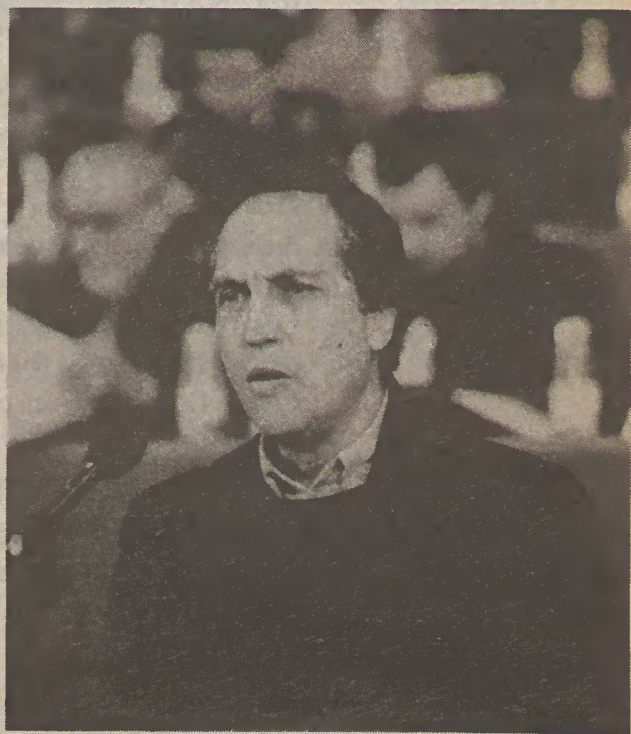
Além do mais, porque a história, a vida e a luta do nosso Partido, integrando naturalmente grandes ideias, valores e experiências em que todos nos reconhecemos, não podem deixar de integrar também esse mundo dificilmente reproduzível dos sentimentos, da sensibilidade, do olhar e do imaginário, próprios de cada homem e cada mulher que ajudou, ajuda e ajudará a construir essa história, essa vida e essa luta e que viveu, vive e viverá este grande e apaixonante empreendimento humano que é o PCP.

Sem os comunistas, sem os homens e mulheres concretos, que em cada época integram as fileiras do Partido e com o seu pensamento, trabalho e esforço asseguram a sua vida e a sua luta, até o mais brilhante património acabaria por ficar como uma recordação certamente inescusável mas terrivelmente próxima de uma atormentada saudade.

Mas também seria um absurdo directamente conducente à ineficácia e à derrota que os comunistas que em cada época fazem o seu Partido, se esquecessem de que aquilo que cada um de nós é hoje não pode ser separável da história, da luta e do património acumulado do Partido ou perdessem de vista que não há nenhuma contradição entre queremos soberanamente deixar a nossa própria marca e assumir plenamente as nossas responsabilidades no percurso do nosso Partido e sabermos ao mesmo tempo, que o Partido começou e viveu muito antes de nós e continuará e viverá muito depois de nós.

O maior dever de cada um e de todos nós, o maior dever dos comunistas de hoje é sem dúvida o de darem o melhor da sua capacidade, das suas energias, da sua reflexão e do empenhamento para, com confiança, prosseguirem renovadamente a luta pelas grandes e nobres causas que são a razão de ser do nosso Partido.

Mas a maior grandeza talvez possa estar em, sem nenhum apagamento do nosso papel e das nossas responsabilidades, sempre encontramos razões de confiança e de estímulo no esforço das gerações de comu-



Na base das orientações definidas por todos, o nosso Partido sai deste Congresso com direcções seguras, unido, combativo e confiante.

E com os trabalhadores, o povo e a juventude prosseguirá a luta pela defesa do aparelho produtivo nacional, pelo emprego com direitos, pela segurança social, pelos salários e reformas dignas.

Proseguirá a luta contra a acentuação das desigualdades e as exclusões sociais.

Proseguirá a luta contra a desresponsabilização do Estado na saúde, no ensino e na habitação.

Proseguirá a luta com a juventude, com a JCP, a juventude do PCP, por um ensino de qualidade, pelas saídas profissionais, por um futuro de esperança e de progresso.

Proseguirá a luta com as mulheres pela sua intervenção em igualdade e tudo faremos para que sejam aprovadas as alterações à lei sobre a interrupção voluntária da gravidez. Continuaremos firmemente a dizer não à hipocrisia.

Ao contrário de outros não meteremos o socialismo na gaveta, não meteremos o referendo sobre a moeda única na gaveta, não meteremos a lei das 40 horas na gaveta, nunca meteremos as promessas na gaveta.

Nós não temos um discurso em função das plateias. Dizemos a verdade ao povo e ao país e honramos os nossos compromissos.

Mas será de estranhar, camaradas, que um partido mesmo com o protector nome de socialista que venera os critérios de Maastricht, a bolsa e as oligarquias se desloque a Nova Iorque à Cimeira da Internacional Socialista acompanhado não com sindicalistas ou membros das associações de trabalhadores mas na companhia dos grandes senhores da banca e da finança?

Será de estranhar assim que um partido mesmo com o protector nome de socialista elabore um Orçamento de Estado que tem os protestos dos trabalhadores da Função Pública, dos reformados, dos agricultores, dos estudantes e professores, dos pequenos comerciantes e empresários e que tenha o elogio dos expoentes do grande capital.

Não. Não é de estranhar e por isso este governo e esta política terão o nosso claro e firme combate nas instituições e fora delas.

Uma política de direita, um Orçamento de Estado estruturalmente de direita só poderá ser realizado por um partido da direita, os tais que são designados como os protagonistas do PS. Magnífico protagonismo!

Creio que vós estais de acordo que o PCP nunca tenha tais protagonismos e que rejeite sempre tais elogios, honrarias ou lisonjas.

Firmes nas nossas convicções e no nosso ideário nunca fecharemos nem nunca nos deixaremos enclausurar por aqueles que nos silenciam, deturpam ou caluniam porque temos as raízes no povo e nas suas aspirações mais profundas porque estaremos sempre abertos para a reflexão crítica e para o estímulo que podemos encontrar no diálogo e no debate com concepções e pontos de vista diferentes.

Este é o Partido que não vira as costas perante as dificuldades, mas que com energia e empenho estará sempre presente na defesa dos humilhados, dos ofendidos e dos explorados.

Este grande colectivo é um grande colectivo de homens, mulheres e jovens que têm a coragem de enfrentar as dificuldades, a vontade de dar testemunho, de construir e rasgar novos horizontes de esperança e de mudança, de transformação e de progresso.

Estamos voltados para a frente e para o futuro, para avançarmos e aumentarmos a nossa influência. Estamos hoje como estivemos ontem e como estaremos amanhã, ao serviço do povo e do país, com determinação, serenidade e confiança, porque esta é a razão de ser do Partido da esperança e da verdade, o Partido Comunista Português.

Nós, homens, mulheres e jovens do século XX à beira do século XXI, abnegados defensores da liberdade, fundadores do regime democrático, empenhados nas causas mais generosas, sabemos que vale a pena lutar, em defesa de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária, sabemos que vale a pena lutar por um projecto humanista de transformação social, pelo socialismo, pelo povo, por Portugal.

Viva o XV Congresso!

Viva a Juventude Comunista Portuguesa!

Viva o Partido Comunista Português!



um projecto político que esteja à altura dos desafios com que Portugal e os portugueses estão confrontados à beira do século XXI.

Um Partido que se renova e se reforça, orgulhoso do que vale, mas por isso mesmo distante de qualquer atitude de arrogância ou de jactância.

Um Partido que reafirma a sua identidade e que por isso mesmo aberto à vida e às mutações, busca e buscará revolucionariamente as respostas que as situações exigem.

O reforço do PCP e a construção de uma alternativa, como se afirma na Resolução Política, e importa sublinhá-lo, implica um persistente e audacioso trabalho na sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, na sua organização, iniciativa e a acção políticas, na

nistas que nos precederam e de, vendo mais longe, que as nossas responsabilidades actuais e vendo mais longe, que as nossas próprias vidas, confiarmos, confiarmos sincera e verdadeiramente, nas novas gerações de comunistas que, depois de nós farão singrar a vida, a luta e o projecto do PCP através do século XXI.

Elegemos um novo Comité Central e uma nova Direcção, em que se procurou o rejuvenescimento, a renovação e uma maior participação das mulheres.

Creio que esta é uma direcção necessária.

O rejuvenescimento e a renovação tendo em conta o fluir das novas realidades prosseguirá, com respeito pela nossa identidade, para que o Partido avance e se reforce.

A eleição do Comité Central e dos seus organismos executivos

No Congresso foi eleito o Comité Central do Partido, na base de uma proposta aprovada pelo CC cessante e apresentada aos delegados por Luísa Araújo (intervenção de que publicamos neste «Avante!» alguns excertos).

A eleição do CC foi feita em sessão reservada, apenas com a participação dos delegados, ao princípio da noite de sábado. O Congresso decidiu, com seis votos contra e quatro abstenções, que a eleição se processasse por braço levantado, e não por voto secreto. O Comité Central foi eleito por maioria, com um voto contra e 36 abstenções.

Na sua primeira reunião, que teve lugar, ainda sábado à noite, no

Centro de Trabalho do Partido na Avenida da Boavista, o Comité Central elegeu os seus organismos executivos: a Comissão Política do CC foi eleita por maioria, com duas abstenções; o Secretariado do CC foi eleito por maioria, com uma abstenção; a Comissão Central de Controlo foi eleita por maioria, com duas abstenções; para secretário-geral do Partido foi eleito, por unanimidade, o camarada Carlos Carvalhas, que entendeu não votar nesta eleição. Divulgamos nestas páginas a composição do CC e dos seus organismos executivos. Os nomes dos camaradas que foram eleitos pela primeira vez para o Comité Central estão destacados em **itálico**, e as suas biografias a negro.

Membros do Comité Central

Abílio Dias Fernandes

Economista. 58 anos de idade. Membro do Partido desde 1976. Participou nas lutas estudantis de 1962 e no Congresso da Oposição Democrática, em 1973. É Presidente da Câmara Municipal de Évora. Faz parte do Secretariado do Congresso do Alentejo. É membro da Direcção Nacional da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Foi membro da Comissão Distrital de Évora. É membro da Comissão Concelhia de Évora e do Executivo da DOR Évora. Eleito membro suplente do Comité Central no XII e XIV Congressos.

Adelino Pereira da Silva

Operário metalúrgico. 57 anos de idade. Membro do Partido desde 1956 e Funcionário do Partido desde 1959. Após a sua funcionalização, passou a colaborador do Comité Central. Em 1962, fez parte do Comité Local de Lisboa, sendo responsável pelas organizações das zonas Oriental e Ocidental. 7 anos de prisão. Após o 25 de Abril tem realizado tarefas ligadas aos organismos executivos do Comité Central. Eleito membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

Adília Maria Prates Candelas Grilo

Operária têxtil. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Foi Funcionária do Partido de 1983 a 1988. Trabalhou na Renata Confeccões. Actualmente trabalha na Norporte Confeccões, Alhos Vedros. É membro da Célula da empresa. É membro da Comissão Concelhia de Palmela. Eleita na Assembleia Municipal de Palmela.

Agostinho de Azevedo Ferreira Lopes

Engenheiro. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1968 e funcionário do Partido desde 1974. Participou na organização e lutas académicas de 1968/69. Participou nas lutas da Oposição Democrática (68/72). Participou na movimentação dos Professores (GEPES) de 70/74. Foi membro do Executivo da DOR Norte e do Executivo e Secretariado da DOR Trás-os-Montes. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo no X, XI, XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central desde Dezembro de 1988 e do Secretariado do CC desde 1992. Membro do Conselho Nacional.

Albano Freire Nunes

Intelectual. 55 anos de idade. Membro do Partido desde 1962 e funcionário do Partido desde 1965. Foi dirigente do movimento estudantil, tendo desempenhado o cargo de secretário geral das Reuniões Inter-Associações entre 1962 e 1964. Foi expulso da Universidade de Lisboa. Foi membro das Organizações Estudantis do PCP e, quando se fundou a UEC, passou a membro do seu Executivo. Membro da DORL de 1973 a 1975. Responsável pela Secção Internacional desde Janeiro de 1976. Cooptado para o Comité Central em Maio de 1974. Eleito membro suplente no VIII Congresso e membro efectivo no IX, X, XII e XIV Congressos. É membro do Secretariado do CC desde Dezembro de 1988. Membro do Conselho Nacional.

Alberto Jaime Marques Midões

Cirurgião. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1978. Foi cabeça de lista às eleições autárquicas no Concelho de Viana do Castelo. Foi membro da Assembleia Municipal de Póvoa do Varzim de 1989 a 1993. Foi membro da Comissão Concelhia da Póvoa do Varzim. É membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo. É membro da DOR Viana do Castelo.

Alexandre Cortes Rodrigues

Empregado de Hotelaria. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1979 e Funcionário do Partido desde 1980. Fez parte da Direcção do Sindicato dos trabalhadores da Hotelaria do Sul e Ilhas entre 1977 e 1978. Fez parte da Comissão Concelhia de Évora e da Comissão Distrital e da DOR Portalegre. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da DOR Évora. É responsável pelas Organizações Concelhias de Mourão, Reguengos de Monsaraz e Estremoz. Responsável pelo Trabalho Sindical na OR Évora. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Alexandre Teixeira

Operário Metalúrgico. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1984. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Sorefame e do Secretariado do Conselho de Trabalhadores da Amadora. Foi membro da Comissão Concelhia da Amadora. É membro da Direcção da Cidade de Lisboa e do Executivo da DOR Lisboa. É responsável pelo Sector Público da ORLisboa. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

Álvaro Cunhal

Licenciado em Direito. 83 anos de idade. Membro do Partido desde 1931 e Funcionário do Partido desde 1935. Secretário-Geral das Juventudes Comunistas em 1935/38. Membro do Comité Central desde 1936. 12 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (1960). Ministro sem pasta nos I, II, III e IV Governos Provisórios depois do 25 de Abril. Eleito deputado à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República em 1975, 1979, 1980, 1985 e 1987. Membro do Conselho de Estado de 1982 a 1992. Foi membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e da Comissão Executiva Nacional. Foi Secretário-Geral do Partido desde 1961 até 1992. É Presidente do Conselho Nacional.

Amândio Freitas

Agricultor. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Dirigente da CNA. Presidente da Federação dos Agricultores do distrito de Santarém. Presidente da Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. Presidente da Casa do Benfica em Benfica do Ribatejo. É membro do Executivo da DOR Santarém. É membro da Comissão Junto do Comité Central para as Questões da Agricultura.

Amélia Lopes

Operária da Grundig. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1981. Membro da DOR Braga e responsável pela célula do complexo da Grundig/Blaupunkt. Membro da Coordenadora das ORTs do complexo da Grundig/Blaupunkt. Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte. Membro da Comissão Executiva da US Braga e do Conselho Nacional da CGTP.

Américo Augusto de Oliveira Costa

Empregado. 53 anos de idade. Membro do Partido desde 1970 e Funcionário do Partido desde 1977. Antes do 25 de Abril. Participou no MDP/CDE, nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 e esteve ligado à actividade sindical, nomeadamente do Sindicato de Propaganda Médica. Depois do 25 de Abril desenvolveu várias tarefas ligadas ao sector sindical. Fez parte do Comité Local de Lisboa e da Organização Regional de Lisboa. Foi membro da Comissão Distrital de Aveiro e da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral. Actualmente, é membro do Organismo Sindical Central. É membro da Assembleia Municipal do Seixal. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Ana Benedita Ramos Caro

Operária agrícola. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionária do Partido desde 1975. Teve uma activa participação no processo da Reforma Agrária e na luta em sua defesa. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amareleja. Foi membro da Comissão Distrital de Beja e do Executivo da DOR Alentejo. É Vereadora na Câmara Municipal de Moura. É membro do Executivo da DOR de Beja. Eleita membro suplente do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

Ana Paula Henriques

Empregada. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionária do Partido desde 1975. Pertenceu ao Movimento da Juventude Trabalhadora em 1974. Foi membro da célula da ex-Fábrica Militar de Braço de Prata, da Comissão de Freguesia de Marvila. Foi responsável pelo Sector de Hotelaria da ORLisboa. Foi responsável do Sector de Transportes da ORL. É membro do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa, sendo responsável pelos Sectores dos Bancários e Seguros. É membro da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Eleita membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

António Baptista Cordeiro

Operário. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Pertenceu à Célula da freguesia de Campolide e foi responsável por várias organizações da Organização Local de Lisboa e pela Organização Concelhia da Amadora. Foi membro do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. É membro do Executivo da DOR Lisboa. Actualmente é responsável pela Comissão Concelhia de Sintra. É membro da Assembleia Municipal de Sintra. Eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos e membro efectivo no XIV Congresso.

António da Concelção Andrez

Empregado. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi membro da Assembleia do MFA e da Comissão Dinamizadora de Associativismo de Praças da Armada. Foi responsável pela organização concelhia da Amadora, do Sector dos Transportes da Organização Local de Lisboa e da Direcção da Cidade de Lisboa. É responsável pela Organização Concelhia de Loures. Foi membro da Assembleia Municipal da Amadora entre 1980-1985 e da Assembleia Municipal de Lisboa 1980-1993. É membro da Comissão Distrital, do Executivo e do Secretariado da DORL. Cooptado como membro suplente do Comité Central em 1981 e eleito membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

António das Dores Banza

Operário Mineiro. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1977. Foi membro da UJC de 1975 a 1977. É membro da Assembleia Municipal de Aljustrel. É dirigente do Sindicato Nacional do Sector Mineiro e membro da Comissão de Trabalhadores da Pirites Alentejanas. Membro da Comissão Concelhia de Aljustrel.

António Fernando Ribeiro Mendes

Operário. 40 anos de idade. Membro do Partido de 1976 e Funcionário do Partido desde 1980. Responsável pelo trabalho autárquico no distrito de Vila Real. É responsável por várias organizações concelhias, nomeadamente Chaves. Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Vila Real.

António Filipe Rodrigues

Jurista. 33 anos. Membro do Partido desde 1983. Membro da UEC desde 1975 e da JCP desde 1979. Participou no movimento associativo na Escola Secundária da Amadora. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa entre 1982 e 1984 e da respectiva Assembleia de Representantes entre 1982 e 1985. Integrou a Direcção do Conselho Nacional da Juventude em 1988. Foi membro do Secretariado, do Executivo e da Direcção Nacional da JCP. É deputado da Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal da Amadora. É membro da Direcção do Sector Intelectual da OR Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

António Jorge Filipe

Empregado. 38 anos de idade. Membro do Partido desde 1977 e Funcionário do Partido desde 1977. Pertenceu às Comissões Concelhias de Gaia, Santo Tirso e Maia. Foi responsável pelos organismos do Sector de Serviços da ORPorto e organismos sindicais. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Gondomar e Área Administrativa e financeira da DOR Porto. É membro do Secretariado Permanente da DORP. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes

Empregado. 49 anos de idade. Membro do partido desde 1969 e Funcionário do Partido desde 1972. Em 1972, dirigiu as organizações do Partido de Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada. Em 1973, já na clandestinidade, foi membro do Comité Regional das Beiras, onde se manteve até Agosto de 1974, altura em que passou a trabalhar no Minho. Foi membro da DOR Norte, do Executivo e do Secretariado da DOR Minho. Actualmente é responsável pela ligação da Comissão Política às Organizações Regionais de Braga, Bragança, Viana e Vila Real. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos VIII, IX, X, XII e XIV Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central entre 1983 e 1988 e membro efectivo de 1988 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

António Joaquim Gervásio

Operário agrícola. 69 anos de idade. Membro do Partido desde 1945 e funcionário do Partido desde 1952. Foi membro dos Comités Regionais do Alentejo, da Margem Sul, de Lisboa e do Alto Ribatejo e Oeste. Cinco anos e meio de prisão. Participou na fuga de Caxias (1961). De 1974 a 1988 foi membro da DOR Alentejo. Entre 1988 e 1990 foi responsável pela OR da Beira Interior. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Castelo Branco, e foi responsável pela respectiva organização. É membro da DOR Évora. Membro do Comité Central desde 1963. Membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Conselho Nacional de 1992 a 1994.

António José Rodrigues Vitória

Empregado de Escritório. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1977 e Funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da JCP. Pertenceu à Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Beja. Foi fundador da Associação Recreativa e Cultural "Zona Azul". Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Distrital de Beja da DOR Alentejo. É membro da Assembleia Municipal de Beja. É membro do Secretariado da DOR Beja e responsável pela respectiva Organização Regional. Eleito membro suplente do Comité Central no XII e membro efectivo no XIV Congresso. Membro do Conselho Nacional.

António Licínio de Carvalho

Operário canalizador. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Funcionário do Partido. Participou em acções da Oposição Democrática antes do 25 de Abril. Pertenceu aos Organismos Executivos da Direcção Nacional do MJT e depois da UJC. Fez parte dos Secretariados das Comissões Concelhias de Oeiras e da Amadora e do Organismo de Direcção da Zona Ocidental da ORLisboa. É membro do Secretariado da Direcção da Festa do "Avante!". Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

António Luís Grilo Foito

Operário. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1976. Trabalhou na empresa Siemens, onde foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores. Foi vereador na Câmara Municipal de Évora. Reformado do Poder Local a trabalhar a tempo inteiro para o Partido. É membro da Comissão Concelhia de Évora. Membro do Executivo e Secretariado da DOR Évora. Responsável pela Organização concelhia de Portel e pelo Sector Operário no Concelho de Évora.

António Manuel dos Santos Salavessa

Empregado de Escritório. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1970 e Funcionário do Partido desde 1975. Participou em lutas estudantis entre 1969 e 1970 no Instituto Comercial de Lisboa. Foi activista da Associação de Originários de Portugal em França e colaborador da publicação "O Imigrado Português". Fez parte das Comissões Distritais de Castelo Branco, Guarda e Aveiro e do Secretariado da DOR Beira Litoral. Actualmente é membro da Comissão Executiva e do Secretariado da DOR Aveiro, sendo responsável pela respectiva Organização Regional. Faz parte da Comissão Junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias. Membro da Assembleia Municipal de Aveiro. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso. Membro do Conselho Nacional.

António Oliveira Alves

Bancário. 48 anos de idade. Membro do Conselho Geral e do Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte, Coordenador da Comissão Sindical Norte do Banco Borges e Irmão. É membro do Organismo de Direcção dos Bancários do Porto do PCP e da DOR Porto. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

António Ramos Cardoso

Operário Têxtil. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na empresa NINAFIL. Foi membro do Executivo da Comissão Distrital de Castelo Branco e do Secretariado da DOR Beira Interior. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia da Covilhã. É membro do Executivo da DOR Castelo Branco. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

António Rodrigues

Empregado. 43 anos de idade. Membro do Partido desde Janeiro de 1975 e Funcionário do Partido desde Março de 1978. Tem tido tarefas a nível central. É actualmente responsável pelo Gabinete de Imprensa do PCP.

António Simões de Abreu

Engenheiro. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1969 e Funcionário do Partido desde 1974. Participou no Movimento Estudantil e na fundação da UEC. De 1969 a 1973, foi activista e dirigente da Oposição Democrática. Após o 25 de Abril foi responsável pelo Sector Intelectual e por diversas organizações concelhias e frentes de trabalho na Organização Regional do distrito do Porto. Foi membro da DOR Norte. Actualmente é vereador na Câmara Municipal de Lisboa. Membro da DOR Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII, IX e X Congressos e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Central de Controlo.

Armando C. Morais de Oliveira

Operário Metalúrgico. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1963 e Funcionário do Partido desde 1970. Foi responsável pela zona de Vila Franca de Xira, fazendo parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo. Membro do Comité Local de Lisboa (1970-74). Após o 25 de Abril foi membro da DOR Lisboa e DORs Beiras. Foi membro do Executivo da DOR Beira Interior. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro da Assembleia Municipal da Guarda. Actualmente é responsável pelas Organizações Regionais da Guarda e de Castelo Branco. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Membro do Conselho Nacional.

Armando Rodrigues

Operário da Construção Civil. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1979. Fez parte da Comissão de Freguesia de Benfica do Ribatejo e da Comissão Concelhia de Almeirim. Eleito na Assembleia Municipal de Conche. Foi responsável pela Organização Concelhia de Almeirim. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Santarém. Actualmente é responsável pelas organizações concelhias de Salvaterra de Magos, Benavente e Conche. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Armando da Silva Carvalho

Agricultor. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1975. Fez parte da Comissão Concelhia de Amarante e da Comissão Distrital do Porto. Participou nos movimentos e lutas dos agricultores, pastores e camponeses dos Baldios de transmontanos e durienses. É membro da Comissão junto do Comité Central para as Questões da Agricultura. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

Arménio Horácio Alves Carlos

Electricista. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1977. Pertenceu à Sub-Comissão de Trabalhadores da Carris - Cabo Ruivo, e à Célula da Carris. Foi Coordenador do Sindicato dos Transportes Colectivos e Urbanos do Distrito de Lisboa. É Coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa. É membro da Comissão Executiva da FESTRU. É membro do Executivo do Sector dos Transportes da Organização Regional de Lisboa. É membro da DORL. É membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Armindo Pinhão

Intellectual. Professor. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1973. É membro do Executivo da DOR Santarém. Foi Presidente da Câmara Municipal de Alparça de 1983 a 1993. Presidente da Assembleia Municipal de Alparça. Faz parte da Comissão Executiva da Região de Turismo do Ribatejo. É membro da Comissão junto do CC para as Questões do Turismo.

Armindo dos Santos Miranda

Bancário. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1977 e Funcionário do Partido desde 1981. Foi activista sindical no âmbito do Sindicato do Comércio do Distrito de Setúbal. Pertenceu ao Organismo de Direcção dos Bancários da ORL e à Comissão Concelhia de Cascais e de Oeiras. Foi membro da DORL e do seu Executivo. É membro do Secretariado da DO da Região Autónoma da Madeira e responsável pela respectiva Organização. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso. Membro do Conselho Nacional.

Artur José Vidal Pinto

Operário. 50 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1978. Foi membro do Secretariado de Célula da PETROGAL (Porto), da Comissão de Trabalhadores e da Comissão Intersindical da empresa. Foi membro da DOR Norte e do Executivo e do Secretariado da DOR Porto. Foi membro do Executivo e Secretariado da DOR Beira Litoral e responsável pela Organização Distrital de Aveiro entre 1984 e 1988. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII congresso e membro efectivo nos IX, X, XII e XIV Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central, de Dezembro de 1983 a Dezembro de 1988. Foi membro do Secretariado do Comité Central, da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro do Secretariado da DOR Porto.

Aurélio Monteiro dos Santos

Intellectual. 66 anos de idade. Membro do Partido desde 1955 e Funcionário do Partido desde 1957. Foi dirigente associativo estudantil (1950-53) e activista e dirigente do MUD Juvenil (1951-1957). Foi director da Rádio Portugal Livre de 1963 a 1974. Responsável pela Secção Internacional em 1974/75. Fez parte da Comissão de Programas da RTP em 1974 e foi membro do Conselho de Imprensa de 1976 a 1979. Responsável pela Secção de Informação e Propaganda do Comité Central, de 1976 a 1984. Foi membro da DOR Lisboa e do Executivo da DORL e responsável pelo Sector de Artes e Letras da ORL, de 1984 a 1988. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VI Congresso (1965) e membro efectivo nos VIII, IX, X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Central de Controlo.

Bernardina Lúcia Sebastião

Operária. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionária do Partido desde 1980. Foi membro da UJC sendo sua Funçãoária de 1976 a 1980. Em 1976-77 foi responsável da UJC no distrito de Beja e no Distrito de Évora nos anos de 1978-79. Foi membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC. Foi do Executivo e do Secretariado da DOR Alentejo. Foi responsável pelas Organizações Distritais de Beja e de Évora. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Portalegre, e foi responsável pela respectiva organização. É membro do Secretariado da DOR Beja. Eleita membro efectivo do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central de 1983 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Conselho Nacional.

Branca Maria da Cruz Carvalho

Empregada. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1972 e Funcionária do Partido desde 1973. Participou na luta democrática e das mulheres portuguesas. Trabalhou numa tipografia clandestina. Após o 25 de Abril desenvolveu a sua actividade partidária no distrito de Beja. Em 1979 é transferida para o Minho, sendo do Executivo e do Secretariado da DOR Minho. Actualmente é membro do Executivo e Secretariado da DOR Viana do Castelo. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

Carlos Alberto Cardoso Mendes Grilo

Empregado. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi activista sindical entre 1968 e 1977. Foi delegado e da Comissão Sindical do Banco Totta & Azevedo entre 1973 e 1976. Participou nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 integrado na CDE. De 1975 a 1977 foi membro do Organismo Sindical dos Bancários. Foi membro do Comité Local de Lisboa e responsável pelas organizações dos Sectores de Seguros, Bancários e Transportes. É responsável pelo Sector de Saúde da ORL e membro do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Economista. 54 anos de idade. Membro do Partido desde 1969. Participou no Movimento Estudantil nas campanhas eleitorais de 1965, 1969 e 1973. Foi fundador do Conselho Português para a Paz e Cooperação e integra a sua Presidência. De 1969 a 1974 colabou estreitamente com o Movimento Sindical. Após o 25 de Abril, foi Secretário de Estado do Trabalho em 5 Governos Provisórios. Foi candidato apresentado pelo PCP às Eleições Presidenciais de 1990. Foi deputado do Parlamento Europeu e Deputado do Conselho da Europa (onde foi Presidente do Grupo Comunista). Foi deputado à UEO. É deputado à Assembleia da República. Foi membro da Comissão junto do Comité Central para as actividades económicas e Director da Revista "EC - Economia - Questões Económicas e Sociais". Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII e IX Congressos e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Membro do Conselho Nacional. Eleito Secretário-Geral Adjunto em Maio de 1990. Eleito Secretário-Geral do Partido em Dezembro 1992, aquando do XIV Congresso.

Carlos Alberto Vaz Chaparro

Empregado de Balcão. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Pertenceu à Comissão de Freguesia de S. Nicolau. Pertenceu à Comissão de Moradores da Freguesia de S. Nicolau e à Coordenadora das Comissões de Moradores de Lisboa. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector de Hotelaria, do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. Foi responsável pela Organização Concelhia de Oeiras. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia da Amadora. É membro do Executivo da DOR Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Carlos Alfredo de Brito

Empregado. 63 anos de idade. Membro do Partido desde 1953 e Funcionário do Partido desde 1955. Foi activista do MUD Juvenil. 8 anos e meio de prisão. Evadiu-se da Cadeia do Aljube em 1957. Foi responsável pela DOR Lisboa antes e depois do 25 de Abril. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, sendo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido, entre 1976 e 1991. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições Presidenciais de 1980. Membro do Comité Central desde 1967. Foi membro da Comissão Executiva de 1990 a 1992. É Director do "Avante!". Membro da Comissão Política do Comité Central desde 1974. Membro do Conselho Nacional.

Carlos Alberto Mendonça Rabaçal

Professor de Educação Física. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1989. Foi Funcionário da JCP de 1978 a 1989. Foi membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP e dos seus organismos Executivos. Foi dirigente associativo do Ensino Superior, tendo participado nas lutas académicas de 1974 a 1977. Foi membro da Assembleia Geral e da Direcção do Conselho Nacional da Juventude. Membro da Assembleia Municipal de Cascais. Foi membro da Comissão junto do CC para os problemas da Juventude Membro da Comissão Nacional de Autarquias e do GTAL. Responsável pelos Grupos de Estudo junto do Comité Central para a Política Desportiva e para os Problemas do Movimento Associativo. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

Carlos Campos Rodrigues Costa

Intellectual. 68 anos de idade. Membro do Partido desde 1943 e Funcionário do Partido desde 1951. Foi membro do MUD Juvenil desde o seu início, foi membro da sua Comissão Central e Funcionário. Pertenceu ao Comité Local de Fafe (1948). Foi responsável pela Organização do Algarve. Em 1961, chamado ao trabalho do Secretariado do Comité Central. Foi responsável pela DOR Lisboa e pela Juventude. Foi responsável pela DOR Norte. Cerca de 15 anos de prisão. Participou na fuga de Peniche (1960). Membro do Comité Central desde 1960. Membro do Secretariado do Comité Central de 1975 a 1990 e da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. É membro da Comissão Central de Controlo. Membro do Conselho Nacional.

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho

Empregado de Escritório. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi membro da União dos Estudantes Comunistas (UEC), antes do 25 de Abril. Foi membro do Secretariado Distrital de Setúbal do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e, mais tarde, da União da Juventude Comunista (UJC). Foi membro do Executivo e Secretariado da Comissão Concelhia do Barreiro, tendo sido responsável pela organização respectiva de 1982 a 1985. É eleito na Assembleia Municipal do Barreiro. É membro do Secretariado, do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. É responsável pela Frente de Trabalho das Autarquias e Juventude. Membro da Comissão Junto do CC para o Trabalho nas Autarquias e à Comissão Junto do CC para as Questões de Juventude. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Carlos Abaim Inglez

Intellectual. 66 anos de idade. Membro do Partido desde 1946 e Funcionário do Partido desde 1953. Foi dirigente académico, do MUD Juvenil, do Movimento da Paz e do Sector Intellectual. 10 anos de prisão. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Lisboa, de 1975 a 1986, sendo responsável do Sector Intellectual. Foi deputado à Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Desempenhou tarefas na área das relações internacionais do PCP de 1968 a 1976 e é membro da Secção Internacional desde 1990. Membro suplente do Comité Central de 1958 a 1974 e membro efectivo desde 1974. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. É membro da Comissão Central de Controlo.

Carlos Luís Figueira

Empregado. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1964 e Funcionário do Partido desde 1968. Realizou trabalho junto da emigração na Bélgica (de 1964 a 1967). Foi membro do Comité Local do Porto de 1968 a 1971. Foi responsável pelo Comité Regional das Beiras e membro da DOR Norte. Foi membro da DORs Beiras. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Algarve sendo o responsável da respectiva Organização Regional. É o responsável da Comissão junto do CC para as questões da Pesca e da Comissão Nacional de Turismo. Foi cooptado para membro suplente do Comité Central em Maio de 1974. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro da Comissão Política de Dezembro de 1988 a Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Carlos Manuel Coelho Gonçalves Santana

Empregado. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionário do Partido desde 1973. Foi activista da Oposição Democrática antes do 25 de Abril e do Movimento da Juventude Trabalhadora. Integrou o Grupo de Teatro de Campolide. Depois do 25 de Abril de 1974, integrou diversas estruturas do MFA. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Organização da Região Autónoma da Madeira. Tem desempenhado tarefas a nível central. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Carlos Manuel Guerra Fraião

Advogado. 48 anos de idade. Membro do partido desde 1970 e foi Funcionário do Partido de 1974 a 1992. Foi Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra em 1970-1971. Participou na fundação da UEC e foi dirigente das greves e lutas estudantis de 1971-72 em Coimbra. Pertenceu ao Executivo da Comissão Nacional do Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973. É membro da Assembleia Municipal de Coimbra. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Beira Litoral. Entre 1989 e 1993 foi o responsável pela Organização Regional de Coimbra. Actualmente é membro do Executivo da DOR Coimbra. Eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central entre Dezembro de 1988 e Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992.

Célia Maria Portela da Silva

Operária. 24 anos de idade. Membro do Partido desde 1992. Membro da JCP. Dirigente do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa. Antes de ser dirigente sindical trabalhou na Cablesa, na Panisol e como ajudante de cozinha da MacDonald's. Foi eleita para o Conselho Nacional da CGTP-IN no 7º Congresso (1993) e reeleita no 8º Congresso (1996). É da Direcção Nacional da Interjuvem e responsável pelo trabalho de juventude em Lisboa. Em Março/96, integrou a Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Lisboa e faz parte do seu executivo. Pertence à célula dos dirigentes sindicais da USL/Sector Sindical da ORL. É membro da DOR Lisboa.

Clarinda Maria de Pinho Nogueira

Empregada. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionária do Partido desde 1976. Membro da UEC desde 1974. Foi responsável pelas Células da Câmara Municipal de Lisboa, da EPAL, pelo Sector Público da ORL entre 1980 e 1990 e pelos sectores Bancários e Seguros da ORL de 1990 a 1995. Actualmente é responsável pelo Sector de Empresas do Concelho de Sintra. Foi membro do Executivo e Secretariado da Organização da Cidade de Lisboa. Membro do Executivo e Secretariado da Comissão Concelhia de Sintra. É membro da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

Daniel dos Reis Branco

Engenheiro Técnico. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1975. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil e fez parte do núcleo socioprofissional nas eleições de 1969 e 1973, na Mague, pela CDE. Foi dirigente de colectivas de cultura e recreio. Foi membro da Célula da Mague. Foi fundador, vice-presidente do Conselho Directivo e actual membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses. É Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Presidente da Junta Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa. É membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. É membro da Comissão Nacional de Autarquias e GTAL. É membro da DOR Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Deolinda Ribeiro

Operária. 25 anos de idade. Membro do Partido desde 1994. Trabalha na empresa Yazaki Saltano. É membro da Direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas, da Interjuvem e do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da Direcção Nacional da JCP e da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP.

Diamantino José Dias

Operário Metalúrgico. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo e membro da C.T. da empresa "Batista Russo". Foi Presidente da Assembleia Municipal de Vendas Novas. Foi membro da Comissão Concelhia de Vendas Novas. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Alentejo e responsável pelas Comissões Distritais

de Évora e de Portalegre. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da DOR Évora. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos.

Domingos Abrantes Ferreira

Operário. 60 anos de idade. Membro do Partido desde 1954 e Funcionário do Partido desde 1956. Foi Funcionário do MUD Juvenil. Pertenceu à sua Comissão Central. Foi membro do Comité Local de Lisboa, da DOR Setúbal e responsável pela Organização do Partido no Sul. Após o 25 de Abril foi membro da DOR Lisboa. 11 anos de prisão. Participou na fuga de Caxias (1961). Foi deputado à Assembleia da República de 1976 a 1991. Foi membro Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Comité Central desde 1963. É membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Domingos Martins Morim Lopes

Licenciado. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1973. Funcionário do Partido desde 1975. Participou nas lutas estudantis de Coimbra nos anos de 1968/71. Em 1970 foi eleito para a Direcção da Associação Académica de Coimbra. Em 1971 foi preso pela PIDE e expulso da Faculdade de Direito. De 1972 a 1974 participou nas lutas estudantis de Lisboa. Participou activamente no MDP/CDE, em Lisboa nos anos de 1972/74. Foi eleito membro da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi membro da Direcção da União Nacional dos Estudantes Portugueses. Membro eleito para o Senado Universitário depois do 25 de Abril. É membro da Secção Internacional. Foi representante do Partido na Revista Internacional. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

Edgar Maciel Almeida Correia

Engenheiro. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1965 e Funcionário do Partido desde 1971. Participou activamente no movimento associativo estudantil do Porto e movimento democrático contra a ditadura fascista. Membro da DOR Norte em 1971, passou a integrar em 1973 a DOR Sul. Em 1974 passou a fazer parte da então constituída DOR Alentejo e Algarve. Em Junho de 1975 voltou ao Norte, como membro do Secretariado e do Executivo da DOR Norte. Foi membro da Comissão Executiva e do Secretariado e responsável da DOR Porto. Responsável a nível central das Áreas da Educação, Ciência e Tecnologia, da Saúde e dos Assuntos Sociais. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII congresso e membro efectivo nos IX, X, XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central desde Dezembro de 1983. Membro do Conselho Nacional.

Eduardo Travassos Pereira

Motorista dos Transportes Sul do Tejo. 50 anos de idade. Membro do Partido desde Junho 1974. Membro da DOR Setúbal, da Comissão Concelhia do Seixal, do Organismo Sindical da DORS. Dirigente do Sindicato dos Rodoviários do Seixal, da Federação dos Sindicatos Rodoviários e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN.

Emílio José de Vasconcelos Pinto Ribeiro

Intellectual. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionário do Partido desde 1974. Participou nas greves académicas de 1969 (Coimbra), nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973 e foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto. Antes do 25 de Abril, realizou tarefas de apoio ao aparelho central do Partido. É membro do Secretariado Permanente da DOR Lisboa e responsável pela respectiva Organização Regional. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Eulídes Fernandes Pereira

Empregado. 55 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionário do Partido desde 1975. Em 1973/74 foi delegado sindical e membro da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do grupo empresas (Fima-Lever-Iglo) até 1975. Foi dirigente do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa. Após o 25 de Abril foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Sacavém. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP. É responsável pela Concelhia de Oeiras. É membro do Secretariado, do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos.

Eugénio Baeta Ribeiro Pisco

Operário Metalúrgico. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1970 e Funcionário do Partido desde 1975. Até Maio de 1974 pertenceu ao Secretariado de Célula da empresa onde trabalhava OGMA-ALVERCA. Fez parte da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira. Foi membro da Comissão Concelhia e Distrital de Santarém. Foi membro da DOR Oeste Ribatejo e actualmente é membro do Executivo e Secretariado da DOR Santarém. Foi eleito membro do Comité Central nos IX, X, XII e XIV Congressos.

Eufrazio Filipe Garcez José

Gestor de Recursos Humanos. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1968. Foi delegado sindical do Sindicato dos Escritórios e activista do movimento associativo. Foi Vice-Presidente da Área Metropolitana de Lisboa. É Presidente da Câmara Municipal do Seixal desde 1974, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Membro do Conselho Nacional de Cultura. Membro do Conselho de Opinião da RDP. É membro da Comissão Concelhia do Seixal. É membro da DOR Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Eulália Rosa Caeiro Miranda

Operária. 41 anos de idade. Membro do Partido e Funcionária do Partido desde 1974. Participou na campanha eleitoral de 1973. Fez parte do Movimento da Juventude Trabalhadora. Foi delegada sindical na MELKA-Évora. Foi membro da Comissão Distrital de Évora e do Executivo da DOR Alentejo. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Évora e da Comissão Coordenadora do Alentejo. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

Fernando Blanqui Teixeira

Engenheiro. 74 anos de idade. Membro do Partido desde 1944 e Funcionário do Partido desde 1948. Membro da Federação das Juventudes Comunistas em 1944 e 1945. Foi activista do Movimento Estudantil e dirigente associativo. Foi membro da DOR Lisboa em 1951 e de outros organismos de direcção regional. Membro do Comité Central desde 1952. Fez parte do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central. 10 anos de prisão. Uma evasão em 1958. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte. Foi membro da Comissão Política de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. Director de «O Militante» desde 1975. É membro do Secretariado do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Fernando Carmosino

Empregado de Escritório. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1976. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Portalegre e responsável pela respectiva Organização Regional. É o responsável pela frente de trabalho das Autarquias na OR e pela Comissão Concelhia de Nisa. É membro da Assembleia Municipal do Crato. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Fernando Filipe Esteves Vicente

Engenheiro. 55 anos de idade. Membro do Partido desde 1962. De 1962 a 1966, participou no Movimento Estudantil, tendo sido dirigente associativo no Técnico e das RIA de Lisboa. Foi expulso da Universidade de Lisboa em 1964. Pertenceu à Direcção do Sector Intellectual da ORLisboa. Pertenceu à Direcção e à Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros. Após o 25 de Abril foi Secretário de Estado da Habitação do V Governo Provisório. Foi membro do Secretariado da Célula dos Engenheiros e da Direcção do Organismo de Quadros Técnicos do Partido. Foi membro da Assembleia de Freguesia de Stª Maria dos Olivais. Actualmente é membro do Secretariado de Direcção da Festa do "Avante!". É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso e membro efectivo desde o XIV Congresso.

Filipe Leandro Martins

Journalista e Escritor. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1960 e Funcionário do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, foi co-fundador da Comissão Pró-Associação dos Liceus e participou nas lutas estudantis dos anos 60 a 64 e nas lutas anticol-

Membros do Comité Central

niais 67/68. Foi dinamizador dos Suplementos Juvenis do Diário de Lisboa e República e do movimento cineclubista. Na Bélgica, como exilado, em 1968 a 74, fez parte da Organização da Emigração e na dos Desertores. Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão Concelhia de Setúbal. Desde 1976 integra o colectivo do "Avante!". Foi subchefe da Redacção do «Avante!» desde 1986 e chefe da Redacção a partir de Dezembro de 1995. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Florêncio Cacêto

Estudante. 20 anos de idade. Membro do Partido desde 1994. Membro da JCP desde 1993 e Funcionário da JCP desde 1994. Membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Responsável pela Organização da JCP no Distrito de Évora. É membro do Executivo da DOR Évora.

Francisco Joaquim Lourenço Pereira

Operário. 39 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1978. Foi membro da Comissão Promotora do 1º Encontro de Jovens Operários Agrícolas da Zona da Reforma Agrária e da semana de luta contra o desemprego, em Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção Central da JCP. Actualmente é vereador da Câmara Municipal de Loures. É membro do Executivo da Comissão Concelhia de Loures e membro da DOR Lisboa. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X, XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Francisco José de Almeida Lopes

Operário. 41 anos de idade. Membro do Partido e Funcionário do Partido desde 1974. Participou nas actividades do Movimento Democrático em 1973. Fez parte da Célula da Applied Magnetics. De 1974 a 1977, foi chamado ao Comité Local de Lisboa. Foi membro da DOR Lisboa de Janeiro 1977 a 1988 e do seu Executivo e Secretariado de 1979 a 1988. É membro efectivo do Comité Central desde o IX Congresso. É membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Actualmente é responsável da Organização Regional de Setúbal. Membro do Conselho Nacional.

Francisco José Névoa de Melo

Director Literário. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1961. Funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Comissão Instaladora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fez parte da Direcção da Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto (UNICEPE). Pertenceu a organismos do Partido para os sectores intelectuais do Porto e Lisboa. Depois do 25 de Abril foi Director da Revista Internacional - Problemas da Paz e do Socialismo. Actualmente é Director da Revista "Vértice". É Presidente do Conselho de Administração da Editorial "Avante!". É membro do Organismo de Artes e Letras da OR Lisboa e da Comissão junto do CC para o Trabalho Ideológico e a Comunicação. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Francisco Manuel Mateus Guerreiro

Serralheiro Mecânico. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1978. Foi membro do Secretariado da Célula das Oficinas Gerais de Material do Exército e do Organismo de Direcção da 2ª Zona do Comité Local de Lisboa. A partir de 1978 passou a ter tarefas na Organização Distrital de Coimbra. Membro da Assembleia Municipal da Figueira da Foz entre 1983 e 1985. Foi membro da Comissão Concelhia da Foz e da Comissão Concelhia de Coimbra. Foi membro do Secretariado da DOR Beira Litoral. Actualmente é membro do Secretariado da DOR Coimbra. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Hélio Samorinha

Intelectual. 38 anos de idade. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1992. Foi membro da CDE em 1972. Em 1975 fez parte da Direcção Distrital do Ensino Secundário de Lisboa da UEC. É eleito na Assembleia Municipal de Loures. Membro da Comissão Concelhia de Loures, da sua Comissão Executiva e do seu Secretariado, sendo responsável pela respectiva Organização Concelhia. Membro da Comissão Distrital e do Executivo da DOR Lisboa.

Henrique José Carvalho de Sousa

Empregado. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1969 e Funcionário do Partido desde 1974. Participou na criação do MJT em 1969 tendo sido seu dirigente. Participou na luta democrática antifascista. Foi membro da DOR Norte, membro do Executivo do Secretariado da DOR Minho e da DOR Braga. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. É membro do Secretariado do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Alme de Sousa Félix

Operário. 56 anos de idade. Membro do Partido desde 1968 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi delegado à Comissão Distrital de Lisboa da CDE. Após o 25 de Abril, pertenceu ao Comité Local de Lisboa do PCP, com a responsabilidade do sector bancário e posteriormente pela zona Oriental de Lisboa. Foi membro da DOR Lisboa de 1976 a 1979. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1979 a 1988. É membro das Comissões para o Trabalho junto dos Reformados e Deficientes e membro do Organismo Sindical Central. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

Jerónimo Carvalho de Sousa

Operário metalúrgico. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Foi membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos em 1973/74. Faz parte do Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e dos corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Foi membro da Comissão Concelhia de Loures. Foi deputado à Assembleia Constituinte. Foi deputado à Assembleia da República e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar. Foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições Presidenciais em 1996. Foi membro da DOR Lisboa. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

João Alberto Garcia de Abreu

Operário da Construção Civil. 40 anos de idade. Membro do Partido e Funcionário do Partido desde 1975. Pertenceu às Comissões Concelhias da Figueira da Foz e de Seia. Foi membro das Comissões Distritais de Coimbra e da Guarda. Foi delegado sindical na firma Marsil e participou na organização da greve na construção civil em 1979. É membro do Executivo e Secretariado da DOR Guarda. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

João António Gonçalves do Amaral

Licenciado em Direito. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1967. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil na Universidade de Coimbra. Foi assessor da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Depois do 25 de Abril, ocupou nos Governos Provisórios o lugar de Chefe de Gabinete no Ministério do Trabalho e, posteriormente, na Secretaria de Estado da Estruturação Agrária. Foi chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar. É deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República. É membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. É Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e membro da Assembleia Metropolitana de Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

João António Torrinhas Paulo

Operário Metalúrgico. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1976. Foi fundador e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Alentejo, é membro do Secretariado da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e é Coordenador da Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas. Foi deputado à Assembleia da República de 1983 a 1985 e membro da Assembleia Municipal de Évora de 1976 a 1985. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

João Armando Castelo dos Santos

Empregado. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1977. Funcionário do Partido desde 1978. Entre 1975 e 1978 foi dirigente de Associações de Emigrantes. Fez

parte da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. Entre 1976 e 1977 representou o Sindicato CGT (França) na empresa GAN. Entre Out./87 e Out./88 foi membro da DORA Açores. É membro da Direcção da Associação de Pais na Escola Mouzinho da Silveira na Freguesia da Baixa da Banheira. Durante vários anos integrou a Comissão para o trabalho entre a Emigração. Actualmente é da Direcção da Organização na Emigração. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

João Carlos Dias Coelho

Empregado. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1979. Foi membro da Comissão de Moradores de Santos-o-Velho. Pertenceu ao Secretariado da Célula da Lucitef. Foi membro do Comité Local de Lisboa e dos Organismos de Direcção das 1ª e 7ª zonas. É membro do Organismo de Direcção do Sector Sindical da ORLisboa e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Responsável por áreas do trabalho sindical na ORLisboa.

João Fernando Dias Serra

Operário Agrícola. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1978. É Presidente da Junta de Freguesia de S. Saturnino - Fronteira. É da Direcção da Associação de Agricultores do Norte Alentejano. Pertence à Comissão Concelhia de Fronteira e ao Executivo e Secretariado da Direcção da Organização Regional de Portalegre. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

João Frazão

Estudante. 24 anos de idade. Membro do Partido desde 1988. Membro da JCP desde 1986 e Funcionário da JCP desde 1993. Membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

João Manuel Pinho Zagalo e Melo

Empregado de Escritório. 36 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UEC de 1974 a 1978. Pertenceu à Comissão de Freguesia do Laranjeiro em 1978/79. É membro do Executivo da DORAL. Foi responsável pelas Organizações Concelhias de Portimão e Lagoa, sendo actualmente responsável pelas Comissões Concelhias de Vila do Bispo e Aljezur, Silves e Monchique e pela Frente de Trabalho das Autarquias. É membro da Comissão Junto do CC para o Trabalho nas Autarquias. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

João Maria de Andrade Fernandes Fonseca

Empregado bancário. 57 anos de idade. Membro do Partido desde 1957 e Funcionário do Partido desde 1975. Antes do 25 de Abril participou no Movimento Democrático, Cooperativista e Sindical. Após o 25 de Abril, foi membro do Secretariado da Intersindical, em representação do Sindicato dos Bancários do Porto e participou na organização da União dos Sindicatos do Porto. É membro da DORP. É membro suplente do Comité Central desde o VIII Congresso.

João Pereira Duarte

Empregado. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi membro da Comissão Concelhia de Braga e da Comissão Distrital de Braga. Foi do Executivo e Secretariado da DOR Minho. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Viana do Castelo. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

João Silva

Mecânico de Automóveis. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Pertenceu à Célula do Partido na empresa A.M.Almeida, Lda. Foi candidato às eleições para a Assembleia da República em 1985. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa, de 1985 a 1987. É dirigente sindical desde 1975. É coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Pertence à Direcção da União dos Sindicatos de Lisboa e é membro do Secretariado da Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. É membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da DORL. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

João Torres

Empregado da EDP. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1984. Membro da Direcção da Organização da Cidade do Porto. Membro do Conselho Regional da ORPorto. Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, membro da União dos Sindicatos do Porto e do Conselho Nacional da CGTP.

Joaquim Almeida da Silva

Operário metalúrgico. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1973. Como membro da Juventude Operária Católica (JOC) foi secretário da secção de Paramos. Em 1973, participou na luta contra a direcção corporativa do Sindicato. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Toyota. Em 1974, fez parte da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Aveiro. É Presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro. É membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, sendo coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro e responsável pela ligação ao distrito de Viseu. Foi membro do Comité Regional das Beiras e da Comissão Distrital de Aveiro. É membro da Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas. Actualmente é membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Aveiro. Eleito membro suplente do C.C. no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Joaquim Jorge Ferreira

Operário. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1994. Foi dirigente do sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do distrito de Santarém, membro do Executivo da União dos Sindicatos de Santarém. Membro da Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha. Faz parte da Comissão Concelhia de Vila Nova da Barquinha e do Executivo da DOR Santarém. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Joaquim Manuel Almeida Dias

Operário. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1978. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores na empresa onde trabalhava, J.F. de Azevedo & Silva. Foi membro do Organismo de Direcção da Construção Civil do Comité Local de Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa. Foi membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Loures. É membro do Secretariado e do Executivo da Comissão Concelhia da Amadora. É membro da Comissão Distrital da DORL. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos X e XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Joaquim Miranda da Silva

Economista. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1976. Enquanto membro das Comissões Concelhias e Distritais de Portalegre e da DOR Alentejo foi responsável pelo organismo da Reforma Agrária de Portalegre e integrou as Comissões da Reforma Agrária junto da DOR Alentejo e do Comité Central. Foi vereador da Câmara Municipal e membro da Assembleia Municipal de Portalegre. Foi deputado à Assembleia da República, de 1980 a 1986, tendo pertencido ao Secretariado do Grupo Parlamentar. É deputado ao Parlamento Europeu e foi Vice-Presidente do "Grupo Coligação de Esquerda" e é Vice-Presidente do Grupo Confederado da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica. É membro do Executivo da DOR Portalegre. Eleito membro suplente do Comité Central no XII e XIV Congressos.

Jorge Amador

Operário. 31 anos. Membro do Partido desde 1982 e Funcionário do Partido desde 1994. Aderiu à UEC em 1981. Foi Funcionário da JCP de 1983 até 1994. Foi membro da Direcção Nacional da JCP de 1987 a 1994 e dos seus organismos executivos desde 1989 até 1994. Membro da Assembleia Municipal de Peniche e Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei. É membro da DOR Leiria. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Jorge Cordeiro

Empregado. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Como membro do Comité Local de Lisboa foi responsável por organizações de várias zonas da cidade e do trabalho de Autarquias na cidade. Em 1979 passou a integrar o Plenário da DORL. É membro do Executivo e da Comissão Distrital da DORL, responsável pelo trabalho autárquico na ORL. Membro da Comissão Junto do Comité Central para o Trabalho nas Autarquias. É membro da Assembleia Municipal de Lisboa e da Assembleia Metropolitana de Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e efectivo no XIV Congresso. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

Licenciado em Direito. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1977. Aderiu à UEC em 1974. Fez parte do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra em 1975/76. Foi membro da Assembleia Municipal de Lamego em 1983 e da Assembleia Municipal de Coimbra entre 1986/90. Foi membro da Comissão Distrital de Castelo Branco, Comissão Distrital Guarda e dos Secretariados das Comissões Distritais de Viseu e de Coimbra, bem como da DOR Beira Interior e DOR Coimbra. De 1990 a 1994 teve tarefas a nível central nas Áreas de Autarquias e Departamento de Propaganda. Actualmente é membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra e do seu Secretariado. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e efectivo no XIV Congresso.

Jorge Guilherme Esteves Pires

Operário Metalúrgico. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1980. Foi membro do Conselho Geral dos Trabalhadores da Quimigal/Barreiro. Foi responsável pela célula da Quimigal. Foi membro do Secretariado e do Executivo DOR Setúbal. Foi responsável pela Organização Concelhia de Almada, Seixal, Sines e Alcácer do Sal. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso. É membro do Secretariado do Comité Central desde 1994. Membro do Conselho Nacional.

Jorge Manuel Sarlo de Matos

Professor do Ensino Primário. 50 anos de idade. Membro do Partido desde 1968 e Funcionário do Partido desde 1971. De 1968 a 1971 exerce actividade no Movimento Democrático e Movimento Associativo. De 1974 a 1989 foi colaborador do Comité Central. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Braga. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos VIII e IX Congressos e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos.

Jorge Sarabando Moreira

Intelectual. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1966 e Funcionário do Partido desde 1974. Participou na criação e organização do movimento da juventude democrática no distrito de Aveiro entre 1967 e 1968. Participou em estruturas associativas de estudantes do Liceu de Aveiro e da Universidade de Coimbra. Foi activista de colectividade de acção cultural. Pertenceu ao Secretariado do II Congresso Republicano. É membro da DORP. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

José Afonso Tales de Figueiredo

Operário Metalúrgico. 39 anos de idade. Membro do Partido desde 1979. Funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UJC e da JCP e responsável pela Comissão da Juventude de Figueiró entre 1978 e 1979. Foi activista sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da «Sita» 1975 a 1979 e colaborador da Direcção do Grupo Cénico e Recreativo de Mangualde, de 1985 a 1990. Foi Presidente da Direcção da Associação Cultural e Recreativa de Figueiró. Foi responsável pelas organizações concelhias de Nelas, Tondela, Mortágua, Viseu, Mangualde, Penalva e Carregal. É membro do Executivo e do secretariado da DOR Viseu e responsável pela respectiva Organização Regional. Foi cooptado para o Comité Central em 1993. Membro do Conselho Nacional.

José António Balsa Tavares

Programador de Informática. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1981. Foi delegado sindical, membro da Comissão de Trabalhadores e membro do Conselho Geral do SITESE. Fez parte do Organismo de Direcção dos Escritórios, do Executivo e do Secretariado do Comité Local de Lisboa e Direcção da Cidade de Lisboa. Foi membro da Assembleia Municipal de Lisboa e foi Presidente da Comissão Permanente do Urbanismo da Assembleia Municipal de Lisboa. Foi do Organismo de Direcção da Cidade de Lisboa. Membro dos Corpos Sociais da «Voz do Operário». Membro do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

José António Brinqueto

Empregado. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Membro do Conselho Fiscal da Associação de Pais da Escola Secundária Abade Baçal. Membro do Secretariado da DORBragança e responsável pela respectiva Organização Regional.

José António Caetano

Caldeireiro. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1979. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores da Lisnave entre 1975 e 1978 e ao Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa em 1975 e 1976. Foi membro do Secretariado da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal entre 1977 e 1978. Foi membro da Assembleia da Freguesia da Verderena entre 1986 e 1989. Fez parte da Célula da Lisnave, das Comissões Concelhias do Barreiro e da Moita. Foi responsável pelo Sector Sindical da O.R.Setúbal. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Palmela. É membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

José Augusto Esteves

Empregado. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1974. Trabalhou no Movimento Democrático em Leiria desde 1969. De 1972 a Junho de 1974 foi membro da Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório e Caixaeiros do Distrito de Leiria. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, da Comissão Distrital de Leiria e da DOR Oeste Ribatejo. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da DOR Leiria, sendo o responsável da respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

José Baptista Mestre Soeiro

Operário Agrícola. 48 anos de idade. Membro do partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1978. Foi fundador e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, de Maio de 1974 a Maio de 1978. Foi membro da DOR Alentejo de 1978 a 1983. Entre 1984 e 1988, foi responsável pela Organização Regional da Beira Interior. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992 e do Secretariado do Comité Central de 1990 a 1992. Actualmente é responsável pela ligação da Comissão Política às Organizações Regionais de Beja, Évora e Portalegre. É membro da Comissão Política do Comité Central desde 1983. Membro do Conselho Nacional.

José Bento Paleta Fernandes

Operário. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi responsável pela Comissão Concelhia de Sines, Santiago do Cacém, Grândola e Alcácer do Sal. Foi membro do Secretariado da DOR Beira Interior. É membro do Secretariado, do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia do Barreiro. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX, X, XII Congressos e membro efectivo no XIV Congresso.

José Capucho

Empregado. 38 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1985. Foi Funcionário da UJC/JCP de 1979 a 1985. Foi do MJT em 1974. Foi da UEC de 1974 a 1978. Integrou a Direcção Nacional da JCP e os seus organismos executivos de 1982 a 1985. Foi do Departamento da Juventude da CGTP-IN. Teve tarefas a nível central de 1986 a 1993. Actualmente é membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Responsável pelo trabalho sindical na ORSetúbal.

José Catalino

Operário. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1977 e Funcionário do Partido desde 1981. Membro da Assembleia de Freguesia do Monte da Caparica. Fez parte da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada e da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Concelho de Almada. Foi membro da União dos Sindicatos de Almada. Integrou o Executivo e o Secretariado da Comissão Concelhia de Almada e o Executivo da Comissão Concelhia de Setúbal. Responsável pelo Organismo Intermédio do Sul do Distrito de Setúbal e directamente responsável pela Organização Concelhia de Grândola. Membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal.

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Professor. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi activista do Movimento Estudantil de Coimbra. Activista da CDE. Participou no Movimento Cooperativista. Foi eleito delegado do MFA na Guiné. Membro da Comissão Concelhia de Coimbra e posteriormente da Comissão Distrital. Foi deputado à Assembleia Regional dos Açores de 1984 a 1988. É membro da D.O. da Região Autónoma dos Açores e responsável pela respectiva Organização Regional. Foi cooptado como membro suplente do Comité Central em 1980 e eleito membro efectivo do Comité Central em 1988. Foi membro suplente da Comissão Política de 1988 a Maio de 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

José Ernesto Cartaxo

Serralheiro Mecânico. 53 anos de idade. Membro do Partido desde 1970. Antes do 25 de Abril, fez parte do Comité Sub-Regional do Baixo Ribatejo. Cerca de 2 anos de prisão. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão de Trabalhadores e Delegado Sindical da "MEC" e da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. É presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira. É membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e membro da Direcção da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e da Comissão Executiva da CGTP-IN. Eleito membro efectivo do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

José Evangelista Pinto

Empregado. 36 anos de idade. Membro do Partido desde 1980. Funcionário do Partido desde 1981. Fez parte da Comissão Concelhia de Barcelos. É membro da Assembleia Municipal de Barcelos. Actualmente é responsável pelas Frentes de trabalho Sindical e de Propaganda e das Comissões Concelhias de Barcelos e Esposende. É membro da Comissão Executiva e do Secretariado da DOR Braga. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

José Gonçalo Simão Timóteo

Operário Metalúrgico. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1969 e Funcionário do Partido desde 1971. Nos anos de 1968 a 1971, no Baixo Ribatejo, militou nas organizações da Juventude (MJT), e participou nas campanhas da CDE e lutas contra a guerra colonial. De 1972 a 1974 pertenceu ao Comité Local do Porto do Partido na Cidreira. De 1974 a 1977 pertenceu ao Comité Local do Porto do Partido. É membro do Porto. Pertenceu posteriormente à Comissão Distrital do Porto do PCP. É membro do Secretariado da DORP. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

José Manuel Calado Ferreira Neto

Empregado. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1974. Foi membro da Comissão Concelhia do Barreiro do MDP/CDE na campanha eleitoral de 1973 e da concelhia do Partido após o 25 de Abril. A partir de 1976, foi membro da DORS e da Comissão Sindical Nacional do Partido. Em 1980 passou a ser membro do Secretariado da DOR Setúbal. De 1983 a 1986 foi membro da D.O. da Região Autónoma da Madeira, tendo sido responsável pela respectiva Organização. A partir de 1987 passa a desempenhar tarefas a nível central. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

José Manuel Mala Nunes de Almeida

Operário metalúrgico. 51 anos de idade. Membro do partido desde 1974. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. É membro da Comissão Concelhia de Almada desde 1975. Foi deputado da Assembleia Constituinte e da Assembleia da República de 1976 a 1995. Foi Vice-Presidente da Assembleia da República. É Presidente da Assembleia Municipal de Almada. É Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa. É membro da Comissão Executiva da DOR Setúbal desde Julho de 1984. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

José Manuel Morais

Estudante. 31 anos de idade. Membro do Partido desde 1981 e Funcionário do Partido desde 1994. Funcionário da JCP de 1987 a 1994. Aderiu à UEC em 1977. Foi membro da Direcção Nacional da JCP de 1987 a 1994 e dos seus organismos executivos de 1988 a 1994. Foi responsável pela Organização da JCP no distrito de Setúbal. Foi membro da Assembleia Geral do Conselho Nacional da Juventude. Actualmente é membro da Comissão Executiva da DOR Setúbal, com tarefas na Organização Concelhia de Almada. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

José Nogueira da Silva Casanova

Operário. 57 anos de idade. Membro do Partido desde 1959 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da União da Juventude Portuguesa. Trabalhou sucessivamente nas organizações do Partido do Couço e da Venda Nova - Amadora. Emigrou para a Bélgica em 1971, continuando aí as suas actividades partidárias junto dos emigrantes. Foi Presidente da Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica. 5 anos de prisão. Em 1974 regressou a Portugal, sendo integrado na Comissão Concelhia de Oeiras. Actualmente é responsável pela Organização Regional de Lisboa e pelo trabalho do Partido junto da juventude. Foi eleito membro efectivo do Comité Central nos VIII, IX, X, XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

José Rodrigues Antunes

Operário. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1977. Participou em lutas do sector das madeiras, em tarefas sindicais e pertenceu à Direcção do Sindicato dos Marceneiros do Distrito de Braga. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR do Minho. É membro da Assembleia Municipal de Amadora. Membro do Executivo e do Secretariado da DOR Braga e responsável pela respectiva Organização Regional. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. Membro do Conselho Nacional.

José Rodrigues Vitoriano

Operário. 78 anos de idade. Membro do Partido desde 1941 e Funcionário do Partido desde 1951. Foi Presidente do Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro de 1945 a 1948. Pertenceu à Comissão Sindical Nacional (1947/48). Foi membro do Comité Nacional Corticeiro, do Comité Provincial do Algarve e do Comité Regional da Zona de Trabalho do Algarve. Foi membro do Secretariado do Comité Central de 1968 a 1972. Foi deputado e Vice-Presidente da Assembleia da República de 1976 a 1987. É membro do Comité Central desde 1967. Foi membro da Comissão Política do Comité Central de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. É membro da Comissão Central de Controlo.

José Veloso Abreu

Operário Químico. 53 anos de idade. Membro do Partido desde 1969. Na emigração, pertenceu ao Secretariado da Célula de Toronto, no Canadá. Foi membro do Secretariado da Célula da Quimigal e do Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro. Foi membro do Secretariado da Célula da Quimigal e do Executivo da Comissão Concelhia do Barreiro. É membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Farmacêuticos, Petró-

leo e Gás do Centro, Sul e Ilhas. É membro da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Júlio António Delaunay Filipe

Operário. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Desde 1972, ligado ao trabalho sindical. Foi membro do Organismo de Direcção do Sector Sindical, do Organismo de Direcção do Sector de Transportes e do Comité Local de Lisboa. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Lisboa. Responsável pela Organização Concelhia de Cascais. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos.

Júlio Joaquim Bessa Vintém

Operário Tipógrafo. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1978. Aderiu ao Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) em 1974. Foi membro da União da Juventude Comunista (UJC). Formou e foi responsável da Célula do Partido na empresa Braz Monteiro, onde trabalhava. Pertenceu à Comissão de Trabalhadores em 1975/76. Foi membro do Executivo e Secretariado do Organismo de Direcção dos Gráficos da ORLisboa e do Secretariado dos Concelhos do Norte da OR Lisboa e da DOR Lisboa. Actualmente é membro do Organismo Sindical Central. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Leonel Martinho Gomes Nunes

Empregado de hotelaria. 47 anos de idade. Membro do Partido de 1979. Membro da Direcção do Sindicato da Hotelaria da Madeira. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos da Indústria Hoteleira. Membro do Secretariado da União dos Sindicatos da Madeira. Pertence à Comissão Sindical da DOR Autónoma da Madeira e ao Organismo Parlamentar. É deputado na Assembleia Legislativa Regional da Madeira. É membro do Secretariado da D.O. da Região Autónoma da Madeira. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Lino António Marques de Carvalho

Técnico de Contas. 50 anos de idade. Membro do Partido desde 1969. Antes do 25 de Abril, activista no movimento associativo de estudantes e do movimento cooperativo. Foi dirigente do MDP/CDE. É Vice-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção. É membro da Assembleia Municipal de Évora e deputado à Assembleia da República. Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. É membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Luis Manuel Fernandes

Operário. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1978. Fez parte da Comissão de Freguesia de Campolide e de vários organismos na Organização Local de Lisboa. Membro do Secretariado, do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. É responsável pela Organização da Cidade de Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Luis Manuel da Silva Viana Sá

Licenciado em Direito. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi membro do Secretariado da UEC na Faculdade de Direito de Lisboa. Foi Adjunto do Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações no IV e V Governos Provisórios e do Ministro das Obras Públicas no VI Governo Provisório. Foi membro da Comissão Nacional de Eleições de 1977 a 1987. Foi deputado do Parlamento Europeu em 1994. É responsável pelas Áreas para o trabalho das Autarquias, do Desporto, do Ambiente, da Defesa, da Justiça e dos Direitos, Liberdades e Garantias. Director da Revista "Poder Local" desde 1977. Eleito Deputado pelo Círculo Eleitoral do Porto em 1991 e pelo Círculo Eleitoral de Lisboa em 1995. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Luis Pereira Garra

Operário têxtil. 39 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa. Coordenador da União dos Sindicatos de Castelo Branco e membro do Conselho Nacional da CGTP. Membro da Assembleia Municipal da Covilhã. Membro do Executivo da DOR Castelo Branco. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Luisa Araújo

Empregada. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionária do Partido desde 1974. Foi activista do Movimento Democrático de Mulheres. Foi membro do Comité Local do Barreiro e posteriormente da Comissão Concelhia do Barreiro. Foi do Executivo e do Secretariado da DOR Setúbal. Foi eleita membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros e da Comissão Executiva Nacional. É membro do Secretariado do Comité Central desde 1983. Membro do Conselho Nacional.

Manuel António Teixeira de Freitas

Operário Têxtil. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Participou no movimento operário da juventude antifascista, foi activista sindical e logo após o 25 de Abril integrou a Comissão Directiva do Sindicato Têxtil do Porto. É dirigente do mesmo Sindicato e coordenador da Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles. Pertence à Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da DOR Porto. É membro da Comissão junto da DORP para os problemas e a luta dos trabalhadores. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

Manuel Francisco Colaço Camacho

Engenheiro Técnico. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1980. Vereador da Câmara Municipal de Aljustrel. Tem desenvolvido actividade junto de associações culturais e recreativas. É responsável pela Organização Concelhia de Aljustrel, membro da Comissão Concelhia de Aljustrel e do Executivo DOR Beja. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Manuel Garcia Correia

Electricista. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1979. Foi membro da Comissão Dinamizadora do Associativismo das Praças da Armada e Presidente da Comissão de Moradores do Bairro do Zambujal. Membro da Direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, da Direcção Nacional da Federação das Indústrias Eléctricas de Portugal. Presidente da Frente Anti-Racista. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN desde 1993. Entre 1978 e 1982 fez parte da Comissão de Apoio dos imigrantes Caboverdianos recém chegados a Portugal. Actualmente é Vice-Presidente da Federação das Associações Caboverdianas em Portugal. Foi candidato CDU nas últimas eleições à Assembleia da República. Como Deputado, interveio na discussão da Lei da Regulamentação Extraordinária dos Imigrantes Ilegais em Portugal e dos Acordos de Schengen. Tem feito parte de delegações das Associações Africanas em Portugal junto de instituições oficiais e Organizações não governamentais, com vista à aplicação da referida Lei. É membro da DOR Lisboa. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Manuel Lopes Valente Rosa

Serralheiro Civil. 39 anos de idade. Membro do Partido desde 1979 e Funcionário do Partido desde 1990. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Setenave e delegado sindical. Fez parte da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. Pertenceu à Comissão de Freguesia da Amora. Foi responsável da Célula dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional e da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal. É responsável pela Organização Concelhia do Seixal. É membro da Comissão Concelhia do Seixal, do Secretariado, do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Manuel Maria Libério Coelho

Estudante Universitário. 28 anos de idade. Membro do Partido desde 1984 e Funcionário do Partido desde 1996. Foi Funcionário da JCP de 1989 a 1996. De 1984 a 1986, foi membro da Comissão Distrital de Portalegre da JCP. Foi membro da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão e membro da Assembleia e do Senado da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1989 foi membro da Direcção da Associação Académica de Lisboa. Fez parte, entre 1985 e 1986 do Conselho Pedagógico

da Escola C + S de Ponte de Sor. De 1984 a 1986, foi membro da Comissão Distrital de Portalegre da JCP. Foi da Direcção do Centro de Cultura e Recreio "Sol Nascente", em Benavila. Foi membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo e Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Actualmente faz parte na Organização Regional de Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Manuel Mendes Nobre Gusmão

Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. 51 anos de idade. Membro do Partido desde Maio de 1974. Foi redactor das Revistas "O Tempo e o Modo", "Letras e Artes", "Crítica" e "Seara Nova". Fez parte da Comissão Instaladora Provisória do Sindicato dos Professores em Maio de 1974 e da sua Comissão Directiva Provisória, eleita no mesmo ano. Foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (76/79). Foi membro do Secretariado do Grupo Parlamentar. Faz parte do Conselho Editorial da Revista "Vértice". Foi membro do Conselho da Comunicação Social. É membro da Direcção dos Sectores Intelectuais da O.R. Lisboa. É membro da Comissão junto do C.C. para o trabalho ideológico e a comunicação. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

Manuel Paulo Ramos Neto

Motorista. 38 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Foi membro da Direcção Regional de Beja do STAL. Foi membro da DOR Beja do PCP. É membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Mértola e do Conselho Regional de Beja. É Presidente da Câmara Municipal de Mértola.

Manuel Rodrigues

Professor. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1975. Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e do Conselho Nacional da FEN-PROF. Membro da Comissão Junto do Comité Central para as Questões da Agricultura. Membro da DOR Viseu. Tarefas no Movimento Camponês e na Área do Ensino.

Manuel Silva Ribeiro Almeida

Operário Metalúrgico. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Teve actuação destacada nas greves de 73 na empresa SEPSA. Foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da SEPSA e pertenceu ao Secretariado da Célula desta empresa. É dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto desde 1978, sendo actualmente o seu coordenador. É membro do Executivo da União dos Sindicatos do Porto, do Executivo do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Foi deputado do PCP à Assembleia da República em 1982. É membro da DOR Porto. Eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Manuel Vasco da Costa Ferreira Paiva

Engenheiro Florestal. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1969. Foi Funcionário do Partido de 1972 a 1994. Participou no Movimento Estudantil e posteriormente no MJT no Porto, até 1972. Em 1973, foi membro do Comité Regional das Beiras, como responsável pelo Distrito de Aveiro. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DORS Beiras e da DOR Beira Litoral. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Trás-os-Montes e de Vila Real e o responsável da respectiva organização. Actualmente é membro do Executivo e da DOR Coimbra, responsável pelo Organismo de Médicos de Coimbra e pela Comissão Concelhia de Montemor-o-Velho. Membro do Grupo para as Questões do Ambiente. Foi eleito membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X, XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional e do Conselho Nacional.

Manuela Pinto Ângelo

Intelectual. 43 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionária do Partido desde 1976. Membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Responsável pela Organização Concelhia de Almada.

Maria Adelaide Pereira Alves

Empregada. 40 anos de idade. Membro do Partido desde 1972 e Funcionária do Partido desde 1983. É membro do Secretariado do Movimento Democrático de Mulheres. Membro da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Tarefas do movimento de mulheres e de questões da Segurança Social. Membro da Comissão Junto do Comité Central para os Problemas a Luta das Mulheres.

Maria do Carmo Tavares Ramos

Analista Química. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, participou na Comissão Negociadora da Portaria dos Analistas. Entre 1974 e 1975, fez parte da Comissão de Trabalhadores da empresa "Neocel". Participou activamente para a realização de eleições e democratização do Sindicato da Indústria Química. Desde 1975 é dirigente sindical. Actualmente é Presidente da Assembleia do Sindicato dos Químicos, Farmacêuticos, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas e membro do Conselho Nacional da Federação do Sector. Membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. Eleita membro efectivo do Comité Central no XII Congresso.

Maria Celeste Antunes Soeiro

Operária Costureira. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1977. Membro da Comissão de Trabalhadores das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Faz parte do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro e responsável da célula dos trabalhadores da O.G.F.E., faz parte do Organismo de Direcção do Sector de Empresas de Lisboa. Membro da DOR Lisboa e da Direcção da Cidade de Lisboa. Eleita membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Maria da Conceição Morais Matias

Empregada. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1977 e Funcionária do Partido desde 1983. Eleita nas autarquias locais desde 1976, é actualmente presidente da Junta de Freguesia de Santiago/Sesimbra, cargo desempenhado em mandato anterior, bem como o de presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra. Em 1980 foi deputada à Assembleia da República. Pertenceu à direcção do Sindicato dos Rodoviários do Sul e ao Secretariado da União dos Sindicatos do distrito de Setúbal. Pertence ao Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. É membro da Comissão Junto do Comité Central para os Problemas e a Luta das Mulheres. É membro do Secretariado e da Comissão Executiva da DOR Setúbal. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X e XII Congressos e membro efectivo no XIV Congresso.

Maria Etelvina Rosa Lopes Ribeiro

Operária Vidreira. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1980. É delegada sindical e dirigente do Sindicato da Indústria Vidreira. É membro e responsável da célula do Partido na empresa "Manuel Pereira Roldão" e membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande e da DOR Leiria. Eleita membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Maria Fernanda Santos Cardoso Mateus

Operária Têxtil. 37 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionária do Partido desde 1979. Em 1976 militou na UJC na Amadora e pertenceu à Concelhia da UJC de Oeiras. Membro do Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. Vogal na Junta de Freguesia de Odivelas e membro da Assembleia Municipal de Loures. Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Loures. Membro da DOR Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992.

Maria Helena Guimarães Medina

Intelectual. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1968 e funcionária do Partido desde 1972. Antes do 25 de Abril, participou activamente nas lutas estudantis e na vida associativa nas Faculdades de Ciências e Engenharia do Porto e no movimento democrático. Foi membro do Organismo de Direcção das Organizações de Estudantes do PCP e da 1ª Comissão Central da UEC. Após o 25 de Abril foi membro da DOR Alentejo e Algarve. Foi membro da Comissão Executiva e do Secretariado da DOR Norte e da DOR Porto. Foi membro da Assembleia Municipal do Porto. Actualmente é membro do Executivo da DOR Lisboa e da sua Comissão Distrital. É responsável pelo Sector Intelectual da O.R. Lisboa e pelo trabalho do Partido junto dos estudantes do Ensino Superior. Membro da Comissão Junto do CC para as Questões da Juventude. Foi eleita membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e efectiva nos IX, X, XII e XIV Congressos.

Membros do Comité Central

María Ilda Figueiredo

Economista. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Foi deputada da Assembleia da República entre 1979 e 1990 e Vereadora da Câmara Municipal de Gaia de 1982 a 1990. Foi membro da Comissão Concelhia de Gaia. Actualmente é vereadora da CDU na Câmara Municipal do Porto. É membro do Organismo de Direcção da Cidade do Porto e da D.O.Porto. Eleita membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

María Isabel Soares Conceição Freitas

Operária. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1978. Coordenadora do Sindicato dos trabalhadores do Sector Têxtil Aveiro, membro da respectiva Federação e da União dos Sindicatos de Aveiro. É membro do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. Membro da DOR Aveiro.

María Leonor Maia Xavier

Operária agrícola. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionária do Partido desde 1981. Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre entre 1976-81. Foi membro do Executivo da DOR Alentejo. Eleita na Assembleia Municipal do Crato. É membro do Executivo e do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Portalegre. Foi eleita membro suplente do Comité Central nos X, XII e XIV Congressos.

María Manuela Antunes da Silva

Professora. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1969. Foi presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Santa Maria da Feira. Coordenadora da Distrital de Aveiro-Norte do Sindicato de Professores do Norte (SPN). Membro da Direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras do Porto entre 1969 e 1970. Foi membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira entre 1976 e 1989. Foi cabeça de lista à Câmara Municipal de Stª Maria da Feira, nas Eleições Autárquicas em 1979 e 1993. Foi cabeça de lista CDU pelo círculo eleitoral de Aveiro, nas Eleições Legislativas de 1995. É membro da Comissão Executiva da DOR Aveiro. Actualmente responsável pelas Frentes de trabalho do Ensino e Mulheres. Eleita membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

María Manuela Esteves

Docente na Universidade de Lisboa. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1976. Foi delegada sindical. É dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. É membro do Conselho Nacional da FENPROF. Directora da Revista "O Professor". É membro do Organismo de Direcção dos Professores e da Direcção do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. É membro da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino e da Comissão Nacional para as Questões do Ensino Superior. Eleita membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

María Manuela Mendes Cruz Bernardino

Intelectual. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1961 e Funcionária do Partido desde 1970. Dirigente associativa da Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa e da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, durante a luta estudantil de 1962. Fez parte, designadamente, da Comissão Distrital de Lisboa da CDE, representando o Movimento Democrático de Mulheres, em cuja criação participou. Participou também na criação e actividade da Comissão Nacional de Socorro aos Pressos Políticos. Após o 25 de Abril foi membro das Comissões Concelhias do Porto, Aveiro e Coimbra. Membro da Secção Internacional desde 1981. Eleita membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

María Manuela Nunes Prates Ribeiro

Operária. 44 anos de idade. Membro do Partido desde 1977. Dirigente sindical da indústria têxtil. Da Direcção da União dos Sindicatos de Lisboa. Membro da célula dos dirigentes sindicais dos têxteis e da ORLisboa.

María da Piedade Morgadinho

Intelectual. 63 anos de idade. Membro do Partido desde 1954 e Funcionária do Partido desde 1957. Foi membro da Comissão Central do MUD Juvenil. Trabalhou na Rádio Portugal Livre de 1963 a 1974. Foi membro da DOR Oeste e Ribatejo e da DOR Lisboa. Tem desenvolvido tarefas a nível central, particularmente relacionadas com cursos de formação de quadros. É membro efectivo do Comité Central desde VIII Congresso. É membro da Comissão Central de Controlo.

María Rosa Monteiro Rabials

Empregada. 44 anos de idade. Membro do partido desde 1974 e Funcionária do Partido desde 1974. Delegada Sindical desde 1971. Em Maio de 1974 é eleita para o Secretariado da Comissão distrital de Delegados dos Bancários do Sul. É membro do Executivo e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Responsável pelo Sector Sindical na O.R.Lisboa. Foi eleita membro suplente do Comité Central no VIII Congresso e membro efectivo nos IX, X, XII e XIV Congressos.

María Teresa de Azevedo Ferreira Lopes

Professora do Ensino Secundário. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1971 e Funcionária do Partido desde 1973. Militou na Organização da Faculdade de Letras até à fundação da UEC da qual fez parte. Depois do 25 de Abril foi membro da Comissão Distrital de Braga. Em Junho de 1978 passou a fazer parte do Comité Local do Porto. É membro da DOR Porto. É membro suplente do Comité Central desde o IX Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Marília Pereira Morais Villaverde Cabral

Empregada. 54 anos de idade. Membro do Partido desde 1959 e Funcionária do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, foi activista do movimento estudantil e do Movimento de Mulheres. Participou no III Congresso da Oposição Democrática. Foi membro do Organismo de Direcção dos Empregados de Escritório. Após o 25 de Abril, foi eleita para a Direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa. É membro do Secretariado e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Responsável pela Organização Concelhia da Vila Franca de Xira. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso.

Mário Augusto Dias Sousa

Professor. 48 anos de idade. Membro do partido desde 1975. Foi Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária da Pontinha e Vice-Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Vila Real de Stª Antónia. Foi membro do Executivo da Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul e do Conselho Regional da União dos Sindicatos do Algarve. É vereador da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António. Foi responsável pela Célula do Partido da Direcção Geral de Desportos entre 1977/78 e fez parte do Grupo de trabalho junto do CC para o Desporto. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Vila Real de Stª Antónia. É membro do Executivo da D.O.R Algarve. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Mário Machado da Costa

Operário. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1979. Foi delegado sindical na empresa "SIC" e membro da Comissão Instaladora da União Sindical Local de Felgueiras. Foi membro do organismo interconcelhos e do organismo interconcelho do Vale do Tâmega. Foi membro da DOR Porto. Actualmente é membro do Secretariado da DOR Vila Real e responsável pela respectiva Organização Regional. Eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Mário Wron Abrantes da Silva

Engenheiro Silvicultor. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1977. Antes do 25 de Abril, participou na campanha eleitoral da CDE em 1969 e foi dirigente da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia. Foi preso em 1973, tendo sido libertado em 25 de Abril. Foi dirigente do MDP/CDE no Distrito de Lisboa. Integrou o Organismo dos Concelhos do Norte (ORLisboa) de 1977 a 1979. É membro da D.O.Região Autónoma dos Açores. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos XII e XIV Congressos.

Martinho José Batista

Operário. 39 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1981. Foi delegado sindical e membro da C.T. da Bertrand. Foi membro do Executivo e da Comissão Concelhia da Amadora. Membro da Comissão Distrital da DOR Lisboa e do Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa. Responsável pela Organização da Zona Oriental de Lisboa.

Nuno Costa

Operário. 26 anos de idade. Membro do Partido desde 1992. Membro da JCP desde 1986 e Funcionário da JCP desde 1991. É representante da JCP na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude. É responsável pela Área da Juventude Trabalhadora e pela ligação aos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro. Responsável da JCP pela Área da Juventude Trabalhadora. Membro da Comissão Política e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Octávio Augusto Teixeira

Economista. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Antes do 25 de Abril, participou no movimento estudantil de 1962 e fez parte da Direcção da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Integrou a Direcção do Sindicato dos Comercialistas (Economistas) e posteriormente pertenceu à Comissão Organizadora e à 1ª Direcção da Associação Portuguesa de Economistas. Depois dos 25 de Abril, integrou o Organismo dos Bancários de Lisboa. É deputado à Assembleia da República e é Presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso. Cooptado para membro efectivo do Comité Central em Maio de 1990. É membro da Comissão Política do Comité Central. Membro do Conselho Nacional.

Octávio Augusto

Operário. 35 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1986. Foi membro da UEC de 1976 a 1978 e da JCP de 1979 a 1986. Foi Funcionário da JCP de 1980 a 1986. Fez parte do Secretariado da Direcção Nacional da JCP. Foi Presidente da Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Vila Franca de Xira e Coordenador das Associações de Estudantes de Vila Franca de Xira. Como Funcionário do Partido tem tido tarefas a nível central, estando desde 1993 no Departamento de Propaganda. Actualmente é membro da Direcção da Frente Anti-Racista.

Octávio Floriano Rodrigues Pato

Empregado. 71 anos de idade. Membro do Partido desde 1941 e Funcionário do Partido desde 1945. Foi membro da Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Foi fundador do MUD Juvenil e membro da sua Comissão Central até 1947. Foi membro do Comité Local de Vila Franca de Xira e do Comité Regional do Baixo Ribatejo. É membro do Comité Central desde 1949. Foi chamado ao Secretariado do Comité Central em 1952. 9 anos de prisão. Em 25 de Abril era membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central. Foi deputado à Assembleia Constituinte em 1975. Foi candidato apresentado pelo PCP às eleições Presidenciais de 1976. Foi deputado à Assembleia da República desde 1976 a 1991. Foi membro da Comissão Política de 1974 a 1988. Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros. É membro do Secretariado do Comité Central.

Paulo Oliveira Sucena

Professor. 55 anos de idade. Membro do Partido desde 1963. Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Secretário Geral da FENPROF. Faz parte do Conselho Consultivo da Revista "O Professor" e do Conselho Consultivo da Escola Superior de Educação de Lisboa. Membro do Conselho Nacional de Educação. Membro da Assembleia Municipal de Águeda de 1990 a 1996. Membro da Direcção do Sector Intelectual da Organização dos Professores da O.R.Lisboa. Membro da Comissão Nacional de Professores. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Paulo Alexandre Raimundo

Operário. 20 anos de idade. Membro do Partido desde 1994. Membro da JCP desde 1991. Antes de ser Funcionário da JCP trabalhou em vários locais, nomeadamente como pescador de marisco; animador de infância; carpinteiro; padeiro. Membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP e responsável pela Organização Distrital de Setúbal da JCP.

Paulo Valério Loya

Operário. 32 anos de idade. Membro do Partido desde 1980 e Funcionário do Partido desde 1988. Foi membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Odivelas. Foi Funcionário da JCP de 1980 a 1988. Foi membro da Direcção Distrital da JCP, do seu Executivo e do seu Secretariado até 1987. Membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Loures. Tem tarefas na Organização de Freguesia de Odivelas. É membro da Comissão Distrital da DOR Lisboa.

Raimundo do Céu Cabral

Operário Agrícola. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1972 e Funcionário do Partido desde 1974. De 1972 a 1974 fez parte da Organização Local de Alpiarça. Após o 25 de Abril foi membro da Comissão Concelhia de Alpiarça e da Comissão Distrital de Santarém. Foi membro da DOR Oeste e Ribatejo. Foi responsável pela O.R. de Santarém de 1979 a 1991. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Évora, sendo responsável pela respectiva Organização. É membro efectivo do Comité Central desde o VIII Congresso. Foi membro suplente da Comissão Política do Comité Central de 1979 a 1983 e membro efectivo de 1983 a 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Membro do Conselho Nacional.

Ricardo Oliveira

Estudante. 25 anos. Membro do Partido desde 1992. Membro da JCP desde 1991 e Funcionário da JCP desde 1992. Membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP.

Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva

Jornalista. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1970 e Funcionário do Partido desde 1974. Participou activamente desde 1960 no Movimento de Oposição Democrática e no movimento estudantil. Em 1973 foi eleito para a Comissão Central da CDE e depois de Abril de 1974 para a Comissão Central do MDP/CDE. Foi preso pela PIDE várias vezes. Foi Chefe de Redacção do "Avante!" de 1974 a 1995. É deputado à Assembleia da República. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX e X Congressos e membro efectivo no XII e XIV Congressos. Membro do Conselho Nacional.

Rui Manuel Neto Paixão

Operário. 47 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Pertenceu à Comissão Intersindical da Lisnave. Foi membro da Assembleia Municipal do Barreiro e da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa. É Coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, membro da Direcção da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN. É membro da Comissão Executiva da DOR Setúbal e do Organismo para o trabalho Sindical da Organização Regional de Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos XII e membro efectivo no XIV Congresso.

Rui Fernandes

Empregado. 36 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1980. Foi membro da UEC entre 1975 e 1976. Fez parte da Associação de Estudantes da Escola Secundária Marques de Pombal. Fez parte do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Cascais. Desde 1983 tem tarefas a nível central. É membro da Assembleia de Freguesia da Amora.

Rui Pedro de Araújo e Sá

Engenheiro. 32 anos de idade. Membro do Partido desde 1979. Foi membro da UEC desde 1977 e da JCP até 1988. Foi Funcionário da JCP de 1981 a 1982. Fez parte da Comissão Central da JCP. É membro da Direcção da Organização da Cidade do Porto e do Conselho Regional do Porto. É membro da Assembleia Municipal do Porto. Membro do Organismo de Direcção da Cidade do Porto.

Saúl Feteira Fragata

Operário. 50 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1987. Foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria e membro da União dos Sindicatos de Leiria e da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos. É membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande. É membro do Executivo da DOR Leiria. Foi eleito membro suplente do Comité Central no XII Congresso e membro efectivo no XIV Congresso.

Serafim Brás da Silva

Operário Agrícola. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1977. Pertenceu à Direcção da Associação Desportiva e Cultural de Freixo de Espada à Cinta e da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses. Foi membro da Assembleia Municipal de Freixo de Espada à Cinta. Foi membro da Comissão Distrital de Bragança e do Executivo e Secretariado da DOR Trás-os-Montes. Foi membro do Executivo e Secretariado da DOR Bragança e responsável pela respectiva Organização. É membro da DOR Porto. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X congresso e membro efectivo no XII e XIV Congressos. Foi membro da Comissão Executiva Nacional e do Conselho Nacional.

Sérgio Manuel de Sousa Teixeira

Operário Gráfico. 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1974 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi activista sindical e do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT). Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical da empresa Ambar. Foi membro da Assembleia Municipal de Chaves de 1979 a 1983. Encabeçou a lista à Câmara de Gondomar nas eleições autárquicas em 1986, tendo sido vereador. Foi membro da Assembleia Municipal de Gondomar. Fez parte das Direcções das Organizações Regionais do Norte, Trás-os-Montes, Porto e Beira Litoral. Foi membro da DOR Aveiro, e o responsável pela respectiva organização. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. Foi membro suplente da Comissão Política desde 1988 até 1990. Foi membro da Comissão Executiva Nacional de 1990 a 1992. É membro da Comissão Política do Comité Central. Actualmente é responsável pela ligação da Comissão Política às Organizações Regionais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu. É membro do Secretariado e do Executivo da DOR.Coimbra sendo o responsável pela respectiva Organização Regional. Membro do Conselho Nacional.

Sérgio Molteiro

Operário vidreiro. 52 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Coordenador da União dos Sindicatos de Leiria e Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande. Membro da DOR Leiria.

Silvestrina Monteiro

Operária Têxtil. 45 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Funcionária do Partido desde 1977. Foi membro das Comissões Concelhias de Vila Nova de Famalicão e de Matosinhos. É membro do Sector de Empresas e do Organismo de Direcção do Porto e da DOR Porto. Eleita membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Teresa Duarte

Intelectual. 42 anos de idade. Membro do Partido desde 1979 e Funcionária do Partido desde 1985. Foi da UEC de 1977 a 1979 e da JCP de 1979 a 1985. Foi Funcionária da JCP de 1981 a 1985. Fez parte da Comissão Central e da Comissão Executiva da JCP. Foi responsável pela Organização Concelhia de Matosinhos. Actualmente é membro da Direcção da Organização da Cidade do Porto e do Secretariado permanente da DOR Porto.

Valdemar Santos

Intelectual. 49 anos de idade. Membro do Partido desde 1976 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi activista do MDP/CDE. Foi responsável pelas Organizações Concelhias de Alcochete, Moita, Montijo e Sesimbra. Actualmente é responsável pela Organização Concelhia de Setúbal. É membro do Executivo e da Comissão Executiva da DOR-Setúbal e da Comissão junto do CC para as questões da Educação e Ensino. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Vanessa Silva

Estudante. 18 anos de idade. Membro do Partido desde 1992. Membro da JCP desde 1993 e Subsidiada da JCP desde 1994. É membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP. Membro da DOR Setúbal. Membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP.

Vicente José Rosado Merendas

Operário. 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1975. Foi membro da Assembleia Municipal da Moita. Dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Lisnave. É membro da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval e do Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal. Membro do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia de Almada. Responsável pela Célula da Lisnave e membro da DOR Setúbal. Eleito membro suplente do Comité Central no XIV Congresso.

Virgílio Manuel França Azevedo

Operário Metalúrgico. 41 anos de idade. Membro do Partido desde 1972. Funcionário do Partido desde 1977. De 1971 a 1977 militou nos movimentos da Juventude (MJT e UJC) tendo sido Funcionário de 1974 a 1977 e membro da Comissão Central da UJC. É membro do Executivo e do Secretariado da DOR Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo no XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Central de Controlo.

Vitor Luís Cabral de Castro

Operário. 55 anos de idade. Membro do Partido desde 1975 e Funcionário do Partido desde 1977. Foi delegado sindical e membro da Comissão Intersindical e da Comissão de Trabalhadores da Empresa «José Esteves, Lda». Foi membro do organismo de Direcção da Construção Civil da ORL. Foi membro do Comité Local de Lisboa e da Comissão Distrital da DOR Lisboa. Fez parte do Executivo e do Secretariado da Comissão Concelhia da Amadora. Actualmente é membro da Comissão Concelhia do Barreiro e da DOR Setúbal. Foi eleito membro suplente do Comité Central nos IX, X, XII e XIV Congressos.

Vitor Manuel Caetano Dias

Intelectual. 51 anos de idade. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1976. Foi dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa em 1966/67. A partir de 1969 foi membro de diversas estruturas da CDE de Lisboa. Foi dirigente do MDP/CDE até 1976. Entre 1976 e 1990 teve tarefas ligadas à Informação e Propaganda Central. Foi eleito membro suplente do Comité Central no IX Congresso e membro efectivo nos X, XII e XIV Congressos. É membro da Comissão Política do Comité Central desde Maio de 1990. Membro do Conselho Nacional.

Vitor Manuel Marques Fernandes

Empregado. 54 anos de idade. Membro do Partido desde 1973 e Funcionário do Partido desde 1975. Foi membro da Direcção do Sindicato dos Escritórios e Caixeiros de 1972 a 1974. Em 1974 participou na constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. De 1974 a 1975 foi membro da Comissão Distrital de Santarém do Partido. De 1975 a 1979 fez parte da DOR Oeste e Ribatejo. Foi membro do Executivo e do Secretariado da DOR Santarém. Actualmente é membro do Executivo e do Secretariado da DOR Leiria. Foi eleito membro suplente do Comité Central no X Congresso e membro efectivo nos XII e XIV Congressos.

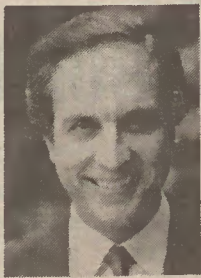
Vitor Manuel Ranita

Operário. 57 anos de idade. Membro do Partido desde 1974. Participou na luta sindical pela conquista do Sindicato dos Metalúrgicos entre 1969 e 1970, é dirigente da Federação dos Metalúrgicos. Foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto em 1974. É dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, da União dos Sindicatos do Porto da qual é o seu coordenador e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. É membro da DOR Porto e da Comissão para os Problemas dos Trabalhadores e Organismos Sindicais. É membro efectivo do Comité Central desde o XIV Congresso.



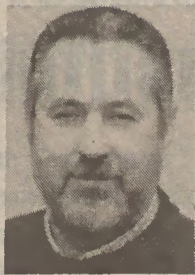
Organismos executivos do CC

Secretário-Geral do PCP

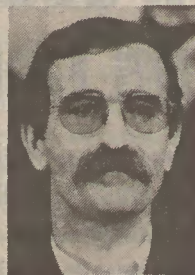


Carlos Carvalho

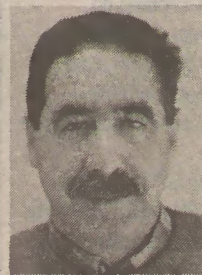
Comissão Política



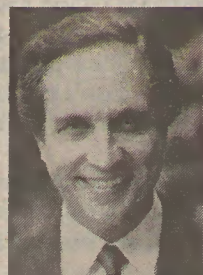
Agostinho Lopes



António Andrez



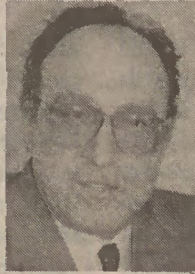
António Lopes



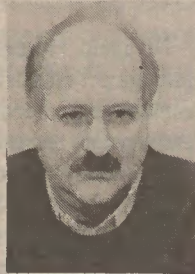
Carlos Carvalho



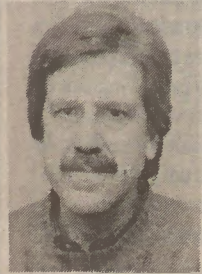
Carlos Luís Figueira



Domingos Abrantes



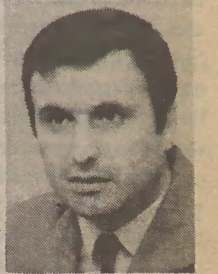
Edgar Correia



Emídio Ribeiro



Fernanda Mateus

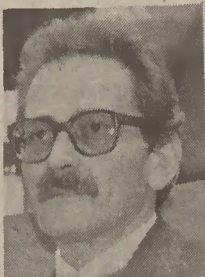


Francisco Lopes

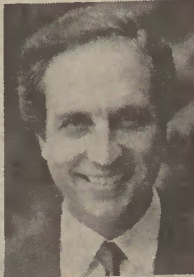
Secretariado



Agostinho Lopes



Albano Nunes



Carlos Carvalho



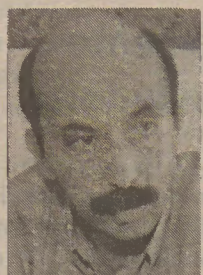
Jerónimo Sousa



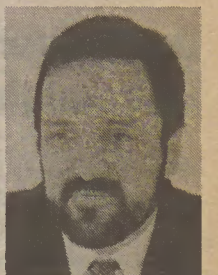
José Casanova



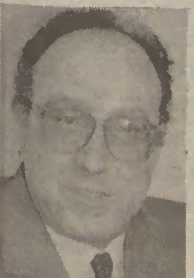
José Soeiro



Jorge Pires



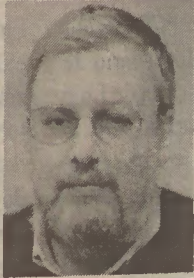
Luís Sá



Domingos Abrantes



Francisco Lopes



Henrique Sousa



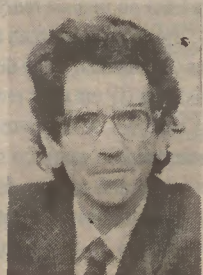
Luísa Araújo



Octávio Teixeira



Sérgio Teixeira

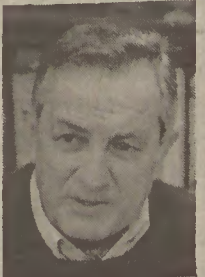


Vítor Dias

Comissão Central de Controlo



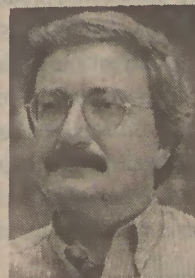
Luísa Araújo



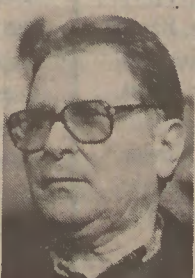
Octávio Pato



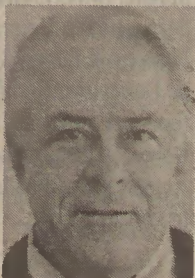
Rosa Rabiais



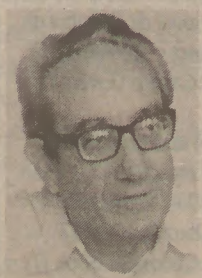
António Abreu



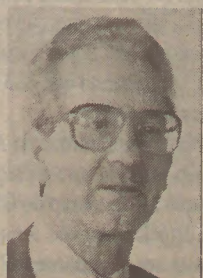
António Gervásio



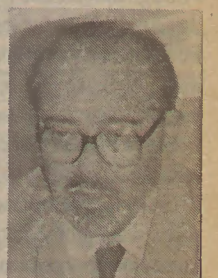
Aurélio Santos



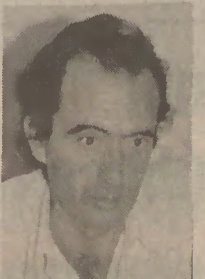
Blanqui Teixeira



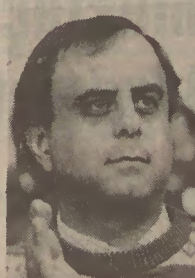
Carlos Aboim Inglez



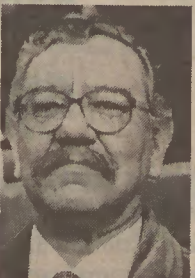
Carlos Costa



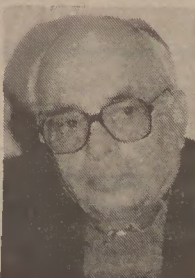
Virgílio Azevedo



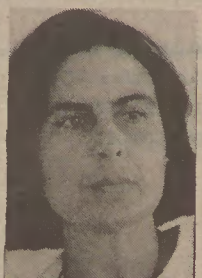
Carlos Humberto



João Fonseca



José Vitoriano



Manuela Bernardino



Maria da Piedade Morgadinho



NACIONAL

Têxteis pelas 40 horas

«A maior greve desde 1982» foi como a FESETE/CGTP classificou a paralisação de dia 7 na indústria têxtil e de cordoaria dos distritos de Aveiro, Porto e Braga, exigindo do patronato a redução do horário semanal de trabalho, conforme estipulado na Lei 21/96. A federação acusa o secretário de Estado do Trabalho e a UGT (esta contra a opinião do Sindetex, que esteve também na luta de sábado) de terem «dado uma mãozinha na Concertação Social à CIP e ao patronato do sector», com a interpretação «corporativa e ilegal» daquela lei, e denuncia também o patrão da Cordex, que de caadeira na mão impediu as trabalhadoras desta fábrica de participarem na greve.

Com novo pré-aviso de greve às horas que ultrapassam as 42 (a redução para as 40 só será efectuada daqui a um ano), a federação reuniu anteontem o seu plenário geral de sindicatos, onde foram definidas formas de prosseguimento da luta.

As 100 trabalhadoras da fábrica de material eléctrico Kronberg, de S. João da Ponte, Guimarães, entraram segunda-feira em greve para exigir a aplicação da semana de trabalho de 40 horas. O coordenador da União dos Sindicatos de Braga, Adão Mendes, disse à Lusa que as trabalhadoras não aceitam a decisão da administração de aumentar de 10 para 12 minutos os dois períodos de descanso diários a que tem direito, em vez de diminuir duas horas na semana de trabalho. A USB/CGTP registou a ocorrência de pequenas greves em várias zonas do distrito e mantém um pré-aviso de greve até ao fim do mês para todas as empresas «de modo a que os trabalhadores possam lutar legalmente pelo direito à concretização da semana de 40 horas», referiu Adão Mendes.

Desmembramento no caminho-de-ferro

«Da parte do Governo não há uma vontade de ir ao encontro das propostas dos trabalhadores», disse José Manuel Oliveira, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, no final da reunião que esta estrutura da CGTP, o Sinafe e o Sifa tiveram segunda-feira com o ministro João Cravinho e os secretários de Estado dos Transportes e das Obras Públicas. Em declarações à Agência Lusa no final da reunião, José Manuel Oliveira reafirmou que os sindicatos continuam a exigir que o Governo abandone os seus projectos de continuação do desmembramento do caminho-de-ferro. «A divisão da CP em duas outras empresas e num instituto resultará em mais reduções de efectivos, menos comboios para as populações e uma degradação geral dos serviços», alertou. As estruturas sindicais deverão reunir-se terça-feira à tarde para decidir sobre eventuais medidas a adoptar, no seguimento da luta que culminou na greve de 24 horas, dia 29 de Novembro.

Comunistas solidários com orizicultores

«Os agricultores não podem ser penalizados pela atitude subserviente dos governos portugueses» - afirma a direcção regional de Coimbra do PCP, numa nota em que saúda a luta dos orizicultores e produtores de milho do Baixo Mondego, sublinhando que esta «forçou o Governo PS a aceitar algumas das suas reivindicações».

O Grupo Parlamentar comunista apresentou na AR uma proposta de redução do custo do gasóleo agrícola para o preço praticado há um ano (77 escudos), recordando que na discussão do OE/96 o ministro da Agricultura prometeu que aquele valor não seria alterado em 1997 (actualmente o gasóleo custa aos agricultores 83 escudos por litro). O PCP realça ser necessário que fiquem contempladas no Orçamento do Estado para o próximo ano as verbas prometidas pelo ministro da Agricultura na segunda-feira, em Coimbra.

Os produtores de arroz e milho concentraram-se no domingo em Montemor-o-Velho, deslocando-se depois em tractores para a capital do distrito, onde procederam à distribuição de arroz como forma de sensibilizar a opinião pública para a sua luta por mais apoios à produção e um combate às importações.

Descargas

Uma vez mais, a semana passada, descargas poluentes eram visíveis a flutuar Tejo abaixo. Face a esta situação, o grupo parlamentar do PEV requereu informação urgente ao Ministério do Ambiente sobre: que medidas se pretende tomar para averiguar a origem das descargas detectadas e punir os respectivos infractores; que medidas foram tomadas face a idêntica situação registada em 16 de Julho; quantos Guardas da Natureza estão a exercer funções de fiscalização na zona ribeirinha do Tejo; com que frequência é feita fiscalização à estação de tratamento de efluentes da empresa CAIMA.

JCP debate IVG

Por iniciativa do colectivo de Alfena/Ermesinde da PCP, realizou-se, em 23 de Novembro passado, na Escola Secundária de Ermesinde, um debate sobre interrupção voluntária da gravidez (IVG). No debate participaram, como oradores, Maria Ribeiro, da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, Isolina Pereira, professora de filosofia e representantes da Igreja Católica e da Igreja Evangélica.

Mais de 12 mil assinaturas entregues na AR

Trabalhadores em defesa da Constituição social e laboral

Foi entregue no dia 5 ao presidente da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional o «apelo às instituições democráticas» lançado no 4º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores e que recolheu 12335 assinaturas.

No apelo, entregue a Vital Moreira por uma delegação da comissão organizadora daquele encontro (que reuniu em Lisboa, no dia 11 de Outubro, cerca de 500 membros de CTs e sub-CTs), os subscritores dirigem-se «às instituições democráticas e às forças políticas» para «manifestar com clareza a nossa identificação com a Constituição da República, reclamando que o seu capítulo social e laboral seja aperfeiçoado, mas não reduzido ou mutilado nos direitos que comporta».

Na primeira folha de assinaturas surgem os nomes de Jerónimo de Sousa, coordenador da CIL (comissão coordenadora das CTs da cintura industrial de Lisboa), e Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, que são também membros das comissões de trabalhadores da MEC e da PREH, respectivamente. Além destas empresas, subscrevem o apelo trabalhadores e membros de CTs e sub-CTs dos CTT, da Iglo, do Grupo CP, da Lusol, da Cermom, Tintas CIN, Plasquisa, Quimitecnica, Quimigal Adubos, Quimiparque, Fisipe, Norport, Manuel Pereira Roldão, Van Leer, ABB Mague, Solvay, Grupo Previdente, Lever, Caterair, Banco Fonsecas & Burnay, Caixa Geral de Depósitos, Codifar, Carris, Iberol, Fateleva, Impormol, Robbialac, Sorefame, Covina, Autosil, CM Almada, Lisnave, Lisnico, SPEL, Arsenal do

Costa, Soc. Const. Espaço, STA, Sonafi, A Resistente, Lello & Irmão, Marconi, Opel Portugal, EPAL, Hoechst e Resiquímica.

Faltam garantias

Os representantes das CTs reafirmaram ao deputado socialista e presidente da Comissão Eventual o receio manifestado no Encontro Nacional: apesar das declarações até agora tornadas públicas, não está garantido que o PS, a exemplo do que fez noutras matérias, não possa vir a entender-se com o PSD e o PP para reduzir e desfigurar direitos fundamentais dos trabalhadores.

Este foi o quadro que levou as CTs a sublinhar, no apelo entregue na AR, que «não é possível governar as forças que geram o futuro com as ideias que sobrevivem do passado» e que o direito à segurança no emprego, ao salário, à greve, à Segurança Social, à Saúde, à protecção na velhice, os direitos sindicais e das comissões de trabalhadores, a responsabilização do Estado para que se cumpra a Constituição social e laboral «consustanciam um projecto de modernidade, de solidariedade e de justiça social, particularmente se se considerar que hoje se corre o risco do triunfo das desigualdades».

Luís Sá escreve ao «Público» e ao «DN»

O Gabinete de Imprensa do PCP enviou segunda-feira aos directores do «Diário de Notícias» e do «Público» uma carta de Luís Sá, em que este dirigente comunista solicita a publicação de alguns esclarecimentos acerca de notícias e comentários surgidos naqueles matutinos.

Na carta, a que o «Avante!» teve acesso, o camarada Luís Sá afirma, nomeadamente:

«Todos são naturalmente livres de fazer os comentários e análises que entendem em relação a declarações produzidas por quem quer que seja, desde que assentem em afirmações efectivamente produzidas. Ora, não se encontra nas minhas declarações fundamento para afirmar que o que eu verdadeiramente pretendia ao referir-me a correntes historicamente existentes em partidos comunistas seria analisar a situação actual do PCP.

Em relação ao meu Partido, o que surge na citada entrevista é a recusa de rótulos e da contraposição, simplista e redutora, de sectores, ou de gerações - este facto é, de resto, de algum modo referido na notícia de 8/12 do DN. Também não existe qualquer base para que me seja atribuída a ideia ou afirmação (como faz o «Público» de 9/12) de que as correntes historicamente existentes em partidos comunistas resultariam de uma contraposição do marxismo ao marxismo-leninismo. Não fiz, nem nessa, nem em qualquer outra entrevista, esse tipo de contraposição.

Nestes termos, desde já previno que uma eventual escalada de deformações e interpretações que se venha a verificar nesta matéria carece de fundamento e que sou solidário com as resoluções do meu Partido, em que participei.»

Manifestação nacional da Administração Pública

Trabalhadores da Administração Pública de todo o País concentraram-se dia 5 no Marquês de Pombal e desfilarão depois até à residência oficial do primeiro-ministro, para mostrar que não aceitam a proposta de actualização salarial do Executivo

de António Guterres e que apoiam os princípios e valores reclamados pela Frente Comum de Sindicatos: recuperar as perdas salariais motivadas pela inflação, equiparar o salário mínimo da Função Pública ao salário mínimo nacional e aproximar os ordenados da Administração Pública da média europeia e dos salários praticados nas empresas, o que significa um aumento de 7 por cento. Exigem ainda o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo no acordo que firmou com os sindicatos em Janeiro passado.

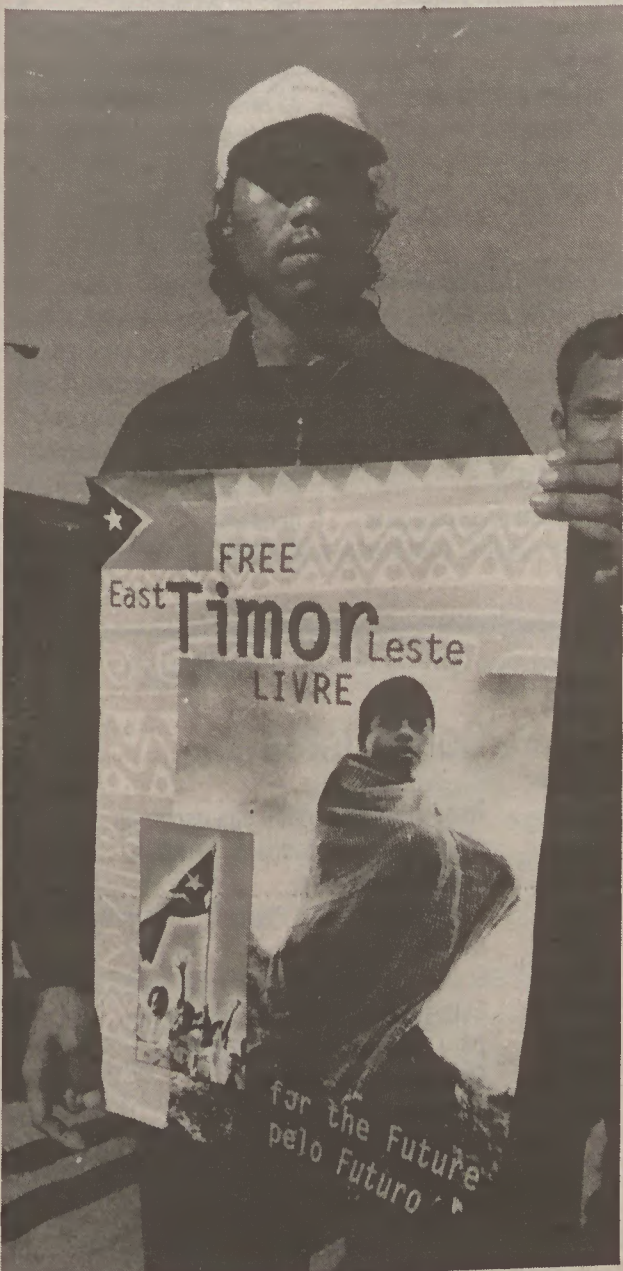
Na segunda-feira, o Governo alterou a sua proposta para 2,8 por cento. Carlos Mamede, da Frente Comum, observou a propósito que «em dois meses, a proposta do Governo cresceu menos de um por cento».



Prémio Nobel para Timor-Leste

«Em 1975, a Indonésia invadiu Timor-Leste e iniciou a opressão sistemática da população. Nos anos seguintes, estima-se que cerca de um terço da população tenha desaparecido devido à fome, epidemias, guerra e terror» - assim justificou o Comité Nobel Norueguês a sua escolha dos laureados com o Nobel da Paz.

Após 21 anos de luta contra a ocupação indonésia - completados no sábado - os timorenses viveram anteontem o dia do reconhecimento internacional da sua causa, com a entrega, em Oslo, do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, e José Ramos-Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere.



Os laureados, dois dos mais representativos rostos da causa timorense, vão receber cerca de 175 mil contos, dois diplomas e duas medalhas, mas o prémio que verdadeiramente conquistam e que mais importa é a projecção, a nível mundial, da justa luta do povo maubere e a implícita condenação da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

Logo após o anúncio dos nomes dos laureados deste ano, a 11 de Outubro, ninguém pôde deixar de reconhecer que a decisão do Comité Nobel Norueguês projectou a questão de Timor-Leste de uma forma espectacular: do quase absoluto silêncio da comunicação social sobre a situação no território, a nível internacional, passou-se para

uma situação em que a luta dos timorenses entrou na ordem do dia, através de inúmeros artigos, reportagens e programas televisivos, tornando-se conhecida e reconhecida em todo o mundo.

A Indonésia percebeu a importância do alcance do prémio, ao manifestar de imediato surpresa e consternação pela decisão do Comité Nobel, «uma instituição tão reputada». E reagiu como seria de esperar: ameaçando com dificuldades acrescidas nas conversações com Portugal sobre Timor-Leste, pressões de toda a espécie sobre Ximenes Belo (que levaram inclusive a que a conferência de imprensa dos co-laureados em Oslo se realizasse em separado e não em conjunto,

como é hábito), na tentativa inútil de abafar a denúncia que já se ouve em todo o mundo.

Mas a Indonésia não pôde impedir a cerimónia de entrega do prémio, a que assistiram, entre muitos outros convidados, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros portugueses. A convite do Comité Nobel Norueguês, também o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, se deslocou a Oslo, dando mais uma vez, com a sua presença, nota clara da solidariedade do PCP com a luta do povo timorense.

O embaixador da Indonésia na Noruega rejeitou o convite do Comité Nobel para estar presente.

SOS Timor

A violação sistemática e o sequestro de mulheres, transformadas em escravas sexuais dos soldados indonésios, é uma das formas habituais da política de intimidação e terror aplicada em Timor-Leste.

A denúncia foi feita a semana passada, em Bruxelas, na conferência sobre «A Situação das Mulheres nos Territórios Ocupados».

Os horrores vividos pelas timorenses, em 20 anos de ocupação indonésia de Timor-Leste, foram relatados por Odélia Viktor, refugiada política em Lisboa desde Janeiro último, na conferência realizada em Bruxelas, num espaço cedido pelo Parlamento Europeu.

Odélia Viktor, de 26 anos, nascida em Díli, testemunhou em nome das mulheres timorenses na conferência, organizada em conjunto pela Representação Permanente de Timor-Leste junto da União Europeia e pela associação de funcionários europeus «SOS Timor».

A experiência da família de Odélia exemplifica o calvário de incontáveis famílias timorenses.

O pai, o cunhado, tios e um primo detidos e torturados sem julgamento, e uma irmã, casada e grávida, várias vezes violada na própria

casa, posteriormente encerrada num bordel improvisado, destinado aos militares indonésios, foram invocados por Odélia.

Destruição ou confisco de bens completam o trágico balanço da família Viktor.

Testemunha do massacre de Santa Cruz, Odélia, citada pela Lusa, conta: «uma companheira refugiada na capela do cemitério que foi palco dos dramáticos acontecimentos subsequentes às cargas dos militares indonésios assistiu às violações de manifestantes jazendo, feridas, no chão».

Odélia Viktor apelou à União Europeia «para que exerça pressão sobre a Indonésia, a fim de acabar com os actos desumanos» perpetrados pelas forças indonésias.

Participaram na conferência representantes dos povos curdo, da Papuásia ocidental e saaraui, bem como deputadas europeias.

Greves em Espanha

Os sindicatos das Comisiones Obreras e da UGT convocaram paralisações parciais de quatro horas na companhia dos caminhos-de-ferro espanhola (Renfe) para os dias 17, 18 e 19 de Dezembro, anunciaram fontes sindicais citadas pela Lusa.

Com estas greves, os sindicatos maioritários, que esperam contar com a adesão do sindicato dos maquinistas, pretendem protestar contra o Gestor das Infra-Estruturas Ferroviárias (GIF) e a previsível fragmentação e posterior privatização da empresa. Segundo os sindicatos, a criação do GIF, empresa encarregada de construir novas linhas ferroviárias e de gerir as existentes, surge no seguimento de um modelo já aplicado em outros países, tendo efeitos negativos sobre o emprego e os utentes.

Direitos Humanos

O presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Fernando Gomes, foi distinguido com o Prémio Internacional dos Direitos Humanos pela Associação Pró-Direitos Humanos de Espanha, que instituiu o galardão em 1982. Fernando Gomes foi considerado o activista que, a nível internacional, mais se destacou em 1996 na defesa e promoção dos Direitos Humanos em todo o Mundo, sobretudo em África. O prémio será entregue a 13 deste mês na capital espanhola, data que coincide com a comemoração do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ONU contra Israel

No mesmo dia em que o sultanato de Omã suspendeu relações com Israel até que este país cumpra os acordos assinados com os palestinos, a Assembleia Geral das Nações Unidas considerou «ilegal, nula e sem qualquer validade para o futuro» a decisão do governo de Netanyahu de impor a sua jurisdição sobre Jerusalém e exigiu a retirada dos judeus dos Montes Golá. Entretanto, os colonos israelitas da Margem Ocidental receberam as licenças para construir mais 700 habitações em Kadumim, na Margem Ocidental, em mais uma acção consonante com a política de colonização dos territórios palestinos levada a cabo pelo executivo hebreu.

Cessar-fogo na Serra Leoa

Já entrou em vigor o cessar-fogo assinado em Abidjan entre o presidente da Serra Leoa, Ahmad Tejan Kabbah, e o líder da Frente Revolucionária Unida, Foday Sankoh. O documento prevê o desarmamento e a integração dos rebeldes nas fileiras do exército e a sua reinserção na vida civil, bem como a retirada das forças estrangeiras. Numa declaração em que saudava o acontecimento, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aconselhou a comunidade internacional a intervir no sentido de aliviar o sofrimento das populações. A Grã-Bretanha já anunciou o envio de um milhão de libras (cerca de 260 mil contos) para o programa de desmobilização e seis milhões de libras (1,5 milhões de contos) para a reconstrução e reabilitação. Os EUA, por seu turno, vão fornecer ajuda alimentar e participar na assistência humanitária.

Oficiais superiores apelam à liquidação das armas nucleares

Sessenta generais e almirantes, na reserva, apelaram na passada quinta-feira, em comunicado divulgado nos Estados Unidos, a todos os países para que renunciem às armas nucleares.

Os oficiais superiores, entre os quais 40 russos e norte-americanos, afirmam que a posse por vários países de armas nucleares e «a ameaça de aquisição dessas armas por outros, constituem um perigo para a paz e a segurança mundiais».

No comunicado conjunto divulgado pelo general Andrew Goodpaser, ex-comandante-chefe das forças da Nato, os militares alertam para que «depois da guerra fria, a ameaça diminuiu mas não acabou», considerando que tal «só acontecerá quando as armas nucleares forem eliminadas». Os generais e almirantes, entre eles o

ex-ministro-adjunto da Defesa russo Boris Gromov e o comandante norte-americano das forças aliadas na Europa, general John Galvin, saudam os progressos nas negociações sobre desarmamento, mas afirmam que no mundo pós-guerra fria as novas ameaças não são susceptíveis de ser contrariadas pela dissuasão nuclear.

Segundo a Lusa, os oficiais apelam a uma série de medidas, como a redução imediata dos arsenais nucleares e a progressiva estabilização das outras forças estratégicas.

Os Estados Unidos e a Rússia deveriam «reduzir cada um entre 1000 a 1500 das suas ogivas nucleares», ao mesmo tempo que as outras potências nucleares seriam convidadas também a reduzir os seus arsenais, refere o documento, onde se advoga que «o movimento para a abolição das armas nucleares deverá ser a responsabilidade primeira dos Estados nucleares declarados - China, França, Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos -, dos Estados

nucleares de facto - Índia, Israel e Paquistão -, e das principais potências não-nucleares como Alemanha e Japão».

Entre os signatários encontra-se o almirante francês Antoine Sanguinetti, os generais indiano Indar Jit Rikhye e britânico Lord Carver, e o contra-almirante japonês Naotoshi Sakonjo.

A posição destes oficiais foi divulgada um dia depois do general da Força Aérea dos Estados Unidos, na reserva, George Lee Butler (que no activo comandou o arsenal nuclear norte-americano), ter considerado a política nuclear dos EUA de «fundamentalmente irracional».

Afinal sempre «juntam os trapinhos»...

Marques Mendes chefiou a delegação do PSD que se reuniu com outra do PS, chefiada por António Vitorino, para discussão da revisão constitucional, no âmbito de uma ronda de encontros solicitados pelo PS a todos os partidos da oposição para discutir este assunto. Nesse encontro, Marques Mendes propôs que os dirigentes dos respectivos partidos assinassem formalmente um acordo público sobre a revisão acordada, ao que António Vitorino terá acedido, com uma condição: que tal solenidade consagre «alterações substanciais» e não «meras reformas». Consta que se levantou alguma oposição na direcção do PS sobre esta admissão de António Vitorino, sobretudo porque «compromete posições assumidas no passado» (vá lá, ainda se lembram...), tornando difícil explicar como é que o PS andou a prometer ao País que ia fazer

a revisão constitucional negociando com todos os partidos e acaba a fazê-la com um acordo, ainda por cima formal, realizado apenas com o PSD. Todavia estes mesmos críticos consideram que «em política tudo se negocia», pelo que o arranjinho poderá fazer-se, após ponderação das «vantagens» e «desvantagens». Portanto, como há muito o PCP vinha denunciando, cá está o PS a cumprir mais uma vez o seu calendário, que se resume ao seguinte: promessas de esquerda, para chegar ao poder, e a fazer o que a direita quer, quando se apanha no Governo...

Divergências no PS...

Mas as «opiniões divergentes» quanto à actuação do Governo de António Guterres não avançam apenas entre a população em geral, já fazem moça dentro do próprio PS. Primeiro, foram as afirmações ao *Público* do reitor da Universidade do Porto, Alberto Amaral, que,

PONTOS CARDEAIS

apesar de ter sido um empenhado apoiante dos Estados Gerais do PS, não hesitou em afirmar há dias que «Portugal é um exemplo único de concentração brutal de investimentos na capital, em detrimento das restantes regiões», acusando o actual Governo de António Guterres de «mais centralista que o anterior». Depois, segundo o *Público*, veio a «compreensão» e o «agrado» de «alguns dos sectores do PS-Porto» para com estas declarações de Alberto Amaral, havendo mesmo «um destacado dirigente nacional dos socialistas», não identificado, que terá admitido ao jornal de Belmiro de Azevedo que «o reitor disse publicamente aquilo que muitos de nós só podem dizer em privado». Como existe o entendimento no PS de que «em política tudo se negocia», provavelmente há-de ser cozinhado um entendimento qualquer que (mais uma vez...) apazigüe os ânimos

da casa desavinda. O mesmo não conseguirá o Governo de António Guterres em relação à casa maior do País, para quem o executivo PS cozinhou um prato já, definitivamente, esturrado.

...e desavenças no laranjal

Quem também anda com crescentes problemas em casa é o PSD, com o seu presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, a ter de «pôr na ordem» Alberto João Jardim por duas vezes seguidas, no curto espaço de uma semana. Primeiro, foi o caso do «totonegocio-versão-2», que Jardim queria pôr de novo em andamento e Marcelo teve de travar à pressa, tal era a pouca-vergonha (imagina-se que Jardim queria «resolver» as dívidas ao fisco dos clubes de futebol com a «doação» de 15 milhões de contos do erário público...).

Seguiu-se nova investida do remexido presidente do governo regional da Madeira, agora propondo derrubar o Governo PS em 1998. «Não ponhamos o carro à frente dos bois!», apressou-se Marcelo a contrariar, acrescentando que «neste momento o fundamental é a estabilidade política, a estabilidade económica e a estabilidade monetária», ao que Jardim terá retorquido que «o vice-presidente do partido [ele] pode dizer algumas coisas que o presidente do partido não pode dizer - por enquanto». Como se vê, a coisa está linda. Por este andar, daqui a pouco, as direcções do PS e do PSD dão-se melhor uma com a outra que com os respectivos correligionários...

Por muitos e bons anos

Aliás, a «proposta» de Jardim, feita na TSF, de derrubar o Governo PS em 1998 merece ser resumidamente transcrita.

«Há que deixar espalhar-se o PS em grande», raciocinava ele, acrescentando: «E há que não deixá-los, também, chegar a 1999», dado que «1998 é o ano ideal para fazer cair o Governo socialista e irmos para eleições». Sedento de poder, Jardim acrescentava depois: «Quem resolver bem a questão do desporto e quem resolver a questão da regionalização, é governo neste país por muitos e bons anos». É um retrato de corpo inteiro, a mostrar o que move esta gente toda. De facto, quando discutem sinceramente o poder, não lhes interessam os problemas da Madeira ou do País, do desemprego ou da miséria, dos atrasos estruturais ou seja o que for que tenha a ver com a vida dos portugueses. Nem sequer se preocupam a averiguar se a governação «dos outros» é boa ou má. O que querem é arredá-los na altura «ideal»... para garantirem ser «governo neste país por muitos e bons anos».

PONTOS NATURAIS

Mário Castro

Meditações



Quem?

Guterres não gosta de Fidel. Eu ponho as minhas dúvidas sobre se Fidel sabe quem é Guterres.

Guterres é daqueles que vêm passar a História à sua porta e ficam entretidos a ver filmes de cobóis americanos.

De que ele nunca será o rapaz mas só o empregado que serve ao balcão do saloon.

A outra guerra

Não se trata propriamente [de uma guerra] no sentido vulgar do termo. Cavalarias, tanques, torpedeiros. Essas coisas.

Mas este poema sabe [que todos os dias] morrem milhões de pessoas de fome e de doença.

Não chamam guerra a isso. Mas este poema sabe que todos os dias etc. etc. e fica à espera do inevitável armistício.

Comunistas

Temos os pés feridos das escarpas olhos cheios de todos os terrores. Quem poderá dizer que melhor quer à Pátria do que nós?

Estivemos ao torno, ao abandono, para tecer um dia de ser livre. Quem poderá dizer que quer mais do que nós à liberdade?

A palavra que temos, a que damos é a que temos, não outra qualquer. Quem poderá dizer que aperta a outro, mais confiante, a mão?

Conselho

Não peças nada aos deuses nestes tempos de usura. Não, não lhes peças nada. Pede antes aos amigos. Esses não levam juro.

Não peças nada aos deuses nunca desças a isso. Não, não lhes peças nada. Pede antes ao teu cão que nunca diz que não.

Não peças nada aos deuses que nunca mais te deixam. Não, não lhes peças nada pois o que tu pedisses jamais seria teu.

Ignora os deuses. Vingá-te.

AGENDA

ALMOÇO CONVÍVIO EM GRÂNDOLA

com a participação do Secretário-Geral do PCP,
CARLOS CARVALHAS

Pavilhão da Feira - Sábado, 14, às 13h

**CONVÍVIO DE NATAL
DA JCP/MADEIRA**

Baile - Churrasco

CT do PCP
14 de Dezembro

**FESTA CONVÍVIO
EM
BRAGANÇA**

Baile - Magusto

CT do PCP
14 de Dezembro às 15h

**CONVÍVIO DE NATAL
EM BRAGA**

O Bolo-Rei da praxe ...
e um especial Vinho Branco de Alpiarça!

CT do PCP
15 de Dezembro às 16h

**GRANDE JANTAR CONVÍVIO
DA ZONA ORIENTAL
DE LISBOA**

Voz do Operário

20 de Dezembro às 20h

Esc. 1.200\$00

Inscribe-te na tua organização!

FESTA DE FIM DE ANO**Solidariedade com Cuba****Na CURIFA**

(Calçada da Ajuda, 226)

organizada pela Com. de Freguesia de Ajuda do PCP,
com a presença da Embaixadora de Cuba

Música ao vivo com os "3 de Abril"

*Com a ceia que cada um queira levar
e também um serviço de bar com petiscos, bebidas e bolo-rei*

Inscrições:

CT Vitória durante o dia - 3522715

CT Ajuda, 4ª à noite - 3645566

CT Alcântara, 3ª à noite - 3638512

**Banca de Natal no Barreiro**

(no CT Concelhio do PCP)

Até 30 de Dezembro, das 10 às 22h

Vidros da Marinha Grande - Barros de Setúbal - Peles de Grândola -
Artesanato de outras regiões - Livros - Discos

Banca de Natal em Lisboa

(no CT Vitória)

Cerâmica / Faiança / Porcelana - Têxteis - Bijuteria - Cana - Vimes -
Madeiras - Bordados e Rendas - Bolo de Mel e Vinho da Madeira

De 3 a 31 de Dezembro

Venda de Natal da Casa da Paz

(R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º)

De 27 de Novembro a 23 de Dezembro

Feira do Livro em Bragança

No Natal ofereça livros!

Até 20 de Dezembro, no CT do PCP

Banca de Natal de S. Domingos de Rana

(no CT Tires)

Artesanato nacional e estrangeiro - Rendas - Jogos - Enfeites de Natal

De 14 a 22 de Dezembro, das 15 às 22 h

Colectivo de Jovens Comunistas da ZORL

Realiza-se no próximo sábado a quarta reunião deste Colectivo, com o objectivo de conferir e prosseguir o plano de actividades que tem estado a ser cumprido, e também de discutir as decisões do XV Congresso do PCP e a situação política nacional. No CT Vitória, dia 14 a partir das 15h.

Debate sobre Ambiente em Setúbal

A Concelhia de Setúbal da JCP tomou a iniciativa de promover um debate sob o tema "Ambiente em Setúbal que Futuro", a realizar na próxima sexta-feira às 21h30 no Edifício Arrábida, com a participação de representantes de associações ambientalistas como o Parque Natural da Arrábida, Ordem de Cavalaria e GISA.

Plenário de freguesia nos Olivais

Os militantes dos Olivais, em Lisboa, reúnem-se para debater a situação política e o plano de actividades do Partido na freguesia e fazer um balanço do XV Congresso no dia 18 às 21h30, no CT dos Olivais.

Plenário em Riba d' Ave

No cumprimento de uma decisão da Assembleia Plenária das freguesias de Riba d' Ave para o XV Congresso do PCP, a organização reúne-se no próximo sábado, às 21h, no CT do PCP, para debater a organização e intervenção do Partido naquela zona.

Encontro da CDU de Joane

Na próxima sexta-feira, 13, terá lugar a partir das 21h, na Escola Nº 2 de Joane, o Encontro de todos os candidatos e activistas da CDU da freguesia de Joane, com o objectivo de analisar o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e perspectivar o trabalho futuro da CDU.

**Exposição-venda
de Artes
Plásticas
no CT
da Boavista
com obras
de**

Acácio Carvalho
Alberto Pésimo
Américo Moura
Ângelo de Sousa
António Fernando
Elsa César
Fernando Oliveira
Gémeo Luís
Henrique Silva
Henrique do Vale
Jaime Isidoro
José Emídio
José Rodrigues
Júlia Pintão
Manuel Dias
Manuela Bronze
Margarida Coelho
Paulo Hernâni
Roberto Machado
Zaida Moss



Associação de Amizade Portugal-Cuba

FIM DO ANO EM CUBA

Faça turismo e conheça a Revolução Cubana

27 de Dezembro a 5 de Janeiro

Havana - Pilar del Rio - Playas del Este

e possibilidade de visita a Varadero, Cayo Largo, Santiago de Cuba, Trinidad

Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c, esq. - Lisboa

Tel/Fax: 385 73 05 (das 14h30 às 19h)

Conselho Português para a Paz e Cooperação

EXCURSÃO**E PASSAGEM DE ANO EM CUBA**

Embaixada de Paz e Solidariedade

27 de Dezembro a 10 de Janeiro

Havana - Trinidad - Cienfuegos - Varadero

e outros programas alternativos

Inscrições e Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1250 Lisboa

Tel: 386 33 75 - Fax: 386 32 21

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Hércules e a Rainha

(Quinta, 22.50, RTP2)

De regresso a Tebas, acompanhado da sua mulher Iola e do jovem Ulisses, Hércules cai nas malhas da poderosa rainha de Lídia enquanto que Iola é feita prisioneira pelo usurpador Polinício. Mas, graças a Ulisses e aos seus companheiros, ambos serão libertados. Considerado com um dos melhores exemplares do ciclo dedicado ao *peplum*, aqui está mais um filme para os que gostam do género.

A Lady e o Motorista (Sábado, 15.50, TVI)

Após a morte do marido, a senhora Franklin acolhe-se a uma casa de repouso. Mais tarde, um motorista vem recolhê-la para a conduzir a casa da sua mãe. E aí nascem laços entre os dois, a propósito das confidências que o motorista conta à sua patroa a propósito da sua mulher que, na realidade, não era mais do que a sua amante. Mas a progressiva aproximação leva o motorista a declarar-se apaixonado pela patroa e é então que esta o repudia com altivez, provocando o desespero daquele, que lança o Rols Royce contra uma parede. Premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1973, este filme de Alan Bridges é uma análise interessante das barreiras de classe e a própria encenação e planificação no interior do Rols Royce ajudam a compreender a evolução psicológica dos dois protagonistas.

Amor e Sofrimento (Sábado, 21.45, TVI)

Realizado com sensibilidade por Alan J. Pakula, esta é a história de um feliz encontro de amor, durante umas férias em Espanha, entre um homem e uma mulher introvertidos. Excelente desempenho de Maggie Smith e Timothy Bottoms nos dois únicos papéis principais.

Zorba, o Grego (Sábado, 22.30, RTP2)

Trata-se da reposição de um grande e velho êxito do cinema americano, com argumento baseado no romance de Nikos Kazantzakis que nos conta a história das relações entre um grego e um inglês que vem até à Grécia para tomar posse de umas minas que recebera como herança. Uma brilhante e «exótica» interpretação de Anthony Quinn que, apesar de tudo, lhe não valeu um Oscar, ao contrário do que aconteceu com Lila Kedrova, excepcional atriz secundária, ou com os responsáveis pelos cenários e decoração. A música, que ficou anos e anos no ouvido, é de Mikis Theodorakis.

Avalon (Sábado, 01.55, SIC)

Remetendo-nos para os tempos da sua própria meninice (finais dos anos 40), o realizador Barry Levinson conta-nos aqui a história - nem sempre isenta de alguns momentos menos conseguidos mas que, em geral, faz sorrir e até comover - de uma velha família judia que recorda a época em que emigrou da Europa do Leste para a América antes da I Grande Guerra. O filme tem algumas excelentes interpretações, como é o caso de Elizabeth Perkins, Joan Plowright e, sobretudo, Armin Mueller-Stahl.

Conversa Fiada (Domingo, 01.30, TVI)

A princípio as coisas funcionam bem neste filme que se debruça sobre um grupo de raparigas amigas e, em particular, a desenfreada Connie (Laura Dern), cujo entretenimento é despertar o interesse dos rapazes da sua idade. Mostrando sensibilidade para entender o tipo de linguagem dos adolescentes, tanto o argumentista como o realizador (respectivamente Tom Cole e Joyce Chopra) encontram a medida certa para a construção do filme na primeira parte. Mas depois, quando a tragédia e o drama se aproxima-



Barbara Stanwyck e Gary Cooper em «Um João Ninguém» de Frank Capra

mam, tudo sai menos subtil e o filme atinge momentos francamente desiguais.

Família Addams (Segunda, 22.20, RTP1)

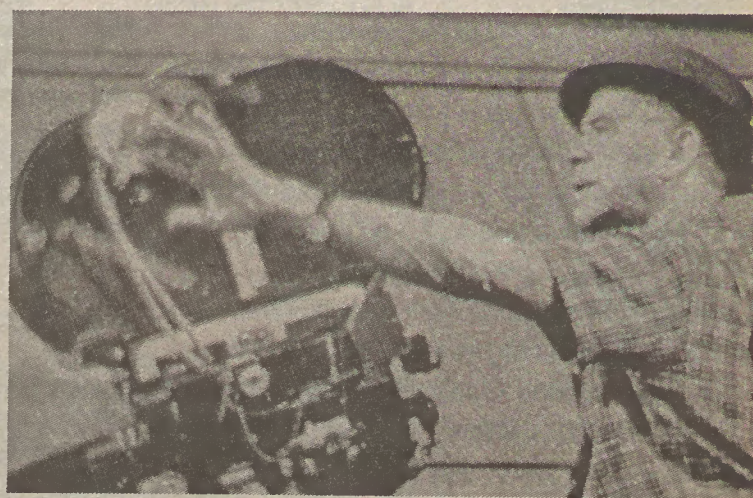
Baseado na banda desenhada da Família Addams, uma família sinistra e macabra, este filme constituiu a estreia (auspiciosa) na realização cinematográfica de um excelente director de fotografia, Barry Sonnenfeld. Mas o principal destaque vai para os criadores na tela das tenebrosas figuras principais da banda desenhada - Morticia e Gomez - respectivamente interpretadas por Angelica Huston e Raul Julia visivelmente gozando como perdidos a fazer dos mais «maus da fita». Um bom entretenimento!

Adão e Eva (Segunda, 22.45, SIC)

Realizado por Joaquim Leitão e com três caras bem conhecidas nos principais papéis - Inês de Medeiros, Ana Bustorff e Joaquim Leitão -, esta longa-metragem foi, ao mesmo tempo, uma mini-série televisiva em três episódios cuja versão já foi apresentada na mesma SIC, que a co-produziu. Joaquim Leitão encena aqui, com as inegáveis destreza e eficácia que se lhe reconhecem, uma história passada nos meios televisivos, com as suas vedetas perdidas numa história de intriga.

Milionária Por Um Dia (Segunda, 22.50, RTP2)

História deliciosa de uma velha miserável que mantém a filha (que apenas a conhece pelas cartas que dela recebe) na ilusão de que pertence a uma família aristocrata e que se vê subitamente na



Frank Capra é o realizador a quem são dedicados «Cinco Filmes, Cinco Noites»

situação delicada de tudo ter de encenar quando aquela decide visitá-la para lhe apresentar a família do (também) aristocrata espanhol com quem vai casar... Uma situação que um gangster amigo (e também o comissário da polícia) vão ajudar a resolver, numa daquelas comoventes e impagáveis reviravoltas em que o cinema de Frank Capra é fértil.

Derradeira Vitória (Terça, 22.50, RTP2)

Com um punhado de excelentes intérpretes - em particular Myrna Loy - que se adequam às maravilhas a esta particular forma de tratar o género, esta comédia de Frank Capra é das suas obras menos conhecidas (talvez porque não é das suas mais conseguidas realizações), o que talvez o tenha feito repegar no tema em 1950, numa outra versão musical do mesmo argumento: um treinador arrisca o casamento ao colocar todas as esperanças de recuperação financeira numa corrida de cavalos, no que é salvo pela cunhada.

Um João Ninguém (Quarta, 2.50, RTP2)

Uma jornalista que havia sido despedida do jornal onde trabalhava inventa uma carta assinada por um tal John Doe na qual, desgostoso com as agruras por que passa o mundo, este anuncia a intenção de suicidar-se. O certo é que a carta provoca um imenso êxito, a jornalista é readmitida sob a condição de continuar a explorar o filão John Doe, até que tem mesmo de servir-se de um ex-jogador de baseball, agora na miséria, para que este passe por aquela personagem que se tornara cada vez mais popular chegando a ser manipulado pelo director do jornal para conseguir uma candidatura à presidência. É então que, desgostoso com a evolução dos acontecimentos, o suposto John Doe decide suicidar-se

(tal como na carta inventada) sendo salvo *in extremis* pelo amor da jornalista. Bem adequado à época natalícia que se aproxima, este típico filme de Frank Capra mantém-se fiel aos temas que ilustraram outras obras suas e que aqui são retomados como suporte para uma outra história: a exporação da pureza dos bons sentimentos para fins lucrativos; a luta humanista contra a injustiça; e, desta vez, numa referência lateral, a denúncia da «disciplina hitleriana», já que estávamos em plena II Guerra Mundial. Nos principais papéis, o destaque vai para Barbara Stanwyck e Gary Cooper.



Anthony Quinn e Alan Bates, numa célebre sequência de «Zorba, o Grego» de Michael Cacoyannis

Uma cena de «Avalon», de Barry Levinson



A tenebrosa «Família Addams», de Barry Sonnenfeld



TELEVISÃO

■ Correia
da
Fonseca

Ser ou não ser Verdi

«**Q**ueres ser o Verdi dos pobres?», perguntou alguém, um dia, a Kurt Weill. «Isso é assim tão mau?», respondeu Weill. O breve diálogo está recordado no programa «September Songs: The Music of Kurt Weill», transmitido pela RTP 2 no passado domingo, em repetição, depois de uma transmissão primeira em Novembro de 95. A repetição não ocorreu por acaso nem por meras razões de bom gosto: é que «September Songs» foi recentemente galardoado com um Emmy Internacional atribuído pela Academia de Artes de Televisão norte-americana, cousa de muito espantar para quem sabe quem foi Weill e o que são os Estados Unidos. Quanto à repetição e os seus motivos, porém, há mais: a produção agora premiada teve directa intervenção portuguesa através da RTP e de Rui Esteves, responsável pela área de Artes e Documentários da estação. Assim confluíram o reconhecido mérito e o patriotismo do costume para que pudéssemos rever o telefilme.

Por acaso, até acontece que Verdi propriamente dito, o Giuseppe, também foi «o Verdi dos pobres», designadamente se entendermos por «pobres» a generalidade dos segmentos mais populares da Itália no século passado, entendimento que não parece nada abusivo. De facto, a imagem do compositor do «Nabuco» identificou-se no seu tempo com a luta pela democratização e unificação italianas, de tal modo que o seu apelido, pinchado nas paredes das cidades de Itália por pintores clandestinos, assumiu o valor de palavra de ordem na luta política, servindo mesmo de sigla para

uma frase de combate que não vem aqui para o caso porque isto não é uma aula de História da Europa oitocentista. Presume-se, é claro, que o sujeito que interpelou Weill não sabia destas coisas mas apenas, e talvez só de ouvido, que Verdi escrevera a «Aida», pelo que concluiu que era um sólido norte-americano ou, na alternativa, um alemão, porque também os alemães têm a ilusão de serem o sal da terra e de saberem tudo o que é preciso saber.

A impressão digital

Voltemos, porém, a Kurt Weill e a «September Songs», isto é «Canções de Setembro». A menção do título em português vem mesmo a propósito para que se diga que foi também o título aqui utilizado por Francisco Costa na crónica em que se referiu à primeira transmissão do telefilme pela RTP 2. Quer isto dizer que se eu tivesse juízo não retomava o tema por razões várias, entre as quais avulta a especial competência de Francisco Costa em matéria musical, para lá da provadíssima capacidade noutras áreas. Porém, se não falo do «September Songs», na esteira da repetição e do Emmy, atribuído, de que hei-de eu vir falar! Das guerras e contra-guerras, dos futebóis e seus anexos? Dos filmes do Cinema comercial que são naturalmente do âmbito da crítica de Cinema e nos quais, por consequência, não devo meter o bedelho? Dos programas da SIC onde, a troco de uns patacos desvalorizados pela inflação, uns desgraçados ou desgraçadas engolem minhocas, manipulam aranhas ou enguias, estabelecem encontros do terceiro grau com ratos que lhes repugnam? Compreenderão que prefira optar por Kurt Weill. Até porque, por muito e muito bem que se fale de Weill, fica sempre alguma coisa para dizer.

Ficam, sempre em primeiríssimo plano, as canções. Apece falar de todas as que integraram «September Songs», admiravelmente interpretadas não apenas pelas vozes e pelos instrumentos mas também pelas câmaras e pela encenação. Repare-se: nenhuma delas foi tratada como qualquer outra e todas elas constituíram momentos para lembrar. Também em todas estava como que a

impressão digital de Bertold Brecht (contra quem foi recentemente lançada uma campanha de assassínio moral póstumo sob a alegação de que Bertold afinal tinha mau hálito, ou os dentes cariados, ou qualquer outro grave defeito de grandes consequências literárias e políticas). De qualquer modo, confesso uma predilecção pessoal por «Balada da Mulher do Soldado», talvez pelo valor acrescentado que para mim constitui o poder saborear ainda, em superiores termos estéticos, a derrota do nazismo perante o Exército Vermelho. E não se pense que este é apenas um reflexo saudosista: é antes o apreço por um património que ainda rende dividendos apesar do meio-século entretanto decorrido e das terríveis erosões por ele suportadas.

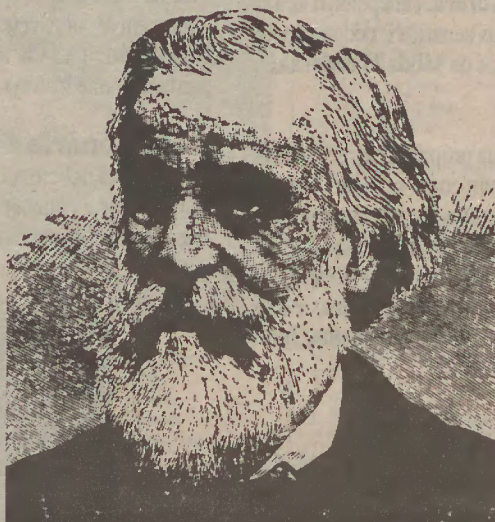
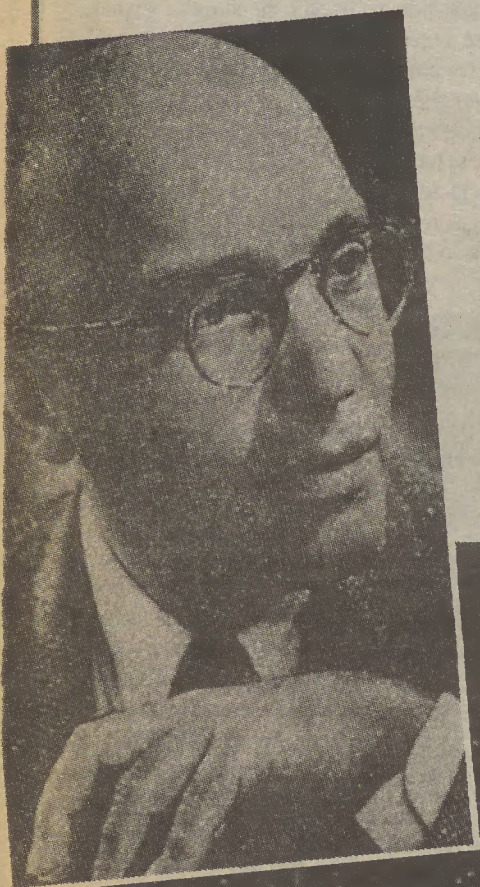
Weill, Verdi, resistências

Kurt Weill nasceu na viragem do século, não viveu muito, escassamente sobreviveu à Segunda Guerra Mundial. É, por isso, fácil supor que por muitos méritos que tenha tido, por fecunda que tenha sido a sua associação com Brecht, o seu cancionero é coisa só do passado. Não é assim. Recorde-se, por exemplo, os versos da «Canção de Alabama»: «Mostrem-nos o caminho / para o próximo dólar fácil», «e se não o encontrarmos / precisamos de morrer». Não é verdade que hoje mesmo, não apenas no território dos Estados Unidos propriamente dito mas em todo o Grande Império Americano, toda a gente busca, ansiosa, «o próximo dólar fácil»? Não é verdade que a sua procura se torna um caso de vida ou de morte e, por isso mesmo, o tal dólar se revela afinal terrivelmente difícil?

A questão é que, embora tenham passado décadas e muito se repita, aliás com inteira verdade, que o mundo mudou, dados e estruturas fundamentais permanecem, e até reforçaram os seus traços mais marcantes. Por exemplo, as sociedades capitalistas e os supostos «valores» por elas entronizados nos altares do seu culto. E é a justeza do diagnóstico presente nas canções de Weill/Brecht, reforçada pela actualidade preservada (desgraçadamente) pelas circunstâncias

históricas, que lhes confere a força que «September Songs» veio evidenciar. Trata-se, de facto, de canções de intervenção, e não por acaso mas porque premeditadamente o quiseram ser. O facto de a insuspeita Academia de Artes da Televisão ter premiado um telefilme que, embora servindo-se delas, admiravelmente as serviu também, vem colocar em situação muito desconfortável os que sustentam, explícita e implicitamente, que isso de intervenção na música, como aliás também noutras artes, foi fruto meramente sazonal de um tempo que já passou e que, completamente defunto, foi sepultado sob meia dúzia de pazadas de modernidade.

Já agora, aproveito para voltar um pouco ao princípio, a Verdi, para sustentar que não é preciso um desmesurado esforço para encontrar nele uma vertente de compositor de intervenção que aliás durou muito para lá das contingências do seu tempo, em que reconhecidamente o foi. É sabido que a ária conhecida por Coro dos Escravos, ou dos Prisioneiros, foi entoada nos campos de concentração nazis como sinal de obstinada resistência. Soubesse-o Kurt Weill quando lhe foi feita a pergunta idiota que «September Songs» citou e que ficou transcrita no início desta crónica e talvez a sua resposta pudesse ter outra robustez. Se as circunstâncias lho permitissem, é claro, o que no itinerário por ele percorrido é na verdade duvidoso.



ESCAPARATE



«O Acochado», de Jean-Luc Godard

CINEMA

Godard no Cinema Medeia

Está quase a chegar ao fim o ciclo «O Regresso dos Autores» desde Setembro a realizar-se no Cinema Medeia, do Centro Comercial A. C. Santos (à Av. da Igreja, em Lisboa). Esta semana será a vez do realizador franco-suíço Jean-Luc Godard, vulto maior dos começos da nova vaga francesa em finais dos anos 50, de que serão apresentados três filmes: «O Acochado» (*À Bout de Souffle*, 1959) nos dias 13 e 14, «Nova Vaga» (*Nouvelle Vague*, 1990) no dia 15 e «Valha-me Deus» (*Hélas Pour Moi*, 1993) no dia 16. Seguir-se-ão até princípio de Janeiro os cineastas Abel Ferrara, Hal Hartley, Neil Jordan e Andrej Tarkovski.

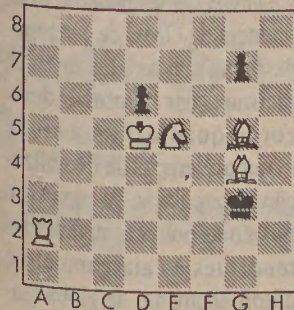
TEATRO

Vamos rir com Shakespeare

Continua em cena o espectáculo que a Companhia de Teatro do Chiado apresenta no Teatro Estúdio Mário Viegas intitulado «As Obras Completas de Williams Shakespeare (em 97 minutos)», como se vê uma visão irónica do mundo teatral do grande autor clássico inglês, da autoria de três actores norte-americanos: Jess Borgeson, Adam Long e Daniel Singer. Com direcção de Juvenal Garcês e cenografia de Delphim Miranda, aquela companhia (reduzida dos seus efectivos) adaptou a peça para a realidade portuguesa numa versão verdadeiramente hilariante, com tradução de Célia Mendes e com excelentes desempenhos de Manuel Mendes, Simão Rubim e João Carracedo. Os espectáculos realizam-se às quintas e sextas-feiras pelas 21.30 e aos sábados pelas 19 e 22 horas.

XADREZ

DLXXXIX - 12 DE DEZEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X050
Por: HENRY E. KIDSON
III. London News., 27.VII.1850
Pr.: [3]: Ps. d6, g7 - Rg3
Br.: [5]: C65 - B8, g4, g5 - Ta2 - Rd5



Mate em 3 [três] lances

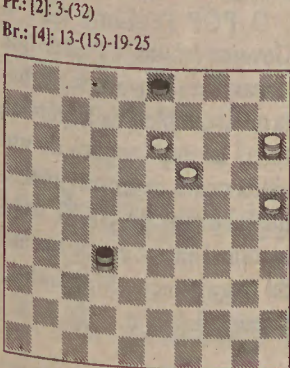
SOLUÇÃO DO Nº DLXXXIX

Nº 1996X050 [H. E. K.]: 1. Cg6!, Rg4; 2. Tg2+, Rf3/Rh3; 3. Ch4/Cf4#
2. ..., Rh5/Rf5; 3. Cf4/Ch4#

A. de M. M.

DAMAS

DLXXXIX - 12 DE DEZEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D050
Por: PAUL DEGUÉE
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970
Pr.: [2]: 3-(32)
Br.: [4]: 13-(15)-19-25



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº DLXXXIX

Nº 1996D050 [P. D.]: 1. 19-14!, (32x5); 2. 13-9, (3x14); 3. 15-10+

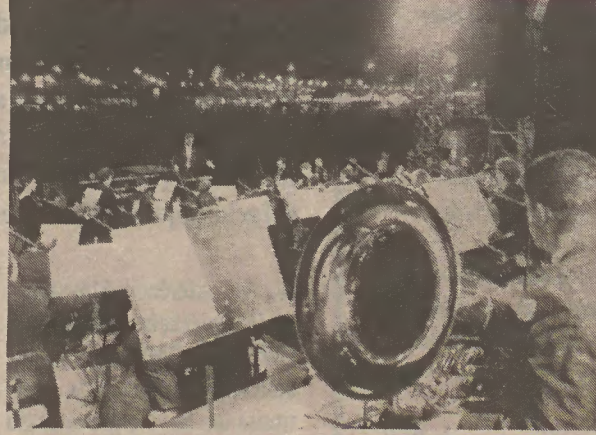
A. de M. M.

Homenagem a Carlos Paredes

Com a participação da Orquestra Metropolitana de Lisboa, sob a direcção do Maestro Miguel Graça Moura, realiza-se no dia 18, às 21.30, no Auditório da Reitoria da Universidade de Lisboa, um espectáculo especial de homenagem ao grande músico português Carlos Paredes. Neste concerto serão ouvidas em primeira audição três peças escritas para diversas formações instrumentais e orquestra sinfónica a partir de um «tema obrigatório»: o tema principal escrito por Carlos Paredes para o filme «Verdes Anos» de Paulo Rocha. Foram três os nomes convidados para apresentarem as suas versões de «Verdes Anos» - António Victorino de Almeida, Pedro Osório e Zé Eduardo - as quais respectivamente se desenvolverão nas vertentes clássica, popular e jazzística. Entre os músicos convidados



para as formações instrumentais que dialogarão com a orquestra sinfónica, o destaque vai para Paulo Vaz de Carvalho, Júlio Pereira, Fernando Meireles, Alex Frazão, Bernardo Sasseti, Carlos Barretto, Mário Delgado e Pedro Caldeira Cabral. Este espectáculo será ainda repetido no Auditório da Exponor (Matosinhos) no dia 19 e no Teatro Gil Vicente (Coimbra) no dia 20.



CLASSICA

Berlioz e Schubert na Gulbenkian

Integrado na Temporada de Música e Dança 1996/1997 organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, realiza-se amanhã às 19 horas no Grande Auditório daquela Fundação um concerto pela Orquestra Gulbenkian dirigida por Michael Zilm com o solista Jaime Laredo (viola). Serão executadas as obras «Harold em Itália», Op. 16, de Hector Berlioz, e Sinfonia nº. 3 em Ré Maior, D. 200, de Franz Schubert.

Uma «Ópera de bolso»

A ópera «L'Épouse Injustement Soupçonnée», com libreto de Jean Cocteau e música de Valérie Stephan, sobe à cena para duas récitas (12 e 13, às 21.30 horas) no Grande Auditório da Culturgest. Numa coprodução do Théâtre des Treize Vents-Centre Dramatique National-Opéra de Montpellier, esta ópera tem encenação de Jacques Nichet, cenários de Chantal Gaidon, figurinos de Laurence Forbin e direcção musical de Graham Michael Lilly, com interpretação dos cantores Edwige Bourdy, André Cognet, Yves Coudret e Jérôme Corrêas, dos actores Jacques Mazeran e Philippe Goudard e dos marionetistas Dominique Houdart e Jeanne Heulin.



Hector Berlioz (1803/1869)



MÚSICA POPULAR

Janita Salomé no Ritz Clube

Hoje e amanhã, pelas 23 horas, o cantor e compositor Janita Salomé dará dois espectáculos no Ritz Clube, em Lisboa. Com um repertório constituído à base dos seus trabalhos discográficos anteriores (de que apenas estará excluído o Fado de Coimbra), os espectáculos privilegiarão dois temas inéditos a publicar no seu próximo álbum e também os temas constantes dos álbuns *Cantar ao Sol* e *Raiano* e, em particular, as influências das abordagens da música do Norte de África e do cante alentejano. Janita Salomé, justamente considerado uma das melhores vozes da música popular portuguesa, será acompanhado por Mário Delgado, António Pinto, Paulo Jorge Ferreira, Rui Júnior e João Luís Lobo.



DANÇA

Ciclo de Dança Contemporânea

Momento importante da agenda cultural da cidade de Évora para este mês de Dezembro é a realização nos próximos dias do Ciclo de Dança Contemporânea numa organização conjunta da Câmara Municipal e da Companhia de Dança Contemporânea de Évora, com o apoio do Centro Dramático desta cidade. Com espectáculos marcados para as 21.30 no Teatro Municipal Garcia de Resende, será o seguinte o programa deste ciclo: dia 12, «Chão Vermelho, Fragmentos do Passado»; pela Companhia de Dança Contemporânea de Évora; dia 13, «Tempu, Movimento do Movimento, Medido pela Medida», pela companhia DançArte; dia 15, «Dom São Sebastião», pela Companhia de Dança de Francisco Camacho; e dia 17 «Propriedade Privada», pela Companhia de Dança de Olga Roriz. Importante é, ainda, o Workshop a realizar na Companhia de Dança Contemporânea de Évora, entre 17 e 28 de Dezembro, pelo Ballet de Teatro do Porto.



Olga Roriz

REVISTA



Recordando a Guerra de Espanha

«A presença na Guerra de Espanha, entre 1936 e os últimos dias de 1938, dos cerca de 40 mil voluntários de mais de 50 nacionalidades que constituíram as Brigadas Internacionais e outras estruturas de apoio à luta antifascista (serviços de saúde, apoios logísticos, etc.) gerou uma das mais interessantes situações culturais da História contemporânea. Para o imaginário das forças progressistas de todo o mundo, as Brigadas Internacionais ficaram, com toda a justiça, como o modelo apaixonado da solidariedade internacionalista, da generosidade e do heroísmo. Mesmo para além das fronteiras ideológicas da esquerda, os voluntários que se bateram ao lado da República espanhola ganharam para sempre a sua



aura romântica e fraterna de homens e mulheres que tudo sacrificaram na luta pelos seus ideais.»

É com estas palavras que Rúben de Carvalho, deputado do PCP e membro do seu Comité Central, inicia o texto inserto no número especial de Dezembro que organizou para a revista *Caderno Vermelho*, publicação do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa do PCP. Trata-se de uma edição exclusivamente dedicada à Guerra de Espanha e que é acompanhada de uma *cassette-áudio* com cinco das mais conhecidas e célebres canções ligadas àquele trágico conflito: *Los Cuatro Generales* e *El Quinto Regimiento*, baseadas em temas populares recolhidos por Federico Garcia Lorca; *Die Thalmann-Kolonnen*, imortalizada na versão cantada por Ernst Buch; *The Jarama Valley*, uma canção popular norte-americana adaptada e arranjada por John A. e Alan Lomax, aos quais se ficou também a dever a letra; e, finalmente, *La Jeune Garde*, um clássico da «canção social» francesa da autoria de Montéhus.

Profusamente ilustrada com preciosa documentação iconográfica coligida pelo autor, esta edição do *Caderno Vermelho* apresenta ainda a habitual qualidade gráfica no *design* de Rui Pereira e a valiosa colaboração da artista plástica Célia Bragança.

A TALHE DE FOICE

Autismos

Francisco Assis, porta-voz do PS, convocou uma conferência de Imprensa onde era suposto ir responder às acusações proferidas durante o XV Congresso do PCP contra o Governo chefiado por António Guterres.

Acomodados os jornalistas, composta a postura e pigarreada a voz, Assis preamboula gravemente que o PCP é um partido «autista, desprovido de imaginação social e política, com tendência monástica e resvalando para o mais ortodoxo dos arcaísmos».

Não satisfeito com tão pesada sentença, decretou também que o PCP usa uma «retórica abstracta e vazia».

Se houver baralhão com esta da «retórica abstracta e vazia», esclareça-se que não é algum bicho de sete cabeças: resume-se ao falar «caro», e muito, para dizer coisa nenhuma.

Como, aliás, expressivamente Francisco Assis exemplifica, quando fraseia sobre um partido «autista, desprovido de imaginação social e política, com tendência monástica e resvalando para o mais ortodoxo dos arcaísmos».

Ou coisa que o valha.

Posto isto, Francisco Assis atirou-se ao Congresso do PCP propriamente dito para, em raciocínio felizmente mais inteligível, descobrir que «só se alcançou algum fulgor e reacção dos delegados quando se fazia algum ataque ao Governo e ao PS».

Infere, assim, Assis, que o mais interessante do XV Congresso do PCP foi... o PS. Mais rigorosamente, «algum ataque ao Governo e ao PS».

O interessante desta conclusão é que não se detém, por um segundo, na natureza ou substância dos ditos «ataques», apenas os regista e cataloga - aliás com grande «imaginação social e política» - como um «elemento» animador do Congresso.

O que, pelos vistos e ao arrepio do que pressupunha a convocação da conferência de Imprensa, faz do PS já não o bombo, mas o palhaço da festa.

E esta?!...

Postas as coisas neste pé, Assis alinhou três orações interrogativas e uma condicional, o que está nos cânones de qualquer retórica, mesmo «abstracta e vazia»: «Que pretende o PCP com este tipo de actuação? Promover e incentivar uma aliança objectiva e negativa com o PSD para inviabilizar a acção governativa? Estará disponível para o repto lançado por Alberto João Jardim para provocar a queda do Governo em 1998? Se assim for, não terá aprendido nada».

Com as três perguntas ao PCP, Francisco Assis conseguiu o prodígio de pôr ao seu próprio colo três respostas que o PS teima em não dar.

A primeira, responderia efectivamente à lamentada «actuação» do PCP, mas para isso teria de admitir que essa «actuação», longe de ser o pretenso foguetório para animar congressistas, consiste em acusações e denúncias, não ao PS em abstracto, mas à política do Governo PS em concreto.

A segunda, teria de se confrontar com o facto, denunciado pelos comunistas, de ser o PS e não o PCP que «incentiva uma aliança objectiva e negativa com o PSD», como aliás é público e notório. Se Francisco Assis acha que isso «inviabiliza a acção governativa», tem carradas de razão. Pelo menos inviabiliza a «acção governativa» que o PS prometeu ao eleitorado e lhe deu o acesso ao poder. Mas, dessa, se calhar Assis já nem se lembra...

A terceira - sobre as «disponibilidades» do PCP para derrubar o Governo -, teria de explicar por que, passados tantos anos, o PS ainda não aprendeu o que a própria direita está farta de saber e de o dizer: que o PCP nunca vai em rótulos e se bate sempre por políticas. Se o PS do porta-voz Assis acha que ostentar o rótulo de esquerda e realizar a política da direita é uma garantia de futuro, é porque não aprendeu nada com o passado.

Pelo que Francisco Assis deve meditar mais seriamente no remate condicional com que fechou o seu retórico discurso. É que a vida está aí a mostrar, mais nitidamente em cada dia que passa, que não foi o PCP que «não aprendeu nada». Quem não aprendeu nada foi o PS.

Oxalá não seja por autismo, mas apenas por burrice.

Mal por mal, esta última ainda poderá aprender alguma coisa, embora devagarinho.

■ HC

ÚLTIMAS

PCP pronuncia-se sobre a conferência da OMC

Liberalização do comércio ameaça produtores portugueses

Na segunda-feira, quando se iniciou em Singapura a Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota em que se chama a atenção para as consequências da pretendida aceleração da liberalização do comércio mundial. Na nota, que aqui reproduzimos, é apontada a contradição entre as declarações mediáticas de António Guterres em Nova Iorque, na qualidade de dirigente socialista, e o seu silêncio enquanto Primeiro-Ministro.

1. A Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), que se iniciou hoje em Singapura, constituirá um novo e grave passo com vista à aceleração do processo de «liberalização» do comércio internacional e de desmantelamento aduaneiro no interesse da «nova ordem económica internacional» comandada pelos fundos transnacionais e pelas economias capitalistas exportadoras, designadamente dos EUA.

Na sequência da assinatura dos acordos do *Uruguay Round* sobre o GATT, em Dezembro de 1993 (com a entrada em vigor em 1 de Janeiro de 1995) que criaram a OMC, pretende-se agora suprimir o que resta das «barreiras alfandegárias» em sectores tão decisivos para a economia portuguesa como o têxtil e a agricultura, e alargar a «liberalização» do comércio mundial a áreas que ainda se encontram fora da OMC, designadamente os serviços (como os transportes), as telecomunicações, os serviços ligados à agricultura e ao transporte marítimo.

Os problemas causados aos produtores portugueses

de arroz que estão na origem do protesto e luta dos agricultores do Baixo Mondego e outras regiões do País, que o PCP saúda e apoia, são um exemplo flagrante do que virá a acontecer pelo prosseguimento dessas orientações.

2. Como tem sido assinalado pelos mais diversos estudos, a desregulamentação das fronteiras com vista a acelerar o processo de globalização de mercados não tem provocado nem mais emprego nem mais coesão económica. Pelo contrário. A tendência é para o alargamento do fosso entre os países mais pobres e os mais ricos, para o progressivo empobrecimento dos países e regiões menos desenvolvidos, para o crescimento do desemprego massivo, para o aumento do grau de exploração dos trabalhadores - com larga utilização de trabalho infantil e trabalho escravo -, designadamente nos países do chamado Terceiro Mundo, e a transformação, nos países mais desenvolvidos, de milhões de trabalhadores efectivos da indústria e da agricultura em desempregados ou em trabalhadores

precários «a vender produtos importados nos hipermercados».

Quem beneficia com as políticas neoliberais de desmantelamento aduaneiro e de globalização dos mercados não são os sectores produtivos da economia portuguesa e europeia nem os trabalhadores, mas sim os grandes conglomerados transnacionais ligados ao comércio mundial (onde cerca de cem multinacionais dominam dois terços do comércio mundial), as grandes economias capitalistas exportadoras, as classes sociais dominantes nos países pobres e ligados ao comércio exportador.

A mundialização crescente da actividade económica, a que a Conferência de Singapura quer dar um novo impulso, está a implicar uma enorme circulação de capitais, designadamente de natureza financeira e especulativa, a promover a deslocalização de empresas para as regiões do globo onde melhor possam aproveitar o trabalho mal pago e sem direitos, a pressionar para baixo os salários e o desmantelamento das garantias sociais dos trabalhadores nos países mais desenvolvidos.

É significativo que nos acordos do *Uruguay Round* não tivesse sido aceite sequer a introdução de cláusulas referentes ao respeito por normas sociais mínimas no comércio mundial. Como é igualmente significativo e altamente condenável que a Comissão Europeia se recuse, agora, a introduzir a discussão desta questão na ordem de trabalhos da Con-

ferência de Singapura, designadamente as relacionadas com a proibição de trabalho escravo e trabalho infantil, ou ainda a liberdade de organização sindical.

Às palavras para consumo mediático do secretário-geral do PS, Eng. António Guterres, no Congresso da Internacional Socialista, em Nova Iorque, defendendo a introdução de regras sociais no comércio mundial, segue-se agora o silêncio do Primeiro-Ministro português, Eng. António Guterres, face à Conferência de Singapura...

3. É inaceitável que a realização de uma conferência que vai ter profundas consequências no futuro sobre a indústria, a agricultura e a área dos serviços em Portugal, não tenha a precedê-la nenhuma informação nem nenhum debate público. Que posições vai a Comissão Europeia defender? De que forma os interesses de Portugal estão acautelados? Que garantias há que, mais uma vez, a nossa indústria têxtil e a agricultura portuguesa não sejam de novo sacrificadas como moeda de troca? Que estratégia tem o Governo para a defesa da produção nacional e do emprego? Sobre tudo isto impera o silêncio.

O PCP, nas vésperas da Conferência da OMC de Singapura, manifesta as suas maiores preocupações e profundo desacordo quanto a uma ainda maior aceleração da liberalização da circulação de capitais, e quanto às políticas neoliberais tendentes ao alargamento e aprofundamento da globalização do comércio mundial.

O PCP exige do Governo português a defesa intransigente, junto da Comissão Europeia, dos interesses nacionais e uma oposição firme a qualquer acordo que antecipe o plano de liberalização do comércio têxtil, ou que penalize ainda mais a agricultura e os agricultores portugueses.

O PCP reclama que o Governo informe o País do que se passa em Singapura e debata na Assembleia da República todas as implicações de um ainda maior desenvolvimento dos acordos do GATT e do aprofundamento e alargamento da Organização Mundial de Comércio.

Contra interpretação corporativa CGTP deixa Concertação

A CGTP-IN suspendeu segunda-feira a sua participação nas reuniões da Comissão Permanente da Concertação Social e pediu o afastamento do secretário de Estado do Trabalho.

Manuel Carvalho da Silva disse aos jornalistas, no final de uma reunião da Comissão Executiva da *Inter*, que a central manterá esta posição até que o Executivo esclareça qual é o seu conceito de concertação social e assuma as suas responsabilidades de governação, dizendo não à corporativização das relações laborais.

A Executiva da CGTP tomou esta decisão por considerar «retrograda» e «uma afronta aos direitos dos trabalhadores» a interpretação da Lei 21/96 (sobre polivalência, flexibilidade e redução dos horários de trabalho) feita, na passada sexta-feira, pela Comissão de Acompanhamento do Acordo de Curto Prazo de 1995 - refere a agência Lusa. Esta comissão, que contou com a participação do secretário de Estado do

Trabalho, entendeu que as pequenas pausas de 10 ou 15 minutos, praticadas em empresas de diversos sectores, não fazem parte do tempo efectivo de trabalho - posição que tem servido para que alguns patrões, declarando uma redução formal da semana de trabalho, deixem de contar aquelas pausas, mantendo ou mesmo aumentando os horários.

A Intersindical considera que esta interpretação apenas tem como objectivo limitar os direitos dos trabalhadores e tentar corporativizar as relações laborais. «O parecer foi divulgado como se a comissão tivesse poder para se pronunciar sobre a interpretação de leis, quando só a Assembleia da República o pode fazer», protestou o coordenador da CGTP.

Ontem, em Lisboa, a central reuniu o plenário nacional de sindicatos, que deveria analisar a actual situação económica, política e laboral, bem como as respostas dos trabalhadores.

